



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA

Rua Barão de Jeremoabo, nº 147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador

– BA Tel.: (71) 3283-6256 – Site: <http://www.ppglitcult.ufba.br/pt-br>

RÔMULO GONÇALVE BITTENCOURT

**O ENLACE HISTÓRICO-FILOLÓGICO NA ESCRITA DA
HISTÓRIA: O COMPARTILHAMENTO DE UMA HISTÓRIA
SOCIAL PELO GRUPO DE PESQUISA ESCRAVIDÃO E
INVENÇÃO DA LIBERDADE**

Salvador
2022

RÔMULO GONÇALVE BITTENCOURT

**O ENLACE HISTÓRICO-FILOLÓGICO NA ESCRITA DA
HISTÓRIA: O COMPARTILHAMENTO DE UMA HISTÓRIA
SOCIAL PELO GRUPO DE PESQUISA ESCRAVIDÃO E
INVENÇÃO DA LIBERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Arivaldo Sacramento de Souza
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Barbosa Pereira

Salvador
2022

Bittencourt, Rômulo Gonçalves.

O enlace histórico-filológico na escrita da história: o compartilhamento de uma história social pelo grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade / Rômulo Gonçalves Bittencourt. - 2022.

186 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Arivaldo Sacramento de Souza.

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Barbosa Pereira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2022.

1. Filologia. 2. Historiografia. 3. Narrativa (Retórica). 4. Escravidão - Brasil - História. 5. Escravidão e Invenção da Liberdade (Grupo de pesquisa). I. Souza, Arivaldo Sacramento de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 410

CDU - 81'42

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não faria sentido sem o empenho de pessoas queridas, que a todo instante insistiram, discutiram e problematizaram (isso mesmo!) o rumo das investigações. Por outro lado, esse trabalho também não faz sentido sem as risadas, os afagos e o carinho dessas mesmas pessoas!

Toda experiência vivenciada ao longo do processo de pesquisa e escrita tiveram a efetiva e onipresente presença do meu companheiro de vida Danniell da Silva Carvalho, cuja generosidade, sapiência e cuidado tornaram o exercício da dissertação uma bela aventura!

Estendo esse singelo agradecimento à Ana Carolina Barbosa Pereira, quem primeiro acreditou na proposta de investigação. Em muitos momentos, Carol se entusiasmava muito mais do que eu com as ideias que efusivamente vinham à tona nas longas e produtivas conversas que já tivemos nesses 7 anos de convivência.

O percurso nem sempre se deu em linha reta e foi Arivaldo Sacramento de Souza quem me permitiu ver a pesquisa como um caminho de cheio de desafios, mas também de belas grandezas. Nada mais estimulante do que se sentir privilegiado mesmo em meio a tantas dúvidas.

À Luiz Gomes Barboza Junior, pela ajuda com a pesquisa; à Fernanda Cerqueira e Ícaro Carvalho pelo apoio nos percalços da escrita.

Por fim, quero também compartilhar esse momento com todas as professoras que tornaram meu retorno acadêmico um ambiente fértil e acolhedor, tanto na história, quanto na filologia. Foram elas que mostraram a Universidade como espaço múltiplo. Meus agradecimentos às professoras Dras. Ana Paula Medici, Débora de Souza, Eliana Brandão, Fabiana Prudente, Gabriela dos Reis Sampaio, Isabela Santos de Almeida, Ligia Belini, Maria de Fátima Novaes Pires, Marina Cavicchioli, Norma Pereira, Rosinês Duarte e Wlamyra Albuquerque. Muito Obrigado!

Os textos têm muitas vidas.
(LARA; FACHIN, 2021, p. 51)

BITTENCOURT, Rômulo Gonçalves. O Enlace histórico-filológico na escrita da história: o compartilhamento de uma história social pelo grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade. Orientador: Arivaldo Sacramento de Souza. Coorientadora: Ana Carolina Barbosa Pereira, 2022. 186 f. **Dissertação** (Mestrado em Literatura e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

A narrativa histórica constitui o principal elemento de concretização do labor historiográfico. É por meio do processo de encadeamento de eventos, tornando-os inteligíveis no espaço e no tempo que a pesquisa em história se materializa. Nesse itinerário, a figura do(a) historiador(a) é fundamental, na medida em que exerce a função de intermediador(a) em direção ao passado, projetando sobre o acervo das fontes um diálogo com a historiografia especializada. Seja como ato artesanal (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019), seja como ato fabril (CERTEAU, 2015 [1975]), é possível expandir o labor historiográfico, encarando-o também como uma prática coletiva. Partindo desse cenário e utilizando a produção historiográfica do grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade da Universidade Federal da Bahia, a proposta do presente estudo é entender como os gestos de escrita/leituras (MIYASHIRO, 2015; CHARTIER, 1988) impressos nas narrativas produzidas pelos seus integrantes confluem para conformação de uma história social da escravidão. Para esboçar um *modus operandi* realizado pelo grupo, foram acionadas as reflexões tanto da história quanto da filologia, considerando as afinidades teóricas entre os saberes no desiderato de mediação ao passado (HANSEN; MOREIRA, 2013). Nesse sentido, as discussões em torno de uma prática filológica democrática e inclusiva (SAID, 2007 [1993]), as problematizações derivadas da sociologia dos textos (MCKENZIE, 2018 [1986]) e da perspectiva antifundacionista da crítica filológica (BORGES; ALMEIDA, 2017) serviram de lastro para repensar a descentralização do texto (incluindo o historiográfico). Tal ambientação possui ressonância com as perspectivas da história cultural (CHARTIER, 1990; 2015, [2007]), pois identifica a dimensão textual como um feixe de relações socioculturais determinado historicamente, resultado de um olhar construtor de sentidos. Do ponto de vista procedimental, foi utilizado como parâmetro inicial as proposições narrativas de João Reis, um dos líderes do mencionado grupo para, nessa extensão, rastrear movimentos textuais de apropriação (CHARTIER, 1998) promovidos pelos demais integrantes. Excertos de livros coletivos e individuais construídos pelo referido grupo de pesquisa foram cotejados, a partir dos balizamentos da crítica textual moderna, de modo a traçar movimentos comunitários sobre a escrita da história. O mapeamento permitiu visualizar uma rede de sociabilidades e um processo de retroalimentação de narrativas difundidas por Reis. A partir da utilização da operação historiográfica (CERTEAU, 2015 [1975]) em viés transversal, foi mensurada a existência de um padrão narrativo, consistente no compartilhamento de estratégias narrativas, referenciais teóricos e tipologias documentais, os quais, em conjunto, contribuem para consolidação da vertente historiografia da escravidão que vem sendo desenvolvida desde os anos 1980.

Palavras-chave: Filologia; História; Narrativa; Escravidão e Invenção da Liberdade.

ABSTRACT

The historical narrative constitutes the main element of the historiographical work materialization. History materializes through the process of chaining events, making them intelligible in space and time. In this itinerary, the figure of the historian is fundamental, insofar as they play the role of mediator towards the past, projecting a dialogue with specialized historiography on the collection of sources. Whether as an artisanal act (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019), or as a manufacturing act (CERTEAU, 2015 [1975]), it is possible to expand the historiographical work, also facing it as a collective practice. Starting from this scenario and using the historiographical production of the research group *Escravidão e Invenção da Liberdade* (Slavery and Invention of Freedom) from the Federal University of Bahia, the purpose of the present study is to understand how the gestures of writing/reading (MIYASHIRO, 2015; CHARTIER, 1988) imprinted in the narratives produced by its members converge to form a social history of slavery. In order to outline a *modus operandi* carried out by the group, reflections from both history and philology were activated, considering the theoretical affinities of the knowledge in the *desideratum* of mediation to the past (HANSEN; MOREIRA, 2013). In this sense, the discussions around a democratic and inclusive philological practice (SAID, 2007 [1993]), the problematizations derived from the sociology of texts (MCKENZIE, 2018 [1986]) and the anti-foundationalist perspective of philological criticism (BORGES; ALMEIDA, 2017) functioned as ballast for rethinking the decentralization of the text (including the historiographical one). This setting resonates with the perspectives of cultural history (CHARTIER, 1990; 2015, [2007]), because it identifies the textual dimension as a historically determined bundle of sociocultural relations, the result of a meaning-building look. From a procedural point of view, the narrative propositions of one the leaders of the mentioned group, João Reis, were used as an initial parameter to, for this purpose, map textual movements of appropriation (CHARTIER, 1998) relatively to the other members' historiographical production. Excerpts from collective and individual books constructed by the aforementioned research group were compared, from the beacons of modern textual criticism, in order to trace community movements on the writing of history. The mapping allowed us to visualize a network of sociability and a process of narratives' feedback divulged by Reis. Based on the use of the historiographical operation (CERTEAU, 2015 [1975]) in a transversal way, the existence of a narrative pattern was measured, consisting of the sharing of narrative strategies, theoretical references, and documentary typologies, which together contribute to the consolidation of the historiography of slavery that has been developed since the 1980s.

Keywords: Philology; Narrative; History; Slavery and the Invention of Freedom.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 Carta de Alforria de Lucrecia
- Figura 2** Desdobramentos da Carta de alforria de Lucrecia
- Figura 3** **Usos de imagético na narrativa do grupo de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade**
- Quadro 1 Narrativas de Escravidão e suas sombras
- Quadro 2 A produção textual do grupo de pesquisa em confronto
- Quadro 3 Cotejo entre Reis e Nascimento
- Quadro 4 A construção da narrativa de João Reis
- Quadro 5 As diversas facetas de Domingos Sodré
- Quadro 6 A formatação narrativa em Reis
- Quadro 7 O aporte teórico em Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)
- Quadro 8 Cotejo entre narrativas de Reis, Albuquerque e Nascimento
- Quadro 9 Modos de entendimento sobre alforria
- Quadro 10 A Historiografia da escravidão nas Américas
- Quadro 11 O uso das fontes primárias
- Quadro 12 Atravessamentos significativos no texto de Reis (2008)
- Quadro 13 As práticas do grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade
- Quadro 14 A construção desdobrada do grupo de pesquisa: acontecimento e fato histórico
- Quadro 15 A construção desdobrada do grupo de pesquisa: discurso sincrético e deslize metafórico
- Quadro 16 A construção desdobrada: discurso histórico

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

FPC-SecultBA	Fundação Pedro Calmon – Secretaria do Estado da Bahia
EDUFBA	Editora da Universidade Federal da Bahia
CEDOC	Centro de Documentação e Pesquisa
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
CEAO	Centro de Estudos Afro-Ocidentais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
PPGH-UFBA	Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Federal da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RHB	Revista Brasileira de História

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
2	IMERSÕES HISTÓRICO-FILOLÓGICAS	15
2.1	“ <i>A HISTÓRIA É BEM MAIS CONTRADITÓRIA DO QUE SUPÕE A VÃ TEORIA</i> ”	15
2.2	“ <i>O QUE FABRICA O HISTORIADOR QUANDO ‘FAZ HISTÓRIA’?</i> ”	35
2.3	“ <i>A NATUREZA ABERTA, INSTÁVEL E INDETERMINADA</i> ”	44
2.4	“ <i>UM LIVRO MUDA ENQUANTO MUDA SEU MODO DE LEITURA</i> ”	58
3	MAPEANDO A HISTORIOGRAFIA DO GRUPO DE PESQUISA ESCRAVIDÃO E INVENÇÃO DA LIBERDADE	64
3.1	DESCENTRAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS	64
3.2	UMA POSSÍVEL <i>RECENSIO</i>	70
3.3	UMA HISTÓRIA DA LIBERDADE	76
3.4	<i>HÁ CONTEÚDO NA FORMA</i>	95
4	A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A NARRATIVA HISTÓRICA	123
4.1	A HISTÓRIA COMO OPERAÇÃO	123
4.2	“ <i>UM LUGAR SOCIAL [...] UMA TOPOGRAFIA DE INTERESSES</i> ”	128
4.3	<i>O “TRABALHO SOBRE O LIMITE”</i>	142
4.4	A “ <i>MISE EN SCENE LITERÁRIA</i> ”	153
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
	REFERÊNCIAS	170
	ANEXO A – Alforria de Lucrecia (1)	
	ANEXO B– Alforria de Lucrecia (2)	
	ANEXO C– REPORTAGEM FOLHA DE SÃO PAULO (1)	
	ANEXO D – REPORTAGEM FOLHA DE SÃO PAULO (2)	

1. APRESENTAÇÃO

A escrita da história representa o produto historiográfico por excelência, pois é através dela que a narrativa sobre um passado é desenvolvida, projetando um discurso histórico. O sedimento pelo qual é composto o ato de narrar, revestido de camadas não homogêneas, torna visível não só o seu caráter híbrido constitutivo, mas realça aquele(a) provedor(a) do alinhavo desse amaranhado de aspectos que dão sustentabilidade ao texto historiográfico: os(as) historiadores(as).

Sob outro ângulo, as reivindicações e a busca por construções de sentido são elementos definidores da marcha investigativa em direção ao passado. O reflexo sobre o pretérito é visceralmente vinculado a(os) olhar(es) atualizados e contextualizados daqueles(as) que exprimem o anseio em revisitar eventos pretéritos. Na relação de temporalidades, o desenvolvimento da narrativa, bem como de sua transposição ao texto historiográfico se apresenta como interessante ambiente investigativo para identificação de movimentos e da dinâmica envolvida nesse processo.

No mundo da escrita, o texto se apresenta como principal vestígio do contexto sociocultural, ao passo que sua leitura crítica instrumentaliza-nos a pensar novas formas de estudo e, por que não, de congraçamento entre instâncias que lidam com o aspecto textual – história e filologia –, contribuindo para reflexão acerca do labor historiográfico. Entretanto, refletir o papel das humanidades, da qual as referidas disciplinas fazem parte, não deixa de ser um desafio de grandes proporções, justamente por envolver a (re)construção de caminhos de interlocução entre saberes.

Nesse sentido, conforme alude Said (2007 [1993], p.85), as humanidades reclamam uma postura mais democrática daqueles(as) que se ocupam das questões inter e/ou extratextuais. Assim sendo, lidar com a diversidade, pluralidade e a dinamicidade textual são exercícios indispensáveis para concretização de um humanismo pautado em critérios democráticos. O fomento a um quadro multidisciplinar requer, então, a realização de propostas investigativas em formato inclusivo.

Desse modo, ao longo da dissertação, o enlace histórico-filológico estará presente nas reflexões teóricas e no manuseio dos procedimentos metodológicos. Assim, é proposital a não delimitação de fronteiras disciplinares na abordagem teórica dos diversos temas destacados no trabalho.

Nesse empreendimento, mobilizo a historiografia sobre a escravidão e sobre o pós-abolição que vem sendo reelaborada pelo grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, constituído por historiadores(as), pesquisadores(as) autônomos(as) e estudantes de graduação e pós-graduação, há mais de duas décadas. O formato coletivo de construções dos textos historiográficos serve de cartão de visita para enveredar nos movimentos intertextos que, em conjunto, servem de rascunho para entendimentos em torno da escrita da história do grupo, assim como da historiografia da escravidão da qual integra.

Para tal objetivo, acionei de forma compósita os acervos das instâncias histórico-filológica, as quais possuem como terreno teórico comum o fomento a novas posturas em relação aos movimentos textuais. Nesse sentido, as problematizações da nova história cultural (CHARTIER, 1990), as provocações em torno de um humanismo mais democrático e mundano (SAID, 2007 [1993]), os deslocamentos provocados pela ressignificação da dimensão textual à luz da sociologia dos textos (MCKENZIE, 2018 [1986]) e a perspectiva antifundacionista da crítica filológica (BORGES; ALMEIDA, 2017) servirão de quadro geral para alargamento dos horizontes interpretativos em torno das narrativas construídas pelo referido grupo. Em arremate, a matriz teórica da operação historiográfica (CERTEAU, 2015 [1975]), calcada em três elementos (uma escrita, prática e uma escrita) permeará as discussões teóricas acima.

Ainda sobre o plano teórico, cabe registrar que os debates históricos- filológicos ajudam a caminhar sob uma perspectiva que permita tracejar processos de construção textual, tendo como baliza as redes de relações de vários autores na consolidação de uma historiografia social da escravidão. Nesse sentido, a história cultural mobilizada, dentro do espectro contributivo de Chartier (1990), serve de ponto de conexões entre as referidas instâncias, vez que orienta novas leituras sobre a noção descentralizada do texto historiográfico.

Estruturalmente, a dissertação será composta por três seções, as quais foram edificadas sob o alicerce de excertos dos livros coletivos e individuais produzidos pelo referido grupo de pesquisa, de modo a visualizar gestos de leitura/escrita (CHARTIER, 1988; TADASHI, 2015), produzidas pelos seus membros e expressados em movimentos comunitários sobre escrita da história.

Partindo desses pressupostos, o presente trabalho se move no interior das provocações lançadas e discutidas pela história e filologia, a partir dos estudos sobre o texto (historiográfico) produzido coletivamente, pelo mencionado grupo de pesquisa, de modo a perquirir de que forma se constrói e é compartilhado o conhecimento sobre a história social da escravidão.

A primeira seção, **Reflexões histórico-filológicas**, situará o debate teórico por meio de uma abordagem panorâmica sobre as principais questões em torno da narrativa histórica, tendo como guia quadros comparativos contendo excertos dos livros e artigos produzidos pelo referido grupo de pesquisa. Nesse primeiro momento, será estabelecida uma breve radiografia do mapeamento da historiografia na qual a produção acadêmica do grupo se insere. Em seguida, os debates em torno do conceito descentralizado do texto servirão de mote para visualização de movimentos intertextuais.

Por sua vez, a segunda seção, **Mapeando a historiografia do grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade**, o acareamento entre os elementos textuais será o destaque, visando perscrutar as dinâmicas intertextuais, além das semelhanças estratégicas do ponto de vista estético, narrativo e discursivo. Como marco inicial, a historiografia de João Reis, um dos líderes do mencionado grupo, será apresentada visando a construção de um processo de retroalimentação de suas constrições pelos outros pesquisadores componentes do grupo.

A terceira seção, **A operação historiográfica sobre a narrativa histórica**, se concentra na utilização da matriz teórica de Michel de Certeau (2015 [1975]), *a operação historiográfica*, como ferramenta para organizar o produto coletivamente construído pelos pesquisadores que participam do grupo de pesquisa, a fim de evidenciar os três elementos sobre os quais *o discurso não fala: lugar social, as práticas e uma escrita* (CERTEAU 2015 [1975], p. 46).

Finalmente, a última seção sumariza as discussões da dissertação, além de apontar possíveis caminhos para investigações futuras, notadamente sobre a existência de um padrão narrativo coletivamente partilhado entre os pesquisadores.

2. IMERSÕES HISTÓRICO-FILOLÓGICAS

2.1 “A HISTÓRIA É BEM MAIS CONTRADITÓRIA DO QUE SUPÕE A VÃ TEORIA”¹

O mapeamento da historiografia brasileira, em um olhar apressado, pode remeter a um lugar meramente acumulativo, como um breve apanhado geral da escrita da história. Sob outra perspectiva, em um olhar menos acelerado, a história da historiografia tende a ser visualizada como um instituto aberto e poroso, com capacidade de se reinventar, através da relação dialética entre o passado e o presente (ARAUJO, 2013). Esse segundo entendimento, a despeito da base teórica calcada a partir do regime de historicidade heideggeriano² - do qual Araújo não se afasta - se fundamenta em torno da (re)construção do passado pelas questões atuais.

Seguindo esse caminho, nas próprias palavras de Araújo (2013), a historicidade, enquanto sustentáculo da história da historiografia, assume um caráter catalizador e retroalimentador, promovendo conexões entre as temporalidades, como exposto abaixo:

Uma analítica da historicidade deverá investigar as condições, formas e funções das “aberturas historiográficas da história”, e essas aberturas são sempre produzidas em uma tensão entre suas condições estruturais e os eventos. Assim, tal analítica teria como uma de suas principais funções desobstruir a historiografia de sua impropriedade, ou, dito de outra forma, colaborar para recolocar o historiador frente ao fenômeno da história por meio da desnaturalização das representações e objetos históricos que se acumulam como resultado da própria ciência; lembrar, enfim, ao historiador que nossa relação com o passado, embora necessariamente mediada por representações reificadas, tem outra fonte mais fundamental, a própria experiência da história (ARAUJO, 2013, p.42).

Em síntese, o mapeamento da historiografia à luz das propostas de Araújo (2013) seria construída sob as bases de um regime de historicidade capaz de conferir ao(a) historiador(a) poderes de reformulação ou mesmo abertura de fendas sobre o passado, permitindo enveredá-lo mediante outros caminhos não tradicionalmente estabelecidos pela própria historiografia.

Em acordo com esse prisma dos pressupostos do autor supracitado, a história da historiografia passa a ser entendida não apenas enquanto uma subdisciplina interessada no conjunto de práticas de viés autorreflexivo acerca da produção historiográfica, mas, em especial, pela sua funcionalidade crítica sobre a própria escrita da história, abarcando novos estudos, como um saber maleável (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p.192). Em

¹ Expressão proferida por Silva Lara em palestra e constante no dossiê sobre a historiografia da escravidão, integrante do terceiro volume da Revista de História (1992). Os títulos das subseções da presente dissertação são excertos de textos e/ou paráfrases que contribuíram para formação das discussões apresentadas ao longo do trabalho.

² Refiro-me ao ângulo linear e universalista que permeia a base conceitual de Heidegger e ao pressuposto teórico em torno da noção do homem enquanto ser histórico que divisa suas relações por meio da reelaboração do passado no presente tendo como parâmetro as diretrizes do futuro.

acréscimo, a instrumentalidade desse instituto se operaria em termos de renovações e novas versões do passado (re)construídas pelas gerações de historiadores (MALERBA, 2006).

Na verdade, mesmo adotando a concepção capitaneada por Araújo (2013), não identifico como viável negligenciar a ideia de que a proatividade do regime de historicidade inerente à história da historiografia é permeada por tensões e silenciamentos. Conforme anuncia Santos (2018), a disposição geográfica da historiografia brasileira é reveladora dos desníveis na produção da escrita da história brasileira. No trecho abaixo destacado, o autor relativiza a ideia de uma historicidade unívoca sobre a historiografia brasileira, considerando que até o final do século XX sua arquitetura passava ao largo de uma concepção nacional, ante o escamoteio das produções historiográficas formadas além da região sudeste do país, como evidenciado abaixo:

Por hora cabe destacar apenas que até meados da década de 1990 ainda não é possível se falar em uma história da historiografia, mas, tão somente na emergência de uma crítica historiográfica, ainda pouco consistente, sem se ater efetivamente a historicidade da própria história (...) Portanto, a “historiografia brasileira” profissional, acadêmica é uma invenção recente e em permanente disputa que só muito tardiamente, depois da segunda metade dos anos 2000, passou a ser pensada mais democraticamente, fazendo corresponder à sua geografia disciplinar um pouco da diversidade institucional e dos lugares de produção do conhecimento histórico hoje existentes no país. Antes disso o que se afirmava como “historiografia brasileira”, com um caráter nacional, era, na verdade, a historiografia produzida geralmente em um dado estado, em dadas instituições, por dados historiadores e que se arvoravam assumir o lugar do nacional e falar por e a partir dele. Até meados dos anos 2000, como vimos, apenas a historiografia produzida nas instituições de São Paulo e Rio de Janeiro puderam se dizer nacionais, puderam ver-se e dizer-se “historiografia brasileira” (SANTOS, 2018, p.230-231).

A crítica de Santos (2018) é reveladora da geopolítica subjacente à formação de uma história da historiografia, além de motivar a leitura da escrita da história pelas margens. Em outras palavras, a composição de um regime de historicidade sobre acerca do mapeamento da historiografia precisa levar em consideração as hierarquias, as exclusões e os silenciamentos³.

A discussão acima também auxilia no entendimento de que a historiografia da escravidão – tema objeto da presente seção – não escapa à cartografia idealizada por Santos (2018); pelo contrário, um breve apanhado dos(as) historiadores(as) que buscam mapear e fomentar debates sobre a temática da escravidão demonstram homogeneidades sobre as produções historiográficas. Nesse sentido, adianto que a formação do grupo de pesquisa

³ Na terceira seção retomarei as discussões sobre a geopolítica do conhecimento para melhor contextualizar o lugar social dos(as) historiadores(as) que integram o grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, objeto de investigação nesse trabalho.

Escravidão e Invenção da Liberdade contribui para expor tanto as fraturas, quanto as disputas que norteiam os estudos sobre escravidão no Brasil.

No vasto ambiente da escrita da história, o horizonte de estudos historiográficos sobre a escravidão representa uma temática sensível e traumática de nosso passado, justamente por integrar “uma categoria explicativa da especificidade do processo histórico brasileiro” (QUEIROZ, 1987), que durante mais de três séculos estruturou a sociedade brasileira.

As permanências sociais da escravidão se apresentam como fissuras em aberto, refletindo o caráter inconcluso da cidadania brasileira, conforme questionamento de Schwarcz e Starling (2015) abaixo destacado:

Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a se escrever no presente. [...] Último país a abolir a escravidão no Ocidente, o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso mais igualmente perverso. [...] Marca forte e retinente, a herança da escravidão condiciona até nossa cultura, e a nação se define a partir de uma linguagem pautada em cores sociais. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.14-15).

Os desdobramentos da escravidão servem, segundo as autoras, como fio condutor desse processo de historicização da história do Brasil, considerando a intrínseca relação entre inquietações do presente e a busca por respostas por meio da reconstrução do passado.

Traçadas preliminarmente essas questões, longe de estabelecer um catálogo exaustivo de obras, temas e perspectivas, um dos objetivos desta subseção é situar o grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, a partir dos debates realizados no âmbito da historiografia da escravidão, permitindo circunscrever o atual contexto de sua produção e, em certa medida, apontar suas contribuições para o cenário da história da historiografia brasileira.

Segundo Reis (1988)⁴, Queiroz (1998), Slenes (1999)⁵ Schwartz (2001), Gomes (2004), Lara (2005) e Chaloub e Silva (2009), os estudos sobre a escravidão podem ser subdivididos em três eixos interpretativos⁶: (i) visão culturalista de Gilberto Freyre nos anos 1930; (ii) ótica

⁴ Em artigo, João Reis (1998) costura um balanço sobre a historiografia da escravidão tendo como enfoque a historiografia sobre as rebeliões de escravizados, se distanciando da divisão tripartida acima destacada. Entretanto, tal artigo merece destaque por ser um dos primeiros panoramas sobre a historiografia da escravidão. Em acréscimo, a coletânea na qual o artigo integra tem como título Escravidão e Invenção da Liberdade, que deu nome ao grupo de pesquisa em estudo.

⁵ Embora Robert Slenes dirija o debate historiográfico à questão da família escravizada, há uma aderência à visão tripartite acima destacada sobre a historiografia da escravidão.

⁶ A segmentação da historiografia em três grandes momentos, escolas ou mesmo tendências historiográficas segue a periodização que vem sendo elaborada pelos especialistas, embora não signifique a inexistência de multiplicidade de abordagens dentre os diversos autores e autoras mencionados(as) ao longo dessa subseção, nem tampouco se limite aos marcos temporais aqui estabelecidos. A título ilustrativo destaco os estudos sobre a população negra por

marxista da Escola Paulista de Sociologia durante as décadas de 1960/1970; e (iii) renovação dos anos 1980, marcada pelo enaltecimento da população escravizada como sujeitos históricos.

Tradicionalmente, as diversas interpretações sobre o Brasil mostram tentativas historiográficas de construção de sentido(s) à formação do país, sendo atribuída à tríade ensaística formada por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior (CÂNDIDO, 2000) a busca por um pensamento que respondesse aos dilemas contemporâneos do país. Sobre essa trinca, a diversidade de pontos de vista – Freyre (2006 [1933]), privilegiando o aspecto cultural como decisivo a uma suposta democracia racial; Holanda (1995 [1936]), na identificação do processo histórico de construção da nação a partir dos eixos tipológicos/sociológicos estabelecidos como ideais; e Prado Junior (2006 [1972]) ao focar o sentido da colonização no cenário capitalista atual – não chega a enfatizar a questão racial como chave interpretativa para compreensão dos nossos desafios atuais.

O pioneirismo das proposições de Gilberto Freyre (2006 [1933]) se destaca pela capacidade em mobilizar os(as) escravos(as) como aspecto humano importante para composição miscigenada de nossa cultura. A busca por uma síntese da formação do Brasil, levou Freyre à adesão – mesmo que tardia – ao culturalismo de Franz Boas (PALLARES-BURKE, 2005), apesar de sua análise deixar escapar a ausência de rompimento com a noção de hierarquia racial. A predileção por questões de ordem cultural e social em detrimento de aspectos genéticos (temática tão em voga em um período de ampla divulgação do racismo científico), apesar da originalidade, guardava perfil conservador ao tornar a escravidão brasileira moderada e amena (QUEIROZ, 2018 [1998]). Não à toa, o modelo interpretativo projetado por Freyre, mesmo passado quase um século, ainda mantém vivo o imaginário em torno de uma democracia racial, satisfazendo o interesse das elites do país (AGUIAR MEDEREIROS, 1984).

Em contraposição ao arquétipo açucarado freiriano⁷, estudos de ordem sociológica nos anos 1950 e 1970, a Escola de São Paulo⁸ promoveu substanciais mudanças ao associar a escravidão a modelos explicativos estruturais sobre a economia colonial, considerando o processo de acumulação do capital, lastreados em concepções teóricas marxistas. Embora não

Nina Rodrigues (2004 [1904]) com repercussões em várias áreas do conhecimento como medicina legal, história, antropologia, direito penal, dentre outros, os quais foram desenvolvidos anteriormente aos trabalhos de Gilberto Freyre, considerado marco inaugural da historiografia da escravidão. Para maiores informações sobre o debate as teorias raciais e a ampliação do racismo científico no Brasil no período anterior à Freyre ver em Szwarcz (1993).

⁷A adjetivação se refere ao modo como a historiografia criticou as propostas de Freyre, conforme mencionado no parágrafo anterior.

⁸ Denominação atribuída ao conjunto de estudos de viés marxista realizados pela Universidade de São Paulo com ênfase nas questões macroeconômicas decorrentes da escravidão no Brasil.

necessariamente vinculados à referida escola, autores como Fernando Henrique Cardoso (2003[1963]), Florestan Fernandes (2008[1965]), Emília Viotti da Costa (1998[1966]), Fernando Novais (2010 [1979]), Caio Prado Jr (2000 [1942]) e Ciro Cardoso (1988) vão seguir a tendência economicista do debate, destacando, dentre várias proposições, a brutalidade do sistema escravagista. Cabe ressaltar, todavia que essa variedade de proposições é unificada por Schwartz (2001) pela visão negativa da relação senhor e escravizado, em oposição ao entendimento mais ameno proposto por Freyre.

Segundo Queiroz (1998), a natureza intrínseca da violência à escravidão obsta a ótica negociada panfletada pela nova corrente historiográfica, sendo a contradição intestina entre o(a) escravizado(a) ser, a um só tempo, bem semovente e ser humano sustentáculo do sistema escravagista brasileiro. Em conjunto, essas interpretações podem ser compreendidas dentro de um quadro geral que encaixa a escravidão sob uma ótica economicista, além de essencialmente violenta, conforme resume o autor supracitado:

Para eles, a escravidão é pedra basilar no processo de acumulação do capital, instituída para sustentar dois grandes ícones do capitalismo comercial: mercado e lucro. A organização e regularidade da produção para exportação em larga escala – de queque dependia a lucratividade – impunham a compulsão ao trabalho. Para obtê-la, coerção e repressão seriam as principais formas de controle social do escravo. [...] A violência também se transmitia ao escravo que, transgredindo as normas, desacatando os senhores, roubando-os, assinando-os, exprimia de forma brutal, o seu inconformismo ante o cativo. (QUEIROZ, 1998, p. 106).

De acordo com Mattoso⁹ (2016 [1978], p.07-35), mesmo durante a década de 1970 e, sobretudo, a de 1980, houve um redesenho da geografia das pesquisas sobre escravidão para além do eixo sul-sudeste, com destaque para o instituto de pesquisa Joaquim Nabuco, em Recife, bem como no âmbito da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. À vista disso, a autora afirma que apareceram “Pesquisadores isolados, ou pequenos grupos em outras capitais do país, como foi o caso da Bahia onde surgiram importantes contribuições de Thales de Azevedo, Edilson Carneiro, Luis Viana Filho, Pierre Verger” (MATTOSO, 2016 [1978], p.10).

Nesse caminho, a historiografia da escravidão ganhou outras roupagens, em especial durante os anos 1980, a partir da renovação teórico-metodológica¹⁰, do processo histórico de

⁹ O livro *Ser escravo no Brasil* (2020 [1978]) foi publicado primeiramente pela editora Brasiliense e, seguida, pela editora Vozes, na qual em sua 2ª edição consta novo prefácio de autoria de Kátia Mattoso. Ela realiza interessante percurso histórico das diversas perspectivas de análises de pesquisadores da escravidão no Brasil, demonstrando, inclusive, a coexistência de abordagens distintas em períodos também distintos, além de especificar as peculiaridades de alguns autores aqui mencionados.

¹⁰ Por teórico-metodológico vislumbro os usos de uma concepção thompsoniana das relações, associada a uma dimensão em escala reduzida em articulação com questões macro, ou seja, a conexão de uma história marxista britânica com a micro-história italiana. Na seção seguinte, essa temática será retomada de forma mais detalhada.

abertura política brasileira e pela ampliação de Programas de Pós-Graduação no país (GOMES, 2004)¹¹.

As discussões historiográficas nesse período ganham reforço com a reorganização do Movimento Negro Unificado (MNU)¹² em meio ao processo de reabertura do cenário político do país nos anos 1980. Tal cenário engrossou a reestruturação de um caldeirão de instituições, organizações civis e partidos políticos que reivindicavam maior primazia de políticas públicas voltadas às diversidades racial, de gênero, de orientação sexual, dentre outros setores minorizados.

Ainda sobre quadro geral de reivindicações sociais, Santos (2013) demonstra que as mobilizações e reivindicações do movimento, bem como da intelectualidade de autores negros, possibilitaram a intersecção entre o contexto sociopolítico do país e as mudanças ocorridas nos estudos sobre a escravidão, oxigenando e pluralizando pautas tanto nas leituras, quanto nas interpretações históricas sobre o passado escravista brasileiro. Em acréscimo, Rago (1999) realiza a associação do movimento negro aos estudos historiográficos de brasilianistas, questionando o mito da democracia racial, por meio de novas pesquisas históricas com abordagens não subalternizadas da população negra.

Em meio às mudanças políticas que vinham se desenhando durante reabertura política ocorrida durante toda década de 1980 - incluindo o movimento pelas Diretas Já e a Constituinte de 1987- Schwartz (2001) esclarece que o centenário da abolição, em 1988, intensificou os estudos sobre a escravidão, incluindo a diversificação temática, tais como alforrias, revoltas/rebeliões, religiosidade, tráfico transatlântico e interno de escravizados, movimentos abolicionistas, família escravizada, resistências individuais cotidianas das mais variadas formas

¹¹ Carlo Fico e Ronald Polito (1992, p. 33) ressaltam que a criação dos Programas de Pós-Graduação se iniciou no Brasil na década de 1970, embora tenha se expandido de forma mais consistente durante a década de 1980. Atualmente existem em torno de 82 (oitenta e duas) instituições de Pós-graduação no país, totalizando, 129 (cento e vinte nove) cursos de mestrado e doutorado, conforme balanço da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES): <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=40&areaConhecimento=70500002>. Acesso em 14 de maio de 2021.

¹² O MNU se desenvolveu no curso do processo histórico de mobilização nacional em defesa da questão racial no Brasil. Segundo Domingues (2007), o movimento negro enquanto categoria remonta ao início da República no final do século XIX, com surgimento de organizações civis (sociedades, centros comunitários e agremiações), a exemplo da Frente Negra Brasileira, podendo ser periodizado em 4 grandes fases: a primeira, da primeira república ao Estado Novo, a segunda, entre a considerada segunda república até ditadura militar; a terceira fase, compreendida entre início do processo de redemocratização à república nova e, por fim, a quarta fase, a partir dos anos 2000. No curso de tal subdivisão, Domingues (2007) demonstra a multifacetada proposição dos movimentos: “A trajetória desse movimento vem se caracterizando pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira” (DOMINGUES, 2007, p. 122). Em acréscimo a tal proposta, Barcelos (1996) realiza interessante reflexão abordando a historicidade do(s) movimento(s) negro(s) em outro formato, subdividindo a temática em dois grandes momentos: mobilizações raciais na primeira metade do século e contemporânea.

(SCHWARTZ, 2001). No cenário apresentado pelo referido autor, Kátia Mattoso¹³, Sidney Challob¹⁴, Sílvia Lara¹⁵, João José Reis¹⁶, Robert Slenes¹⁷, Keila Grinberg¹⁸, por exemplo, realizaram estudos no âmbito da história social, econômica e cultural e, em comum, evidenciaram experiências, trajetórias, lutas e resistências de escravizados(as), compreendendo-os(as) como sujeitos com capacidade de articulação, atos(as) tensionar o sistema escravista brasileiro.

Embora a terminologia se alterne para definir a periodização acima, ora como “paradigma” (CHALLOUB; SILVA, 2009), ora como “matriz”, “vertente” (QUEIROZ, 1998), o estabelecimento dos três momentos historiográficos escapa uma sucessividade cronológica, escamoteando as disputas subjacentes, em especial entre as duas últimas que, no limite, nos revela visões epistêmicas antagônicas sobre o labor historiográfico.

Para ilustrar, retomo à celeuma em torno das visões historiográficas, representantes das últimas vertentes acima destacadas. Entre 1990 e 1991, o debate rompeu o universo acadêmico, ganhando a cena pública brasileira com a publicação de 3 (três) artigos no caderno de letras da Folha de São Paulo – um, intitulado *Gorender põe etiquetas nos historiadores* (CHALLOUB,

¹³ Kátia Mattoso é umas principais referências historiográficas sobre estudos da escravidão, notadamente a respeito do período escravista brasileiro. Durante os anos em que residiu no país, produziu intensa produção intelectual, a exemplo dos livros *Ser Escravo no Brasil* (2020 [1978]), *Bahia Século 19 — Uma Província no Império* (1992) e *Família e sociedade na Bahia do século XIX* (1988). Dentre contribuições teóricas e metodológicas, destaco os estudos seriados em longas durações, sob espectro econômico e social, aos moldes dos estudos da Escola dos Annales. A vasta bibliografia de Mattoso encontra-se listada por Reis e Souza (2013).

¹⁴ Sidney Challob é professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e possui diversos livros voltados à história social da escravidão, dentre eles *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990) e *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista* (2012). Ademais, possui trabalhos como *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (1996), *Machado de Assis, historiador* (2003) que traçam outras questões voltadas à história social da cultura no século XIX.

¹⁵ Sílvia Hunold Lara foi professora titular do departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e tem como principal escopo de investigação a história social da escravidão, com recorte voltado para as questões relacionadas as relações sociais escravistas no período colonial, bem como aspectos judiciais no referido período. É autora dos livros *Fragmentsos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder* (2007), *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (1988) e organizou o livro *Direitos e Justiça no Brasil. Ensaios de história social* (2006).

¹⁶ João Reis é um dos referenciais sobre história da escravidão, em especial sobre rebeliões escravas. Maiores informações sobre sua importância para a nova vertente historiográfica serão expostas mais detalhadamente na subseção seguinte.

¹⁷ Robert Slenes é professor titular aposentado pela UNICAMP e atualmente é professor visitante Sênior no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo como principais objetos de investigação a história social da escravidão, notadamente em relação à família escrava e demografia da escravidão. Possui como principal livro *Na senzala, uma flor — esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX* (1991).

¹⁸ Keila Grinberg é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, professora titular do Departamento de História e Diretora do Center for Latin American Studies da Universidade de Pittsburgh e licenciada do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América* (2013), *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças* (2002). Possui como objeto de investigação história social da escravidão sob enfoque das questões envolvendo justiça e cidadania.

1990); outro, denominado *Como era bom ser escravo no Brasil* (GORENDER, 1990) e, por fim, *Gorender escraviza a história* (LARA, 1991)¹⁹.

Em outra oportunidade, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) produziu um dossiê sobre a historiografia da escravidão no terceiro volume da Revista de História (1992), com transcrição das palestras de Silva Lara e Jacob Gorender realizadas no seminário *tendências contemporâneas da Historiografia brasileira*, ampliando ainda mais as discussões. Para Gorender, em apertada síntese, os estudos historiográficos recentes teriam reabilitado o modelo interpretativo de Freyre pela visão suavizada e consensual da relação senhor e escravizado. Em contrapartida, Lara (1992) e Challoub (1992) partem da concepção marxista de Gorender como restritiva e desalinhada às renovações empíricas e teóricas desenvolvidas no âmbito do conhecimento histórico.

A ênfase sobre o caráter coercitivo e opressor da escravidão, que marca a Escola sociológica de São Paulo, revela não só contraposição ao aspecto ameno da relação escravista de Freyre, mas também uma perspectiva teleológica da atual situação precarizada de nossa sociedade, em especial das condições das grandes periferias do país. A teoria “escravo-coisa” (CHALHOUB, 2012) possuiria relação diretamente proporcional ao processo de continuidade de um modelo social hierarquizado (SKIDMORE, 1976) e formação das classes subalternizadas, com incapacidade de a população negra em se integrar à nova ordem social (FERNANDES, 2008 [1965]), em virtude de uma concepção de sua passividade. Essa interpretação é lida pelas novas tendências historiográficas como inviabilizadora de superação, justamente por se fundar em uma postura divisória entre escravidão e trabalho livre²⁰.

O termo transição utilizado para cunhar o momento da passagem política entre os períodos colonial e republicano é emblemático por sinalizar o posicionamento teórico de cada vertente historiográfica, como também o modo com o qual os pesquisadores visualizam a relação entre escravidão e liberdade. A posição dual e dicotômica, entretanto, é ressignificada pela nova historiografia da escravidão, na qual se encontra inserida o grupo de pesquisa em estudo. Novas pesquisas, notadamente pós-1980, vêm identificando na experiência cotidiana de sujeitos escravizados uma estratégia de oxigenação da própria noção de ser livre em meio

¹⁹ Para maior visualização do intenso debate no início da década de 1990 pelos referidos historiadores ver em Quadros (2011).

²⁰ Existem outros tantos conceitos historiográficos que evidenciam a contraposição entre as tendências historiográficas em destaque, a exemplo da ênfase em sujeitos escravizados, o uso amplificado e pluralizado das fontes documentais, a noção de brecha camponesa. Entretanto, a oposição teórica nessa subseção ficará restrita ao antagonismo entre a ideia de transição ao trabalho livre e a ressignificação da noção de liberdade na passagem que marca o fim da escravidão no Brasil. A escolha se deve ao próprio nome do grupo de pesquisa objeto de investigação, servindo como ferramenta para contextualizá-lo.

ao regime escravagista brasileiro, a exemplo da constituição familiar, estratégias para obtenção de alforrias, resistência em quilombos ou mesmo afrouxamento do domínio senhorial, por exemplo. Em outras palavras, os novos estudos buscam diluir a ideia de que o exercício do trabalho assalariado pela população negra somente se inicia após abolição.

Sobre o assunto, Silva Lara (1998) traz resgate das principais divergências sobre a ideia de transição e/ou substituição da força de trabalho no Brasil pós-abolição, aqui destacado na seguinte assertiva:

Esses e outros estudos têm revelado nos aspectos das relações entre escravidão e liberdade nas últimas décadas do século XIX, redimensionando a compreensão das relações entre trabalhadores livres e escravos durante todo período de vigência da escravidão [...] análises cruzadas de relações raciais, étnicas e de classe permitem redimensionar as abordagens tradicionalmente empreendidas por historiadores e cientistas sociais, propõem novas questões, problematizam paradigmas explicativos, e levam à investigação em novas fontes ou mesmo releituras de fontes já utilizadas anteriormente” (LARA, 1998, p.33 e 36).

Em reforço, trago a defesa de Chaloub (1990) sobre o modo de construção do conhecimento histórico pelo estudo detalhado das fontes, reconhecendo a voz dos sujeitos que buscavam, a partir dos limites ditados pela elite senhorial, ampliar espaços de autonomia, rompendo com a moldura esquemática de trabalho escravo em oposição ao trabalho livre:

A ênfase na chamada “transição” da escravidão (ou do escravismo, ou do modo de produção escravista) ao trabalho livre (ou à ordem burguesa) é problemática porque passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história. Ou seja, postulando uma teoria do reflexo mais ou menos ornamentada pelo político e pelo ideológico, o que se diz é que a decadência e a extinção da escravidão se explicam em última análise a partir da lógica da produção e do mercado. Trata-se, portanto, por mais variadas que sejam as nuances, da vigência da metáfora base/superestrutura; da idéia, freqüentemente geradora de reducionismos grotescos, de “determinação em última instância pelo econômico”. Em outras palavras, trata-se da postulação de uma espécie de exterioridade determinante dos rumos da história, demiurga de seu destino — como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais (...) Prefiro, então, falar em “processo histórico”, não em “transição”, porque o objetivo do esforço aqui é, pelo menos em parte, recuperar a indeterminação, a imprevisibilidade dos acontecimentos, esforço este que é essencial se quisermos compreender adequadamente o sentido que as personagens históricas de outra época atribuíam às suas próprias lutas (CHALHOUB, 1990, p. 19-20).

Assim, em síntese, por um lado, a escravidão é mobilizada como elemento central de uma metanarrativa, colocada em termos funcionais dentro de esquemas macroeconômicos ou mesmo modelos explicativos, sob variadas perspectivas²¹. Por outro lado, os(as)

²¹ Os artigos *Escravidão e capitalismo: notas de leitura do modelo sistema colonial nos anos 1970* (VITORINO, 2013) e *Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais* (PALERMO, 2017) fazem um apanhado amplo dessa vertente historiográfica, que articula escravidão e questões macroeconômicas, a exemplo do sentido da colonização em *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado

pesquisadores(as) privilegiam o uso de histórias com nomes, rostos, isto é, como sujeitos históricos situados que são protagonistas da construção de suas histórias e, por consequência, da história do Brasil. Numa frase, a história da escravidão é revisitada pelo viés da história social. Assim sendo, os estudos a partir dos anos 1980, portanto, não parecem rejeitar o caráter hostil e agressivo da escravidão; apenas complexificam a compreensão da dinâmica histórica, conferindo novas roupagens e tonalidades às formas relacionais entre senhores e escravizados.

Retomando o mote lançado a alguns parágrafos atrás, o atual momento da historiografia da escravidão reflete a renovação da própria epistemologia da história, profundamente atravessada pela interdisciplinaridade, como também pelo alargamento metodológico, a qual é fomentada pela produção do conhecimento histórico a partir das práticas culturais, do cotidiano de sujeitos anônimos escravizados por meio de estratégias de sobrevivência. Nessa perspectiva, a cultura é tratada como um campo de conflitos e negociação, servindo de lastro e mote nas relações sociais.

Ainda sobre o novo influxo, Monteiro (2001)²² traça interessante panorama de renovação epistemológica da história no Brasil, na qual encontra-se imersa a nova historiografia da escravidão:

A principal tendência da historiografia brasileira na década de 1980 foi o progressivo abandono de marcos teóricos generalizantes, sobretudo de inspiração marxista, e a crescente profissionalização do quadro de historiadores nas universidades, que fundamentavam seus trabalhos cada vez mais numa base mais sólida de pesquisa histórica. Os estudos coloniais, da tradição antiga, com exploração de arquivos antes inexplorados [...] o resultado foi uma verdadeira explosão de estudos sobre os escravos e a escravidão, sobre cristãos novos e a Inquisição, sobre mulheres, sobre os pobres sobre os “desclassificados”, enfim sobre um vasto elenco de personagens que passaram a desfilar no palco da história brasileira, junto com novas perspectivas sobre história social, demográfica, econômica e cultural” (MONTEIRO, 2001, p. 09).

Em arremate, Kinberg (2019) faz um apanhado geral dos diversos fatores que contribuíram para as mudanças da historiografia da escravidão nos anos 1980, conforme trecho abaixo destacado:

A vitalidade do olhar contemporâneo sobre a escravidão não vem se dando por acaso. Em 2001, o tráfico atlântico de africanos escravizados para as Américas foi classificado pela Organização das Nações Unidas como um crime contra a humanidade. A Conferência de Durban, realizada no mesmo ano, foi central na definição do conceito de reparação aplicado ao passado escravista. [...] De certa forma, desde o início do processo de redemocratização, em 1985, a sociedade e o Estado brasileiros começavam a reconhecer a legitimidade da busca por direitos encampada pelo movimento negro por tanto tempo. Os ativistas desempenharam um

Jr. (2000 [1942]), *Antigo sistema colonial*, de Fernando Novais (2010 [1979]) e *Escravidão colonial*, de Jacob Gorender (1998 [1978]).

²² Monteiro (2001), entretanto, ressalva a não extensão desse movimento renovatório à história indígena.

papel fundamental na regulamentação da igualdade racial e na proteção das expressões das culturas populares afrodescendentes e indígenas na Constituição de 1988, e abriram caminho para outras reivindicações, como a defesa da inclusão da história da África e da cultura afrobrasileira como componentes curriculares obrigatórios na Educação Básica do país, o que ocorreu através da lei 10.639 de 2003, e de uma política nacional de ação afirmativa (KINBERG, 2009, p. 152-153)

No curso dessas mudanças indicadas pelos autores, a historiografia da escravidão também seguiu o mesmo caminho, acompanhando o processo de diversificação temática, ampliação de abordagem teórica e metodológica desenvolvida pela própria história enquanto disciplina.

Por conseguinte, as ponderações sobre os rumos da historiografia tracejadas acima tiveram por finalidade posicionar ou mesmo rastrear o ambiente em que se encontrava mergulhado o grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA).

Para tal empreitada, coloco-me diante dos mesmos desafios de toda e qualquer prática histórico-filológica²³: o acesso mediato aos eventos do passado requer, minimamente, fixar parâmetros no tempo e no espaço, exercício que envolve uma postura decisória, embora não seja possível nomeá-la de arbitrária.

Com efeito, o referido grupo de pesquisa se desenvolveu em meio às transformações ocorridas na historiografia brasileira durante os anos 1980, embora não seja demasiado afirmar que sua formação também esteja atrelada ao processo de institucionalização do Programa de Pós-Graduação em História na UFBA, coincidente com o período em que mestrado em história social se desvincula do Programa de Pós-Graduação em ciências sociais da UFBA²⁴.

No que tange a esse Programa, encontros do grupo ocorreram durante toda década de 1990, tendo sua primeira reunião registrada em ata em 1998²⁵. Sua organização decorre da linha de pesquisa do PPGH-UFBA, de mesmo nome, sendo composta pela comunidade acadêmica em geral - professores de variadas instituições de ensino, estudantes de graduação e Pós-Graduações, além de pesquisadores de diversas Universidades e instituições de pesquisa do país e do exterior-, visando “discutir a experiência do negro na contemporaneidade, o racismo, a desigualdade, a cultura, as lutas do negro, sobretudo com vistas a entender a dialética entre o presente e o passado” (REIS; AZEVEDO, 2012, p.7).

²³ As subseções seguintes abordarão os contornos e os desafios do labor histórico-filológico.

²⁴ Durante a década de 1980, pesquisas em história já eram desenvolvidas pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, notadamente na área de concentração em História social, tendo Kátia Mattoso como orientadora de diversos trabalhos acadêmicos.

²⁵ Este encontro teve por objetivo a discussão do texto provisoriamente intitulado “Tambores e temores: a gente negra na Bahia do século XIX Em 2002 este artigo foi publicado no livro *Carnavais e outras festas: ensaios de história social da cultura* (REIS, 2002).

O nome do grupo de pesquisa problematiza os limites, a dinâmica e o conteúdo do termo liberdade em meio ao processo histórico da escravidão e pós-abolição, em especial no Brasil. Nesse sentido, a conjugação dos léxicos “escravidão” e “liberdade” se contrapõe diretamente a uma visão dicotômica entre manumissão e trabalho, consolidada pela historiografia dos anos 1970 (LIMA, 2005).

O termo liberdade destacado no nome do grupo também remete aos questionamentos que a nova frente historiográfica vem realizando, conforme anuncia Flávio Gomes (2005) na seguinte passagem:

As primeiras décadas pós-emancipação foram decisivas para os sentidos de liberdade, cidadania e autonomia. A questão parecia não ser tanto quem eram os protagonistas da liberdade, mas sim quais os significados(?) desta. Liberdade pra quê? [...] O que significava ser cidadão, ser integrado ou transformar-se em brasileiro? Ex-escravos e seus filhos não precisaram ser alertados para reconhecer que entre a herança e o legado do cativo estavam suas identidades reinventadas em parentescos, visões de mundo, lembranças e recordações. Tudo permanentemente modificado e reconstituído. Não eram apenas fardos que arrastariam ou de que poderiam se desfazer na primeira esquina da liberdade (GOMES, 2005, p. 11/12).

Esse horizonte ampliado se orienta por uma geração de historiadores que modificaram os rumos da historiografia a partir dos 1980, com suas pesquisas em diversas Universidades do país. De acordo com Flávio Gomes (2015), historiadores(as) como Hebe Mattos, Maria Helena Machado, Sidney Chalhoub, João José Reis e Silvia Lara seriam representantes desse novo momento da historiografia da escravidão. Desse rol, destaco o historiador João José Reis - que lidera o aludido grupo em companhia da historiadora Gabriela dos Reis Sampaio- reconhecido como referencial historiográfico sobre rebeliões de escravizados na Bahia do século XIX pelas importantes contribuições sobre as relações escravagistas no período colonial brasileiro²⁶.

A afirmação em torno da proeminência de João Reis é balizada pelas premiações e titulações acadêmicas que recebeu, bem como pelo reconhecimento dos próprios pesquisadores da história. Apenas a título preliminar, considerando que na seção seguinte trarei maiores detalhes sobre a importância dos estudos de João Reis para historiografia brasileira, utilizo como primeiro aceno e reforço argumentativo as ponderações de Durval Muniz Albuquerque Jr (2009) acerca da influência e prestígio de suas pesquisas: “João Reis é merecidamente um figurão da historiografia brasileira. Seus livros, desde o pioneiro *Rebelião escrava no Brasil*, modificaram o estado da arte dos estudos sobre escravidão, sobre rebelião escrava e movimentos sociais, não só no país, mas internacionalmente” (ALBUQUERQUE JR., 2009. p.211).

²⁶ Na seção seguinte, será detalhada a importância dos estudos de João Reis para historiografia brasileira.

Entretanto, é possível resgatar as propostas de João Reis tendo como ponto de partida a tradição de pesquisas produzidas na Bahia sobre a escravidão, notadamente por meio da figura de Kátia Mattoso, uma das principais precursoras do movimento renovatório ambientado nos anos 1980. Seus estudos seriados, com amplo espectro de investigação – em níveis sociais, econômicos e políticos–, foram fundamentais para o início de trajetória acadêmica de João Reis (REIS, 2002). Não à toa, suas obras ainda se fazem presentes nas pesquisas produzidas pelo grupo, como, por exemplo, nos livros coletivos objeto de estudo neste trabalho a menção às pesquisas de Kátia Mattoso são uma constante²⁷.

Ainda sobre Reis, as abordagens empíricas apresentadas em *Rebelião escrava no Brasil* (2003[1986]) apontam para outros rumos investigativos acerca das relações escravagistas – as quais já vinham se desenhando com as tendências historiográficas mencionadas. A mudança de perspectiva, a partir da ótica dos sujeitos envolvidos com o levante dos malês de 1835, abriu espaço para outras possibilidades de estudo, em novas frentes. Dentre elas, as estratégias de resistência de sujeitos escravizados, cuja expressão se revelava em múltiplos formatos, de barganhas cotidianas até rebeliões de grandes dimensões (REIS, 1989).

Entretanto, o próprio João Reis em entrevista concedida para composição do livro *Conversa com Historiadores brasileiros* (REGO; MORAES, 2002) destaca que a diversidade das pesquisas históricas atuais – o que inclui as realizadas no âmbito do grupo de pesquisa ora investigado – decorre da resposta dos historiadores às demandas sociais:

[A]s novas gerações de historiadores arregaçaram as mangas e foram aos arquivos e encontraram, e continuam a encontrar fontes que revelam ângulos surpreendentes das relações escravistas [...] eu não atribuo o maior interesse pela escravidão à existência de linhas de financiamento específico, embora por ocasião do centenário da abolição tivesse aparecido algum dinheiro extra. Creio que nossa geração, e outras mais novas, responderam ao chamado por mudanças sociais em nosso país, em particular dos movimentos negros, que colocaram a questão racial no centro das reflexões sobre o presente e o passad[o] (REGO; MORAES, 2002, p. 326).

Articulando o contexto histórico em que se conforma a pesquisa de Reis à formação do grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da liberdade*, seu desenvolvimento ocorreu ao longo do processo histórico de alterações tanto da história enquanto disciplina – em especial pela ampliação e diversificação dos objetos de investigações e das reformulações teóricas – quanto pelos novos rumos experimentados pela própria historiografia da escravidão, conforme mencionado anteriormente. Segmentar os influxos representa apenas uma forma didática de acesso às renovações teórico-metodológicas que todos os ramos da história passaram, em

²⁷ Ao longo do presente trabalho, várias passagens de artigos e livros dos integrantes do referido grupo de pesquisa trarão passagens referenciando os estudos da referida historiadora.

especial pelo debate pós-1970, estimulado pelos (des)entendimentos sobre a natureza da narrativa histórica²⁸.

As afirmações acima, contudo, não implicam conferir um tom de passividade do referido grupo pela mera absorção dos caminhos trilhados pela história-disciplina; pelo contrário, ao fazer parte dessa toada, as diversas pesquisas promovidas pelos integrantes denotam sua ativa e direta participação, contribuindo com a ampliação de objetos e temas históricos, notadamente (mas não exclusivo) pelo recorte espacial baiano²⁹.

Em sentido amplo, o grupo em referência participa do percurso historiográfico por meio de publicações de artigos em periódicos, teses, dissertações e livros fruto de pesquisas³⁰ que redesenham a história do Brasil sob a ótica de sujeitos escravizados. Esses se inserem como agentes que constroem formas de atuação em meio ao sistema escravagista brasileiro e pós-abolição, que, em conjunto, se direcionam na contramão de uma abordagem reinante até os anos 1980.

Muito embora a formação institucional do grupo de pesquisa remonte ao final da década de 1990, existem vários marcos temporais que podem ser elencados como guia para estabelecimento de um itinerário sobre sua composição, enquanto entidade de pesquisa e formação de novos pesquisadores na área da historiografia da escravidão.

Dentre ele/s, destaco a comemoração do centenário da abolição, em 1988, em que João Reis organizou a coletânea *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil* (REIS, 1988). Sua principal proposta foi a divulgação de estudos em torno da história afro-baiana produzidos no cenário acadêmico baiano, por meio de eixos temáticos centrados nos aspectos em torno da violência e alforria de escravizados(as), movimentos populares, religiosidades na Bahia colonial. Os diversos artigos que compõem a referida coletânea são uma fotografia do momento historiográfico desenvolvido no final da década de 1980 na Bahia, conforme destaque abaixo:

As pesquisas de história da escravidão têm se expandido nos últimos anos, parcialmente devido às teses de pós-graduação na UFBA, mas o ritmo é lento ainda e os vazios são muitos: nada sobre escravidão urbana, menos ainda sobre a rural, etc., etc. E a história do negro após abolição? Um absoluto desconhecido. Há muito por fazer. Este livro é uma pequena amostra do que está sendo feito. (REIS, 1988, p. 10).

²⁸ Logo em seguida, na subseção abaixo, tornarei essas questões mais próximas. O debate sobre a natureza da narrativa histórica é central para desenvolvimento dos argumentos do presente trabalho.

²⁹ Na última seção, a partir da operação historiográfica de Michel de Certeau, buscarei tornar mais visível o caráter proativo do grupo frente à historiografia da qual faz parte.

³⁰ É possível perceber o percurso das produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em História por meio dos acervos disponibilizados na internet: <https://www.historiografia.com.br/programa/ufba-ppgh>. Acesso em 07. set. 2021 e <https://ppgh.ufba.br/teses-dissertacoes>. Acesso em 08. set. 2021.

Sem cair em uma proposta temporal teleológica, não parece demasiado afirmar que a ambientação acadêmica do final dos anos 1980 também serve de ponto de confluência à ordenação do grupo de pesquisa. Para apoiar tal afirmação, reforço que seu processo de construção se desenvolveu *pari passu* à estruturação institucional do Programa de Pós-Graduação em História na UFBA (PPGH), tendo atualmente uma das linhas de pesquisa com mesmo nome do grupo em estudo. Cabe ainda ressaltar que o título da coletânea (REIS, 1988), também acena para a própria escolha do nome do grupo de pesquisa e da linha de pesquisa vinculada ao novel PPGH-UFBA.

O espaço temporal que precede a consolidação do grupo de pesquisa ajuda a visualizar a ambivalente amplificação e consolidação dos cursos de Pós-Graduação no país (FICO; POLITO, 1996) em meio ao fim dos anos de chumbo e reabertura democrática do país em meados de 1980. Aliada à oxigenação teórico-metodológica acima referenciada no âmbito da teoria da história, as pesquisas na área se pluralizaram, permitindo o desenvolvimento de novos estudos sobre a escravidão no Brasil.

Ainda sobre o recorte sobre a historiografia da escravidão, Neves (2010) apresenta interessante percurso de estudos desenvolvidos no cenário baiano, a partir da periodização de Maria José de Souza Andrade, em três grandes marcos: século XIX, com pesquisas realizadas por Nina Rodrigues e Manoel Quirino; início do século XX, por meio das contribuições de Artur Ramos, Donald Pierson, Edison Carneiro e Luís Viana e Filho; e meados do século XX, através das pesquisas estimuladas pelo Centro de Estudos Afro-Ocidentais (CEAO)³¹ (ANDRADE, 1988 apud NEVES, 2010).

O CEAO é um instituto vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, sendo responsável pela Revista Afro-Ásia³², a qual possui estreitamento com os membros do grupo de pesquisa em estudo, notadamente pela participação ativa tanto na linha editorial, quanto nas publicações de artigos da revista.

Avançando para as últimas décadas do século XX, Neves (2010) elenca uma série de novos estudos realizados na Bahia, demonstrando a diversidade temática em torno da historiografia da escravidão. Podemos citar como exemplos desses estudos a trajetória de escravizados e libertos, movimentos abolicionistas, incluindo a presença de homens e mulheres negros(as), constituição da família escravizada, ações de liberdade e reescravização, alforrias,

³¹ Maiores informações ver em <http://ceao.ufba.br/> (acesso em 15 out. 2021) e <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia>. Acesso em 15 out. 2021.

³² Desde 1965, a revista semestral do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (Salvador, Brasil), tendo como objetivo a divulgação de estudos relativos às populações africanas, asiáticas e seus descendentes no Brasil.

tráfico transatlântico, religiosidades como aspecto cultural e fomento à resistência frente ao escravagismo, bem como as facetas da escravidão no sertão baiano.

Não obstante, Neves (2010) promove sua análise historiográfica pela arrecadação dos objetos de pesquisas e aportes teórico-metodológicos utilizados pelos diversos pesquisadores da área, é possível extrair desse rol alguns dos atuais integrantes do grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, o que em certo sentido aponta para uma continuidade ou mesmo consolidação da historiografia da escravidão realizada na Bahia.

Ao inserir os estudos sobre escravidão na Bahia em perspectiva nacional, Neves (2010) confirma a tendência de crescimento de instituições de pesquisa anunciada por Fico e Polito (1996), conforme se infere do trecho abaixo destacado:

[...] na transição do século XX, se instituíram novos cursos de pós-graduação e se multiplicou o número de professores a se pós-graduarem em outras unidades da federação e no exterior, que ampliaram os estudos sobre o negro e a escravidão na Bahia (NEVES, 2010, p. 155).

Trazendo as estatísticas para o núcleo da Universidade Federal da Bahia, até o início da década de 1990, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais abarcava áreas de concentração, dentre elas história social³³. A capilaridade de novos Programas de Pós-Graduação na UFBA, durante os anos 1990, incluindo o PPGH- UFBA, deu azo à formação de diversos dos(as) atuais integrantes do grupo, os(as) quais iniciaram sua carreira acadêmica no recém-criado mestrado em história social. No catálogo, destaco³⁴ Walter Fraga Filho, com a defesa da dissertação intitulada *Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX* (1994)³⁵, Isabel Cristina Reis, com a defesa de dissertação *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX* (1998)³⁶, Wlamyra Albuquerque³⁷, com a dissertação *Civismo Festivo na Bahia: comemorações públicas do Dois de Julho* (1889/1923) (1997), Iacy Maya Mata, com a

³³ Informação obtida do Catálogo de Teses e Dissertações da área de História. Maiores informações ver em <https://www.historiografia.com.br/programa/ufba-ppgh>. Acessado em 30 ago. 2021.

³⁴ O realce dos historiadores(as) acima mencionados se refere a rede de relações construídas entre eles, tendo João Reis como figura central nesse ambiente.

³⁵ O trabalho de Fraga (1994) apresenta parcela de excluídos em meio a uma sociedade baseada no escravagismo, buscando evidenciar “das estratégias de sobrevivência e resistência de homens e mulheres livres e dos libertos na Bahia (não na província, mas na cidade) durante o século XIX, procurando mostrar o perfil étnico-racial e etário dos mendigos, como sobreviviam e como organizavam uma territorialidade própria, além do tipo de relação que mantinham com os bem-nascidos” (RABELO, 1997, p.167). A dissertação defendida posteriormente foi publicada pela editora da UFBA(EDUFBA)

³⁶ A pesquisa desenvolvida por Isabel Cristina Reis (1998) se insere dentro dos estudos sobre a família escrava como instrumento de resistência em meio sistema escravista baiano no século XIX. Como desdobramentos, pontuo a sua publicação pela EDUFBA (2001) e, no âmbito do doutorado, com a defesa da tese *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888* (REIS, 2007), na UNICAMP.

³⁷ Os festejos do 2 de Julho são mobilizados por Albuquerque (1997, p.128) para demonstrar o processo histórico de conformação da sociedade baiana por meio das questões socioculturais e raciais: “[...] as comemorações da Independência na Bahia revelavam dilemas e conflitos da sociedade baiana nos primeiros anos da República”.

defesa da dissertação *Os treze de Maio – Ex senhores, Polícia e libertos na Bahia Pós-Abolição (1888-1889)* (2002)³⁸ e Daniele Santos de Souza (2010), com a dissertação *Entre o “serviço de casa” e o “ganho” : escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII*³⁹.

Importante destacar que tod(as)os foram orientados por João Reis, um dos líderes do referido grupo. Conforme mencionado, a produção acadêmica de João Reis e suas contribuições para o cenário historiográfico brasileiro serão exploradas em seção seguinte, embora seja importante desde já pontuar nessa passagem que sua direta participação na formação dos futuros pesquisadores componentes de grupo de pesquisa serve de interessante elo para identificar sua influência sobre a historiografia produzida pelo grupo, notadamente em relação ao formato narrativo.

Por outro lado, alguns dos pesquisadores que atualmente fazem parte do grupo de pesquisa iniciaram sua trajetória acadêmica em outros Programas de Pós-Graduação, a exemplo de Robério Santos Souza, Luciana da Cruz Britto⁴⁰, Elciene Azevedo e Gabriela dos Reis Sampaio, todos(as) pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. A propósito, ambas as instituições - UFBA e UNICAMP – podem ser compreendidas dentro de um quadro geral de renovações da história social da escravidão construída no Brasil (CASTRO, 1997)⁴¹. Maria de Fátima Novaes Pires⁴² construiu sua formação acadêmica fora dos limites institucionais da UFBA, embora atualmente atue como professora da referida Universidade, além de atuar como pesquisadora vinculada ao grupo.

O tracejo geográfico acima serve de bússola para cartografar, ainda que tangencialmente, as conexões que podem ser estabelecidas tanto do ponto de vista institucional, quanto pelo viés da aproximação teórico-metodológica, sem perder de vista as redes de relações

³⁸ A dissertação teve como objeto de investigação as relações conflituosas entre os libertos e o aparato policial, braço estatal a serviço da ex-classe senhorial, no período imediatamente pós-emancipação (MATA, 2002).

³⁹ O trabalho tem como temática a escravidão urbana na Salvador do século XVIII.

⁴⁰ Luciana Britto (2009) defendeu dissertação de mestrado *Sob o Rigor da Lei: africanos e africanas nas leis baianas (1830-1841)* na UNICAMP e tese *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil* (2014) escrivista na Universidade São Paulo.

⁴¹ Hebe Castro (1997) inclui a Universidade de São Paulo como um dos centros de maior difusão da historiografia renovada sobre a escravidão, apesar de incluí-la pela ênfase sobre a história das mentalidades, vinculada à história social francesa em contraposição à vertente da história cultural thompsoniana produzida pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA) E Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

⁴² Embora a contribuição da historiadora Maria de Fátima Pires não se esgote ao âmbito da história social da história social da escravidão, as pesquisas promovidas em torno da manumissão no sertão baiano (tráfico interprovincial, família escrava) se conectam com o universo desenvolvido pelo grupo de pesquisa ao qual faz parte. Em resenha ao livro *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX* (NEVES, 2012), Pires (2014) traz um breve balanço historiográfico referente a temática da escravidão no alto sertão baiano.

interpessoais. Nesse sentido, as trajetórias acadêmicas de parcela dos atuais integrantes do aludido grupo de pesquisa ajudam a projetar elos entre a UNICAMP e a UFBA⁴³.

Conforme já delineado, no final dos anos 1990, o grupo de pesquisa se institucionaliza, se destacando na linha de pesquisa do PPGH de mesmo nome. Enquanto conjunto de pesquisadores especializados, muitos dos mencionados historiadores tiveram em sua formação acadêmica passagem pela UFBA, posteriormente, se vincularam ao curso de história da UFBA como docentes⁴⁴; outros estão associados a outras instituições⁴⁵. De toda sorte, o grupo de pesquisa representa um ponto de convergência dos nomes acima mencionados, apesar da formação acadêmica diversa, bem como assunção do magistério superior em outras instituições.

Dentre as atividades de extensão desenvolvidas pelo grupo, destaco o projeto de digitalização de documentos notariais do acervo do Arquivo Público da Bahia entre os séculos XVI a XX - Programa Digitalizando Documentos Ameaçados⁴⁶- sob a coordenação dos atuais líderes do grupo, João Reis e Gabriela Sampaio, além do historiador Urano Andrade⁴⁷. O projeto é fruto de parceria entre a Fundação Pedro Calmon – Secretaria do Estado da Bahia (FPC-SecultBA), Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e PPGH-UFBA, possui financiamento da biblioteca britânica *British Libary*⁴⁸, no âmbito do programa *Endangered Archives Program*⁴⁹.

O projeto tem como principais objetivos a divulgação, a preservação documental, além de servir de interessante fonte de promoção de novas pesquisas, em especial nos temas que gravitam em torno da escravidão na Bahia, tais como cartas de alforrias, procurações, notas fiscais, contratos de compra e venda, testamentos, inventários, certidões de nascimento, por exemplo.

⁴³ Conforme mencionado no curso dessa seção, alguns dos atuais integrantes do grupo tiveram sua formação acadêmica entre UNICAMP e UFBA. Sidney Chalhoub, referência na historiografia da escravidão, é professor vinculado à UNICAMP, tendo orientado no doutorado Iacy Maya Mata. Já Robert Slenes, professor colaborador do departamento de história da UNICAMP foi orientador no doutoramento de Walter da Silva Fraga Filho. Esses exemplos sugerem a rede de conexões institucionais.

⁴⁴ Wlamyra Albuquerque, Iacy Mata e Gabriela Sampaio são exemplos desse itinerário.

⁴⁵ Luciana Britto e Walter Fraga Filho são professores de história da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e Elciene Azedo é professora de história da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁴⁶ Parte das informações foram extraídas do site que abriga as principais notícias sobre o projeto: <https://livrosdenotasdabahia.blogspot.com/> acessado em 31 out. 2021.

⁴⁷ Urano Andrade é professor e pesquisador na área de história e integra o grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade. Desenvolve projetos de digitalização de acervos documentais. Informações obtidas no site lattes (http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?jsessionid=FF217EEA94A6B52E5CEE52A555D61401.buscatextual_5) e <https://uranohistoria.blogspot.com/>, ambos acessados em 31 out. 2021.

⁴⁸ Maiores informações ver no sítio da *British Libary*: <https://eap.bl.uk/project/EAP703> acessado em 31 out. 2021. No site, é possível visualizar não só os diversos fôlios catalogados em diversas tipologias documentais que compõem a área notarial do Arquivo Público da Bahia, mas de outros programas de digitalização documental promovidos pela entidade.

⁴⁹ Tradução livre: Programa Arquivos Ameaçados

Sem cair em divagações utilitaristas, o referido projeto de extensão serve de interessante ponto de retroalimentação do próprio grupo, considerando que o universo documental digitalizado serve de fonte seriada para avanço de novas pesquisas na área da historiografia da escravidão, reforçando a importância do projeto. Nos quadros que compõem a seção seguinte - em que excertos de artigos e livros de integrantes do grupo de pesquisa são confrontados - é possível visualizar o constante manuseio de fontes notarias do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

As reuniões periódicas se destinam a promover essencialmente discussões sobre textos em processo de elaboração, os quais serão indicados em seguida à publicação em periódicos ou serão submetidos ao crivo de uma banca examinadora (nos casos de defesa de dissertações e/ou teses). A dinâmica das reuniões⁵⁰ se assemelha a um grupo de leitura, no sentido do congraçamento destinado ao levantamento e discussão de questões, promoção de sugestões diversificadas. Ademais, interpretações são desenvolvidas tendo como suporte determinado texto previamente disponibilizado aos demais membros. Entretanto, o formato das reuniões avança para além do mero empreendimento de leituras; envolve observações sobre manuseio das fontes, indicações de acervos documentais, críticas sobre a condução da narrativa, sugestões de referenciais teóricos e metodologias, tendo como escopo principal o aprimoramento textual.

Na data agendada para discussão de determinado texto, um dos líderes do grupo apresenta o(a) autor(a), tangenciando a temática, os objetivos e a tipologia textual (capítulo de artigo, seção de dissertação ou tese). Considerando a natureza heterogênea do grupo (integram de professores a estudantes, incluindo pesquisadores autônomos), os líderes exercitam a mediação do encontro, com provocações, comentários, além de acompanhar os questionamentos e contribuições dos demais integrantes. Por se tratar de uma atividade compartilhada, o curso das discussões envereda para caminhos estimulados pelos próprios integrantes. O debate se desenvolve, por exemplo, mediante suscitação de dúvidas sobre determinada fonte documental utilizada pelo(a) autor(a), ou mesmo problematizações sobre contornos teóricos invocados no texto. As indagações, em geral, buscam contribuir para coesão do texto, a partir da perspectiva de cada integrante.

Nesse ponto, cabe o destaque da proeminência de determinados atores nessa dinâmica de discussão textual. Dada pluralidade de tipologias textuais e a depender da autoria do texto

⁵⁰ As informações sobre o desenvolvimento das reuniões detalhadas nessa subseção são um inventário das observações colhidas ao longo do primeiro semestre de 2019. Antes do ingresso nas reuniões, esclareci a proposta de investigação do presente trabalho ao líder do grupo, o historiador João Reis, após vinculação à lista do grupo de pesquisa. Nas reuniões em que estive presente, assisti todo o desenvolvimento dos debates e realizei anotações visando apreender o modo pelo qual as minutas eram discutidas pelos integrantes do grupo.

submetido ao crivo do grupo, o quórum se modifica, assim como as perguntas realizadas no âmbito do encontro. Aliás, a própria constituição do grupo é sazonal, na medida em que os estudantes de pós-graduação que compõem a linha Escravidão e Invenção da Liberdade do PPGH-UFBA passam pelos ritos de defesa de dissertações e teses vão dando lugar a outros estudantes recém aprovados no referido programa.

Nesse sentido, existe forte vínculo entre o grupo e a linha de pesquisa de mesmo nome. De um lado, o grupo possui como uma das diretrizes o fomento a pesquisas na área da história social da escravidão, incluindo aprimoramento de minutas de dissertações e teses que serão avaliadas no âmbito da linha de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, vinculada ao PPGH-UFBA. De outro lado, o resultado das discussões do grupo se torna referência bibliográfica da aludida linha de pesquisa⁵¹.

A atuação do grupo também é voltada ao fomento à produção de seminários, projetos de extensão, palestras, divulgação de pesquisas e congressos. Assim sendo, um dos pontos interessantes para as investigações lançadas neste trabalho diz respeito ao modo com o qual as diversas produções textuais são construídas. As reuniões periódicas realizadas pelo grupo constituem espaços de reflexão e produção historiográfica de suas próprias pesquisas. Os esboços textuais dos membros do grupo são submetidos ao crivo do público presente nas reuniões, promovendo debates em torno de questões teórico-metodológicas, estratégias narrativas, incluindo sugestões de fontes e de referenciais de estudos similares.

A discussão, portanto, tem um caráter coletivo amplo, visando os resultados, mesmo que parciais, das pesquisas de estudantes, professores de diversas instituições e pesquisadores autônomos (REIS; AZEVEDO, 2012). Os textos que serão cotejados na seção subsequente, em sua grande maioria, são resultados diretos desses encontros.

O compartilhamento antecedente à publicação dos trabalhos sugere um processo comunitário de elaboração textual e, sobretudo, comunhão de estratégias narrativas, bem como de manuseio de historiografia especializada. Em passagem inicial da segunda obra coletiva do grupo de pesquisa, as organizadoras Lisa Castillo, Wlamyra Albuquerque e Gabriela Sampaio (2014) destacam a natureza desses encontros na elaboração dos artigos:

⁵¹ Uma breve pesquisa nos editais de seleção para ingresso ao PPGH-UFBA ajuda acessar o estreitamento entre o grupo de pesquisa e a linha de pesquisa vinculada ao PPGH-UFBA: as produções de historiadores do grupo são uma constante nos certames da linha Escravidão e Invenção da Liberdade. Vide editais https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/edital_2017.pdf, https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/edital_2020_ppgh_1_0.pdf e https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/ppgh_selecao_2022_edital_alt23-09_0.pdf. Acesso em 06 nov. 2021.

[t]odos os textos que compõem este segundo volume de trabalhos produzidos por membros do grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade* passaram pelo crivo de nossos calorosos debates de sexta-feira à tarde. Por isso, é imprescindível destacar aqui a contribuição coletiva para a versão final de cada capítulo publicado (2014, p. 17).

É sobre esse movimento de realização textual acima mencionado que o presente trabalho irá se debruçar. Antes, contudo, haverá uma pausa teórica para alcançar possíveis leituras sobre os avanços historiográficos promovidos pelo grupo, a partir das condições de produção em que se encontra imerso.

2.2 “O QUE FABRICA O HISTORIADOR QUANDO ‘FAZ HISTÓRIA’?”

O formato compartilhado de construção da narrativa produzida pelo grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade* sinaliza a ampliação das discussões sobre a natureza da escrita da história. Sem pretensões generalizantes, o entremeio teórico desta subseção busca refletir as peculiaridades da produção coletiva textual do referido grupo.

O produto historiográfico, seja qual for o seu conteúdo, tem como principal característica a multidimensionalidade, em que várias camadas, não necessariamente sobrepostas, são instrumentalizadas para composição do que tradicionalmente se nomeia de narrativa histórica. Tal categoria congrega o debate sobre o próprio ofício do(a) historiador(a), aqui sintetizado no questionamento de Michel de Certeau, “o que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz?” (2015 [1975], p.45).

O enigma da narrativa histórica embora não inédito e já longamente controvertido, ainda ecoa com as novas formas de produção do labor historiográfico. As diversas pesquisas desenvolvidas pelo aludido grupo e as peculiaridades da escrita da história (o que inclui sua elaboração coletiva, por exemplo) circunscrevem bem a atualidade do tema.

Para ilustrar, apresento desde logo momentos narrativos construídos pelo referido grupo, os quais dialogam frontalmente com os limites, as funções e a própria natureza do labor historiográfico. Ambos os excertos foram publicados em livro organizado coletivamente, intitulado *Escravidão e suas sombras* (REIS; AZEVEDO, 2012):

QUADRO 1 – NARRATIVAS DE *ESCRavidÃO E SUAS SOMBRAS*

ENTRE MEMÓRIA, MITO E HISTÓRIA: viajantes, transatlânticos da Casa Branca ¹	TRÁFICO, ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO EM SALVADOR DO SÉCULO XVIII: a vida de Francisco Gonçalves Dantas (1699-1738) ¹
--	---

A história do terreiro de candomblé Casa Branca é costurada pelo uso entrecruzado de mitologia, história oral e imaginação histórica.

Nos terreiros de candomblé mais antigos de Salvador, os mais velhos falam de viagens de retorno à África, feitas pelos fundadores depois de libertar-se da escravidão. Na Casa Branca, a memória coletiva sustenta que o terreiro foi fundado por duas africanas libertas, Iyá Nassô e sua filha espiritual, Marcelina da Silva - ambas consagradas a Xangô - após uma romaria à cidade de Ketu, em território iorubá. Da realização dos ritos inaugurais também participou um sacerdote do oráculo de Ifá, ou babalaô, chamado Bamboxê Obitiko. Igualmente devoto de Xangô, Bamboxê teria vindo da África especificamente para ajudar nesse ritual.

...
Hoje em dia, no mundo do candomblé, a memória de Eliseu do Bonfim é menos nítida do que a de seu filho, o babalô Martiniano Eliseu do Bonfim (...) Eliseu teria sido trazido ao Brasil por volta de 1842. Quando o navio se aproximava da costa da Bahia, teria sido jogado ao mar, conseguiu nadar até a terra, tornando-se “escravo de nação”.

Quando Eliseu morreu, Bamboxê Obitikô estava no Brasil, mas é pouco provável que estivesse na Bahia (...) Marcelina da Silva tinha falecido havia poucos meses, em 27 de junho de 1885. Quem sabe, o babalaô tenha embarcado às pressas quando soube do falecimento, pegando o primeiro navio que partia para o Brasil, e que o levou a Pernambuco, onde encontrou outro rumo à Bahia. Provavelmente, tinha saído de Lagos no final de 1885, pois sua mulher Firmina, que lá ficou grávida, teve o filho no final de junho de 1886 (CASTILLO, 2012, p.65/101).

¹ [...] Agradeço a João José Reis, Luis Nicolau Parés, Kristin Mann, Mattijis Van de Port, Ana Lúcia Araújo, Renato Silveira e os membros do grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade pelos comentários sobre versões preliminares deste texto.

Em 4 de novembro de 1734, na Cidade da Bahia, como então era conhecida Salvador, Francisco Gonçalves Dantas resolveu fazer seu testamento, "por não saber a hora que Nosso Senhor será servido [levar-me]". Preparava-se para a morte próxima. No dia 6 de novembro 34, faleceu, e então foi realizado o inventário de seus bens, concluído de 17 em 1738. Esse personagem, que era traficante, intermediário e financiador de viagens para a África nos apresenta interessantes facetas do trato de escravos entre a Bahia e a Costa da Mina, região africana fornecedora de grande parte da escravidão baiana.

(...)
Sobre a vida de Dantas para a Bahia não há informações. Apesar do silêncio da documentação, que não fornece detalhes sobre sua vida, é possível fazer algumas conjecturas.

(...)
O capital negreiro foi a fonte de grande parte das fortunas baianas da primeira metade do século XVIII, e um dos principais mecanismos de acumulação na Colônia. Ele permitia que pequenos comerciantes pudessem vislumbrar a possibilidade de enriquecimento através dessa atividade, bem como pelo sistema de créditos (embora não só, para financiar traficantes), verdadeiro 'sangue do sistema colonial". E foi exatamente isso que fez Francisco Gonçalves Dantas.

(...)
Não obstante, sua trajetória retrata a vida de centenas de homens que, assim como ele, participaram nessa máquina de comércio de gente da África para o Brasil (SILVA JR, 2012, p.143/185).

¹ [...] Agradeço os comentários e sugestões de João Reis, Carlos Eugênio Líbano Soares e Cândido Eugênio Domingues de Souza e demais membros do grupo de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

As primeiras palavras anunciam a ambientação da trajetória de Francisco Dantas, tendo como fonte principal seu testamento.

Os trechos em nota de rodapé enaltecem o trabalho coletivo de construção textual.

A passagem do artigo de Lisa Earl Castillo, intitulado *Entre memória, mito e história: viajantes transatlânticos da Casa Branca* (2012) apresenta as redes de sociabilidade entre Marcelina da Silva, Eliseu do Bonfim e Bamboxê Obitikô, a partir da variada tipologia documental, de suas pesquisas anteriores e de outros autores como Pierre Verger. Essa articulação ordenada confere ao público uma possibilidade de leitura sobre a religiosidade de escravizados e libertos na Bahia do século XIX. Já o artigo *Tráfico, escravidão e comércio em Salvador do século XVIII: a vida de Francisco Gonçalves Dantas (1699-1738)* (SILVA JR., 2012) nos ajuda a enveredar pela sociedade escravagista do século XVIII, tendo como espinhal dorsal dessa empreitada o testamento e o inventário do personagem central da história narrada, o traficante Francisco Dantas. O personagem histórico é manuseado como caminho investigativo para trazer à tona “o sangue do sistema colonial” (SILVA JR, 2012, p.185).

Em ambos os casos não se trata, por óbvio, de uma mera replicação de fragmentos documentais, nem tampouco simples trajetórias individualizadas. O percurso de variados temas – religiosidade, comércio colonial transatlântico, representações nas relações entre regiões africanas e Salvador – é fruto de um processo anterior de pesquisa ativamente projetado pelos historiadores.

Se esteticamente, há fluidez na narrativa nos destaques acima, remontando à vida de sujeitos até então desconhecidos, é porque existe, embora não tão explicitamente, decisões empíricas e teóricas no processo da pesquisa histórica. A ênfase na elaboração de um encadeamento episódico, proporcionando inteligibilidade na construção do passado alinhavado por Carlos Silva Jr. e Lisa Earl Castillo (2012) realça uma trajetória de amadurecimento teórico tributário de uma onda narrativista intensificada nos anos 1970.

Os exemplos acima evidenciam que durante a associação de procedimentos que configuram o engendramento promovido(a) pelo(a) historiador(a), a narrativa possui elevado destaque. No plano teórico, ela ganha em meados do século XX, com um novo reposicionamento por meio dos debates em torno da função da linguagem sobre o fazer historiográfico, cujo movimento foi cunhado no âmbito da história como giro linguístico (RORTY, 1990).

Durante todo século XIX, em meio ao processo de configuração disciplinar da história, havia se consolidado a ideia de que narrar seria apenas a junção de peças de um quebra cabeça, ordenando em uma sequência de fatos no tempo e no espaço, viabilizando o resultado da pesquisa histórica. Nessa tradição, a ideia de contar a história como ela foi, era baseada em uma

visão rankeana⁵² e hegeliana da história, sob a perspectiva de sentido único ao curso dos acontecimentos. Apesar do papel da linguagem possuir mesmo anteriormente certo espaço nas discussões sobre a natureza do ato de narrar o passado, o debate parecia ainda uma visão dicotômica entre realidade e representação, sem romper com a noção aristotélica de cultura e natureza, ou melhor, entre as coisas em si e o sujeito que a interpreta.

Embora Collingwood (1981[1946]) já anunciasse algumas dessas reflexões, especialmente sobre a natureza e os limites do ato de narrar ao circunscrever o labor historiográfico para além do simples “tesoura e cola” (1981 [1946], p.81), foi em meados do século passado que o impulso teórico denominado giro linguístico marca uma ruptura no domínio da teoria da história.

Em termos gerais, narrar pode ser visualizado por uma perspectiva veicular, ou seja, são recursos mobilizados pelos(as) historiadores(as) para explicação propositiva sobre o que se passou, tornando-o compreensível por meio da ordenação de fatos, ações e experiências de indivíduos no tempo e no espaço (GALLIE, 2016). A confluência desses fatores permite perceber a narrativa histórica pelo seu viés *sui generis*, de articulação interpretativas dos testemunhos e fontes diversas, a partir de conexões entre os fatos de modo a construir uma linha de intelecção plausível e convincente - não necessariamente cronológica - mas centrada em temporalidades.

Considerando a importância da narrativa para o labor historiográfico, Chartier (2015, [2007], p.12), destaca a necessidade do(a) historiador(a) lidar com o passado e sua representação mobilizando três referenciais importantes para circunscrever tal entremeio: *Como se escreve história*, de Paul Veyne (1998 [1971]), *Meta-história*, de Hayden White (1994 [1973]) e *A escrita da história*, de Michel de Certeau (2015 [1975]).

Se Paul Veyne (1998 [1971]) encara a história como um romance real, por meio do qual o historiador constrói uma trama⁵³, Hayden White (1994[1973]) eleva essas questões ao grau máximo, considerando o texto elaborado pelo(a) historiador(a) como meras ficções verbais ou

⁵² Leopold von Ranke é um dos referenciais teóricos da história-disciplina. No século XIX, defendeu a busca pela objetividade no processo de pesquisa em história, de modo torná-la ambiente de natureza científica. Para contextualização histórica das proposições rakenanas ver o artigo *Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica*. *Revista de História* (WHELING, 1973).

⁵³ Segundo Bourdê (2018), Paul Veyne atua na dualidade entre o enaltecimento de um discurso humanista - ao elevar o(a) historiador(a) à categoria de sujeito narrador (dando-lhe protagonismo na pesquisa histórica) - e na crítica ferrenha ao modelo cientificista e estruturalista que margeia o estatuto do conhecimento histórico. Aliás, a concepção da história como romance real (VEYNE, 1998 [1971]) denuncia sua postura de privilegiar o percurso inventivo do historiador com a noção de trama, isto é, “no sentido que o historiador dá a narração” (VEYNE, 1998, p.84), retirando o peso mecanicista do procedimento empírico histórico para destacar o itinerário romanesco indispensável à narrativa histórica.

mesmo artefato literário⁵⁴, fruto tão somente do seu processo mental do(a) historiador(a), dentro de uma representação de viés figurativa. Ambos, entretanto, vislumbram e intensificam o caráter literário na narração, expresso no texto, estreitando e equiparando, assim, o caráter imaginativo, estilístico e artístico ao produto histórico.

A expressão “giro linguístico”, por exemplo, é usualmente utilizada para registrar esse contexto de discussão acerca das mudanças de entendimento em relação à autonomia da linguagem, remetendo o produto histórico exclusivamente ao domínio da elaboração mental e linguística do(a) historiador(a) em detrimento de fenômenos externos e factuais. Segundo Rorty (1990), esse movimento seria um voltar-se para a linguagem como aspecto decisivo do processo de construção do mundo, não sendo mero instrumento tradutor da realidade.

Michel de Certeau (2015 [1975]) não destoa do cenário de crise ou mesmo retorno da narrativa (STONE, 1991), embora identifique essa narrativa histórica para além da linguagem e da estética, justamente por se apoiar em questões extratexto, na articulação promovida pelo(a) historiador(a), mesmo que não consciente, entre o seu lugar social e as formas teórico-metodológicas, visando a produção textual. No livro *A escrita da história*, Certeau propõe um modo crítico de leitura do produto histórico, o texto e o discurso historiográfico, denominando-o de *operação historiográfica* (CERTEAU, 2015[1975]). Ferramenta teórica tripartida voltada à apresentação de aspectos sobre os quais o “discurso não fala”, a saber: o lugar social, práticas e uma escrita (CERTEAU, 2015[1975], p. 46), a referida operação seria, em certo sentido, a concretização do desafio conciliatório de aspectos discursivos e criativos aos critérios objetivamente consolidados pelo conhecimento histórico.

As proposições certeautianas parecem avançar sobre os contornos da narrativa histórica para além da estrutura discursiva delineada por Veyne (1998 [1971]) e de um mero *status* de ficção verbal lançado por White (1994 [1973]). Ora, se a narrativa histórica pressupõe uma atitude proativa do(a) historiador(a) em estabelecer um encadeamento lógico aos eventos de modo a torná-los inteligíveis, parece crível pontuar que a processualidade desse

⁵⁴ Lastreado numa concepção formalista e renovando a base filosófica de Nietzsche, o referido teórico trouxe uma nova concepção acerca da natureza ontológica da narrativa histórica. Essa seria derivada tão somente do processo mental do(a) historiador(a), nomeado por White (1994[1973]) de estrutura de enredo pré-genética, a qual produziria uma representação pré-figurativa, não correspondente a uma interpretação do fenômeno em sua projeção realística. Dessa forma, a interpretação dos testemunhos não seria o ato primitivo da narrativa, mas seu último procedimento. O elemento textual revelaria a forma manifesta (crônica, estória, enredo, argumentação formal e implicação ideológica) que, por sua vez, faria emergir a dimensão latente do(a) historiador(a), considerado como aspecto prefigurativo (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia). A narrativa histórica teria, então, um *status* de ficção verbal porque sua constituição não seria proveniente do estudo documental e, sim, de um procedimento prévio e figurativo do(a) historiador(a), que mentalmente realizaria uma constituição do real, por meio de aproximações, numa linguagem metafórica (WHITE, 1994 [1973], p. 109).

empreendimento envolve a união de aspectos imaginativos com o contexto em que este(a) pesquisador(a) se encontra historicamente imerso, também dialoga nele.

Ao longo desse trabalho, a matriz de Michel de Certeau, cunhada de operação historiográfica (CERTEAU, 2015 [1975]) instrumentalizará a empreitada de leitura em conjunto das narrativas construídas pelos integrantes do grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade*⁵⁵.

Regressando ao debate indireto entre os historiadores destacados por Chartier (2015, [2007], p. 12), os diversos modos de compreensão da narrativa histórica apontam para visão desconstrutivista da representação na história, enquanto aspecto tradutor ou meramente mimético do mundo. No Quadro 1, os excertos também sugerem o caráter propositivo da narrativa histórica. Castillo (2012) e Silva Jr. (2012) apresentam, de forma fundamentada empiricamente, uma narrativa sobre o universo da escravidão. Cada passagem, sob ponto de vista diverso (história da Casa Branca e biografia de Francisco Dantas) ajuda a contextualizar o mundo transatlântico entre os séculos XVIII e XIX.

Diversos outros autores trouxeram novas abordagens em torno da natureza do conhecimento histórico, apesar de, sob diferentes enfoques, orbitarem entre os referenciais teóricos acima destacados por Chartier (2015 [2007]), o que reforça a centralidade, bem como a importância da tríade elencada.

Jenkins (2014 [2003]), por exemplo, retoma as questões trazidas por Hayden White para, nessa extensão, provocar profundas rupturas sobre os pressupostos teóricos da história. Para o referido autor, representar a história em um ambiente pós-moderno⁵⁶ é atestar sua falência como epistemologia, encarando-a apenas como estética em formato discursivo. Não

⁵⁵ Na última seção, abordarei de forma mais específica o que vem a ser o instituto certeautiano, além de manuseá-lo como estratégia para entendimentos relativos à historiografia coletiva do aludido grupo.

⁵⁶ O termo pós-modernismo ou pós-modernidade (conceito pendular entre os pensadores que discutem tal tema) pode ser sintetizado, grosso modo, por uma visão de mundo crítica questionadora de valores da cultura ocidental tais como verdade, progresso, razão e universalidade (EAGLETON, 1998 [1996]), ganhando uma visão mais inclusiva, heterogênea e descontínua. De toda sorte, interessa a este trabalho a percepção de que mesmo em um ambiente de disputas entre paradigmas iluminista e pós-moderno (CARDOSO, 1997), com destaque para o embate entre metanarrativas e as investigações culturais fragmentadas, o pós-modernismo trouxe uma postura indisciplinada, com implosão de fronteiras, refletindo o hibridismo cultural que emerge do pós-guerra. Nesse ponto, a condição pós-moderna não se dispõe à produção de conhecimento totalizante; ao revés: se interessa por aspectos lastreados em níveis de horizontalidade. Na contramão de uma visão newtoniana, racionalmente integrada (KUHN, 1998), o mundo passa ser encarado de forma não hermética e, em certa medida, paradoxal. Para o cenário da história, o ofício do (a) historiador(a) é redesenhado por uma ordem anti-irrealista, sob uma vertente narrativista (MALERBA, 2006). O primeiro aspecto, reduziria as investigações históricas da experiência do passado apenas ao plano discursivo, enquanto o segundo, enalteceria a linguagem como condicionante para a narrativa. Não há, contudo, respostas prontas para esse momento, o que não significa a imobilidade; cabe ao pesquisador lidar com essas questões problematizadoras.

haveria, assim, nenhuma distinção ou singularidade entre as diversas maneiras de narrar o passado.

De todo modo, o cotejo do Quadro 1 também corrobora a ideia de “re-presentação do conhecimento histórico” (MUNSLOW 2009 [1997]), p. 41), ou seja, o(a) historiador(a) intermedeia uma espécie de exumação dos mortos a partir das fontes históricas e, em paralelo, forja uma relação de correspondência sobre sujeitos e eventos já ocorridos.

Nesse jogo de re-presentação do passado pela história, ocorre a realização linguística e literária (MUNSLOW, 2009 [1997]) no texto historiográfico, cujo exercício se desenvolve em meio de disputas de narrativas, num constante jogo de negociações entre as fontes, as demandas atuais e os projetos políticos subjacentes. A(o) historiador(a) cabe o exercício figurativo e intermediador, a partir dos balizamentos das fontes históricas.

Importante destacar, ainda, que o reconhecimento dos vieses exegeta, construtivo e propositivo da escrita da história apresentado por historiadores como Munslow (2009 [1997]) e Jenkins (2014 [2003]) não implica desqualificar o discurso produzido, mas sim em enriquecê-lo, desmitificando o olhar positivista sobre as fontes, como se a história pudesse ser desvelada pelo pesquisador, enquanto suposta entidade autocentrada.

O texto historiográfico, no qual a narrativa integra, é um produto inacabado, não fechado em si mesmo. Para Chartier (1990), a pesquisa histórica seria resultado de um olhar construtor de sentidos, que não busca a essência, tampouco demanda uma postura extrativista do(a) historiador(a) na narração do passado.

Se a leitura perde a postura essencialista para ganhar contornos de um eterno devir, através de uma incompletude infinita de atribuição de sentidos (DERRIDA, 2009 [1971]), robustece a ideia da pesquisa em história como aspecto criativo. Pensar o ato de narrar o que se passou ganharia, nesse viés, novas roupagens, como um campo aberto de interpretações possíveis e contextualizadas, em um processo pluralizado, inclusivo e democrático. Conforme alude Paz (2013), o poema (e por via de consequência o próprio texto, incluindo o historiográfico) merece ser compreendido pela sua potência, ou seja, pela capacidade interpretativa que lhe é inerente; como um ato em eterno construto, uma janela entreaberta para novas formas de entendimento e acesso ao texto. A lógica de Paz (2013) ao reforçar a intrínseca incompletude do texto dialoga com o caráter propositivo do exercício narrativo histórico, como também da noção de re-presentação (MUNSLOW 2009 [1997]), porque evidencia o latente refazer historiográfico.

Nesse sentido, a construção do passado delimitada no Quadro 1, embora se predisponha a uma relação de total correspondência, não alcança tal desiderato, nem pode ser vista de forma

automatizada, como se a linguagem das fontes fosse um ambiente transparente e protegido de interferências do sujeito que as mobiliza. Os trechos dos artigos de Carlos Silva Jr. (2012) e Lisa Earl Catillo (2012), que compõem o Quadro 1, oferecem uma visão sobre o passado, permitindo uma leitura contextualizada historicamente, além de servir de canal facilitador de uma imersão sobre o cenário cultural, político e econômico da Bahia do século XVIII e XIX. Todo o empreendimento historiográfico dos historiadores é baseado em investigações prévias, idealizadas por questionamentos também prévios no decurso de suas pesquisas. Decisões metodológicas e escolhas temáticas encontram-se, pois, espalhadas, expostas e fundamentadas no texto historiográfico.

Estabelecer entendimentos sobre o caráter propositivo da pesquisa e da narrativa históricas (JENKINS, 2014 [2003]) não significa desqualificá-los. Partindo disso, não obstante, as várias ressalvas às perspectivas desconstrutivas de historiadores que se autodenominam pós-modernos⁵⁷, mesmo sequer considerando a história como uma epistemologia, parece fundamental reconhecer que produzir uma narrativa é colaborar não só do ponto de vista historiográfico, mas também contribuir para construção de um passado possível (MUNSLOW, 2009 [1997]). Acrescento aqui a função da narrativa como ferramenta de acesso e de construção do passado, visando responder as inquietações e demandas atuais.

Retomando os trechos destacados no Quadro 1, à luz das abordagens aqui expostas, não parece existir tensão entre o percurso investigativo e a elaboração textual; pelo contrário, o caráter empírico é habilmente demonstrado pelos historiadores, sem que tal procedimento esvazie o objetivo de enaltecimento de temas e de sujeitos silenciados pela historiografia tradicional. Além disso, tampouco parece haver desconsideração dos elementos estéticos, criativos das narrativas. Como resultado, histórias são produzidas como uma bússola dirigida especialmente ao público leitor.

De acordo com Gallie (2016), a sequência de ações, pensamentos e sentimentos dos personagens, própria de toda e qualquer estória é sustentada por uma variada tipologia documental, a qual é metodologicamente depurada para projeção da escrita. No Quadro 1, Castillo (2012) remonta às diversas histórias que permeiam a conformação da Casa Branca,

⁵⁷ Tributário de concepções consideradas pós-modernas, teóricos da história ampliaram o debate em torno da natureza da narrativa desde as provocações de Hayden White, para ser mais específico ao ramo da história, mas também a partir das discussões travadas por Derrida, Roland Barthes e Michel Foucault, conforme alerta AMED (2010, p. 165). Entretanto, a ênfase no caráter implosivo, de eivado ceticismo e de uma crítica afiada aos pressupostos teóricos que servem de sustentáculo à teoria da história merece ser interpretado como um apelo ou mesmo um anseio a novos rumos a ser galgados pela história, conforme alude AMED (2010, p. 176): “os títulos de suas obras já anunciam esperanças. Repensar a história ou desconstruí-la pressupõe uma inevitável objetividade, como se o passado historiográfico se abrisse para nós e se apresentasse com a nitidez de uma nova cepa de bactérias”.

enquanto Silva Jr. (2012) compõe um mosaico de passagens da vida de Francisco Dantas para discutir as projeções econômicas subjacentes ao tráfico de escravizados.

Em ambas as passagens, a escrita da história é conformada pela construção de uma narrativa que escolhe personagens de modo a permitir e/ou consolidar outros caminhos interpretativos sobre a historiografia da escravidão. Esse caráter poroso do texto historiográfico, mesmo não arbitrário, estabelece um vínculo com o leitor, por meio da fundamentação empírica alinhavada pelo uso criativo de protocolos procedimentais próprios da pesquisa histórica.

O processo construtivo da narrativa é, antes de qualquer procedimento empírico, uma decisão do pesquisador(a). Não é demasiado afirmar que o texto historiográfico é revelador daquele que lhe confere sentidos: as escolhas dos objetos de pesquisa, as opções narrativas, os recortes temporais, a documentação recenseada. Por tais razões, tracejar minimamente a trajetória do(a) autor(a) do texto orienta a compreensão do tema proposto e, sobretudo, dos objetivos a serem alcançados.

Aparentemente, a ideia de autoria subjacente ao texto historiográfico sugere um formato isolado e individual. Menciono o termo aparente, porque ao longo deste trabalho tenho como propósito demonstrar que o processo coletivo de construção da escrita da história também é um aspecto relevante, por isso merece destaque⁵⁸.

A ênfase sobre a narrativa histórica como elemento capaz de melhor depurar o ofício do(a) historiador(a), insisto, se deve pela natureza infinita⁵⁹ intrínseca do texto (no qual insiro o historiográfico), o qual conduz o acesso a eventos e experiência de sujeitos no passado, sempre norteado por uma perspectiva adotada. Nesse caminho, tantas outras leituras encontram-se à disposição do leitor. É justamente essa instabilidade textual que a próxima subseção irá abordar.

⁵⁸ Por tais razões, as contribuições da prosopografia são de grande valia para o empreendimento de leitura coletiva dos produtos historiográficos. Em síntese, a prosopografia se constitui como “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011). Um exemplo da radiografia coletiva buscando traçar a conformação coletiva de um grupo de historiadores ver em Histórias cruzadas: uma prosopografia dos fundadores da Revista Brasiliense (São Paulo, 1955) (MONTALVÃO, 1995). Apesar do presente trabalho não utilizar tal ferramenta como suporte teórico, a concepção da prosopografia ajuda no exercício de apresentação e estabelecimento de conexões entre os membros do grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade.

⁵⁹ Infinitude aqui se refere a ideia a natureza aberta da dimensão textual, a qual compreende inúmeras formas de construção de sentido. Na seção subsequente, irei abordar as questões em torno do texto, perpassando pelas suas características.

2.3 “A NATUREZA ABERTA, INSTÁVEL E INDETERMINADA DO TEXTO”⁶⁰

Se é possível falar em uma unidade sustentadora da narrativa histórica, o texto seria o elemento que melhor sintetize essa ideia. Afinal, é por meio da construção textual que o exercício de narrar o passado se desenvolve. Diante desse quadro, quais seriam os contornos teóricos mobilizados para esse aspecto central ao labor historiográfico?

Segundo Chartier (1990), o texto historiográfico, do qual a narrativa integra, seria resultado de um olhar construtor de sentidos, que não se pretende ser definitivo, nem demanda uma postura extrativista do(a) historiador(a). Com efeito, refletir sobre o novo que corporifica o texto orienta novas reflexões sobre o caráter propositivo da escrita da história. Contudo, antes de ingressar nesse debate, utilizo mais uma vez mais dois extratos de livros que integram o grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade* como ponto de partida para iniciar a discussão em torno das potencialidades conceituais do texto (historiográfico).

A visualização de trechos de produções historiográficas em conjunto atua, nesse contexto, como um convite a repensar as conexões inerentes à composição textual. Segue abaixo duas passagens de narrativas históricas que tangenciam a morte como elemento intermediador da relação intertextos historiográficos⁶¹:

QUADRO 2 – A PRODUÇÃO TEXTUAL DO GRUPO DE PESQUISA EM CONFRONTO

<p>Na Bahia, tão propaladamente sem dinheiro de contado (moedas), o crédito aquecia as relações de compra, venda e pagamentos, tornando-se uma “riqueza invisível”. Empréstimo e tomar emprestado eram vitais para manter-se ativo na economia colonial. Tal situação não era restrita aos pequenos negociantes ou aos proprietários de terra. Os grandes senhores de engenho também necessitavam dos empréstimos para que seus negócios tivessem bom êxito. (...)</p>	<p>Freud afirma, de modo incisivo, que “o objetivo derradeiro da vida é sua própria extinção”. Mas existem maneiras culturais e historicamente situadas de homens e mulheres encararem seu destino derradeiro. Em anos recentes, os historiadores têm se preocupado justamente em estudar a diversidade regional e as mudanças no tempo das atitudes diante da morte. Os estudos já elaborados, principalmente na França, são numerosos o bastante para que seja possível fazer um mapeamento básico do tema. Eles nos</p>
--	--

⁶⁰ Expressão extraída do livro *Bibliografia e sociologia dos textos* (MCKENZIE, 2018 [1986], p. 83).

⁶¹ A discussão em torno do que venha a ser intertextualidade remonta meados do século passado, com as proposições desenvolvidas em meio à discussão sobre as vozes do discurso em Kristeva (1974), em que o texto seria uma espécie de quebra-cabeças, constituído por inúmeras peças em formato de citações. A intertextualidade é também um processo de copresença de textos (GENETTE, 2010), ou seja, a existência essencial de fragmentos de textos em outros textos, tornando-se parte de sua formação. A proposta do presente trabalho, contudo, é mobilizar o termo à luz da matriz ceriteutiana. Na operação historiográfica (CERTEAU, 2015 [1975]), a moção de intertextualidade se amalgama à própria conformação do texto historiográfico.

A ritualidade pré-morte dos sujeitos históricos é compreendida a partir de fontes primárias (testamentos) e em diálogo com a historiografia

Diante dessa situação, são excepcionais as palavras de Manuel Carvalho da Silva ao declarar “que não dev[ia] coisa alguma”. Do mesmo modo afirmaria Luis Pereira Quaresma, em 1787 que “nem se me deve[m] coisa alguma, nem eu devo nada a ninguém mais que tão somente o aluguel da casa que atualmente moro que mando que se pague”.

(...)

A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva mostra que vários marinheiros dos Açores diziam nada dever, ou anotavam quantias diminutas a serem quitadas por seus herdeiros e testamenteiro. Admitir dívidas, inclusive aquelas de caráter social e religioso, era fator primordial quando se escrevia ou ditava o testamento. Esse era o momento de acertar todos os erros e pagar aos credores, inclusive a Deus. De tal modo, o fiel católico preparava o terreno para uma boa morte e a salvação de sua alma.³⁶(DOMINGUES, 2014, p.31-37)

³⁶ João José Reis. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p.96.

ajudam a entender que o que ocorreu no Brasil, e na Bahia em particular, não foi um fenômeno isolado, apesar de obedecer a ritmos e lógicas culturais próprios.

(...)

A Bahia da primeira metade do século XIX tinha uma cultura funerária com as características que acabo de descrever. E era assim em grande parte por suas raízes em Portugal e África. Em ambos os lugares encontramos a ideia de que o indivíduo devia se preparar para a morte, arrumando bem sua vida, cuidando de seus santos de devoção ou fazendo sacrifícios a seus deuses e ancestrais.

(...)

No passado as pessoas se preparavam diligentemente para a morte. A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos. Um dos meios de se preparar, principalmente, mas não exclusivamente entre as pessoas mais abastadas, era redigir um testamento. Essa providência pode ser entendida como o rito inicial de separação. Numerosos baianos testavam. (REIS, 1991, p.91;112)

Contextualização histórica do universo ritualístico perante a morte na Bahia oitocentista, incluindo as declarações de última vontade.

A morte serve de mote para discussão de temáticas diversas nas duas passagens, embora gravitem sobre o período colonial

Fonte: Reis (1991, p. 91, 112 e 135)

Os dois excertos possuem como pano de fundo a morte, embora cada narrativa, dentro do ponto de vista estabelecido e a finalidade lançada pelos historiadores, apresente ao leitor entendimentos sobre o universo escravocrata brasileiro. Cada trecho se revela interessado em determinado período histórico, além da forma com a qual sujeitos, também históricos, se comportam diante da iminência da morte. O universo mental dos personagens também é revelador do contexto histórico em que vivem, o que, em certa medida (e essa é uma das questões levantadas nos excertos), justificam suas ações em meio a um ambiente visceralmente estruturado por relações baseadas na manumissão.

No curso das investigações traçadas por Domingues (2014) em *Tráfico, tempo e lucro: capitães negreiros e redes comerciais da Bahia setecentista*, diversos testamentos de personagens envolvidos com o comércio transatlântico, notadamente de traficantes de escravizados, são utilizados como mote para discutir “[...] a importância dos capitães negreiros para o tráfico atlântico de escravos” (DOMINGUES, 2014, p. 56).

As declarações de última vontade são, pois, o caminho escolhido pelo autor supracitado para retomar e atualizar as questões culturais relativas à morte na Bahia colonial, cuja composição decorre diretamente das interpretações empreendidas anteriormente por João Reis (1991), em *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, o qual trata do evento da Cemiterada, ocorrida em 1836, na cidade de Salvador.

A conexão entre as passagens aponta para uma confluência historiográfica acerca da postura de homens perante o fim de suas vidas. Sobre assunto, as ponderações de Iris Kantor (1992), em resenha do livro de Reis (1991), bem situam a produção historiográfica comentada:

interessante balanço historiográfico sob as atitudes dos homens diante da morte na Europa (França e Inglaterra principalmente), incorporando os trabalhos de Ariés, Vovelle, Chaunnu, Corbin, Favre, Gitting [...] entre outros. Essa ampla bibliografia permite uma reflexão sobre as transformações das práticas funerárias em curso na Europa no período estudado (KANTOR, 1992, p. 174).

As passagens em confronto sugerem que o universo pesquisado por Reis (1991) permite ou mesmo estabelece condições historiográficas para que Domingues (2014) possa empreender leituras sobre testamentos de traficantes, buscando contextualizar a prática comercial de africanos. Não à toa, o autor se baseia em Reis (1991) como arrimo hermenêutico, conforme se percebe na nota de rodapé, em destaque na coluna da esquerda, do Quadro 2. Embora não seja só: a partir de dados empíricos questões que gravitam em torno da atividade mercantil também servem para Domingues (2014) projetar um quadro geral das relações monetárias envolvendo os traficantes no século XIX, tendo como pano de fundo o elemento morte como arrimo, teórico e empírico.

Essa articulação entre textos seria condição precípua na construção textual. No âmbito historiográfico, a transmutação da narrativa para enunciação referenciada, em um exercício de autoridade, equivale a um “deslize metafórico” (CERTEAU, 2015 [1975], p. 100). Logo, a intertextualidade, no âmbito da história, pode ser encarada através de usos constantes de historiografias e das fontes como elemento enxertado no produto histórico. Nos casos acima, o discurso produzido pelos textos das historiadoras opera por meio de uma relação de coautoria com os sujeitos que produziram a documentação.

Os trechos destacados do Quadro 2 mostram, portanto, um exercício da intertextualidade por envolver o cruzamento e o diálogo da proposta investigativa dos pesquisadores à historiografia especializada e, sobretudo, pelo manuseio de fragmentos das fontes como esteio da narrativa.

Esse mosaico que sustenta a formação da narrativa engendrada pelo(a) historiador(a) é resultado de um intenso diálogo entre textos, ou seja, haveria na composição da escrita da

história uma intertextualidade desdobrada, como um amálgama de fontes documentais em diversas tipologias, filiação a determinada escola historiográfica, bem como a associação de formatos estratégicos de formatos narrativos.

Regressando ao Quadro 2, se existe um liame na arquitetura esquemática alinhavada pelos historiadores Reis (1991) e Domingues (2014), quais ferramentas poderiam contribuir para visualização de uma confluência em torno de uma história social da escravidão? Buscar possibilidades de ingresso ao processo de construção da escrita dos referidos historiadores dialoga diretamente com os contornos teóricos em torno do texto, enquanto unidade estruturante da narrativa histórica.

O universo da escrita atrai vários campos investigativos que se debruçam sob a compreensão histórica do passado, ainda que para diversos fins. A filologia e a história, por exemplo, são instâncias comprometidas em acessar, dar visibilidade e empreender leituras sobre eventos pretéritos, o que inclui, nessa toada, o estudo dos manuscritos.

Os caminhos percorridos por essas instâncias são variáveis, embora tangenciem certas semelhanças, a exemplo do uso das fontes históricas como esteio para (re)construção mediada do passado. Logo, o documento é o elemento balizador da pesquisa histórica, seja qual for a tipologia, a crítica documental (interna e externa), aos moldes elencados por Le Goff (1990), desnaturaliza a centralidade (e suposta neutralidade) da fonte, por meio do dualidade documento-monumento.

Na seção seguinte, abordarei mais detidamente os avanços que o conceito desse binômio trouxe para o cenário histórico e filológico embora seja interessante desde logo esclarecer que os estudos sobre crítica documental necessitam levar em consideração o jogo entre o fetiche sobre a fonte em si mesma e as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que conformam a referida fonte. Sobre o assunto, Le Goff deixa a marca da comunhão disciplinar como mote para entendimentos sobre a natureza do documento e da crítica documental, conforme passagem abaixo destacada:

Ora, esta desmontagem do documento-monumento não pode fazer-se com o auxílio de uma única crítica histórica. Numa perspectiva de descobrimento dos falsos, a diplomática, cada vez mais aperfeiçoada, cada vez mais inteligente, sempre útil, repetimo-lo, é suficiente. Mas não pode – ou, pelo menos, não pode sozinha – explicar o significado de um documento/monumento como um cartulário. Produto de um centro de poder, de uma senhoria quase sempre eclesiástica, um cartulário deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas sobretudo enquanto instrumento de poder. Foi dito, justamente, que um cartulário constituía um conjunto de provas que é fundamento de direitos. É preciso ir mais longe. Ele é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o (LE GOFF, 1990, p. 473).

Sobre o assunto, a *monumentalização* exercida pela pesquisa histórica nunca é um dado empírico, mas resultado de ativo processo do ofício do pesquisador(a). É justamente o que pode ser visualizado nos produtos historiográficos apresentados pelo grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, exemplificado no Quadro 2: as fontes são mobilizadas a partir de releituras atravessadas tanto pela renovação historiográfica da escravidão pós-1980 como também pela perspectiva de redimensionamento e complexificação da história social da escravidão.

Dessa forma, a escolha de um personagem histórico (traficante de escravizados) ou mesmo a análise sincrônica sobre a morte em meio a uma sociedade escravagista revela a ressignificação de temas e de objetos de pesquisa, caros à historiografia brasileira, porque expõe aspectos históricos tradicionalmente negligenciados, a exemplo da narrativa sobre movimentos populares como a Cemiterada (REIS, 1991), como também das redes de relações advindas do mundo atlântico (DOMINGUES, 2014), tendo o elemento morte como uma de suas chaves interpretativas. Esse novo olhar pressupõe as desestabilizações promovidas pela concepção de uma postura ativa, ética e politizada do historiador em relação ao acervo documental do qual se movimenta em direção à construção de uma narrativa histórica.

Trazendo essa discussão para o ambiente filológico, entendo como importante a distinção realizada por Moreira (2011) sobre os termos texto, obra e documento. Segundo o referido filólogo, o suporte material que o texto repousa é o documento, o qual permite a construção de sentidos. Por fim, a obra seria “a totalidade imaginativa concebida pelo autor, representada de uma ou outra maneira, definida, moldada, sugerida, e limitada por todas as formas textuais que o autor produziu” (MOREIRA, 2011, p. 91). As considerações apontam para o caráter aberto e instável do texto, característica importante para as questões postas nesta subseção.

A provocação de Moreira (2011) serve de pontapé para refletir sobre o conceito de texto, aspecto caro às disciplinas filologia e história, cujo enfrentamento reverbera na própria concepção do saber/prática filológico(a) e histórico(a), implicando, pois, em entendimentos sobre suas funcionalidades. Sendo assim, reputo como interessante pensar as mudanças e os olhares sobre o que venha a ser texto, enquanto movimento metonímico das próprias disciplinas história⁶² e filologia. Refletir a natureza da dimensão textual é, também, refletir sobre a base epistemológica das referidas instâncias.

⁶² O debate da subseção anterior a respeito do retorno da narrativa na história (STONE, 1991) dialoga com as novas interpretações sobre o texto, cujo conteúdo guarda sintonia com as questões aqui levantadas para o cenário filológico.

Em relação ao cenário filológico, Gumbrecht (2021), ao enxergar o campo da filologia em poderes, acentua seu espectro de atuação no texto histórico, os quais geram ao intérprete desejos de presença, sintetizados em três práticas básicas – identificar fragmentos, editar textos e escrever comentários – e mais duas outras habilidades desdobradas, isto é, ensinar e historicizar (esse no sentido de elevação de fatos à categoria de eventos históricos, com objetos sacralizados). Conferir poderes ao âmbito filológico, por meio do estudo do texto em uma dimensão histórica, situa não só a multiplicidade de atuação do fazer filológico, como também permite perceber a mobilidade textual no curso das temporalidades, além de aproximar as instâncias histórica e filológica.

Já Marquilhas (2010), utilizando a periodização proposta por Ivo Castro, identifica a filologia em dois momentos: (i) enquanto disciplina imersa nos discursos científicos em torno da origem das línguas e (ii) por uma visão remanescente, restrita à crítica textual, com todas as repercussões teóricas envolvidas. Em ambas as situações, o objeto de investigação filológica fica atrelada à dimensão textual, incluindo, nesse bojo, o debate sobre sua natureza permeável, modificada no tempo e no espaço.

Explicitando as orientações de Aurebach sobre a diversidade do labor filológico, Borges e Sacramento de Souza (2012) destacam as atividades de edição crítica de textos, linguística, pesquisas literárias e explicação dos textos, embora esclareçam, sintetizando, que “o trabalho filológico é o resultado das ações de ler, interpretar e editar textos” (2012, p. 27).

O breve esboço acima revela, dentre outros aspectos, a ampla atuação da filologia, cuja delimitação envereda pelo seu próprio desenvolvimento de institucionalização disciplinar, em meio às mudanças epistêmicas ocorridas durante todo o século XIX. Se no período oitocentista, o debate filológico lidava essencialmente com o manuscrito por um atravessamento higienizador e estático, em meados do século XX, há um intenso processo de ressignificação, imprimindo-lhe uma maior dinamicidade.

Por tais razões, inclusive, o ideal de preservação do conhecimento, atribuído tradicionalmente à prática filológica, associado a uma visão hegeliana e historicista do progresso humano (GUMBRECHT, 2017), cedeu espaço a posturas teóricas que contrariam o imaginário canônico, imprimindo outras estratégias para uma prática filológica mais inclusiva.

Por essas razões, Gumbrecht (2017) entende como problemático o desenvolvimento da filologia como curadoria de textos, na medida em que os encarariam “[...] como recipientes que facilitam a preservação e a circulação do conhecimento” (GUMBRECHT, 2017, p. 26). Para ele, o desafio posto diz respeito ao modo como lidamos com as dimensões textuais, objeto do labor filológico. Essa provocação interessa aos propósitos do trabalho, porque fomenta a

abertura de horizontes em torno do texto. Há, portanto, uma ligação muito próxima entre texto e filologia. Portanto, pensar a instabilidade textual é, por assim dizer, oxigenar propriamente o que vem a ser filologia.

No curso desses pensamentos, a filologia pode, então, ser compreendida como um conjunto de atividades voltadas a entender o texto em sua perspectiva histórica, ou seja, dentro das coordenadas materiais (MARQUILHAS, 2010) que lhe conferem sentido. Em resumo, a filologia poderia ser entendida como modos de leitura do texto pelo contexto (histórico) de produção. Sendo assim, situar o texto no tempo e no espaço abre novas possibilidades de entendê-lo como síntese e veículo para rastrear as mudanças desses marcadores.

Cabe aqui uma ressalva: o desenho do escopo filológico pode sugerir uma postura revelatória e, em certo sentido, até determinista do passado. Contudo, é importante relembrar que a leitura filológica (e histórica) não perde(m) de vista o caráter imprevisível dos acontecimentos (não obstante esse exercício de retrodição implique reconhecer que o intérprete já sabe o desfecho dos eventos ocorridos). Ademais, como o passado em si nunca será uma totalidade traduzível, nossas representações sempre norteiam o caminho de mediação ao que já aconteceu. Prevalece, então, uma postura ética e transparente na condução hermenêutica projetada no texto, conciliando passado e presente (BORGES et al, 2020).

É por essas razões, inclusive, que a filologia é ressignificada como um "[...] procedimento crítico-hermenêutico para a leitura de textos em perspectiva material, sócio-histórica, política e cultural, delineando, assim, o que chamamos de crítica filológica" (BORGES; ALMEIDA, 2017, p. 44), isto é, um ambiente de convergência de múltiplos saberes, em caráter transdisciplinar, voltado ao estudo democrático do texto, na acepção mais inclusiva que o termo permite. Em outras palavras, o estudo textual seria norteado por prática filológica orientada por um paradigma pautado em procedimentos éticos de leitura que tanto respeitam, quanto lidam com a diversidade textual, em uma tentativa de compreensão histórica dos aspectos materiais de construção, circulação, transmissão e recepção dos textos (MCKENZIE, [1986], 2018). A filologia seria, nesse viés, um chamado para outras leituras textuais possíveis, de modo a permitir avanços interpretativos, sem que tal empreitada se constitua como ferramenta castradora e excludente.

O caráter relacional frente ao texto por parte do(a) filólogo(a) se regozija pelas propostas de Mckenzie (2018 [1986]), ao transpor a lógica da sociologia para o campo textual, viabilizando a percepção dinâmica entre os diversos aspectos que o afetam, os quais não são escamoteados, mas, sim, priorizados. Segundo esse autor, a sociologia dos textos ajuda a pensar no caráter processual das condições que lastreiam o texto, as quais congregam movimentos

sociais, históricos, culturais, linguísticos. A ideia de interação seria a tônica da sociologia dos textos, conforme esclarece Mckenzie (2018 [1986]) no trecho abaixo:

Num certo nível, a sociologia simplesmente nos lembra da grande extensão de realidades sociais que foram servidas em mídia impressa, de blocos de recibo à bíblias. Mas ela também nos direciona a considerar os motivos e interações humanas que os textos envolvem a cada estágio de sua produção, transmissão e consumo. Ela nos alerta para os papéis das instituições, e de suas complexas estruturas, na construção das formas do discurso social, passado e presente (MCKENZIE, 2018 [1986]), p. 28).

O movimento intertextual acima destacado converge para algumas problematizações. De saída, o texto se desloca de um horizonte estático, fruto de uma intenção autoral estratificada, radicada pela tradição positivista da filologia do século XIX para uma visão recolhedora de uma fluidez inerente. Num primeiro momento, esse olhar pressupõe perceber a instabilidade constitutiva do texto, vez que sua natureza entrelaçada denuncia sua constituição múltipla e infinita, ou seja, não fechada em si mesmo. O caráter fluido do texto, inclusive, também possibilita - sempre que acessado - construir novos sentidos. Uma prática filológica mais plural e politizada pode enxergar tal desobstrução, conferindo prerrogativas ao entrelaçamento que sustenta, permitindo novas interpretações.

Essa renovação pela qual a filologia vem passando possui uma dimensão política, pois conforme anuncia Zancarini (apud OLIVEIRA; JOANILHO, 2008), expor a potência dos textos desvela não só o mito da opacidade textual, como expõe o engajamento das interpretações ali imprimidas. Abaixo, o referido autor precisa seu entendimento sobre a natureza e a funcionalidade politizada da filologia:

Então, “filologia” porque partimos de uma leitura (às vezes de uma tradução, forma particularmente rigorosa da leitura!) lenta e minuciosa que procura reestabelecer os laços, os ecos, os distanciamentos no interior de uma obra ou entre uma obra e outra; “política”, não somente porque nós escolhemos estudar um corpus de textos ligados a uma conjuntura política e militar precisa, mas também porque, para nós, a abordagem crítica dos textos e a reflexão sobre o sentido das palavras utilizadas na linguagem têm um valor eminentemente político, qualquer que seja o período utilizado (ZANCARINI apud OLIVEIRA; JOANILHO, 2008, p. 11).

Trazendo esse debate para o objeto em estudo, conceber a filologia enquanto política põe em evidência seu compromisso na valorização de objetos de investigação, marcando seu posicionamento como instância reflexiva e crítica. No presente trabalho, a escolha de estudos sobre escravidão por uma ótica filológica denota sua faceta politizada na busca de entendimentos sobre processos coletivos de construção de uma historiografia também engajada, por meio do resgate de sujeitos históricos anônimos, como também de suas ações em oposição ao sistema escravagista brasileiro, em várias modalidades. Os trechos do Quadro 2, por

exemplo, bem evidenciam a ideia de diálogo entre textos tendo como denominadores comuns à temática (as ingerências sobre a morte na Bahia colonial) e à própria historiografia (ambos se inserem no debate da nova historiografia da escravidão).

A filologia em sua faceta política também implica no repensar dos aportes teórico-metodológicos mobilizados para estudo textual. Nesse sentido, Madragón (2015), ao discutir a filologia no cenário latino-americano, destaca que para além das proposições metodológicas destinadas à interpretação textual, é preciso restabelecer compromissos com reposicionamentos públicos dos atores que lidam com as humanidades, implicando responsabilidade ética na realização de pesquisas críticas e mais inclusivas.

O debate se concentra, pois, em um anseio de retorno à *praxis* filológica diversa e mundana, a qual se encontra inserida em um contexto maior, para repensar as humanidades como espaço investigativo e interativo, com aptidão agregadora (SAID, 2007 [1993]). O tom dialético entre as diversas disciplinas é fruto de uma concepção filosófica do próprio Said (2011, [1993]) que visualiza a contemporaneidade (ou seria pós-modernidade?) pela coexistência de culturas entrelaçadas e sobrepostas.

Neste caminhar, o empreendimento filológico submeteria o texto à sua historicidade, utilizando instrumentos interpretativos de forma ética e problematizadora, exaltando questões no lugar de edificação de respostas. A postura ética mencionada diz respeito às proposições de Said (2007 [1993]), isto é, procedimento que respeite a diversidade e evidencie os métodos manuseados com transparência epistêmica. Cabe, aqui, uma ressalva: a postura ética e mundana do(a) pesquisador(a) pressupõe a ausência de arquétipos metodológicos rígidos, sendo estimulado trilhar caminhos outros não necessariamente tradicionais. Como salientam Sacramento de Souza e Santos (2017), é pela liberdade metódica que a ética se impõe, pois norteia a leitura, evidenciando rigor, honestidade e transparência.

Retomando as provocações de McKenzie, Chartier (2002, p. 250), é importante esclarecer que a ressignificação proposta por esse autor amplia a natureza do texto, incluindo a vasta pluralidade de formatos, cujo conteúdo “[...] é sempre um produto historicamente situado, dependendo das leituras, diferenciadas e plurais, que lhe atribuem sentido”. Assim, a sociologia de textos pode ser percebida à luz de uma filologia política, porque outorga primazia aos aspectos interpretativos, as leituras, as apropriações, os quais nunca são neutros, mas resultados diretos de disputas.

Seguindo essa linha de raciocínio, a pesquisa produzida pelo(a) historiador(a), embora contenha dimensões sobrepostas, ou mesmo camadas de historicidade, pode ser encarada também como um texto/testemunho, resultado de um entrelaçamento, isto é, um “feixe de

relações históricas, linguísticas e culturais, como um “testemunho-documento-monumento” (BORGES; ALMEIDA, 2017, p. 20). Como testemunho, o texto historiográfico é um dos objetos desse renovado campo investigativo: “A filologia, entretanto, não se debruça apenas sobre o literário, a sua preocupação é o documento, literário ou não literário, considerado produto cultural” (TELLES; LOSE, 2017, p. 276).

Tal conceito tripartido se lastreia no binômio “documento-monumento” proposto por Le Goff (1990). Para ele, o texto - contido na fonte documental - foi naturalizado por alguns historiadores (e aqui acrescento filólogos) como algo hermético no extenso movimento positivista que se espalhou pelo século XIX. Na “revolução documental” (LE GOFF, (1990, p. 92), o texto deixa ser encarado com neutralidade, passividade e como algo estático, passando a ser compreendido como construto social, cheio de intencionalidades em função das relações de poder em disputa.

Monumentalizar, à luz das proposições de Le Goff (1990), reverencia uma atitude ativa do intérprete, que no âmbito da filologia e da história, projeta questões atuais, problematizando e reconhecendo a dinâmica que permeia o texto. Para além da dimensão pragmática em torno da presença do intérprete historiador(a) no processo de imersão na crítica documental, não se pode perder de vista que monumentalizar também envolve a desmitificação do documento como apartado dos elementos que lhe dão sentido histórico. Em outras palavras, tornar o documento um monumento conforme alude Le Goff (1990) é denunciar e/ou expor as relações de poder em disputa na construção de uma memória da qual o objeto de pesquisa é evocado. Descortinar o monumento seria, nesse contexto, revelar os aspectos políticos que estão impregnados em sua formação.

Sobre isso, Le Goff (1990) bem resume a necessária politização sobre o documento como meio de monumentalizá-lo, como exposto abaixo:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar essa problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1990, p. 472).

A renovação historiográfica sobre a escravidão, na qual o grupo de pesquisa em estudo se integra, opera fortemente no sentido de politizar as questões teóricas que margeiam os documentos. Aliás, a própria escolha das fontes, dos sujeitos históricos já é em si um exercício

politicado, na medida em que desorganiza a ordem tradicional e geograficamente posta no âmbito da história da historiografia, conforme ventilado na primeira subseção, ao mencionar as clivagens na história da escrita da história brasileira (SANTOS, 2018).

As provocações acima reverberam, pois, no caráter relacional do texto, como um construto atravessado por aspectos sociohistóricos tanto a respeito ao momento de sua produção, quanto em relação às demandas atuais. Promover essa equalização seria, pois, a tônica de meios interpretativos críticos, reflexivos que monumentalizam o testemunho, aos moldes enunciados por Le Goff (1990).

Visto por outro ângulo, o estudo filológico, dentro de uma perspectiva crítica, confere primazia à mobilidade textual, entendendo esse processo como elemento constitutivo, mas não errante. Por crítica filológica, compartilho da concepção de Arivaldo Sacramento de Souza e Rosa Borges:

uma prática interpretativa que objetiva a leitura dos textos a partir das coordenadas e diretrizes histórico-culturais que os tornaram possíveis”, ou seja, modos e meios éticos de leitura que respeitam e lidam com a diversidade textual, numa tentativa de compreensão histórica dos aspectos materiais dos textos (SACRAMENTO DE SOUZA; BORGES, 2012, p. 58).

De acordo com Sacramento de Souza (2014, p. 114), a crítica filológica é tributária de um longo processo de descentramento do texto, reflexo dos debates filosóficos em torno da noção de ausência em contraposição às ideias de centralidade e de presença. A leitura perde a tonalidade extrativista para ganhar contornos de um devir, em uma incompletude infinita de atribuição de sentidos (DERRIDA, 2009 [1971]).

Importante ainda salientar que as reflexões acima ressoam nos próprios debates que a crítica textual vem se desenvolvendo⁶³, desaguando na conformação de uma crítica filológica

⁶³ Se o século XIX é palco de um quadro geral de delimitação metódica das diversas disciplinas, não é diferente em relação à postura filológica de reivindicação de neutralidade e culto à objetividade excessiva. Segundo Cambraia (2005) e Spina (1977), no período oitocentista, a crítica textual ganhou foros de cientificidade com a proposta editorial de Karl Lachmann. Sua metodologia é considerada inovadora diante da reorganização sistemática não só das experiências editoriais realizadas por predecessores como também pela introdução de critérios mais objetivos no manuseio das cópias. As operações – *recensio*, *origem detegere* e *emendatio* – visariam o estabelecimento crítico do texto.

A partir da colação dos testemunhos seria possível, na visão de Lachmann, extrair ou revelar o texto original, mediante análise da transmissão vertical a contrapelo, isto é, mediante exclusão dos erros textuais.

As propostas de Karl Lachmann foram revisitadas no século XX por Giorgio Pasquali, que criticamente buscou aprimorá-las (SPINA, 1977), sobretudo no que se refere aos critérios geográficos (susceptibilidade de mudanças textuais ocorre tanto na periferia quanto no centro), de verticalidade (com a noção de transmissão textual também de forma horizontal, sem relação de hierarquia) e recensão aberta (não utilização fiel da lei majoritária de adiaforas).

que esteja sintonizada com uma postura que lide com a infinitude intrínseca no texto e em seu contexto, conforme circunscreve Sacramento de Souza (2014):

Mas, afinal, o que aqui queremos chamar de Crítica Filológica? De fato, já esboçamos de modo disperso ao longo desta seção, resumiremos, de modo mais sistemático, alguns procedimentos de crítica a que estamos chamando de filológica porque visam à leitura do devir textual nas coordenadas sócio-históricas e culturais em que foram gestadas e que, ao mesmo tempo, ajudaram a produzir. É com esse aparato crítico-interpretativo que esperamos ler as grafias dissidentes presentes tanto nos processos de criação como de circulação social do texto, sem que, para isso, precisemos apagá-las, mas compreendê-las como marcas inalienáveis do processo de interpretação do texto (SACRAMENTO DE SOUZA, 2014, p. 113).

Dentre as várias acepções atribuídas à filologia, a perspectiva da crítica filológica talvez seja a que melhor identifique as mudanças epistêmicas pelas quais vem passando o ambiente disciplinar no século XXI. Essa disciplina pode, nessa toada, ser compreendida como uma série de atividades voltadas a entender o texto em sua perspectiva histórica, buscando entender o texto como um “[...] tecido (ou rede) que se constrói dos mais variados fios de uma tessitura na trama textual” (BORGES 2020, p. 20). Tal discussão se encontra envolvida, portanto, em uma reformulação da filologia, conforme síntese apresentada também por Sacramento de Souza se desdobra em três grandes abordagens:

[e]m síntese, podemos afirmar que os (ab)usos da Filologia são diversos. Usam a Filologia como (i) **alternativa** (apropriação tecnicista feitas por algumas vertentes da Linguística Histórica, de que não trataremos aqui) que ocorre como escapatória para crises das disciplinas tradicionais; como (ii) **narrativa de passado**, em que versões insistem em encerrar a Filologia numa caricatura que tende a situá-la como uma fase do passado arruinado da área das Letras e Humanidades; e como (iii) **resgate**, que visa recuperar ou a autoridade da erudição, ou a práxis leitora da Filologia (SACRAMENTO DE SOUZA 2012, p. 89).

Os questionamentos anunciados por Pasquali, em certa medida, tensionam o objetivo lachmanniano de eliminação do caráter subjetivo das edições críticas e reinserem as questões sócio-históricas que conformam os manuscritos, além de inverter a lógica dedutiva para indutiva: é o tipo de tradição que conduzirá o editor crítico e não o inverso. Conforme argumentam Spaggiari e Perugi (2004), o debate em torno do método lachmanniano é levado ao grau máximo com as proposições de Joseph Bédier – fomentada a partir da invalidação estemática feita por Gaston Paris – ao rejeitar como padrão o esquema dicotômico na manipulação dos manuscritos. Para tanto, propõe o conceito do bom manuscrito, isto é, a classificação dos manuscritos para fins editoriais deveria ser aquela que melhor representa uma tradição, considerando a impossibilidade de encontrar o original perdido. Em contraposição à Lachmann, as variantes não poderiam ser lidas como erros, pois as divergências seriam indícios de mudança na transmissão.

Em contrapartida, Spaggiari e Perugi (2004) evidenciam a filologia italiana, notadamente pela figura de Gianfranco Contini, como contributiva ao enaltecimento das variantes evolutivas e autorais. Assim, ao revés potencializar as semelhanças em detrimento das singularidades, esta proposta enalteceria a diversidade. Tal concepção pontua um anúncio de novas perspectivas embora ainda reverberem o anseio de salvaguarda de uma originalidade textual. De todo modo, a mobilidade sobre os usos do texto – questão precípua para o empreendimento filológico aqui mobilizado – encontra-se, pois, diretamente associada à sua funcionalidade: de uma ótica atômica e coesa, que desprestigia as variantes, para uma perspectiva mais maleável e menos excludente sobre as diversas versões do original.

Como apresentado na síntese acima, o uso da filologia como resgate vem sendo construída pelos diversos estudos elaborados pela linha de pesquisa Crítica e Processos de Criação em diversas linguagens, integrante do Programa de Pós-Graduação de Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia⁶⁴, notadamente pelo enfoque de uma crítica filológica pautada num paradigma antifundacionista (BORGES; SACRAMENTO DE SOUZA, 2012). Assim, partindo desta lógica cadenciada, já é possível vislumbrar que o olhar histórico fundamenta e retroalimenta a crítica filológica, na medida em que o exercício da retrodição oferece uma possibilidade de trajetória textual, a qual se dá em termos de disputa de espaços.

Em paralelo, as proposições de Mckenzie (2018 [1986]) em torno do olhar sociológico sobre o texto são interessantes para identificar a trilha percorrida pela escrita e dos diversos atores que interagem no movimento promovido pelo e no texto. Questiono, entretanto, como proceder uma interpretação viável a respeito dos modos de sociabilidade entre textos que compartilham concepções teóricas e temáticas entre si?

De fato, existe uma historicidade que permite visualizar vínculos entre textos de autorias diferentes. Haveria, assim, um rastro de materialidade que evidenciaria um movimento, ainda que não linear. Caberia, então, ampliar o conceito de sociologia dos textos de Mckenzie (2018 [1986]), abrangendo intersecções historicamente vinculados, as quais, em conjunto, podem ajudar a perceber de que forma a escrita da história se constitui.

Em acréscimo à oxigenação filológica estimulada pela visualização do texto como evento cultural (BARREIROS, 2017), a noção de autoria também se dilui porque autoriza identificá-la pela pluralidade, numa escrita colaborativa (BORGES, 2018, p. 22), por meio de vários atores voltados à construção do produto textual. Cabe, entretanto, uma ressalva: os estudos em comparação objeto do presente trabalho apesar de evidenciarem o caráter colaborativo no processo de construção textual, revelam que as proposições de João Reis são centrais e impulsionadoras no desenvolvimento textuais dos demais integrantes do grupo de pesquisa. As subjetividades fazem parte, portanto, das individualidades, nas autorias dos artigos e livros. Logo, a interação intersubjetiva é uma das dimensões da operação historiográfica (CERTEAU, 2015 [1975]), o *lugar social*, que será abordada na última seção.

Dotar o texto é privilegiar suas relações com aspectos que lhe afetam e, também, perceber suas repercussões nos modos de leitura na construção do passado. Ainda sobre tal

⁶⁴ No artigo Edição e Estudo do Texto Teatral Censurado: uma visão panorâmica da crítica filológica, Borges (2015) apresenta um balanço dos trabalhos desenvolvidos no referido grupo de pesquisa, os quais evidenciam a Filologia como instância reflexiva de viés multidisciplinar, tendo como horizonte o enaltecimento de formas diversificadas de interpretar e editar textos.

temática, Débora de Souza e Rosa Borges (2020) estabelecem de forma articulada as dimensões do passado e presente, bem como dos elementos e sujeitos que contribuem para tal construção, ao pontuar as seguintes questões: “[a] produção de sentidos, a promoção de narrativas e os modos de emprego da leitura, portanto, estão diretamente ligados a aspectos materiais e históricos do próprio texto, aos agentes mediadores, às funções e aos processos de difusão sociais” (2020, p. 365).

Portanto, a ação do filológico é pôr em evidência a instabilidade constitutiva do texto, dada sua natureza entrelaçável a qual, sempre que acessada, promove novos sentidos. A figura intérprete é redimensionada nesse processo, como um agente promotor da construção de sentidos por meio da reconstituição do passado, através da historicização do texto.

Nesse cenário de repúdio à univocidade, o texto, aqui entendido como vestígio do contexto histórico e sociocultural, ganha uma dimensão multidirecional, com capacidade de enaltecer a diversidade não só do ponto de vista de quem o produz, como também das condições dessa produção e das leituras que dele são realizadas. O olhar filológico contextualizado, comprometido com interpretações que deem primazia às atividades social, cultural e histórica para realização textual, dialoga diretamente com os debates em torno da narrativa histórica e da própria história, já lançados na subseção anterior.

As partes conjugadas no Quadro 2 são um presságio do tema ora em discussão por indicarem que o fazer historiográfico se realiza por interações textuais, pessoais e institucionais. A seguir, será apresentada uma proposta metodológica que viabilize a comunhão histórico-filológica, sintetizando todo o percurso teórico até então debatido.

2.4 “UM LIVRO MUDA ENQUANTO MUDA SEU MODO DE LEITURA”⁶⁵

As projeções possibilitadas ao texto a partir do olhar sociológico de Mckenzie (2018 [1986]), amplificadas pela conjugação proposta por Rosa Borges e Isabela Almeida (2017, p. 20), por meio da noção de “testemunho-documento-monumento”, possibilitam outras interações entre disciplinas atentas às repercussões da dimensão textual na construção do passado a partir de vestígios.

De todo modo, conforme já discutido na subseção anterior, a ideia de porosidade ao texto revigora outras percepções sobre relações intertextuais, as quais são ressignificadas nas projeções de sentido nos atos de leitura e de escrita. Dentre as entradas investigativas possíveis,

⁶⁵ Expressão compósita proposta por Chartier (1988, p. 131) a partir de uma expressão de Pierri Bourdier: “Um livro muda pelo facto de não mudar enquanto o mundo muda”.

destaca-se o conagraçamento disciplinar, por envolver acervos metodológicos e teóricos da história e filologia.

Na seção anterior, também foram abordados os aspectos em torno do diálogo intertextos, pautado na ideia da intertextualidade, cujo conteúdo remete diretamente à noção sociológica dos textos (MCKENZIE, [1986], 2018) em que o caráter relacional dos textos ganha uma dimensão mais ampla em um entrelaçamento de textos.

A interação entre textos serve como pontapé para ingressar no estudo textual em dimensão histórica, pelo viés da nova história cultural. Esse campo de estudos denominado nova história cultural é delimitado nos termos anunciados por Hunt (1992) e Burke (2008) por temáticas diversas, capilarizadas em torno do aspecto cultural.

Existem várias acepções em torno do conceito de cultura, embora seja um terreno comum nos debates historiográficos. No cenário da nova história cultural, a ideia de descentralização e pluralidade de contornos, em contraponto com a noção estática de cultura das elites ou de cultura associada às artes em geral. Como exemplo, destaco o conceito de cultura popular em Ginzburg (2006 [1987]) no sentido de estudo dos comportamentos de determinadas classes, em um determinado período histórico, em contraponto à cultura das elites, em uma dinâmica que remete à ideia de circularidade cultural. Já Chartier (2015 [2007]), apresenta a relação estudo representação *versus* apropriação, por meio do qual grupos dão significado ao mundo.

Segundo Vainfas (1997), a nova história cultural decorre, em especial, da vertente da história das mentalidades promovidas pela terceira geração da escola dos Annales⁶⁶. Entretanto, alerta o historiador sobre a natureza diversificada dessa nova perspectiva histórica que, em síntese, articula uma preocupação com o popular, a rejeição a ideia vaga de mentalidade e “valorização de conflitos socioculturais” (VAINFAS, 1997, p. 223), ou seja, encontra-se imersa no caráter relacional entre as formas simbólicas construídas por sujeitos e sua relação/interação com sociedade em que viveram.

A diversidade de metodologias e objetos de pesquisas estimuladas no quadro da nova história cultural pode ser dividida em três grandes vertentes, a seguir elencadas:

A perspectiva cultural desenvolvida por autores como Roger Chartier e Michel de Certeau, enfim, constitui um dos três eixos mais influentes para o atual

⁶⁶ A escola dos Annales é o nome atribuído ao movimento historiográfico francês, decorrente das publicações do periódico francês *Annales d'histoire économique et sociale*. Pode ser identificada como uma vertente historiográfica que no início do século XX renova profundamente os pressupostos teóricos da pesquisa histórica, esquematicamente dívida em três grandes gerações, tendo como nomes March Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Georges Dubye e Jacques Le Goff como principais nomes. Maiores informações ver em Burke (1992).

desenvolvimento de uma História Cultural, ao lado de outras perspectivas importantíssimas, como a da Escola Inglesa (Thompson, Hobsbawm e Christopher Hill) e a da abordagem polifônica da cultura (Bakhtin e Ginzburg) (BARROS, 2005, p. 139).

Os três grandes eixos não são antinômicos; pelo contrário, confluem nas novas formas de entendimentos sobre história cultural. Chartier (2015 [2007]) esclarece que as diversas variantes do guarda-chuva teórico que envolve a história cultural possuem como denominador comum a ideia de que a dimensão da cultura deve ser compreendida em sua historicidade. Assim sendo, as simbologias e as representações, as quais também se encontram espalhadas no texto, merecem ser visualizadas na imersão social, política, econômica, datada no tempo e no espaço. Esse cenário, conforme defende Chartier (2015 [2007]), se contrapõe a um paradigma estruturalista, de conteúdo formalista.

É justamente em nome da visualização da cultura como elemento tradutor das formas pelas quais o sujeito histórico se apropria e confere sentido às redes de relações, que a história cultural defendida pelo referido autor converge pela compreensão da dinamicidade inerente no processo de construção de sentido. Essa ótica permeia todo e qualquer evento cultural, incluindo os estudos sobre o texto, sob o qual a filologia e a história se debruçam.

O texto, nesse viés, pode ser lido como encruzilhada que contempla o cruzamento de contextos históricos, tornando-se um vestígio que permite compreender não só a ambientação da qual ele se encontra imerso, como também um instrumento para novos entendimentos sobre a forma com a qual os sujeitos culturais (autores, leitores) dialogam com esse universo. O texto, então, ganha plasticidade, revelando seu caráter processual sendo, pois, instável e descentralizado.

Esse campo investigativo, nos moldes delimitados por Chartier (2015 [2007]), abre caminhos para convergência de saberes entre a história e a filologia, na medida em que ambas se encontram interessadas em tracejar a historicidade de seus objetos de pesquisa, cuja compreensão pressupõe um olhar sobre as mudanças, as continuidades e a interação dos sujeitos na projeção de valores. Sobre assunto, trago a defesa de Chartier (2015 [2007]) que bem resume a proposta acima:

“[c]onvém recordar que a leitura também tem uma história (e uma sociologia) e que o significado dos textos depende das capacidades, das convenções, e das práticas de leitura próprias das comunidades que constituem, na sincronia e na diacronia, seus diferentes públicos” (CHARTIER, 2015 [2007], p. 37).

Dessa forma, os significados construídos no/a partir do texto devem ser encarados sob o olhar da nova história cultural, por uma postura desconstrutivista, no sentido de oxigenação

da ideia de autoria autocentrada, apartado no mundo em que se integra e com o qual dialoga; mas não só isso, a própria leitura também estabelece nova rede de significados sobre e para além do texto.

As instigações promovidas por Chartier servem de instrumentalização para o mapeamento do itinerário que desencadeia a formação de um texto, seja ele historiográfico ou não. Seguindo a base teórica lançada, a intenção aqui é entrelaçar as questões anunciadas acima com o propósito deste trabalho de identificação dos caminhos percorridos na construção da narrativa produzida pelo grupo de pesquisa *Escravidão invenção da liberdade*. Dessa forma, para melhor visualização das proposições da história cultural, sob o viés anteriormente mencionado, apresento, para enriquecer o debate proposto, excertos dos livros do grupo, abaixo enquadrados:

QUADRO 3 – COTEJO ENTRE REIS E NASCIMENTO

<p>[N]a antevéspera do Natal de 1858, um grupo de africanos libertos se reunia num batuque no bairro da Cruz do Cosme, periferia de Salvador. De repente, a casa foi cercada pela polícia e invadida; pessoas foram presas e objetos cerimoniais de candomblé apreendidos. Essa ação policial criou um mal-estar entre o subdelegado local e o chefe de polícia. Em ofício ao chefe de polícia A. M. de Magalhães e Mello, o subdelegado Manoel Nunes de Faria queixou-se de que não tinha sido informado a respeito daquela diligência policial. O grupo de africanos, soube ele depois, tinha sido preso "por se encontrar batucando". (...)</p> <p>Esse episódio é representativo do que acontecia nos bastidores da repressão policial aos candomblés oitocentistas na Bahia. As autoridades policiais com frequência se desentendiam. Nina Rodrigues, a respeito do período colonial, observou que 'a supressão ou manutenção dos <i>batuques</i> se constituiu em pomo de acesa discórdia' [...]. Em linhas gerais, o mesmo pode ser dito sobre a polícia de repressão ao candomblé no tempo de Domingos Sodré</p>	<p>[F]azenda de Santa Tereza, termo de Feira de Santana. Era 2 de dezembro de 1856, dia do aniversário do então imperador do Brasil, quando a escrava Maria Crioula se tornou forra "como se tivesse nascido de ventre livre". Assim fez registrar Maria Luiza da Conceição, sua proprietária.</p> <p>(...)</p> <p>Resgato aqui as palavras de Kátia Mattoso, de que a alforria foi "raramente um gesto de generosidade". Penso que esta pista deixada pela historiadora possa nos guiar pelos sítios e roças do Agreste na compreensão do processo de alforriar e seus significados na região de Feira de Santana nas últimas décadas da escravidão.</p> <p>(...)</p> <p>A carta de alforria de Maria, no entanto, serve aqui como uma espécie de "fio de Ariadne", para entender os significados e os usos dessa forma de libertação naquele tempo, por aqueles lados da província</p>	<p>O cotejo sugere que a diversidade temática escolhida não chega a torná-los indistintos. A acareação acima indica, também, uma uniformidade relativa à estratégia narrativa de mediação de escalas interpretativas bem como na ênfase de fontes documentais como ferramenta para um contar de histórias de sujeitos até então invisibilizados pela historiografia</p>
--	--	---

Fontes: Reis (2008, p.21-25) e Nascimento (2014, p. 183-191)

O quadro acima apresenta trechos de artigos que circunscrevem o ambiente de suspeição de homens negros libertos em Salvador oitocentista, além dos usos da alforria no agreste baiano

na segunda metade do século XIX. Flaviane Nascimento (2014) utiliza cartas de alforria para discutir histórias de afetividades e negociações entre senhores e libertos. Há menção casuística envolvendo a proprietária Maria Luiza da Conceição, que torna forra Maria Crioula, sem pagamento respectivo e mediante condição de acompanhamento até sua morte.

A partir dessa fonte, a historiadora reaviva os usos da alforria no agreste baiano, incluindo a apresentação de um censo dessas cartas de libertação em Feira de Santana na década de 1870. No mesmo sentido, João Reis (2008) projeta a vida do liberto Domingos Sodré como gancho para visualizarmos em que medida o Estado brasileiro mantinha vigilância da população negra às vésperas da abolição.

Acrescento, ainda, o resgate feito por Nascimento (2014) das pesquisas desenvolvidas por Mattoso (2020 [1978]) acerca da mitigação da ideia tradicionalmente difundida sobre a natureza benevolente da alforria para, nessa extensão, estabelecer novos entendimentos sobre o uso dessa prática em outras perspectivas. Assim sendo, “[...] entender os mecanismos possíveis aos cativos na busca de melhores condições de vida [...] entendendo-as [as cartas de alforrias] como instrumento senhorial de libertação dentro da ordem escravista” (NASCIMENTO, 2014, p. 191) é necessário.

Essas marcas apontam para relacionamentos entre textos, sendo um interessante vestígio para rastrear usos e leituras que historiadores mobilizam na composição de narrativas históricas. Com efeito, a história do livro ou história da leitura se apresenta como suporte teórico que lida com tais situações, muito embora não se limite a essa perspectiva. De qualquer forma, esse campo investigativo possibilita tangenciar movimentos sobre componentes da materialidade do texto, como também aspectos que lhe dão sentido(s).

Vale ainda ressaltar que, embora Chartier (2015 [2007]) esteja interessado em mergulhar no processo histórico de circulação de uma cultura de letramento em determinadas sociedades europeias entre os séculos XVI a XVIII, essas investigações fornecem metodologias que orientam outras formas de compreensão da construção textual.

No curso dessa empreitada, é evidenciada uma dinâmica entre gestos de leitura/escrita, ora denominada de práticas de leitura, ou seja, “[...] um intervalo tempo-espaco, no qual o corpo atua, e tem fronteiras a intenção e a intenção materializada” (MIYASHIRO, 2015, p. 4). São movimentos que deixam marcas no texto, tais como o percurso teórico manuseado e o *modus operandi* trilhado pelo(a) escritor(a). As práticas de leitura são, em um plano geral, os diversos modos e formas pelas quais os livros são ressignificados, a partir das experiências que a leitura promove, tendo como suporte ou mesmo ponto de partida a materialidade textual (GOMÉZ, 2014).

Para Chartier (1998), a leitura nunca é automática ou automatizada, mas cercada de processos de apropriação e construção de significados por parte do leitor-agente. Há, nesse sentido,

um desenvolvimento de uma sociologia histórica das práticas de leitura que tem por objetivo identificar, para cada época e para cada meio, as modalidades partilhadas do ler — as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais—, e que coloca no centro da sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto, e historicamente produzido um sentido e diferencialmente construída uma significação (CHARTIER, 1998, p. 122).

Assim, as noções de representação e de apropriação implicam no estudo das relações das práticas sociais, fixadas no tempo e no espaço que se retroalimentam, com registros impressos no texto, sendo o leitor encarado como um agente construtor de sentidos.

Com efeito, mediante associação entre práticas culturais aos gestos de leitura, extraídos do texto proposto por Chartier (2015 [2007]) se infere a ideia de movimento no curso de circulação textual, que em sentido amplo, pode ser vislumbrado em perspectiva sociológica, conforme anuncia Mckenzie (2018 [1986]).

A propósito, a dinamicidade e o aspecto ativo inerentes à leitura de textos são apresentados por Chartier (2015 [2007]) como ressalvas a ideia de passividade e de atemporalidade no ato de ler e interpretar textos, cuja compreensão perpassa por um olhar transdisciplinar:

O cruzamento inédito de enfoques temporalmente distantes um dos outros (a crítica textual, a história do livro e a sociologia cultural), porém unidos pelo projeto de uma nova história cultural, acarreta um desafio fundamental: compreender como as apropriações concretas e as invenções dos leitores (ou dos espectadores) dependem, em seu conjunto, dos efeitos de sentido para os quais apontam as próprias obras, dos usos e significados impostos pelas formas de sua publicação e circulação e das concorrências e expectativas que regem a relação que cada comunidade mantém com a cultura escrita (CHARTIER, 2015 [2007], p. 43).

A história cultural, nos moldes lançados por Chartier 2015 [2007], portanto, intersecciona os debates da história e da filologia por meio do estudo dos textos, contemplando seus aspectos que lhe conferem vivacidade e, ao mesmo tempo, revelam o tempo histórico em que foram produzidos e lidos.

Na seção seguinte, buscarei demonstrar percursos que evidenciem a confluência entre obras historiográficas, em uma tentativa de concretizar os propósitos almejados pela história da cultura escrita. Trechos de obras historiográficas do grupo de pesquisa ora em estudo serão confrontados, com ênfase nas várias formas de compartilhamento textual.

3. MAPEANDO A HISTORIOGRAFIA DO GRUPO DE PESQUISA ESCRAVIDÃO E INVENÇÃO DA LIBERDADE

O objetivo dessa seção é propor um modo de leitura crítica sobre a forma pela qual se desenvolve o compartilhamento da história da escravidão pelo grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade. O intuito é demonstrar as movimentações intertextuais, evidenciando o formato coletivo de consolidação de uma historiografia da escravidão.

Nesse sentido, apresento breve arrecadação dos livros escolhidos para o exercício de mapeamento da historiografia do mencionado grupo e, em seguida, agrupo as principais contribuições da historiografia de João Reis, com vistas a compará-la com as narrativas dos demais integrantes do referido grupo.

3.1 DESCENTRAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS⁶⁷

Na tessitura da escritura da história, o(a) historiador(a) exerce a função de intermediador(a) em direção ao passado, embora conduza caminhos interpretativos em meio ao acervo documental. A condução dirigida pelo(a) historiador(a) pode ser vista como a própria narrativa. O procedimento conjuga criticidade com criatividade, porque acessa ações, pensamentos, hesitações e os transforma linguagem trasmudada em eventos, aspectos causais, efeitos, enfim, em narrativa.

No curso dessas transformações, o(a) historiador(a) age e “[...] exerce uma tarefa de produção daquilo que se passou, que produz sentido para os tempos, que dá a eles existência e consistência” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 28). Albuquerque Junior (2019) estabelece uma relação de concordância parcial com a ideia da operação historiográfica (CERTEAU, 2015 [1975]), um dos referenciais teóricos desse trabalho.

Para o primeiro autor, a escrita da história seria a fabricação do passado no curso de elaboração da narrativa, como um produto historiográfico, embora tal procedimento envolvesse certa natureza artesanal, em oposição à ideia do segundo autor de fabricação seriada, própria das maquinarias, atribuída ao conceito de operação historiográfica. Dessa forma, como um artesão(ã) (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019) ou mesmo um(a) operador(a) fabril (CERTEAU, 2015 [1975]), o(a) historiador(a) transformaria vestígios

⁶⁷ Paráfrase a partir do artigo *Experiências e descentramentos epistemológicos na prática filológica* (BORGES, 2020).

em uma complexa trama (VEYNE, 1998 [1971]), evidenciando sujeitos em um determinado contexto.

O passado não seria, nesse viés, inapreensível nem hermético, mas como um fazer-se a partir daquele que lhe confere um sentido (ou outros sentidos), estabelecendo pontes de interpretação, por meio de uma organização de temporalidades. Em outras palavras, fazer história envolve, pois, um reordenamento do passado tendo como amparo um horizonte hermenêutico orientado do(a) historiador(a). Nesse processo, a temporalização do tempo é edificada pela narrativa, tendo como ponto de alinhavo a fragmentação dos vestígios, em uma tensão entre o resgate e construção do(s) passado(s). Assim sendo, a escrita da história seria como um ato/produto que recoloca sujeitos em um plano de ações, tecendo suas relações intersubjetivas e promovendo outros olhares sobre os eventos pretéritos.

Nesse ambiente entrelaçado, a natureza processual e artesanal de elaboração textual no “ateliê da história” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 37) transporta a ideia de fabricação do tecido ao processo de pesquisa sobre documentos históricos, cujo conteúdo reflete o ato criativo como arrimo, que em nada desmerece ou desqualifica o discurso produzido; pelo contrário, o enriquece.

A ideia de fabricação como aspecto central do fazer do(a) pesquisador(a) remete à imagem do labor historiográfico enquanto arquitetura - manual ou maquinária conforme posição adotada - sobre o tempo passado. Seja qual for a perspectiva empregada, o exercício da escrita da história é sempre cercado por um quadro de solidão ou mesmo como ato individual. Dentre as diversas questões trazidas ao longo da primeira seção, a questão em torno do exercício do labor historiográfico, como conduta singular, parece insuficiente para depurar a historiografia produzida por grupos de pesquisa, notadamente, o objeto de investigação desse trabalho.

Seria possível, então, pensar o labor do(a) historiador(a) também como um ato coletivo, em que os componentes do itinerário rumo ao produto historiográfico fossem realizados em coparticipação?

Descolar a perspectiva tradicionalmente aceita exigiria, em certo sentido, oxigenar o pressuposto individualizado e personalizado da escrita da história para encarar a materialização de uma pesquisa histórica como resultado de variados partícipes, não necessariamente onipresentes em todo percurso da pesquisa histórica.

Nesse sentido, o formato colaborativo em que as produções textuais são desenvolvidas pelos membros do grupo de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade

indicam um trilhar de outros caminhos interpretativos sobre os meandros historiográficos para além da prática introspectiva e isolada.

Com efeito, por se tratar de um grupo de pesquisa, a coletividade já permeia e constitui a própria concepção de comunidade. Partindo disso, há pretensão nesse trabalho de promover leituras sobre os textos produzidos pelos historiadores, pesquisadores e estudantes integrantes do grupo para, em conjunto, identificar ligações existentes entre fontes documentais, formas e modos de escrita que, intrincados, anunciam compartilhamento de uma história social da cultura do período escravista brasileiro.

Para tal empreitada, parece importante tracejar os movimentos entre textos, ajudando a sondar a comunhão e, sobretudo, a construção compartilhada de sentidos sobre a história de sujeitos escravizados. Em resgate às lições de Albuquerque (2019), o fazer historiográfico não existe sozinho, mas no tecido de relações.

Conforme mencionado na seção anterior, o grupo de pesquisa *Escravidão e invenção da liberdade* se reúne em periodicidade quinzenal. Nesses momentos, os resultados parciais de pesquisas são objeto de debates entre seus próprios membros, tendo como finalidade o aperfeiçoamento teórico, empírico e textual. Em passagem inicial, no setor de agradecimentos do livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (REIS, 2008), João Reis esclarece o conteúdo das reuniões do grupo:

É longa lista de pessoas que me ajudaram de diversas maneiras na pesquisa e redação deste livro. [...] A maior parte das pessoas que acabo de citar e, outras mais, regularmente se reúnem na linha de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade*, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Os calorosos debates ali acontecidos, em torno de um artigo que foi o embrião deste livro e de outros textos apresentados por mim e por outros membros do grupo, foram fundamentais para florescer e amadurecer ideias aqui expostas (2008, p. 12).

A coletividade exercida pelo grupo de pesquisa, em que as elaborações textuais - resultados prévios das pesquisas históricas - são submetidas ao crivo dos demais integrantes, serve como interessante aspecto para empreender leituras filológico-históricas sobre a forma como se processa a construção e/ou atualização do conhecimento histórico acerca das experiências de sujeitos escravizados no Brasil.

A construção coletiva anunciada no destaque acima também rememora a ideia inerente de conagração do labor historiográfico, como um feixe de relações envolvendo a leitura e a crítica das fontes, do diálogo com a historiografia especializada

e das construções de canal comunicativo com o leitor/público, como partes integrantes das “leis do meio”⁶⁸ (CERTEAU 2015 [1975], p. 57).

De outro modo, pensando na lógica da coletividade como esteio interpretativo, também é possível utilizá-la para o enlace histórico-filológico, o qual venho buscando alinhar ao longo desse trabalho. A proposta é refletir a respeito de como os aportes teóricos das instâncias filologia e história podem ser mobilizados em conjunto para alcançar outras formas de entendimento sobre os aspectos que envolvem a escrita da história. Se a produção historiográfica possui uma faceta coletiva, nada obsta pensar em outras formas partilhadas de estudo sobre o texto historiográfico.

De saída, tanto a história quanto a filologia, ponto de vista finalístico, possuem o desiderato de mediação ao passado (HANSEN; MOREIRA, 2013), não apenas pela ideia veicular, mas pelo caráter de fomento e de instigação a outros entendimentos sobre os eventos pretéritos. A respeito das conexões histórico-filológicas, Fagundes (2019) reforça os vínculos existentes entre as referidas instâncias:

Sendo a crítica textual uma disciplina filológica, e tendo em conta o sentido geral que atualmente lhe reconhecemos, deve ser encarada como um dos ramos da História, na medida em que se ocupa do processo histórico dos textos em duas vertentes fundamentais: o texto em processo de produção e o texto em processo de transmissão. (FAGUNDES, 2019, p. 36).

Embora o referido filólogo se detenha às repercussões de tal proximidade sobre a crítica textual, suas ponderações são importantes na medida em que demonstram a similitude do arsenal teórico e metodológico de ambas as disciplinas quando instrumentalizam o texto como via de acesso ao tempo pretérito. Fagundes (2019), inclusive, deixa evidente que ambas as disciplinas lidam com o texto em perspectiva histórica.

Em acréscimo, Duarte (2019, p. 37), mobilizado pelas provocações de Contini, afirma que a filologia é uma disciplina histórica, porque busca, assim como a história, conciliar a dupla temporalidade de edificação de um passado, além de lidar com o tempo presente. Não à toa, a condição sempre atual da pesquisa histórica⁶⁹, aqui sintetizada na expressão “toda verdadeira história é contemporânea” (CROCE, 1964), ou seja, o

⁶⁸ Na seção seguinte, com o uso do conceito de operação historiográfica (CERTEAU 2015 [1975]), serão detalhados os termos utilizados para os contornos e fatores que comungam a prática historiográfica.

⁶⁹ Sobre a questão da atualidade do exercício historiográfico, em especial sobre a história do tempo presente ver artigo *Tempo Presente: entre operações e tramas*, de Reinaldo Lohn (2017).

contexto, a percepção do real e as experiências vividas condicionam e moldam o fazer histórico, projetando uma ideação sobre o passado.

Conforme mencionado ao longo da seção anterior, as mudanças teóricas em torno da noção de texto, imprimindo-lhe dinamicidade, convergem a um reposicionamento da história, em especial da nova história cultural (CHARTIER, 2002), e da filologia, com a sociologia dos textos à luz das propostas de McKenzie (2018 [1986]) e das reformulações epistêmicas de Said (2007 [1993]).

A título de reforço, relembro as profundas mudanças sofridas no âmbito da crítica textual, em que a lógica do estabelecimento editorial de textos como um centro provisório, através de uma visão pragmática (BORGES; SOUZA, 2012), enfatiza a historicidade como palco que permite tanto enveredar, quanto perceber os caminhos que dão condições (também históricas) à produção textual.

Insisto nesse ponto mobilizando os debates que vêm sendo desenvolvidos dentro da crítica textual, que permitem e/ou lastreiam novos entendimentos sobre o diálogo intertextual, dada à condição intercambiável dos textos (incluindo os historiográficos), tal como as produções historiográficas do grupo *Escavidão e Invenção da Liberdade*. Ademais, a percepção do enlace histórico-filológico, a partir do estudo texto histórico, permite reforçar a coletividade como elemento capaz de empreender novas leituras sobre a escrita da história.

Ainda sob a égide da crítica textual, Almeida (2014) aponta interessante ponto de vista ao vislumbrar que o escopo filológico de recomposição do passado histórico no plano da narrativa, em um jogo de temporalidades se alinha a um dos objetivos da história, qual seja a composição de narrativas sobre o passado, conforme trecho abaixo destacado:

Tendo em vista as características dos documentos que são objetos dessa pesquisa, vale ampliar os sentidos de história aí empregados, entendendo-a não só como cronologia dos testemunhos, das modificações textuais etc., mas como narrativa. O editor se propõe contar a história daquele texto, conforme os documentos e evidências de que dispõe, escolhendo destacar ou não certos aspectos dessa história, conforme sua proposta editorial. Pensar a edição como narrativa implica, também, situar o editor dentro do seu momento histórico, a partir de suas escolhas teóricas, uma vez que quem narra o faz sempre de um lugar (ALMEIDA, 2014, p. 129).

Seguindo as questões lançadas acima, é possível transpô-las ao ambiente histórico: o(a) historiador(a) também exercita a narrativa como ferramenta para contar o passado, partindo de questionamentos feitos pelo(a) pesquisador(a). Ademais, as reflexões de Almeida (2014) ajudam a pensar em outras possibilidades de compreensão

do enlace histórico-filológico, pois o passado só existe enquanto tal, porque a ótica empreendida pelos intérpretes serve de ponte de leituras, em um viés mais mundano, ético⁷⁰ e democrático, contribuindo para elaboração de narrativas mais pluralizadas sobre o passado.

Conforme já mencionado na seção anterior, sendo o texto um jogo entreaberto entre o autor e o leitor como propositores de sentidos, é possível pensá-lo também como um testemunho, “[...] materializado em determinado suporte, de uma época, de uma sociedade, de uma região, que, enquanto documento, é a prova que se tem dos fatos que marcaram dada sociedade, por exemplo, e, enquanto monumento, transmite a outros a memória” (BORGES, 2008, p. 89-90).

Dessa forma, refletir o produto historiográfico como um “testemunho-documento-monumento” (BORGES; ALMEIDA, 2017, p. 20) permite situá-lo não só como uma fonte de acesso ao passado, mas também como produto historicamente forjado que evidencia e amolda fatos e sujeitos erigidos ao patamar de históricos mediante acesso veicular de fontes também históricas.

Ademais, a noção de testemunho-documento-monumento (BORGES; ALMEIDA, 2017, p. 20) subverte a lógica unidirecional e autocentrada do texto, abrindo espaços para entendimentos que ajudam a destrinchar ou mesmo desmontar as amarrações que sustentam o produto da escrita do(a) historiador(a). Nesse viés, a escrita da história, portanto, é resultado direto das tensões envolvendo as temporalidades e os agentes históricos.

Se há uma dinamicidade intrínseca ao texto, esse movimento pode ser mediado, não como canal único e exclusivo, mas enquanto releituras interpretativas possíveis a partir desse mesmo texto, fundadas dentro das suas condições históricas de produção, conforme provoca Borges (2020) na seguinte passagem:

Quando o tomamos como objeto de investigação, queremos observá-lo por todos os ângulos, por todas as marcas que se registram no seu aspecto material, físico, inquiri-lo sobre os agentes que atuaram na materialidade do texto, quase que virá-lo ao avesso ou desmontá-lo para ver como se elabora, para ler os sentidos que se constroem, a cada mudança, em outra materialidade, a discursiva (BORGES, 2020, p. 20).

⁷⁰ A postura ética aqui mencionada diz respeito às proposições de Edward Said (2007 [1993]): procedimento que respeite a diversidade interpretativa e evidencie os métodos manuseados como instrumento de transparência epistêmica.

Em busca da interação disciplinar aqui anunciada, busco instrumentalizar as questões levantadas na seção anterior com os debates realizados pela crítica textual moderna, em especial das formas de construção de edições críticas como fonte e meio para estreitar laços com as questões voltadas à história, com vistas a demonstrar movimentos entre textos historiográficos do grupo de pesquisa *Escravidão e invenção da liberdade*.

Os próximos subtópicos terão como objetivo principal desenvolver as ponderações acima em torno da força que a coletividade disciplinar possui, mediante enaltecimento das relações intertextuais. Como suporte, enfatizarei o mapeamento e posterior confronto das práticas de leitura (CHARTIER, 1996) dos pesquisadores sobre determinadas tradições textuais, à luz de um intenso diálogo teórico-metodológico, tendo como resultado estratégias de narrativas próprias.

3.2 UMA POSSÍVEL *RECENSIO*

O grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade*, como já destacado anteriormente no presente trabalho, possui uma diversidade de pesquisadores, mesclando desde alunos de graduação até pesquisadores autônomos, passando por professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História social, tanto da UFBA, quanto de outras instituições de ensino no país. O universo da academia, em seus mais variados graus e especializações, encontra-se representado no grupo. Essa multiplicidade também indica que, para além do caráter heterogêneo do grupo, no sentido da gama de níveis de titulação acadêmica), os pesquisadores orbitam em torno de temáticas, sendo a história social da escravidão um dos eixos de maior evidência.

A natureza aberta e diversificada do grupo, em que pesquisadores se encontram em momentos diferentes de suas carreiras acadêmicas, sinaliza para a importância dos estudos das mobilidades textuais, sob investigação tendo como parâmetro as coletâneas do grupo. Afinal, o conjunto de artigos reunidos em um só contexto textual, sugere a consolidação dos debates que vem sendo realizados por mais de duas décadas, servindo, ainda, como fonte de divulgação das pesquisas.

Entender, mesmo que de forma tangencial, a historicidade dos textos historiográficos, serve como ferramenta para contextualizar historicamente o grupo. Historicizar aqui, vale ressaltar, pressupõe escolhas, recortes no tempo e no espaço, sendo sempre um centro de decisão, não necessariamente arbitrário.

Tomando por base as divagações iniciais acima, utilizo o ponto de vista traçado por Almeida (2014) que ressalta que as edições críticas são, antes de qualquer propósito, um horizonte de historicidade, com capacidade de composição de uma narrativa do passado. Segue abaixo trecho que reforça a ideia lançada:

Tendo em vista as características dos documentos que são objetos dessa pesquisa, vale ampliar os sentidos de história aí empregados, entendendo-a não só como cronologia dos testemunhos, das modificações textuais etc., mas como narrativa. O editor se propõe contar a história daquele texto, conforme os documentos e evidências de que dispõe, escolhendo destacar ou não certos aspectos dessa história, conforme sua proposta editorial. Pensar a edição como narrativa implica, também, situar o editor dentro do seu momento histórico, a partir de suas escolhas teóricas, uma vez que quem narra o faz sempre de um lugar (ALMEIDA, 2014, p. 129).

A despeito das proposições de Almeida (2014) que se centralizaram na composição de narrativa, pela ótica da crítica textual em arquivo hipertextual, os argumentos acima destacados podem ser interpretados como um aceno ao enlace histórico-filológico. Tal afirmação decorre da prioridade sobre o exercício de historicizar um texto, o qual compreende não só leituras filológicas (mais centradas na crítica textual visando uma edição crítica), mas também uma postura de pesquisa histórica. Em verdade, nem é possível (nem deve ser desejado) distinguir fases procedimentais em históricas e filológicas. É justamente pelo escopo de construção de narrativas sobre o passado que as disciplinas interagem entre si.

Avançando sobre as instigações de Almeida (2014), cabe a seguinte ponderação: se o texto é constituído, do ponto de vista interno, como um feixe ou mesmo tecido de relações; por outro lado, ele é resultado de uma gama de contextos (sociais, políticos, econômicos e culturais), que dão condições de sua concretização.

Sendo assim, a proposta dessa subseção é, em um primeiro momento, delimitar o *corpus* documental objeto do cotejo (os quais inclusive já vem sendo utilizados ao longo da primeira seção, vale recordar) e, em um segundo momento, buscar apresentar alguns elementos que possam desenhar uma história que dá sentido ao texto, no caso textos historiográficos. A intenção é, dentre outros propósitos, situar os motivos pelos quais foram escolhidos determinados trechos de artigos e livros.

Para essa empreitada, destaco como importante os usos dos critérios e ferramentas tradicionalmente mobilizadas pela crítica textual moderna, tal como a etapa da revisão. O objetivo não é de esgotamento, nem de fidelidade ao instituto; ao revés, o arcabouço teórico da crítica textual serve como farol ou mesmo guia para auxiliar a contextualização

de textos formalmente de autores distintos, embora componentes de um mesmo grupo de pesquisa.

Com efeito, a recensão constitui etapa filológica de constituição de um texto crítico aos moldes da crítica textual moderna (SPINA, 1977), voltada à arrecadação de documentos que circundam determinado texto. Esse agrupamento constitui a tradição textual, tanto em nível direto, quanto indireto (CAMBRAIA, 2005, p. 134). Os textos historiográficos produzidos pelo grupo de pesquisa *Escravidão e invenção da liberdade* são diversificados e com autorias distintas, o que, ao menos em tese, não coaduna ao conceito de tradição textual. Apesar da pluralidade inerente à historiografia edificada pelo referido grupo, não concebo como obstáculo intransponível o manuseio da recensão, considerando seu escopo de coleta textual.

Nessa toada, utilizando os parâmetros da recensão, realizarei agrupamento de textos historiográficos publicados pelos integrantes do referido grupo de pesquisa, delimitando o *corpus* objeto de investigação. Para o presente trabalho, considerando tratar-se de investigação em um ambiente coletivo, vislumbro como pertinente a utilização de duas coletâneas organizadas pelos integrantes do grupo de pesquisa *Escravidão e suas sombras* (REIS; AZEVEDO, 2012) e *Barganhas e querelas da escravidão* (CASTILLO; ALBUQUERQUE; SAMPAIO, 2014). A junção de vários estudos em formatos de artigos do aludido grupo reforça a ideia comunitária no processo de elaboração e de divulgação das pesquisas, anunciando a interlocução invocada na seção anterior, motivo pelo qual destaco como pertinente a utilização das pesquisas desenvolvidas pelos membros do grupo, em formato de artigos.

Em acréscimo, compõe o acervo de produções historiográficas em estudo os textos de um dos líderes do grupo, João José Reis, ante a relevância de suas pesquisas na conformação da história social da cultura⁷¹ da escravidão: *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista* (REIS; SILVA, 1989) *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (REIS, 1991), *Alufá Rufino: tráfico, escravidão, liberdade no Atlântico negro* (REIS; GOMES; SANTOS, 2010), *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (REIS, 2008). Além dos livros de João Reis, foi escolhido o livro e *O Jogo da*

⁷¹ História social da cultura pode ser compreendida como vertente do conhecimento histórico que analisa as questões derivadas da sociedade dentro de uma perspectiva cultural dos seus atores. Há ênfase ao estudo de sujeitos em um ambiente social e historicamente determinado e as suas construções de simbologias a partir dessa relação. Do ponto de vista metodológico, a história social da cultura encontra-se em íntima conexão com estudos antropológicos.

Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil, da autoria de Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (2009).

As produções historiográficas de João Reis se devem à projeção internacional de suas pesquisas, repercutindo de forma mais direta sobre o formato, os contornos teóricos e metodológicos utilizados pelo grupo⁷². Já o livro de autoria de Albuquerque (2009) servirá como esteio investigativo para mapeamento das redes de relações institucionais, acadêmicas e teórico-metodológicas, conforme se visualizará adiante.

Traçadas essas questões preliminares, existem outros aspectos que permitem contextualizar os livros e artigos escolhidos. A própria trajetória acadêmica dos(as) historiadores(as) serve de ponto inicial para entendimentos sobre do universo componente dos membros do grupo de pesquisa. Como já mencionado anteriormente, trata-se de um regresso ao infinito, com várias possibilidades interpretativas, pressupondo escolhas e exclusões. De todo modo, o objetivo é demonstrar caminhos investigativos possíveis para acesso ao ambiente em que se encontram imersos os textos historiográficos.

Seguindo a linha de raciocínio, pontuo que alguns dos artigos publicados nas coletâneas são resultados parciais ou adaptações de pesquisas, como a versão ampliada de artigo anteriormente publicado, no caso de *tráfico, escravidão e comércio em Salvador do século XVIII: a vida de Francisco Gonçalves Dantas* (SILVA JR, 2012) ou adaptação de capítulos de dissertação, a exemplo de *O horizonte da liberdade e a força da escravidão: últimas décadas do século XIX* (NASCIMENTO, 2014) ou de teses, em *Alforrias nas minas do Rio de Contas setecentista* (ALMEIDA, 2014). Kátia Almeida também publicou outra seção da tese defendida em 2012, em artigo intitulado *Os múltiplos da alforria em uma área mineradora periférica da América Portuguesa: Rio de Contas, Bahia- século XVIII* (ALMEIDA, 2014). Aliás, entre as duas últimas historiadoras, por gravitarem em torno da mesma temática – usos e significados de alforria no sertão baiano – os referenciais teóricos mobilizados são semelhantes, a exemplo do livro *Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX.*, de Kátia Mattoso (2016 [1978]).

Ainda percorrendo o desenvolvimento das pesquisas, Flaviane Nascimento foi uma das coordenadoras do simpósio temático Histórias da escravidão e da liberdade: trajetórias, alforria e trabalho, realizado no âmbito do Encontro estadual de história:

⁷² Na subseção seguinte, pontuarei de forma mais precisa a importância de Reis para historiografia nacional.

história e movimentos sociais (2018)⁷³, cujo conteúdo reverbera o avanço de suas investigações em torno dos usos e significados da alforria no sertão baiano oitocentista.

Todos os textos aqui mencionados foram produzidos mais de uma década após a constituição do grupo de pesquisa. Embora Almeida e Nascimento possuam formações acadêmicas iniciais em outras instituições de ensino (UEFS e UNEB, respectivamente), suas investigações foram atravessadas⁷⁴ pelo grupo de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade. Afinal, não se deve descurar que o Programa de Pós-Graduação em História Social da UFBA, do qual as referidas historiadoras realizaram seus cursos de mestrado e doutorado, possui linha de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade, vinculada ao referido grupo de pesquisa⁷⁵.

Cabe ainda ressaltar que ambas as historiadoras⁷⁶ integram o grupo de pesquisa a partir do percurso acadêmico, considerando que ambas realizaram curso de mestrado e doutorado (Nascimento é doutoranda⁷⁷) no aludido curso de Pós-Graduação, na linha de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade.

Essa reduzida arrecadação de livros, artigos e pesquisas desenvolvidas pelos membros permite a compreensão de como os produtos historiográficos produzidos pelo grupo são construídos ao longo de um processo de pesquisa, os quais vão sendo amadurecidos, ampliados ou mesmo revisados. O objeto de investigação vai ganhando corpo, revelando que os trabalhos podem ser lidos em conjunto justamente por demonstrar a consolidação e o compartilhamento da pesquisa, bem como o manuseio das fontes e a conformação das estratégias narrativas.

O acervo também serve de ponto interessante na identificação do modo com o qual as novas versões foram elaboradas: todos os artigos que compõem as coletâneas foram previamente submetidos ao crivo do grupo, que durante as reuniões quinzenais discutiram os textos historiográficos. As sugestões de ordem teórica, metodológica e estética contribuem, nesse sentido, para concretização do desiderato do grupo de pesquisa, que, por sua vez, divulga e desenvolve pesquisas que dialoguem entre si.

⁷³ Para maiores informações do evento e das discussões sobre a história da escravidão ver em <http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/simposio/anaiscomplementares>. Acesso 02 de fevereiro de 2022.

⁷⁴ Atravessamento aqui é utilizado no sentido de comunhão de interesses.

⁷⁵ A propósito, o PPGH UFBA foi o primeiro curso de pós-graduação em história na Bahia. Maiores informações ver em <https://ppgh.ufba.br/pt-br/historico>. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

⁷⁶ Vide lattes, disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do#>. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

⁷⁷ Até o presente momento de realização deste trabalho.

Esse tracejo, ainda que mínimo, visa pontuar curso de desenvolvimento das pesquisas, publicizadas em formato de artigos, dissertações e teses, demonstrando a importância da revisão como ferramenta para rastrear os movimentos dos textos. Embora não configure tecnicamente uma tradição textual, nem mesmo indireta, a busca pelo caminho de construção textual dos diversos artigos, capítulos de teses e dissertações ajuda na contextualização da trajetória textual, além de identificar o modo pelos objetos de pesquisas são ressignificados.

Regressando à historiografia de João Reis, cabe ressaltar que alguns livros são também ampliações de estudos anteriores, publicados em formato de artigos em revistas. Como exemplo do destaque acima, o livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (REIS, 2008) é um desdobramento de um artigo publicado em 2006, intitulado *Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista* (REIS, 2006). Tal trabalho já trazia passagens biográficas de Sodré, que posteriormente seria expandida em formato de livro.

Sobre os motivos pelos quais adotei alguns livros de João Reis como parte do acervo objeto da revisão, esclareço que além de constituir-se como um dos coordenadores do aludido grupo, a escolha se fundamenta pelo seu caráter referencial na historiografia brasileira, notadamente pelo modo como compõe, em suas narrativas os sujeitos históricos e movimento sociais, reforçando novos entendimentos sobre a história social da escravidão. Ademais, os livros destacados demonstram que o trabalho de pesquisa de Reis é continuado, cujos desdobramentos são gradativamente aperfeiçoados a partir dos avanços empíricos (KLEIN, 2021).

Para além dos aspectos estilísticos do historiador João José Reis, cabe também ressaltar que suas pesquisas não se encerram na temática em torno da manumissão, espraiando-se em questões relacionadas a religiosidades, biografias, movimentos populares, aspectos culturais com centralidade no período colonial brasileiro, notadamente na Bahia oitocentista. Ao longo dessa subseção será possível identificar tais aspectos.

Portanto, considerando a relevância de João Reis na formação do grupo de pesquisa, as questões, em torno da historiografia por ele produzida, bem como as repercussões que promove com seus estudos, serão detalhadas de forma mais pormenorizada na subseção seguinte.

3.3 UMA HISTÓRIA DA LIBERDADE⁷⁸

A historiografia construída por João Reis pode ser lida por vários ângulos, uma vez que suas contribuições extrapolam os estudos sobre a história social da escravidão, participando também de mudanças em vários campos da história⁷⁹. Para visualização da proeminência do estudioso em relação ao grupo de pesquisa, apresento trechos de livros de sua autoria, os quais serão confrontados com textos historiográficos dos demais membros.

Reis possui livros premiados, tais como os prêmios Jabuti de 1992, na categoria estudos literários- ensaios pelo livro *A morte é uma festa* (1991) e em 2012, e Casa de las Américas pelo livro o livro *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro* (2010) em coautoria com Flávio Gomes e Marcus Carvalho- na categoria Literatura Brasileira⁸⁰. Em 2017 recebeu o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras pelo conjunto de suas obras⁸¹.

Kantor (1992, p. 173), em resenha do livro *A morte é uma festa* (REIS, 1991), pontua a influência e o valor das pesquisas promovidas por João José Reis para a historiografia brasileira ao enquadrá-lo entre os principais historiadores do país, como exposto no trecho abaixo:

Ao lado de Verger, Mattoso e Schwartz, Reis contribui para consolidação de uma historiografia vigorosa.

João Reis é um dos principais estudiosos daquilo que se poderia denominar uma historiografia dos micro-poderes no cotidiano colonial. Seus livros e artigos anteriores à publicação de *A morte é uma festa* evidenciaram uma preocupação com a leitura da resistência escrava a partir de uma abordagem que não reduz os acontecimentos à oposição estrutural de senhores e escravos (KANTOR, 1992, p. 173).

Seguindo a mesma linha de intelecção, Albuquerque Júnior (2009), inaugurando resenha sobre o livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e*

⁷⁸ Título da introdução do livro *Liberdade por um fio: história dos quilombos* (REIS; GOMES, 1996).

⁷⁹ Como exemplo estabeleço os estudos sobre as questões de teoria da história levantadas por João Reis, conforme defende Kelin (2021), ao abordar os usos e projeções dos conceitos experiência e classe em seus livros, bem como da história indígena, que jamais foi a mesma desde as contribuições de John Manuel Monteiro e o consequente reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos da história e na história (ARRUTI, 2013).

⁸⁰ As informações acima foram destacadas o currículo *lattes* do aludido historiador: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787709J1>. Acesso em 10 de abril de 2022.

⁸¹ Vide notícia da premiação e vídeo da sessão solene de entrega do prêmio no site da Academia Brasileira de Letras: <https://www.academia.org.br/eventos/premio-machado-de-assis-2017>. Acesso em 10 de abril de 2022.

candomblé na Bahia do século XIX (REIS, 2008), enfatiza a proeminência de João Reis no cenário historiográfico brasileiro, além de enaltecer seu estilo narrativo peculiar, o qual remete a incorporação de elementos ficcionais e estéticos:

João José Reis é merecidamente um figurão da historiografia brasileira. Seus livros, desde o pioneiro *Rebelião escrava no Brasil*, modificaram o estado da arte dos estudos sobre escravidão, sobre rebelião escrava e movimentos sociais, não só no país, mas internacionalmente. [...] Ela é uma obra exemplar do caráter narrativo da historiografia, do papel que a narrativa desempenha na elaboração e inscrição da história; é obra exemplar das artes e artimanhas que são requeridas de todo historiador, na hora que tem de transformar a pilha de documentos compulsados, as inúmeras pistas e rastros encontrados, num enredo que faça toda essa poalha, essa dispersão, fazer sentido; ela é exemplar do uso do que alguns preferem chamar de imaginação histórica, para não dizer o uso da ficção na escrita da história, ficção entendida não como o oposto da verdade ou da realidade, mas como a capacidade poética humana de dotar as coisas de sentido, de imaginar significados para todas as coisas, sentidos que são sempre, em última instância, uma invenção humana (ALBUQUERQUE JÚNIOR., 2009, p. 211-214).

Os exemplos acima lançam luz sobre a envergadura acadêmica de João Reis, projetando suas contribuições para a historiografia brasileira pós-1980. Todo o acervo publicado pelo referido historiador gravita e dialoga com a nova historiografia da escravidão⁸², endossando o debate sobre as experiências de sujeitos históricos escravizados e, por via de consequência, da própria história social da escravidão, sempre a partir de renovações no âmbito das fontes, do aporte teórico-metodológico e da atualização da narrativa histórica.

A produção historiográfica do referido autor, portanto, possui importância não só para os demais integrantes do aludido grupo de pesquisa, como também para o debate público sobre a reformulação de temas caros à história do Brasil, cujo enfrentamento possui íntimo estreitamento às pautas atuais. O diálogo entre o passado escravagista e seus desdobramentos pós-abolição, sob viés da história social e cultural de personagens invisibilizados, se relaciona diretamente aos questionamentos do nosso cotidiano, evidenciando o alcance de suas pesquisas⁸³.

⁸² Existem diversos artigos que discutem o atual momento da historiografia sobre escravidão. Além dos trabalhos sobre o assunto já mencionados na seção anterior, ver Slenes (1983) e Chalhoub (2003).

⁸³ Aproveitando todo prestígio que possui, João Reis rotineiramente se utiliza das plataformas públicas, para conectar seus estudos sobre escravidão, rebeliões escravas, tráfico transatlântico às demandas do presente. Nesse sentido, o conhecimento histórico construído ganha uma dimensão politizada, vinculado passado e presente em um só âmbito de discussão. Como exemplo, seguem algumas entrevistas de João Reis:

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/escritor-joao-jose-reis-fala-sobre-escravidao-contemporanea/>. Acesso em 02 fev. 2022.

<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/joao-jose-reis-poder-publico-setor-privado-tem-divida-com-escravidao-21609440> Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

Para ilustrar as repercussões dos estudos de João Reis, tanto para o referido grupo de pesquisa, quanto em diálogo com o mesmo, destaco excerto da obra *Domingos Sodré, um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (REIS, 2008). Nessa passagem, a mediação de escalas de interpretação, os usos de fontes documentais e referenciais historiográficos como ferramenta para um contar de histórias de personagens reais como mote a ambientação da sociedade soteropolitana, em meados do século XIX, esclarecem o modo (ou formato) de construção da narrativa proposta por Reis (2008):

QUADRO 4 – A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE JOÃO REIS

Na antevéspera do Natal de 1858, um grupo de africanos libertos se reunia num batuque no bairro da Cruz do Cosme, periferia de Salvador. De repente, a casa foi cercada pela polícia e invadida; pessoas foram presas e objetos cerimoniais de candomblé apreendidos. (...)

No mesmo dia, o chefe de polícia as despachou livres, por sorte antes que a polêmica com o subdelegado tivesse início, e ele quisesse manter as africanas na cadeia para não dar impressão de que agira sob pressão de um subordinado impertinente¹³

Ao prestar contas desse episódio ao presidente da província, o chefe da polícia informou que no dia 23 de dezembro, entre outras atividades policiais, tinham sido presos um homem e doze mulheres, todos africanos libertos, encontrados em “danças e batuques, sendo apreendidos diversos objetos e vestimentas que usam em tais danças”.

¹³Petição de Aniceta Rita Junqueira et alii para o chefe de polícia, 23 de dezembro de 185, APEBa, Polícia, maço 6322.3 (REIS 2008, p. 21 e 23).

Esse episódio é representativo do que acontecia nos bastidores da repressão policial aos candomblés oitocentistas na Bahia. As autoridades policiais com frequência se desentendiam. Nina Rodrigues, a respeito do período colonial, observou que ‘a supressão ou manutenção dos *batuques* se constituiu em ponto de acesa discórdia¹⁴ [...]. Em linhas gerais, o mesmo pode ser dito sobre a polícia de repressão ao candomblé no tempo de Domingos Sodré (REIS 2008, p. 25).



Não só as autoridades policiais, judiciais e até policiais divergiam entre si sobre como tratar o candomblé, seus adeptos e clientes. (...) No momento da prisão de Domingos Sodré, tanto as casas de culto quanto a prática individual, doméstica, sem culto organizado, já se encontravam espalhadas por toda cidade, embora fossem as primeiras mais frequentes nos seus subúrbios. Todavia, o sucesso, eu insisto, não decorreu de uma negociação tranquila com a sociedade, uma vez que o candomblé viver quase sempre por um fio, pressionando por denúncias de gente grande, sobretudo da imprensa e consequente repressão policial. (REIS 2008, p. 26).

Fonte: Reis (2008)

As três passagens do quadro acima integram o primeiro capítulo do livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (REIS, 2008), as quais, em conjunto, servem de amostra do modo com o qual Reis (2008) engendra a narrativa de Domingos Sodré.

A biografia de Domingos Sodré é contada por meio de suas experiências como africano liberto que busca viver em um contexto de profundas modificações sociais e culturais, em que a malha opressiva sobre práticas religiosas e culturais ainda se encontrava em processo histórico de conformação. Nesse tenso jogo, as experiências de Sodré servem de lupa investigativa para demonstrar como se travava a disputa de espaços de sobrevivência em uma sociedade estruturalmente escravagista.

Há, pois, nítido deslocamento de níveis de estudo: o detalhamento de situações casuísticas de Sodré como mola mestra para diálogo com aspectos sociais, econômicos e culturais da Bahia do século XIX. O deslize de grau movido por Reis (2008) é alinhavado por composição de outros entendimentos historiográficos e, em especial, pela atenta análise, aliada às interpretações das fontes documentais, as quais encontram-se espalhadas ao longo da narrativa.

Sob outra perspectiva, a metodologia indiciária de Ginzburg (1987) é reiteradamente instrumentalizada por Reis (2008), seja pela junção de vários rastros documentais por onde Sodré teve passagem, seja pela articulação com aspectos mais gerais, que compõem o cenário vivido pelo personagem histórico. Esse quadro histórico, todavia, não é estanque: é a todo tempo objeto de ressignificação, na medida em que Sodré também é um participante desse processo histórico de transformações sociais, culturais e econômicos experimentados ao longo de todo século XIX.

De forma desmembrada, é possível aferir a estratégia de construção textual: o lastro que sustenta toda a passagem se baseia em uma fonte documental do universo criminal (em destaque a petição de Aniceta Rita Junqueira ao chefe de polícia, em 23 de dezembro de 1853 - Arquivo Público do Estado da Bahia), o qual serviu de fio condutor à contextualização de um dado momento histórico – práticas policiais repressivas a atividades associadas ao exercício do candomblé em meados do século XIX em Salvador – e, nessa esteira, inserir Domingos Sodré, personagem principal da biografia.

Ademais, a circularidade desenhada na passagem acima registra o iter narrativo percorrido, em que as fontes documentais são transpostas para um plano de ação, reavivando um momento episódico (invasão policial em reunião de africanos libertos). Em acréscimo, o desenrolar dos acontecimentos é alinhavado pelo destaque da fonte no

corpo do texto historiográfico, com transcrição das correspondências entre autoridades policiais. Assim, se intercambiam a perspectiva adotada por João Reis com inserção da fonte documental como elemento de coesão e enaltecimento, dando, assim, um sentido ao plano narrativo de modo a recriar as questões contextuais em que Domingos Sodré vivia.

Essa combinação estratégica se alia ao uso de referências de estudos anteriores como reforço argumentativo e de credibilidade. No caso acima destacado, Reis (2008) lastreia sua argumentação em torno das controvérsias sobre a regulamentação e/ou repressão aos batuques a partir de ponderações realizadas por Nina Rodrigues. Assim sendo, toda narrativa a respeito da atividade repressiva policial, ocorrida em dezembro de 1858, ajuda a introduzir Domingos Sodré, além de servir de mola propulsora para ambientação histórica em que se encontra imerso.

Sobre o formato compósito em que destacam níveis diferentes de escalas (nível episódico e macro), destaco aqui as próprias palavras de João Reis (2008):

Por isso, o leitor perceberá que nosso personagem sai frequentemente de cena para dar lugar ao seu mundo e outros personagens que o povoam, através dos quais sua história é em grande medida contada. [...] A vida de Domingos se desenvolve como parte desse embate cultural e serve como guia para narrar a história do candomblé na Bahia de seu tempo” (REIS, 2008, p. 11 e 20).

A imagem representativa de um guia é bem ilustrativa do modo de construção de uma história social da cultura: a vida biografada de Domingos Sodré alinhavada pela contextualização da Bahia oitocentista. Dessa forma, as experiências vividas por um sujeito histórico ajuda a compreender os processos históricos reconfiguração de uma sociedade escravocrata em meio aos embates em torno de aspectos religiosos, econômicos e culturais.

O exercício da prática religiosa do candomblé por Sodré é desenhado como uma das várias formas de resistência ao sistema escravocrata brasileiro, reforçando a vertente historiográfica na qual se insere. Rompendo com a lógica estanque e oposicionista entre escravizados e senhores, Reis (2008) sofisticava o debate porque permeia práticas de ajustamento de Sodré em busca de sua sobrevivência, como adivinho. O episódio de apreensão policial, expresso no Quadro 4, também busca demonstrar a não existência de dicotomia entre a prática religiosa das ações cotidianas, conforme se extrai do excerto destacado: “No momento da prisão de Domingos Sodré, tanto as casas de culto quanto a prática individual, doméstica, sem culto organizado, já se encontravam espalhadas por

toda cidade, embora fossem as primeiras mais frequentes nos seus subúrbios” (REIS, 2008, p. 26).

No curso de modificações na cidade de Salvador do século XIX, em que as autoridades policiais ainda titubeavam na busca pelo enquadramento marginal e ilícito dos batuques, Sodré atuava negociando formas de viver nessa sociedade. Portanto, tal persona nos é apresentada por Reis (2008) como paradoxo e súpula da sociedade em que vivia.

A figura de Domingos Sodré nos é apresentada como um personagem histórico em sua humanidade, isto é, sujeito historicamente situado. Reconhecer em Sodré a humanidade é enxergá-lo, em meio às suas contradições, respeitando suas experiências construídas no jogo de relações que estabeleceu para sobreviver, em um momento histórico no qual o exercício da liberdade de um africano alforriado era reiteradamente posto à prova.

As redes de solidariedade destacadas por Reis (2008) também fomentam a reflexão sobre a natureza indeterminável dos fatos históricos (embora saibamos se tratar da biografia de um homem no século XIX), conferindo potência às atitudes de Sodré nos diversos momentos de sua vida. Para tal empreitada, Reis (2008) se vale de múltiplas fontes históricas, as quais alinham a narrativa biográfica.

A título de exemplo, o testamento de Domingos Sodré é acessado em vários momentos do livro, como ponte de partida (e de lastro) para rastrear e amplificar a trajetória vivida por ele. Esse olhar diminuto e indiciário de um homem até então desconhecido pelo leitor permite tanto enveredar, quanto convencer o público da condição de vulnerabilidade de homens e mulheres alforriados, além da forma com a qual se criava ou se estabelecia estratégias de sobrevivência. Por outro lado, remontar as posturas do Estado policial ajuda a compreender a postura de Sodré na edificação desses mecanismos de vivência.

O modo de vida do personagem narrado por Reis (2008) também permite situar o leitor para além da individualidade do sujeito histórico: ajuda a refletir a constituição histórica da sociedade em que vive. O Quadro 5, abaixo destacado, ilustra esse modo de leitura sobre Sodré.

QUADRO 5 – A DIVERSAS FACETAS DE DOMINGOS SODRÉ

Se Domingos participou do negócio da liberdade como adivinho-curandeiro e chefe de alforria, também compareceu ao negócio da escravidão no papel de senhor (REIS, 2008, p.288)

Domingos, todavia, não investiu apenas em escravos. Três anos antes de conceder alforria a Maria, encontramos-lo a negociar com imóveis, um investimento que havia se tornado mais acessível para pessoas com seu padrão de vida. A essa altura, a lei que proibia africanos de possuírem bens de raiz tinha caducado (REIS, 2008, p. 300).

A carreira de Domingos Sodré como chefe de junta é representativa da trajetória dessas instituições africanas, que se formaram como instrumento para superação da escravidão e declinaram com ela. Esse movimento provavelmente estava também associado ao declínio da população africana escravizada, que constituía o principal sustentáculo das juntas de alforria. (REIS 2008, p. 305).

Fonte: Reis (2008)

O Quadro 5 pode ser vislumbrado como um guia apresentado por Reis (2008), que por meio de fundamentação teórica e documental, nos apresenta uma perspectiva da história social e da cultura, a partir da vida biografada de Domingos Sodré. Nesse sentido, as experiências vividas por um sujeito histórico lançam luz sobre processos históricos de reconfiguração de uma sociedade escravocrata em meio aos embates em torno de aspectos religiosos, econômicos e culturais. Em especial, o modo com o qual Domingos Sodré articulou e construiu meios de adesão (e de negociação) a um sistema escravocrata, serve de alinhavo da contextualização da Bahia oitocentista. Não à toa, Reis (2008) assegura que “[...] o envelhecimento, empobrecimento e a morte do africano Domingos Sodré são quase metáfora de todo um processo histórico” (REIS, 2008, p. 305).

Ademais, a trajetória de Domingos Sodré pode ser visualizada pela singularidade e simbologia. É singular porque esmiúça a vida de um africano liberto através da esparsa documentação (testamento, carta de alforria, correspondências, diários e crônicas de viajantes, processos judiciais) recriando sua vida. É simbólico por buscar um panorama da Salvador oitocentista, usando aspectos raciais como chave interpretativa para entender como aspectos sociais, econômicos e políticos contribuíram para conformação daquele período histórico.

As passagens do Quadro 5 também demonstram a via de mão dupla em que se conforma a narrativa sobre a persona em análise: ao tempo que Reis (2008) resgata e entrelaça episódios da vida de Sodré por meio da interpretação, cotejo, cruzamento das fontes, também contribui para consolidação de uma vertente historiográfica iniciada nos anos 1980, que privilegia o uso de histórias com nomes e rostos, isto é, sujeitos históricos individualizados no espaço histórico escravagista brasileiro.

Nesse ponto, parece importante situar que representação de sujeitos históricos como protagonistas de suas histórias é uma leitura a contrapelo da historiografia tradicional⁸⁴, de objetificação de homens e mulheres escravizados, que os inseria dentro de modelos explicativos estruturais sobre a economia colonial e no processo de acumulação do capital, lastreados em concepções teóricas marxistas.

Sobre a composição da narrativa de Reis (2008), Costa (2018) esclarece a conjunção de fatores engendrados para reconstruir não só a vida de Domingos Sodré, mas a história de um país estruturado pelo sistema escravagista no século XIX:

Domingos Sodré é um dos vários exemplos de sujeitos que tiveram que se adaptar às inúmeras circunstâncias, fez parte de instituições sociais, conseguiu conviver e transitar entre os dois mundos, o da gente negra e da aristocracia branca; e, como papai de terreiro, teve que lidar com as repressões por parte das autoridades da ordem. Soube, no entanto, utilizar-se das redes de relações sociais e políticas para resistir e sobreviver aos combates impetrados contra o candomblé, tendo em vista que diversos membros das elites baianas e dos aparatos da ordem eram seus clientes e acabavam o ajudando. Dentro de uma historiografia social influenciada pela História Cultural, é possível ouvir as vozes de africanos(as), explorando suas experiências históricas no mundo atlântico. Evocar trajetórias como a de Domingos Sodré é também uma forma de compreender como os africanos e seus descendentes se movimentaram dentro de uma conjuntura social marcada pelo racismo. (COSTA, 2018, p. 103).

A combinação de escolha documental, estilo narrativo não linear e manuseio de concepções teóricas específicas demonstram, ao menos nesse breve esboço, o modo pelo qual o referido historiador compreende e formata a história social da escravidão na Bahia oitocentista. Não se trata, vale ressaltar, de um estudo isolado.

Com efeito, sobre os contornos da história social, é importante destacá-la como segmento da história que privilegia o estudo dos sujeitos históricos em sua rede de relações, descolada, portanto, do viés estruturalista que atrelava a atuação dos atores enquanto coletividade. Castro (1997), ao abordar os contornos da micro-história, esclarece o alcance da história social:

A ressonância da apresentação articulada das propostas da micro-história se faz, a meu ver, quando enfrenta a tarefa de conciliar os dois eixos da história social que tenderam a se apartar desde os anos 60, estrutura e experiência, formulando de maneira clara a questão da liberdade e inteligibilidade da ação humana na história. Frente à multiplicação de objetos e abordagens, a partir das temáticas clássicas em história social, não me parece mais factível caracterizá-la como especialidade da disciplina histórica. A história social mantém, entretanto, como nexos básicos de constituição, enquanto forma de

⁸⁴ Por historiografia tradicional identifico a Escola sociológica de São Paulo, denominação atribuída ao conjunto de estudos de viés marxista realizados pela Universidade de São Paulo com ênfase nas questões macroeconômicas decorrentes da escravidão no Brasil.

abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais- na explicação histórica. (CASTRO, 1997, p. 50).

O autor do trecho supracitado também esclarece que, no âmbito da historiografia brasileira, as pesquisas sobre história social do Brasil colonial têm como seus principais centros de produção a Universidade Federal da Bahia, a partir dos recentes estudos de João Reis, associada a Universidade Estadual de Campinas e Universidade Federal Fluminense (CASTRO, 1997, p.54), reforçando, mais uma vez, a importância do referido historiador no cenário historiográfico brasileiro.

Destarte, outro aspecto caro aos estudos de João Reis se refere aos usos metodológicos de uma micro-história (GINZBURG, 1989) e do caráter consciente de sua postura ativa no processo de construção de uma narrativa, sem escamotear a fragmentação inerente na pesquisa histórica. Elucidativa é a exposição abaixo sobre o manuseio da micro-história por João Reis:

O caráter biográfico dessa obra nos remete a uma ruptura com os modelos clássicos das biografias, com histórias de vida cronológicas, com previsibilidade e linearidade do início ao fim. Domingos Sodré ininterruptamente entra e sai da narrativa, levando-nos a questionar em qual lugar ele se encontra? O caráter lacunar das fontes bem como a falta de documentação historiográfica ou documental sobre a vida de Domingos, estão diretamente relacionados ao silêncio dos arquivos sobre a “vida dos de baixo”, o que torna Domingos ao mesmo tempo personagem principal e anônimo da história. Reis deixa explícita sua opção em Domingos operar como uma metonímia de seu tempo, conforme a micro história italiana, cujas biografias se relacionam à reconstituição de micro contextos ou a personagens extremos, normalmente anônimos, despercebidos pela sociedade (AMIM; REIS, 2020, p. 38).

As questões levantadas acima podem ser visualizadas no Quadro 4. O evento episódico envolvendo Sodré é amarrado pelo cenário histórico da Salvador oitocentista, cujo deslizamento é promovido por meio de uma micro-história (GINZBURG, 1989), a qual não se encontra apartada de uma análise e compreensão mais global do acontecimento narrado. Resgato passagem do Quadro 4 em que é possível identificar o movimento acima desenhado:

Na antevéspera do Natal de 1858, um grupo de africanos libertos se reunia num batuque no bairro da Cruz do Cosme, periferia de Salvador. De repente, a casa foi cercada pela polícia e invadida; pessoas foram presas e objetos cerimoniais de candomblé apreendidos. [...] Esse episódio é representativo do que acontecia nos bastidores da repressão policial aos candomblés oitocentistas na Bahia. As autoridades policiais com frequência se desentendiam. Nina Rodrigues, a respeito do período colonial, observou que ‘a supressão ou manutenção dos *batuques* se constituiu em ponto de acesa discórdia (REIS 2008, p. 21 - 25).

Para além das contribuições do Quadro 4, é possível perceber outras possibilidades de ingresso do construto historiográfico, cujo conteúdo permite refletir sobre a existência de estratégias narrativas a partir dos objetos de investigação e da proposta teórico-metodológica proposta, conforme se verifica no quadro abaixo:

QUADRO 6 – A FORMATAÇÃO NARRATIVA EM REIS

Extraordinário acontecimento teve lugar na Bahia do século passado: uma revolta contra um cemitério. O episódio, que ficou conhecido como Cemiterada ocorreu em 25 de outubro de 1836. No dia seguinte entraria em vigor uma lei proibindo o tradicional costume de enterros nas igrejas e concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador por trinta anos (REIS, 1991, p.15).

A identidade étnica funcionou como elemento de coesão e mobilização nesses movimentos, que tiveram lugar em Salvador e nas áreas canavieiras, às vezes mais de um por ano, entre 1807 e 1835. Levantes, conspirações e a formação de quilombos menos conhecidos e de menor vulto aconteceram em outros locais do interior baiano, tornando a rebeldia escrava uma preocupação permanente das autoridades e senhores. A rebeldia escrava se intensificou após a Independência, paralelamente a outros movimentos sociais (REIS, 1991, p. 53).

A sociedade em movimento
A Cemiterada aconteceu num período agitado da vida da província. Antes dela, a população livre e escrava da cidade da Bahia já provocara dezenas de levantes. Conspirações e levantes escravos já aconteciam desde o início do século XIX, tanto na capital como no Recôncavo. Eram feitos principalmente por escravos africanos, frequentemente em aliança com africanos libertos (REIS, 1991, p. 53).

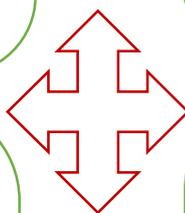
A cidade desigual
A distribuição desigual da mortalidade refletia a desigualdade social de Salvador. Em primeiro lugar, havia a escravidão, que punha nas costas de milhares de africanos e seus descendentes o peso maior da produção de riquezas.

(...)

Frequentemente cor e posição social se confundiam. A elite era ou se considerava branca, apesar de os portugueses e outros europeus verem os brancos da terra como uma raça inferior. Sr. Wilson chegou a dizer que nossos brancos eram “semi-homens na aparência, e uma desgraça à dignidade dos Europeus” (REIS, 1991, p. 47-48).

A conjuntura econômica
A Bahia vivida exportação de açúcar, produzido nos engenhos do Recôncavo por braços escravos. A economia canavieira experimentou um surto de prosperidade a partir do século XIII, após cinco décadas de marasmo.

(...) A propriedade durou até a Independência, seguindo-se uma crise aguda. Nas décadas de 1820 a 1830, os preços do açúcar no mercado internacional caíram, em parte pela entrada de grande produção cubana, em parte pela exportação de beterraba na própria Europa (REIS, 1991, p. 49).



O Quadro 6 é composto por cinco trechos do primeiro capítulo do livro *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (REIS, 1991). A montagem busca evidenciar o modelo de construção do contexto histórico que antecede o evento da Cemiterada, objeto de investigação de Reis (1991). Para tal empreitada, referido historiador lança mão de um arsenal de informações sobre aspectos econômicos, sociais, culturais, demográficos e políticos da Bahia em meados do século XIX, buscando reconstruir os antecedentes históricos ao movimento social da Cemiterada.

Em resumo, a narrativa é inaugurada com uma descrição sintética do acontecimento sob estudo – a Cemiterada – associada a exposição segmentada de fatores que compõem a região, incluindo quadros e dados demográficos. Os destaques servem como reforço argumentativo e composição do modo pelo qual João Reis (1991) conduz a narrativa, produzindo a idealização imagética da Salvador oitocentista, às vésperas do evento principal. A propósito, a descrição em vários fragmentos facilita a compreensão do movimento social denominado Cemiterada, o qual ainda será narrado nos capítulos subsequentes do aludido livro.

Os vários aspectos que compõem Salvador em meados do século XIX – em articulação com a conjuntura mundial – servem de ambientação para o leitor, acerca do entendimento das motivações que levaram a população de Salvador a invadir o cemitério do Campo Santo. Não se trata de uma relação de causalidade direta e estrita, como se os aspectos de ordem econômica, social e política fossem decisivos para o desenrolar do evento Cemiterada. Pelo contrário, Reis (1991) problematiza os atravessamentos nos quais os sujeitos encontram-se envolvidos e, nesse jogo, promovem a Cemiterada. Em outras palavras, é no conjunto de fatores evidenciados pelo autor, didaticamente segmentados, que se fundam as motivações tomadas pela população, diante do ato normativo municipal de impedimento de enterros em igrejas.

Reis (1991) manuseia o evento histórico de destruição do cemitério como endosso de um movimento amplo de rebeldia e negociação cotidiana fruto de um longo processo histórico de resistência. As variadas formas estratégicas de articulação dos escravos em minar o sistema opressivo escravocrata brasileiro serve, de modo geral, à tônica da narrativa de João Reis.

Sendo assim, o trecho abaixo é esclarecedor da concepção historiográfica de João Reis, pela perspectiva adotada ao escrever histórias protagonizadas por sujeitos escravizados em diálogo direto aos dilemas atuais:

Os escravos dispunham de poucos recursos políticos, mas não desconheciam os mecanismos das relações mais amplas de poder. No Brasil da segunda metade do século XIX eles identificaram rapidamente as brechas abertas pelo tímido liberalismo vigente e frequentemente levaram seus senhores aos tribunais em defesa de direitos garantidos em lei (95). Mas ao longo da longa história da escravidão, tiveram pouco ou nenhum acesso às leis do Estado. Entretanto não se acomodaram. Inventaram estratégias para negociar no dia-a-dia melhores condições de vida com os senhores, e quando não encontraram espaço para a negociação, e perceberam condições favoráveis, eles se rebelaram individualmente ou se uniram na revolta, fazendo política com uma linguagem própria, ou com a linguagem do branco filtrada por seus interesses. Embora fossem derrotados na maioria das vezes, os escravos rebeldes marcariam limites além dos quais seus opressores não seriam obedecidos. Hoje, eles inspiram o povo negro do Brasil em suas lutas pela cidadania plena (REIS, 1996, p. 35).

Retornando ao Quadro 6, o desmembramento de trechos do primeiro capítulo do livro teve finalidade de realçar o caráter de mosaico que Reis (1991) estabelece com vistas a uma visão panorâmica, “[d]o ambiente onde aconteceu a Cemiterada. A Salvador de 1836 era uma cidade bela e cheia de problemas urbanos e sociais, uma sociedade escravista cujo povo livre era em sua grande maioria pobre” (REIS, 1991, p. 56).

A reconfiguração histórica proposta pelo autor expõe suas escolhas temáticas, recortes de subtemas no tempo e no espaço, além de evidenciar o estabelecimento de uma relação de causalidade entre as problemáticas vivenciadas pela população da Salvador oitocentista e o desenrolar os acontecimentos.

Nesses breves excertos, podemos ingressar nos aspectos cotidianos que tensionavam a cidade de Salvador no século XIX: as angústias provocadas pela desigualdade racial e econômica, associadas a um declínio econômico em meio a sucessivos eventos de rebeldia e de convulsão social. Todo esse emaranhado contextualizado se destina a hipótese de que Salvador era, à época da Cemiterada “[...] uma cidade cujo povo era pobre, em grande parte escravizado, mas um povo inquieto e frequentemente rebelde” (REIS, 1991, p. 32).

A confluência de aspectos estruturantes para esquadrihar a Bahia do século XIX, às vésperas da Cemiterada, não representa uma novidade no âmbito historiográfico, mas remete a uma filiação teórica e metodológica que já vinha sendo desenvolvida por Kátia Mattoso, por exemplo, conforme informa Araújo (2009):

A preocupação com o espaço, oriunda da sólida tradição em história regional da França (até mais marcada em Mattoso), os esforços de quantificação sistemática, a ambição de formular uma síntese histórica global do social, a pluralidade dos níveis de temporalidade (a curta duração dos acontecimentos, o tempo médio das conjunturas, a longa duração estrutural), e, especialmente, a preferência pelos aspectos coletivos, sociais e repetitivos que se traduz no maior interesse pelas temáticas econômicas, demográficas ou voltadas para as

mentalidades coletivas, e um operar a história “ciência do passado” que ilumina o presente (ARAÚJO, 2009, p. 98).

A articulação e as temporalidades não são um dado, mas uma construção. O olhar do pesquisador João Reis (1991) promove a segmentação de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais para que, em conjunto, possam mediar nosso acesso a um passado. O caminho conduzido por ele, contudo, não é arbitrário, mas resultado de olhar historiográfico, pautado em debates anteriores, cerrado em fontes históricas. Em outras palavras, João Reis (1991) edifica uma temporalização do tempo através da narrativa do contexto histórico da Cemiterada e, nessa esteira, nos convida a compreender as motivações, os problemas e os questionamentos que se encontram em negociação no momento do episódio de invasão do cemitério do Campo Santo em 1836.

Havia uma imbricada correlação de fatores que contribuiriam para a destruição do cemitério, cujo conteúdo perpassa não só por macro questões, como também de natureza religiosa e da cultura funerária no modo pelo qual homens e mulheres escravizados, ou não, lidavam com as mudanças estabelecidas pela legislação municipal de impedimento de enterros em igrejas. Mais uma vez, Reis (1991) eleva a problemática em torno dos usos e modos de resistência da população negra, ao propor que “[...] destruição do cemitério do Campo Santo foi expressão encontrada por parte da população refratária à medicalização da morte” (RIBEIRO, 1991, p. 172).

Ainda sobre as contribuições de João Reis, o Quadro 7, a seguir, traz à tona aspectos de ordem teórica que norteiam os seus trabalhos, ajudando a compreender o contexto de produção da historiografia da qual o grupo de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade faz parte.

QUADRO 7 – O APORTE TEÓRICO EM *REBELIÃO ESCRAVA NO BRASIL: A HISTÓRIA DO LEVANTE DOS MALÊS (1835)*

Há muito o que se aprender a respeito dos grupos e classes sociais que compunham a Bahia do século XIX. Uma coisa, porém, é certa: não podemos discutir a história desse período baseados em modelos de sociedade que se limite apenas aos senhores de engenho e escravos, de um lado (e em cima) e de outro (e embaixo) os próprios escravos. Esta é uma visão extremamente simplista, mesmo quando se reconhece quase de favor a existência de outras categorias sociais.

(...) Fora todo exagero que a mitologia senhorial, e depois historiográfica, produziu para superdimensionar a onipotência do senhor de engenho, este ainda persiste como figura de grande poder (REIS, 1986, p. 13).

É possível que os malês pretendessem um dia instalar um califado exclusivo na Bahia, mas não acreditamos que fossem imbecis para imaginarem que em 1835 poderiam enfrentar de uma só vez tantas frentes de luta. A iluminação religiosa não cegou a razoável inteligência política que provaram ter na organização do movimento. Este foi sem dúvida capitaneado pelos malês, mas o levante também contava com a participação não-muçulmana. Se o islã foi a linguagem e ideologia predominantes, outros elementos também contribuíram para a mobilização de gente — entre eles a solidariedade étnica (REIS, 1986, p. 13).

Os escravos africanos fizeram de seu passado um instrumento de identidade coletiva e transformação. A identidade étnica se reforçava cotidianamente através da interação entre pessoas da mesma nação. Os africanos recusavam ser tratados como um conjunto homogêneo e indiferenciado de seres humanos (REIS, 1986, p. 190).

Na ausência de uma rede familiar de sangue, a identidade étnica ganhou feições de uma grande família, talvez o principal canal de solidariedade e organização de vida da maioria dos africanos que viveram na Bahia o ano de 1835 (REIS, 1986, p. 231).

Fonte: Reis (1986)

No livro *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)* (REIS, 1986), podem ser analisadas as questões teóricas discutidas pelo autor, ao longo da narração do movimento de insurreição ocorrida, em 1835, na cidade de Salvador. Nas passagens acima, Reis (1986) entrelaça a conjugação de vários fatores, tais como relações de etnicidade com religiosidade, que, em conjunto, tensionam o agir humano no curso dos acontecimentos, em uma dinâmica própria, que não está posta, nem pré-estabelecida.

O Quadro 7 é elucidativo do lastro teórico thompsoniano em virtude da ênfase sobre o caráter processual dos eventos, isto é, o encadeamento dos fatos se desdobra em outros tantos a partir de atos humanos, historicamente situados. Como resultado, transformações sociais (e históricas) são promovidas. Essa postura teórica retira sobremaneira o peso de determinações inevitáveis de uma estrutura econômica sobre o agir humano, dando-lhe capacidade de protagonismo na promoção dos eventos, alçados à categoria de históricos.

Nesse momento, cabe breve digressão sobre as contribuições teóricas de E. P. Thompson, dada a relevância de seu suporte teórico para a historiografia da escravidão, incluindo João Reis e demais membros do grupo de pesquisa em estudo. Thompson faz parte de um grupo de militantes de vertente marxista, que rompeu com o partido comunista da União Soviética nos anos 1950, fundando a nova esquerda britânica. Nos anos 1960, fundou a revista *New Left Review*, ajudando a reformular questões marxistas a partir da dimensão cultural de personagens anônimos (camponeses e operários no século XVI), os quais no curso de suas ações alteraram questões estruturais, conferindo-lhes agenciamento na história (DWORKIN, 2014). Os estudos thompsonianos questionam o estruturalismo marxista pela ênfase ao caráter processual da história, em que as atitudes humanas e o imaginário social construído culturalmente são decisivos para as mudanças históricas (RAGO, 1990).

Essa visão dialética de Thompson não rejeita o conceito de luta de classes, mas direciona aos indivíduos à capacidade de transformação social (VASCONCELOS, 2018). Segundo Hall (2003), os estudos de Thompson se inserem nas inflexões propostas pelos estudos culturais, em que o aspecto cultural costura o fazer na história: “[...] ao destacar questões de cultura, consciência e experiência e enfatizar o agenciamento, também rompeu decisivamente com uma certa forma de evolucionismo tecnológico, com o economicismo reducionista e com determinismo organizacional” (HALL, 2003, p. 135).

Sobre o assunto, para Thompson (1981), a questão da experiência é um elemento central nos seus estudos, por transitar nas relações subjetivas na construção da cultura:

Com experiência e cultura estamos num ponto de junção de outro tipo. As pessoas não experimentam suas experiências apenas como ideias ou como instinto proletário. Elas também experimentam suas experiências com sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Para os estudos da escravidão, a noção de luta de classes e de experiência aos moldes lançados por Thompson ressoam na nova vertente historiográfica da qual João Reis faz parte, justamente por instrumentalizar a classe trabalhadora no desenvolvimento das experiências hodiernas, pautadas em aspectos sociais e culturais. Ao valorizar a experiência tanto como aspecto aglutinador, quanto constitutivo da história, Thompson enfatiza as relações de sujeitos invisibilizados no curso de suas relações, em uma “história vista de baixo”, em oposição a uma história oficial, dos grandes nomes do jogo político.

Sobre os usos das bases teóricas de Thompson, Ramos (2014) e Santos (2018) amplificam o debate para enquadramentos em torno da fundamentação teórica da historiografia brasileira pós-1980, o que certamente inclui as pesquisas desenvolvidas por João Reis. Embora o diálogo se concentre nos estudos promovidos pela UNICAMP, as ideias levantadas pela apropriação estratégica por parte dos(as) historiadores(as) serve de mote para novos entendimentos em torno das inovações desenvolvidas pela historiografia da escravidão e, em especial, pelo grupo de pesquisa. Segue excerto em que Santos (2018) traça algumas conclusões sobre a mobilização teórica da historiografia brasileira a partir dos anos 1980:

A meu ver esta postura teórica, ou melhor, esta apropriação e uso concomitante do pensamento de Thompson e Foucault, seja considerando suas diferenças, seja pensando-os como complementares, feito por alguns historiadores a exemplo de Fenelon, De Decca e Rago se explica pelo fato de ainda ser, como sugere Ramos, uma apropriação de conteúdo. Ou seja, a preocupação destes historiadores, naquele momento, residia em estabelecer uma complementação das abordagens de ambos que possibilitasse uma visão mais ampla do fenômeno social estudado. Uma ampliação do questionário e das pertinências das pesquisas, sobretudo em relação às posturas marxistas ditas mais ortodoxas, ainda predominantes à época. Buscava-se, com isso, construir uma narrativa sobre o passado mais adequada às demandas do presente e, sobretudo, que desse conta de dizer a realidade do passado a partir de uma perspectiva mais abrangente, menos mecânica e determinista. Me parece que o foco ou a verdade do discurso e do fazer do historiador profissional, acadêmico, naquele período – meados da década de 1980 em diante –, ainda estava situado muito mais no produto final daquilo que fazia do que propriamente na etapa que o antecede, a produção (SANTOS, 2018, p. 192).

Retomando o Quadro 7, a partir das discussões teóricas de Thompson, Reis (1986) interpreta a história da escravidão a partir das relações e acomodações construídas pelos escravos em um cenário opressor calcado numa sociedade escravagista. Em acréscimo, há mudança de olhar para os sujeitos que compõem a narrativa: os atores do processo histórico são africanos, libertos ou não, e brasileiros escravizados que, construindo redes de pertencimento e de solidariedade, desencadeiam o levante de 1835.

Não se trata de uma replicação automatizada das contribuições teóricas de Thompson, merecendo ser enquadrado as inflexões propostas pela nova historiografia da escravidão, tendo como horizonte as reformulações epistêmicas sobre a história, conforme nos lembra Lara (1995):

Inspirados pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises thompsoniana sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil. [...] A “inclusão dos excluídos” vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades (LARA, 1995, p. 46).

Sobre o suporte teórico thompsoniano nos estudos de João Reis, Klein (2021) faz algumas ponderações em contraponto à ideia de adesão pura e simples ao universo do referido historiador marxista. Sem afastá-lo integralmente, Klein (2021) acresce que a noção de experiência – individual e coletiva – fomentada por João Reis em sua historiografia é amplificada pelas releituras não só de Thompson, mas tendo como lastro empírico das fontes. De fato, a análise estruturalista tradicional cede espaço ao processo histórico de reconfiguração dos escravizados, na luta diária em busca de redes de solidariedade e de sociabilidade, em um jogo relacional entre resistência cotidiana e o escravagismo estrutural da Bahia colonial.

Esses rearranjos conceituais, complexificam o simples enquadramento teórico de Thompson, ou mesmo Eugene Genovese, por parte de João Reis, conforme alude Klein (2021):

Como dizem, o novo também irrompeu em grandes rebeliões, para além dessas resistências cotidianas, nem sempre com o objetivo de subverter a ordem escravista, mas com vistas a melhorar determinados aspectos de suas vidas. Enfatizam que tanto em um caso quanto noutro, não foram ineficazes e nem atos desesperados. Em relação ao que estamos propondo investigar, a passagem esclarece a racionalidade presente na individualidade e as relações intrínsecas com as redes de sociabilidade, ou seja, a negociação aprofunda essas análises que deixam claro a interconexão entre social e individual (um não existe sem o outro mais uma vez) (KLEIN, 2021, p. 11).

Dessa forma, é no cotidiano que o sujeito histórico se articula com outros em meio a um cenário opressivo, reconstruindo formas de acomodação, resistência e, em especial pelo compartilhamento do universo cultural que se firmam enquanto grupo. Sobre assunto, destaco a análise pertinente de Adolfo (2017):

No geral, então, evidencia-se uma perspectiva analítica que inicialmente busca destacar as experiências vivenciadas pelos escravos, e, a partir disso, o modo pelo qual eles assimilavam suas experiências, isto é, a leitura que faziam das relações sociais coloniais nas quais estavam inseridos. Trata-se de uma abordagem dentro da dimensão cultural, pois, tanto o escravo quanto seu ambiente social são codificados em termos de tradições, sistemas de valores, ideais etc. Em outras palavras, o cativo cria consciência de suas experiências a partir de sua bagagem cultural. (ADOLFO, 2017, p. 11).

Retomando as questões presentes no Quadro 7, além do aspecto narrativo, os recortes buscam evidenciar as problematizações apresentadas por Reis (1986) sobre o levante em relação à explicação dos elementos culturais e socioeconômicos que confluem para o desenrolar dos acontecimentos. Haveria, nesse sentido, um emaranhado de fatores que, em conjunto, desencadeariam o movimento.

Reis (1986) apresenta processualmente conformação do levante, ressaltando a atribuição de novos sentidos étnicos e religiosos dos grupos de revoltosos envolvidos, além desses sujeitos construírem redes de sociabilidade, a partir das experiências de um contexto escravagista:

Este livro se baseia nessas falas dos africanos presos e em outros documentos da devassa. Nele narramos a história dos rebeldes e da rebelião de 1835 (...) na parte 3 discutimos a formação de uma cultura africana fortemente influenciada pela identidade étnica e expressa na organização do trabalho e da vida cotidiana. Sugerimos também como a consciência étnica, a escravidão urbana e as condições de vida dos africanos teriam influenciado a rebelião (REIS, 1986, p. 8).

O evento histórico – Levante dos malês – é atravessado, pois, por abordagens sociais e culturais. Tal perspectiva privilegia um ritmo entre modos de construção de estratégias coletivas em direção ao movimento rebelde. Sobre o assunto, Queiroz (1987) é elucidativa ao pontuar a conexão de elementos amalgamados por Reis (1986):

Em tais casos é inútil delimitar a fronteira entre religião e rebelião; esta começa quando aquela enuncia a predileção por um povo oprimido. Além disso, é preciso lembrar que professar o islamismo significava romper com a máquina ideológica do escravismo, sendo, portanto, uma rebeldia, que as religiões africanas eram ilegais e só por existirem subvertiam no mínimo a ordem simbólica dominante [...] Ora, os malês foram muito além da subversão simbólica, pois a partir de determinado momento estruturaram politicamente a proposta rebelde (QUEIROZ, 1987, p. 24).

Ao contrário da historiografia anterior aos anos 1980, a preocupação de Reis (1986) ultrapassa explicações formais da história; ao revés, a ênfase se dá na interpretação promovida pelo desenvolvimento histórico de um evento episódico (no caso em apreço

um levante) a partir do processo que culminou na condenação dos envolvidos (devassa), sempre norteado pela leitura atenta das fontes históricas.

Importante ainda registrar que a composição da narrativa por João Reis também não destoia da tendência historiográfica renovada pós-1980, sendo sua narrativa resultado (e contribuinte) direta das reformulações teórico-metodológicas promovidas pela escola dos Annales, ao longo de todo século XX, pelas profundas modificações em torno dos usos da experiência de sujeitos subalternizados como modo de construir uma história social (ao modo thompsoniano) e, em especial, pelo viés micro-histórico desenvolvido por Ginzburg (1989).

Ainda, é possível estabelecer ligações estéticas e teóricas entre Reis (1986) e Schwartz (2001) pela proximidade temática e, em especial, pela vertente historiográfica no qual ambos se encontram vinculados, como evidenciado no trecho a seguir:

Tendo como orientador em seus cursos de mestrado e doutorado o historiador brasileiro Stuart Schwartz, é possível perceber algumas semelhanças na forma como ambos constroem uma narrativa sobre o cenário da escravidão brasileira. [...] Reis, tal qual Schwartz, afina o debate historiográfico ao introduzir as peculiaridades do processo de formação social brasileiro, inserindo uma abordagem que não reduz os acontecimentos a oposição estrutural entre senhores e escravos, constante nas análises sobre a resistência escrava no Brasil sociedade (AMIM; REIS, 2020, p. 31-32).

Dessa maneira, os quadros dessa subseção buscaram ressaltar a imprevisibilidade humana no decurso dos eventos, não obstante a estreita relação com o contexto histórico. A ideia do imponderável relativo à conjuntura estabelece uma relação dialética entre o sujeito e o meio social em que se encontra imerso e em interação. O aspecto processual na narrativa realçado nos quadros dá plasticidade ao cenário estrutural na medida em que capacita as atitudes humanas a produzir mudanças em suas vidas.

Em cada passagem, sujeitos históricos articulam expedientes para conquista de espaços de atuação. O formato narrativo privilegia o processo de construção do personagem histórico no curso de suas ações/omissões, pluralizando a escala interpretativa em nível micro e macro. A prioridade de pesquisas sobre o fazer humano centralizam-no como agente motor da história, retirando a visão estruturalista e economicista para perspectiva mais culturalista de homens e de mulheres alinhando o tecido social. Com essa assertiva não quero dizer que João Reis deixe de lado o quadro estrutural da sociedade, embora seja esvaziado sua determinação pelo privilégio do agir humano como mola propulsora dos acontecimentos. Essa dinamicidade na história sinaliza a natureza imprevisível da história, potencializando as iniciativas humanas.

Em resumo, as histórias contadas por João Reis são edificadas para que o leitor possa mergulhar no universo comportamental do sujeito narrado, permitindo a compreensão de seus anseios, dúvidas, projeções em determinada temporalidade.

Essas considerações de ordem teórico-metodológica são relevantes, porque possibilitam perceber os desdobramentos sobre o exercício da escrita da história nos textos historiográficos produzidos pelo grupo de pesquisa *Escravidão e invenção da liberdade*. Na subseção seguinte, buscarei colacionar trechos historiográficos produzidos por João Reis ao lado de narrativas dos demais pesquisadores do grupo supracitado, de modo a demonstrar o diálogo intertextual em diversos níveis de abordagem.

Em seguida, o objetivo é utilizar, *mutatis mutantis*, a lógica inerente à etapa da colação, isto é, “[...] o confronto de todo material atinente à tradição direta, confronto esse que é realizado em função de um manuscrito ou edição que se toma por base” (SPINA, 1977, p. 92). Entretanto, como o objetivo não é propor uma edição crítica de um texto, a colação servirá como metodologia para visualizar, pela comparação, questões que aproximam os textos historiográficos. Nesse sentido, os quadros destacados ao longo da seção anterior já buscavam através do cotejo demonstrar a similitudes e a comunhão de aspectos que compõem às narrativas do grupo de pesquisa em estudo.

3.4 *HÁ CONTEÚDO NA FORMA*⁸⁵

O produto historiográfico pode ser visualizado como resultado de várias camadas sobrepostas, as quais, conjuntamente, produzem determinado conhecimento histórico; desmembrá-las é uma possibilidade metodológica apta a expandir leituras sobre o percurso que permeia a escrita da história.

⁸⁵ Tomei emprestado a expressão proferida pelo professor Dr. Antônio Marcos Pereira em uma das aulas da disciplina Historiografia e crítica, no Programa de Pós-graduação de Literatura e Cultura (UFBA), dentro das discussões sobre o formato ensaio em Adorno (2003). Invoco tal provocação para a questão da imaginação histórica como elementos que não só formata a narrativa, mas lhe constitui. Por imaginação histórica entendo o exercício de apresentação de um percurso histórico possível e/ou plausível a partir do acervo documental direto ou correlato. A noção de imaginação histórica também se apresenta como uma marca do grupo de pesquisa sob estudo. No livro *Alufá Rufino: a escravidão e a liberdade no Atlântico Negro* (REIS; GOMES; SANTOS, 2010), por exemplo, existe forte presença da imaginação histórica, fruto direto do caráter lacunar das fontes. Entretanto, conforme alerta Melo (2013) ao apresentar resenha do aludido livro existem mitigadores nesse processo: “os autores buscam informações sobre pessoas próximas a Rufino, para então exercer o que se chama de “imaginação histórica”, ou a elaboração de questionamentos e de conjecturas pautadas na verossimilhança. Os autores trabalham com as possibilidades sempre pautadas e bem delimitadas por documentos que se aproximam de Rufino, trabalhando com analogias e buscando outros personagens que se aproximariam da realidade social e cultural do personagem central” (MELO, 2013, p. 162). Para maiores discussões sobre a extensão e limites do termo, ver também as provocações em Arrais (2009).

Em busca desse objetivo, apresento trechos de textos historiográficos desenvolvidos pelo grupo Escravidão de invenção da liberdade em formato de cotejo. A intenção de enquadrar os excertos lado a lado - cabe a ressalva – não é confrontá-los para extrair dessemelhanças, mas para que sejam lidos e interpretados em conjunto. Afinal, se o processo construtivo da historiografia produzida pelo referido grupo se realiza na coletividade, vislumbro como coerente utilizar a mesma estratégia para o desiderato de resgate do curso construtivo das narrativas históricas do próprio grupo.

Conforme anteriormente mencionado na primeira seção, o grupo de pesquisa supracitado desenvolve estudos em torno da escravidão, sob uma perspectiva da história social, destacando sujeitos em suas relações no tecido social. Nesse jogo, aspectos de natureza econômica, social, política e cultural são postos em evidência a partir da perspectiva desses sujeitos históricos.

Embora haja multiplicidade do universo temático explorado pelo referido grupo (alforrias, tráfico transatlântico, biografias, religiosidades, experiências pós-abolição), os diversos artigos que compõem as duas coletâneas, *Escravidão e suas sombras* (REIS; AZEVEDO, 2012) e *Barganhas e querelas da escravidão* (CASTILLO; ALBUQUERQUE; SAMPAIO, 2014), podem ser visualizados em conjunto. Nesse sentido, diante da pluralidade retro mencionada não obsta tracejar proximidades intertextuais, considerando não só a própria ideia comunitária e aglutinadora inerente a um grupo de pesquisa, como também pela natureza coletiva da produção dos artigos componentes dos livros em destaque, por meio das discussões a que são submetidos os textos.

Como reforço argumentativo, utilizo a apresentação de Reis e Azevedo (2012), os quais enfatizam o aspecto partilhado da construção do conhecimento histórico pelo grupo:

[...] de pesquisa existe há cerca de duas décadas, tendo contribuído para a formação de algumas gerações de historiadores, hoje com variada inserção institucional em geral no mundo acadêmico. Dezenas de dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros, capítulos em coletâneas e artigos em revistas acadêmicas e outros tantos textos que ainda não saíram da gaveta foram discutidos, parcial ou integralmente, em animadas (e às vezes ácidas) reuniões da confraria (REIS; AZEVEDO, 2012, p. 8).

Diante do cenário de comunidade que atravessa o grupo de pesquisa, seria possível mapear movimentos no interior dos textos historiográficos por meio de leituras em conjunto? A questão posta diz respeito, portanto, a demonstrar como o processo

comunitário de edificação textual encontra-se espaiada na tessitura inerente à escrita da história.

Em um primeiro momento, inauguro o estudo através da provocação de Albuquerque (2016), integrante do grupo de pesquisa em destaque, a qual ressalta a influência do estilo narrativo de João Reis na produção historiográfica do referido grupo:

[...] o grupo de escravidão é muito marcado pela narrativa de João Reis. A questão do texto compreensível, a escrita fluida, que pudesse ser lida pelo público em geral. Isso tem muito de um discurso literário, da disposição em escrever uma literatura histórica que facilitasse o acesso do leitor aos seus argumentos. [...] Nessa narrativa sempre há sugestão de literatura, menção de casos, como uma história possível de ler num bar (ALBUQUERQUE, 2016 *apud* BITTENCOURT, 2017, p. 93).

No depoimento, Albuquerque (2016) sugere que o formato da produção historiográfica construída pelo grupo Escravidão e invenção da liberdade, da qual inclusive faz parte, possui traços da narrativa de João Reis. Na verdade, existem fortes razões para creditar validade ao posicionamento acima. Uma delas é a atuação próxima do referido historiador tanto na constituição, quanto no desenvolvimento das atividades do grupo (João Reis é líder desde 1997 quando foi institucionalizado o grupo). Em acréscimo, o caráter referencial de seus livros para historiografia brasileira lhe credencia como forte influência em relação aos integrantes que compõem o grupo⁸⁶.

As afirmações de Albuquerque (2016) não implicam afirmar, por óbvio, que haja uma relação de passividade por parte dos integrantes, nem a existência de uma simples replicação automática dos modos e das estratégias narrativas estabelecidas por João Reis em sua historiografia.

Por outro lado, não parece existir óbice às leituras dos diversos artigos que formam as duas coletâneas em estudo de forma conjunta, visando o mapeamento de vestígios insertos nos textos que permitam refletir sobre a interação entre as contribuições teóricas e metodológicas de João Reis, acrescida aos demais textos integrantes dos livros em comento.

Cabe, ainda, a ponderação de que todos os artigos componentes das duas coletâneas são resultado direto de prévias discussões ocorridas entre os membros do referido grupo de pesquisa, incluindo a figura de João Reis, o que reforça a ideia de coesão textual entre as diversas pesquisas. Com essas afirmações, não pretendo sepultar as

⁸⁶ Na subseção anterior, o destaque à produção historiográfica de João Reis reforça lançada por Albuquerque (2016) aqui destacada acerca da importância do referido historiador para o grupo de pesquisa em estudo.

individualidades inerentes em processo de tal magnitude, mas pretendo centralizar o olhar nos movimentos intertextos, cuja concretização se dá por meio de estabelecimentos de redes de sociabilidades. As conexões nas quais se tecem essas redes encontram-se espraiadas nos textos e são a tais vestígios que a proposta investigativa se dirige, buscando, assim, oferecer uma interpretação que ponha em evidência tanto a natureza comunitária, quanto a força coletiva que as discussões quinzenais promovem para e no texto historiográfico.

Como instrumental teórico, as concepções da nova história cultural aos moldes traçados por Chartier (2015 [2007]; 1996), notadamente pelos contornos do estudo do texto em dimensões histórico-filológicas, favorece a captura de gestos de leitura (TADASHI, 2015) impressos nas narrativas sob cotejo, demonstrando interações intertextuais. Noutro giro, o enaltecimento do processo de construção textual também sugere a realização de práticas de leitura dos historiadores membros do aludido grupo de pesquisa, em especial pela releitura e crítica documental de tradições textuais partilhas entre os integrantes.

Por essas razões, parece crível falar em (re)elaboração de uma concepção de história social coletiva, cujo engendramento não ocorre de forma unidirecional entre a historiografia de João Reis e os dos demais membros do referido grupo; ao revés, é no processo construtivo coletivo que se modifica, como também se reconstrói nos estratégias narrativas e no aprimoramento do aporte teórico-metodológico.

Nesse ponto, Ramos (2015) elabora interessante modo de leitura conjunta de pesquisas historiográficas a partir do conceito de “grade de leituras” (RAMOS, 2014, p. 227), entendido como acervo teórico de natureza instrumental disponível para releituras de outros sujeitos que dele se apropriam e, nos moldes traçados por Chartier (1996), ampliam os pensamentos de historiadores referenciais, a exemplo de Thompson e Foucault.

A ideia de apropriação⁸⁷ (CHARTIER, 1998), o qual não negligencia a postura ativa do leitor, enquanto intérprete e produtor de conhecimento, se apresenta como chave para compreender de que forma os pesquisadores do grupo de pesquisa manuseiam, com base em seus objetos de investigação, os aportes teóricos, metodológicos e narrativos, lançados por João Reis, os quais se encontram dispersados em sua historiografia.

⁸⁷ Segundo Ramos (2014, p. 16), apropriação é um conceito imerso nos estudos da história da leitura ou do livro, cujo conteúdo remete a “condições socioculturais historicamente variáveis; é uma forma de assimilação determinada pelas competências, condições e interesses do leitor”.

Os quadros comparativos ao longo da primeira seção já apresentaram questões discutidas em específico nessa subseção. De toda sorte, é importante lembrar que os cotejos possuem a finalidade de destacar semelhanças na construção da narrativa que dá forma às histórias vividas por personagens históricos, que possuem nome, filhos, angústias, dilemas, experiências, enfim, uma vida, além de destacar elementos em torno de concepções teóricas partilhadas entre os integrantes do grupo e, por fim, o manuseio colaborativo de tradições textuais.

Antes de avançar em direção ao cotejo propriamente, gostaria de destacar que os gestos de leitura por meio da ideia de apropriação (CHARTIER, 1988) podem ser rastreados, no âmbito da escrita da história, através do caminho documental trilhado pelo(a) historiador(a). No caso do grupo de pesquisa, o mútuo compartilhamento de concepções teóricas e metodológicas são uma marca. Assim sendo, ao longo dessa subseção será possível visualizá-lo de forma mais precisa.

Entretanto, também vislumbro como gestos de leitura a investigação do compartilhamento de fontes, bem como de modos de leitura, dessas fontes históricas. Afinal, conforme alude Miyashiro (2015), os gestos de escrita se suplementam e interagem entre si, sendo os traços inseridos no texto elementos que identificam essa relação.

Seguindo essa lógica, realizei buscas nos textos historiográficos acima destacados visando mapear fontes documentais em comum e, em seguida, verificar se existem leituras dissonantes dessas fontes. Sem pretensão de exaustão, elenco 5 fontes documentos mobilizadas entre os membros do grupo de pesquisa:

- 1- APEB, POLÍCIA, maço 6480. *Petição de Antão Teixeira ao chefe de polícia*, 4/12/1857.
- 2- O ALABAMA (jornal), 6 de maio de 1869.
- 3- Pompilio Manoel de Castro para o chefe de polícia, 26 de julho de 1862. *Polícia Subdelegados*, 1862-63, maço 6234.
- 4- Carta de Alforria de Maria Crioula passada em 1856. UEFS/CEDOC. LIVRO DE NOTAS N°09A (ou 10), fl.138.

Dentre as fontes conjuntamente partilhadas, destaco a petição de Antão Teixeira ao Chefe de polícia. Sua utilização foi primeiramente identificada no artigo *Domingos Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista* (REIS, 2006), posteriormente, estendido como livro de mesmo título (REIS, 2008). Sodré, biografado tanto no artigo, quanto no livro, possuía estreita relação com Antão Teixeira. Reis (2006, 2008) apresentou cruzamento entre a vida de Domingos Sodré e Antão Teixeira, destacando, outros aspectos, que “[a]s relações de Domingos Sodré com Manoel Joaquim Ricardo,

Cipriano José Pinto, Antão Teixeira, Mãe Mariquinhas [...] e outros acusados de feitiçaria sugerem a sua participação numa rede social e religiosa africana” (REIS, 2006, p. 274).

A mesma documentação foi manuseada por Albuquerque (2009), que utiliza a mesma figura do africano Antão Teixeira para delinear o modo com o qual a polícia baiana do final do século XIX lidava com situações envolvendo hábitos culturais africanos.

Na oportunidade, a historiadora relata as artimanhas jurídicas perpetradas pelo chefe de polícia Amélio Espinheira para deportar Antão Teixeira: a denúncia de práticas religiosas e comerciais clandestinas. A trajetória desses sujeitos históricos confirma que ambos se encontravam sob a mesma sujeição de policiamento constante de suas vidas, evidenciando práticas estatais de marginalização. Os excertos abaixo evidenciam essas interseções intertextuais:

O mesmo destino o chefe de polícia Amélio Ferreira Espinheira pretendia impor ao africano Antão Teixeira em 1873. Antão foi acusado de ‘ser o mais responsável agente de candomblé na quinta das beatas’ [...] de fato, Antão não escapou do compromisso do chefe de polícia e do Ministério da Justiça com a moralidade e com a ordem, e foi deportado em 1875.²³ (ALBUQUERQUE 2009, p. 51-52).

Ainda,

²³ [a] trajetória de Antão Teixeira e sua relação com o líder religioso africano, Domingos Pereira Sodré, foram analisadas por João José Reis, ‘Domingos Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista’, Revista Aro-Ásia, nº 34, 2006, p. 237-313 (ALBUQUERQUE 2009, p. 251).

A figura de Antão Teixeira também foi investigada por Gabriela Sampaio (2009), em artigo denominado *Conexões Rio-Bahia Identidades e dinâmica cultural*. Embora as fontes documentais utilizadas sejam diferentes, a proposta investigativa de Sampaio (2009) também se direciona para estudar as práticas culturais e religiosas as quais Antão Teixeira se encontra imerso, em especial, por meio das relações com Juca Rosa e Domingos Sodré, chamados de “feiticeiros”⁸⁸ (SAMPAIO, 2009, p. 78). Segue excerto que em que Sampaio (2009) contextualiza e amplifica essa “rede social e religiosa africana” (REIS, 2006, p. 274):

Na época em que Rosa se tornou célebre no Rio, passando a ser conhecido em várias outras províncias, outro importante pai de santo contemporâneo de Rosa e conhecido de Sodré era Antão Teixeira, africano livre que foi comparado,

⁸⁸ O léxico feitiçaria no contexto escravista do século XIX será melhor discutida adiante, com estudo de trechos do livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (REIS, 2008),

pela imprensa baiana, ao “impostor e libertino preto crioulo Juca Rosa”,³⁵ em função de sua “exagerada lascívia”, ou seu envolvimento sexual com diversas clientes e, certamente, filiadas. Antão acabou deportado para a Costa da África em 1875, depois da prisão de Juca Rosa na Corte. O motivo da perseguição a Rosa e Antão, ambos reconhecidos como os feiticeiros mais afamados em suas cidades, parece ter sido o mesmo: o envolvimento com “figurões”, ou pessoas importantes do cenário político, brancos poderosos da sociedade. Rosa, brasileiro, foi preso. Antão, sendo estrangeiro, sofreu punição maior, e foi expulso do país. (SAMPAIO, 2009, p. 78).

³⁵APEB, documentação policial, 1875. Agradeço a Lúcia Santana por esta referência.

Com efeito, o percurso acima ajuda a identificar gestos de leitura em torno da figura de Antão Teixeira empreendidos pelos membros do grupo de pesquisa. Cada texto historiográfico (REIS, 2006, 2008; ALBUQUERQUE, 2009; SAMPAIO, 2009) agrega um sentido ao referido personagem histórico, cuja apropriação (CHARTIER, 1998) se evidencia pela resignificação e pela ampliação do contexto escravagista brasileiro, bem como das estratégias de sobrevivência de Antão Teixeira. A materialidade das fontes documentais serviu, pois, de liame entre histórias narradas, remetendo o leitor pesquisas prévias, em especial àquelas desenvolvidas por João Reis (2006, 2008).

Em acréscimo, de modo a contribuir para a visualização dos avanços historiográficos e visualizar como se retroalimenta a produção historiográfica do referido grupo de pesquisa, utilizarei no quadro abaixo trechos dos livros *Domingos Sodré, um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (REIS, 2008) e *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, de autoria de Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (2009) e do artigo intitulado *O horizonte da liberdade e a força da escravidão: última décadas do século XIX*, integrante da obra coletiva *Barganhas e querelas da escravidão* (NASCIMENTO, 2014).

Na primeira coluna, Reis (2008) utiliza como estrutura um evento (a prisão de Domingos Sodré) para discutir como se processava historicamente as relações do Estado brasileiro com relação às práticas religiosas realizadas por africanos libertos. Seguindo a mesma lógica estratégica anteriormente manuseada por Reis (2008), Albuquerque (2009) e Nascimento (2014) sustentam a descrição de um episódio – a não entrada de africanos viajantes mesmo com passaportes britânicos e a concessão de uma alforria de Maria Crioula, respectivamente – para discutir a questão da racialização na sociedade, como também dos usos da alforria no agreste baiano às vésperas do fim da escravidão, respectivamente.

Adiante, seguem excertos confrontados, com o fito de alancar similaridades na estrutura narrativa:

QUADRO 8 – COTEJO ENTRE AS NARRATIVAS DE REIS, ALBUQUERQUE E NASCIMENTO

<p>Duas pessoas foram acusadas pela polícia, em 1862, de se relacionarem com Domingos Sodré em torno do candomblé. Eram os libertos africanos Manoel Joaquim Ricardo e Antão Pereira Teixeira. (...) O subdelegado Pompílio Manoel escreveu sobre Domingos Sodré por ocasião de sua prisão: “Sou informado que este africano há muito vive desse mister [candomblé], e tem sociedade um Africano de nome Antão também liberto, que me consta morar nesta Freguesia, mas que estou para melhor entrar no fio desta meada”. Antão Pereira Teixeira morava na ladeira de Santa Tereza nessa época.⁶³ Antão era um liberto relativamente bem-sucedido, embora longe de ser um Joaquim Ricardo. Não consta que tivesse escravos, mas poderia. Emprestou 815 mil-réis a Sebastião, escravo de nação jeje, para que ele comprasse sua alforria, em troca de prestações de serviços e juros consideráveis de 2% ao mês. [...] As relações de Domingos Sodré com Manoel Joaquim Ricardo, Cipriano José Pinto, Antão Teixeira, Mãe Mariquinhas mencionada no capítulo 4 e outros acusados de feitiçaria sugerem a sua participação numa rede social e religiosa africana. interessante que não era uma rede etnicamente exclusiva, apesar de a filiação étnica formar uma parte importante da constituição cultural da cidade que gravitava em torno das nações africanas. Embora todos os correligionários de Domingos que consegui identificar fossem africanos, nem todos eram nagôs, a mais número da nação preta na Bahia da época. O nagô Domingos se relacionava com os haussás Manoel Ricardo e Cipriano José, e com a jeje Mãe Mariquinhas.⁸⁷ (REIS, 2008, p.259, 226 e 270)</p> <p>⁶³ Pompílio Manoel de Castro para o chefe de polícia, 26 de julho de 1862.</p>	<p>No dia 6 de agosto de 1877, o patacho <i>Paraguassú</i> chegou de Lagos e portou em Salvador trazendo entre os passageiros dezesseis africanos. A chegada não passou por despercebida ao fiscal da alfandega, que tratou de informar ao chefe da polícia, Amphilophio Botelho Freire de Carvalho [...]. [D]iante dele, os dezesseis africanos apresentaram passaportes ingleses; viajavam em condições legais. Um deles possuía passaporte expedido dali mesmo, da Bahia. Com ares abolicionista, o chefe de polícia desconfiou do que viu e julgou serem eles reescravizados. [...] Em geral, a deportação era resolvida com rapidez e sem qualquer debate jurídico. [...] O mesmo destino o chefe de polícia Amélio Ferreira Espinheira pretendia impor ao africano Antão Teixeira em 1873. Antão foi acusado de “ser o mais responsável agente de candomblé na quinta das beatas”; um exemplo de “imoralidade e cínica coragem” para afrontar a polícia. Feitiçaria, roubo de joias e de dinheiro, venturas lascívia e acoitamento de escravos faziam parte da lista de infrações que lhe atribuíram. [...] Para se livrar de Antão, o chefe de polícia solicitou ao presidente da província a autorização para embarcá-lo para costa da África, “como já com outros se tem feito em idênticas circunstâncias. [...] Ao providenciar, na década de 1870 essas deportações, o governo imperial demonstrava empenho em desmobilizar redes comerciais e religiosas protagonizadas por africanos (ALBUQUERQUE 2009, p. 47-52)</p>	<p>[F]azenda de Santa Tereza, termo de Feira de Santana. Era 2 de dezembro de 1856, dia do aniversário do então imperador do Brasil, quando a escrava Maria Crioula se tornou forra “como se tivesse nascido de ventre livre”. [...] O ritual para carta de alforria de Maria não foi muito diferente de muitos outros cativos na Bahia da segunda metade do século XIX [...]. A carta de alforria de Maria, no entanto, serve aqui como uma espécie de “fio de Ariadne”, para entender os significados e os usos dessa forma de libertação naquele tempo, por aqueles lados da província. Pretendo, aqui, que o leitor acompanhe uma interpretação dos significados das cartas de alforria, bem como a semântica das relações e do processo de libertação que o gesto de produção das mesmas fez registrar. Ao passar carta de alforria à Maria, a proprietária, Maria da Anunciação, fez daquele documento um manifesto da sua intenção de manutenção do domínio sobre a então liberta e não sua efetiva liberdade, como era de se esperar. Na ocasião, também lamentou não poder libertá-la imediatamente devido a sua penúria material. Assim, abria mão da propriedade, mas não do domínio sobre Maria. [...] O interessante é que, a despeito de todas as dificuldades impostas aos cativos, seja mediante condições ou pagamento de altas quantias, eles insistiram em livrar-se do cativo e muitas vezes dispuseram para isso do acumulado em uma vida de trabalho e sujeição [...]. A alforria era resultado de investimento de ambas as partes. (NASCIMENTO 2014, p. 183-194)</p>
--	---	---

Fontes: Reis (2008), Albuquerque (2009) e Nascimento (2014)

Do ponto de vista narrativo, o cotejo acima aponta para uma forma peculiar de narrar histórias: cada historiador(a) realça um evento episódico, além de reinseri-lo em direção e sentido, transformando os vestígios das fontes documentais em uma série sucessiva de ações promovidas por meio de sujeitos históricos. Em outras palavras, o esteio narrativo é sustentado por um evento central, o qual permite desenvolver outras histórias paralelas e correlatas, as quais, em conjunto, complexificam a trama narrada justamente por enaltecer o imbricado jogo de relações nas quais os personagens encontram-se imersos.

Outro aspecto evidenciado pela tríade acima diz respeito ao uso de fontes primárias como parte integrante da composição da narrativa, compondo o plano de ação desdobrado pelo(a) historiador(a); isto é, os historiadores utilizam os documentos históricos não só como suporte indireto para construção da narrativa, mas sobretudo enquanto elemento que dá voz direta aos personagens históricos, sendo elemento que integra propriamente o texto produzido, fazendo parte da própria construção da narrativa.

Em Reis (2008), é contada a vida de um liberto, servindo como ponte de convergência de variados temas, como perseguição policial, os usos da religiosidade na sociedade soteropolitana no século XIX, o modo hipócrita como a sociedade soteropolitana oitocentista lidava com o candomblé, a condição precária de um homem negro liberto, dentre outros. Há utilização de uma correspondência entre autoridades policiais como esteio argumentativo para contextualizar em que termos o africano liberto Domingos Sodré vivia, personagem central do livro, dimensionando seu modo de vida e redes de relações em um ambiente escravagista baiano do século XIX.

Já no livro *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, (ALBUQUERQUE, 2009), são abordados vários episódios ocorridos no final do século XIX em Salvador, os quais, em conjunto, moldam o processo histórico de racialização das relações no limiar da República, a fim de discutir “a articulação entre a questão racial e o desmonte do escravismo no Brasil” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 34). A referida historiadora privilegia o incidente diplomáticos como argumento para debater os significados da decisão negativa do Conselho do Estado em impedir o desembarque dos africanos sem utilizar fundamentos raciais.

Na primeira parte do primeiro capítulo do livro, intitulado *Cônsules, doutores e os “súditos de cor preta”*: razões e ações políticas num processo de racialização, a estruturação das fontes se encontra sustentada pelo itinerário processual de um incidente diplomático envolvendo Inglaterra e Brasil acerca do desembarque de dezesseis africanos

em 1877 no porto de Salvador. Seguindo o esteio argumentativo anteriormente de João Reis (2008), Albuquerque evidencia um caso episódico – a não entrada de africanos viajantes mesmo com passaportes britânicos – para discutir em que termos se encontravam as tensões do Estado brasileiro às vésperas do fim da escravidão.

Nesse sentido, Albuquerque (2009) anuncia os precedentes do Conselho de Estado sobre casos supostamente análogos e a trajetória individual de cada um dos seus integrantes – Nabuco de Araújo, Visconde de Jequitinhonha e Eusébio de Queiroz. Essa anúncio tinha o escopo de demonstrar “[...] que os juristas do Conselho de Estado não pretendiam explicitar nenhum critério racial para justificar suas decisões” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 73).

Ainda sobre o Quadro 8, Nascimento (2014) defende que a manumissão, para além de uma benesse e/ou concessão, poderia ser lida como uma conquista negociada pelos libertos dentro dos limites senhorial. Essa conclusão é reforçada pela autora com usos de situações semelhantes, a exemplo dos casos de Alexandrina, em 1873, e de Marcelina. Também, não por acaso, Nascimento teve como orientadora de mestrado Wlamyra Albuquerque, cujo produto foi a dissertação intitulada *Viver por si: Histórias de Liberdade no Agreste Baiano Oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888)* (2012).

A colação de textos historiográficos do quadro acima realça o processo de atualização da estratégia narrativa promovida por Reis (2008) pelos demais membros do grupo de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade, sem o papel de cada pesquisador na produção do conhecimento histórico. No curso da passagem, cada pesquisador se apropria (CHARTIER, 1998) de aspectos que interessam à composição das histórias que pretendem narrar e, nessa extensão, ampliam o estilo, a técnica e a composição da narrativa iniciada por Reis (2008).

No caso concreto, Reis (2008), Albuquerque (2009) e Nascimento (2014) se movem em torno das fontes para resgatar os artifícios manejados por homens e por mulheres escravizados/as e alforriados/as para viver em uma sociedade excludente, pautado em hierarquias sociais (escravismo). Cada historiador(a) investe no itinerário entre determinado evento episódico (repressão policial, desembarque de africanos, realização de carta de alforria, respectivamente) como meio para aferir interpretações mais amplas. Todas, no conjunto, confluem em novos entendimentos em formas de resistência em um ambiente escravocrata, de base escravagista.

O Quadro 8 também pode ser lido pela noção de intertextualidade, em que o texto seria uma espécie de quebra-cabeças, constituído por inúmeras peças em formato de citações. Essa articulação entre textos seria condição precípua na construção textual.

No âmbito historiográfico, a transmutação da narrativa para enunciação referenciada se dá pelo exercício de autoridade, em que o uso de referências historiográficas serve de reforço argumentativo da linha de raciocínio proposta. Desse descolamento, ocorre um “deslize metafórico” (CERTEAU 2015 [1975], p. 100) em que há a passagem do plano meramente narrativo para plano referenciado.

Logo, a intertextualidade no âmbito da história pode ser encarada pelos usos constantes de historiografias e das fontes como elemento enxertado no produto histórico. Nos casos acima, as questões levantadas pelas historiadoras se operam por meio de uma relação de coautoria com os sujeitos que produziram a documentação.

Os trechos destacados mostram, portanto, um exercício da intertextualidade implícita por envolver o cruzamento e o diálogo da proposta investigativa das historiadoras à historiografia especializada e, sobretudo, pelo manuseio de fragmentos das fontes como esteio da narrativa.

Ainda sobre os movimentos intertextuais, apresento mais um quadro comparativo, o qual possui como temática central a alforria, cujo debate se propõe a consolidar os entendimentos acerca desse instituto pela ótica da nova historiografia da escravidão pós-1980.

QUADRO 9 – MODOS DE ENTENDIMENTO SOBRE ALFORRIA

<p>Esses dois documentos, além de fornecerem informações ricas sobre Rufino, desenharam uma trilha que seguimos com o objetivo de refazer suas andanças desde quando deixou a África até sua prisão cerca de trinta anos depois. A presença do africano, infelizmente, não se manifestou em todos os lugares (e em todos os arquivos) que percorremos no seu enalço. Como acontece geralmente nas biografias de gente do tope social de Rufino, informações diretas sobre ele nos escaparam o tempo quase todo.</p> <p>[...]</p> <p>Muitos destes eram homens de posse e poder: senhores, patrões, autoridades policiais e políticas, negociantes de escravos, periodistas. Este livro é também uma história dessa gente e, em particular, dos envolvidos no tráfico transatlântico de africanos no período da ilegalidade. Por intermédio das pessoas que passaram pela vida de Rufino foi possível entender suas circunstâncias e experiências, da</p>	<p>Meu primeiro contato com Laura ocorreu quando investigava os livros de notas que estão sob cuidado do Fórum Clériston Andrade, na cidade do Morro do Chapéu. Na ocasião, pretendia analisar a escravidão por meio de aspectos relacionados à compra e venda de escravos. Foi quando me deparei com um registro de perfilhação feito por um cidadão de nome João da Rocha Cesar, assumindo a paternidade da menor Laura, de 4 anos de idade, liberta, filha da escrava Ponciana, pertencente a seu tio, coronel Quintino Soares da Rocha. Era comum que senhores, bem como seus filhos tivessem filhos com elas. Esses relacionamentos poderiam ser acompanhados de recompensas diversas como a concessão da liberdade à criança, ou mesmo à garantia de certa autonomia e vantagens dentro do cativeiro⁸. Laura foi um exemplo disso.</p> <p>[...]</p> <p>O casamento de Laura com o filho de seu tio-avô soa como arranjo matrimonial muito comum no</p>
--	---

<p>mesma forma que por intermédio dele nos foi permitido reconstituir o conturbado mundo em que viveu, por onde circulou e que ajudou a criar em diferentes pontos do Atlântico.</p> <p>[...]</p> <p>A confirmar o sucesso dos nagôs na conquista da liberdade, nos últimos meses de 1835¹ Rufino conseguiu a sua, ironicamente, alguns meses após o levante dos malês na Bahia, que buscavam a liberdade coletiva pelo uso da força. Pela alforria, Rufino disse ter pagado 600 mil-réis ao chefe de polícia Jose Maria Peçanha, o que equivalia ao preço médio de um escravo Rio Grande do Sul. No entanto, o documento registrado no livro 10 do Primeiro Tabelionato de Porto Alegre nada indica sobre valor, tampouco sobre gratuidade ou, como era muito comum, alguma cláusula condicional de liberdade. Apenas identifica Rufino como sendo de nação nagô, e indica que a partir daquele ato ficava “em sua plena liberdade”, podendo “tratar do trabalho e indústria, e fazer próprios os bens que adquirir como pessoa livre que fica”. Na carta de alforria aparecem as datas de 20 de novembro, dia em que foi escrita por Peçanha, e de dezembro, dia do seu registro em cartório¹. Quanto ao valor da alforria, teria o escravo feito algum acordo informal o desembargador? Teria esta alguma razão para omitir em cartório o valor recebido? Ou Rufino simplesmente mentiu ao dizer que pagara pela liberdade?</p> <p>Acreditamos em Rufino, pois não haveria motivo aparente para mentir.</p> <p>[...]</p> <p>No ano de 1835, quando Rufino se alforriou, foram registradas pelo mesmo tabelião de Porto Alegre apenas quatro alforrias de pessoas da África Ocidental - duas africanas minas, uma nagô e Rufino - a confirmar a regra, generalizada no Brasil e válida também para Porto Alegre, de que as mulheres venciam os homens na corrida pela liberdade. Duas das africanas receberam alforria gratuita e uma trocou sua liberdade pela escravidão de outra africana- a africana mina Feliciano, escrava de Manoel Tavary da Silva, deu a este, em troca de sua liberdade, a escrava Joaquina, de nação cabinda. A alforria por substituição era expediente comum nesse tipo de transação em todo o país⁴. (REIS; GOMES; CARVALHO, [2010] 2017, p.11 e 60-61)</p> <p>¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS), <i>Livro de Notas do primeiro tabelionato</i>, nº10, fls.212-3.</p> <p>⁴ Esses dados são do APERGS, <i>Livro de Notas do primeiro tabelionato</i>, nº10.</p>	<p>século XIX, principalmente famílias abastadas. Evitava-se dividir os bens e pulverizar ainda mais as propriedades, o que no caso de Morro do Chapéu podia significar perda de prestígio da família dentro da sociedade.⁵⁸</p> <p>[...]</p> <p>Nossa personagem nasceu escrava, foi libertada aos dois meses e oficialmente reconhecida filha quatro anos depois. Esse ato lhe inseriu em uma das mais importantes famílias da região, possibilitando o ingresso nas partilhas de bens e nas benesses do prestígio dos Soares da Rocha e Rocha Cesar. Casou-se em um claro arranjo familiar. Teve filhos e perdeu um deles ainda criança. Recebeu a proteção de um dos líderes locais, coronel Quintino Soares da Rocha.</p> <p>Alguns simplesmente dirão que ela teve muita sorte na vida. Acredito que sim. Mas reduzir tudo isso ao mero acaso não traduz o que foi sua experiência naquela sociedade.</p> <p>[...]</p> <p>Temos algumas peças do quebra-cabeça chamado Laura. mesmo assim, acredito que a documentação permite não apenas visualizá-la, mas também, a partir dela, de homens e mulheres, enfim, um quadro da sociedade morrense.</p> <p>⁸Escrituras Diversas, FCA, Sala do Tabelionato, Livro de Nota 1858-1961, fl.76v-77v.</p> <p>⁵⁸ Kátia M. de K. Mattoso, Bahia, século XIX, uma província no Império, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1892. (FERREIRA, 2012, p 187-227).</p>
---	---

Os excertos do Quadro 9 apontam para o caráter lacunar das fontes e da própria pesquisa histórica, embora seja mantido o escopo de composição da vida de sujeitos até então desconhecidos pelo público geral. A colação também objetivou realçar aspectos da narrativa peculiares: as divagações decorrentes da ausência de documentação não são negligenciadas muito menos escamoteada. Aliás, é justamente pelo diálogo aberto e honesto com o leitor que se opera a condução da narrativa tendo como ponto de partida determinado caso concreto, permeado de estudos e de pesquisas prévias que ajudam a compor o contexto histórico em que viviam Laura e Alufá Rufino.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao modo com o qual são lidas as alforrias de Alufá Rufino e Laura, como um reforço argumentativo de uma historiografia atualizada, que vem caminhando no sentido de redimensionar o alcance e a função do ato de libertação de um sujeito escravizado para além da visão tradicional de benesse senhorial.

Cada situação narrada, a seu modo, no tempo e no espaço, é problematizada pelos historiadores na busca de discussão das estratégias dos sujeitos históricos na condução de suas vidas. São leituras das experiências de homens e de mulheres escravizados que, dentro do contexto vivenciado, constroem significados para a condição jurídica de conquista de suas liberdades.

As ponderações de Farge (2009) sobre o universo do arquivo e das profundas relações estabelecidas entre o pesquisador e o contato, com documentos fragmentados e desconexos, são elucidativas a respeito da fronteira entre o caráter reinterpretaivo inerente à pesquisa histórica e a subversão dos fatos, linha tênue que se mostra mais saliente nas situações de precariedade das fontes.

A materialidade, localizada sobretudo nos arquivos, impõe limitações ao processo de reconstrução do passado, cabendo a(o) pesquisador(a) ter a transparência máxima possível para demonstrar, em uma busca incessante pelo convencimento racional, como a ordenação das fontes exercida conduziu à determinada interpretação do passado.

Nesse sentido, nos trechos em destaque os historiadores operam sobre os desfalques inerentes ao mosaico documental proposto para o plano central da narrativa, permitindo que os biografados Laura e Rufino sirvam de fio condutor para composição da história social da escravidão. É através deles que nos defrontamos com o debate historiográfico sobre conceitos de liberdade, de resistência, de violências simbólicas e físicas; experiências possíveis de sujeitos reais escravizados, vividos no período colonial brasileiro. As trajetórias dos biografados, portanto, são fruto dos “gestos de coleta” do(a)

historiador(a), ou seja, um recorte delineado pelo documento, mas expandido pelo(a) pesquisador(a).

Parece, pois, importante assegurar que as interpretações sobre os usos e modos da alforria são ressignificados a cada história de um sujeito histórico. Não há, nesse contexto, noção de ruptura; pelo contrário, desde as contribuições de Kátia Mattoso sobre a exegese em torno dos sentidos da alforria nos anos 1970 é amplificado, reapropriado e mobilizado em cada um dos trechos destacados no Quadro 9.

No viés aqui apresentado, as práticas de leitura, entendida como diversos modos e formas pelas quais os livros, são ressignificadas, a partir das experiências que a leitura promove novas roupagens textuais (CHARTIER 2015 [2007], 1996), com ampliação de sentidos sobre a natureza, do alcance e do significado da alforria para o sujeito escravizado.

Nessa perspectiva, a mudança do olhar sobre o mesmo documento oficial – uma alforria – permite recolocar o personagem histórico liberto no centro do debate, como elemento central de uma conquista. Assim, interpretar o ato de alforria para além de uma benesse legal e senhorial para compreendê-la como instrumento de negociação e conquista de espaços, demonstrando o curso modificativo sobre os modos de leitura exercidos pelos historiadores.

O Quadro 10 demonstra, pois, a confluência de entendimentos sobre fontes documentais. Cada trecho destacado acentua determinado aspecto da alforria, embora, juntos, demonstrem o avanço interpretativo sobre a importância desse ato formalmente unilateral, mas conquistado pelo uso múltiplo de estratégias de negociação em nome da liberdade jurídica.

O quadro seguinte apresenta excertos de três livros. O primeiro, de Reis e Silva (1989), traça a pluralidade de modos de acomodação e de tenacidade de sujeitos escravizados: uso da violência física e moral, criação de refúgios ou mesmo enfrentamento cotidiano de burla ao sistema escravagista. No amplo espectro de contraposição ao sistema escravagista, nos outros dois trechos Reis (1986) e Mata (2014) apresentam o desenvolvimento de estratégias belicosas por escravizados em Salvador e em Santiago de Cuba, respectivamente.

QUADRO 10 – A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NAS AMÉRICAS

Senhores e autoridades escravistas na Bahia, como em toda parte, usaram da violência como método fundamental de controle dos escravos. Mas a escravidão, como vimos nos capítulos anteriores, não funcionou e se reproduziu baseada apenas na força. O combate à autonomia e indisciplina escrava, no trabalho e fora dele, se fez através de uma combinação da violência com a negociação, do chicote com a recompensa. Os escravos também não enfrentaram os senhores somente através da força, individual ou coletiva. As revoltas, a formação de quilombos e sua defesa, a violência pessoal, conviveram com estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência. (REIS; SILVA, 1989, p. 32).



A rebelião de 1835 estava planejada para acontecer no amanhecer de um domingo, 25 de janeiro, dia de Nossa Senhora da Guia. (...) No início da noite de sábado, chegando à sua casa na Rua do Bispo, o liberto Domingos Fortunato contou à mulher, Guilhermina Rosa de Souza, que os negros de saveiro teriam passado o dia comentando a pé de ouvido o movimento intenso, inédito, de escravos chegados de Santo Amaro, no Recôncavo.

[...]

Não há sombra de dúvida sobre o papel central desempenhado pelos mulçumanos na rebelião de 1835. Os rebeldes foram para as ruas com roupas só usadas na Bahia pelos adeptos do islã. No corpo dos que morreram, a polícia encontrou amuletos mulçumanos e papéis com reza e passagens do Alcorão. Estas e outras marcas da revolta levaram o chefe de polícia Gonçalves Martins a concluir o óbvio: “O certo”, escreveu ele, “é que a Religião tinha sua parte na sublevação”. (REIS, 1986, p. 86 e 110).

No século XIX, Cuba, ainda colônia espanhola, foi cenário de conspirações antiescravistas e guerras anticoloniais. Na década de 1860, a ilha estava dividida em dois departamentos: o Ocidental, com capital em Havana, e o Oriental, com sede política em Santiago de Cuba (...) nesta região eclodiu a Primeira Guerra de Independência, que daria dez anos (1868-1878) e transformaria para sempre a escravidão e as relações raciais na ilha. Mas, antes disso, em junho de 1867, um projeto de conspiração foi descoberto em El Cobre, distrito de Santigado de Cuba, envolvendo escravos, mas tendo à frente negros mulatos e livres. Um longo processo foi instaurado para apurar a participação na conspiração – a partir desta documentação discuto a precariedade e o estreitamento das avenidas de mobilidade social para negros e mulatos livres das áreas rurais de Santigo de Cuba e sua convivência com escravos no trabalho nos engenhos e cafezais.

[...]

Apesar da vigilância e do controle, nove escravos do engenho Santa Rita fugiram na madrugada do dia 12 de julho de 1867, ao que parece, para integrar-se à rebelião. A esta altura, a conspiração já estava debelada, mas talvez nem todos os envolvidos estivessem convencidos disso.

[...]

Para muitos negros e mulatos livres, o incômodo com a escravidão foi um dos principais motivos para se envolver na conspiração de El Cobre de 1867 [...] Um dos líderes, como já mencionei, era o carpinteiro Carlos Renginfo, que viva no campo, mas às vezes realizava serviços em Santigado de Cuba e costumava ir a esta cidade para fazer cobranças. (MATA, 2014, p. 315-355)

Fontes: Reis & Silva (1989), Reis (1986) e Mata (2014)

Embora a temática da rebelião e revoltas de escravizados seja amplamente debatida na historiografia da escravidão, a perspectiva adotada por Reis (1986) e Mata (2014) se modifica para colocar em evidência os sujeitos históricos protagonistas dos confrontos narrados, sinalizando, assim, novos enquadramentos: Mata (2014) e Reis (1986) transpõem à documentação investigada para o plano da narrativa, incluindo citações diretas, como auxílio para composição da história, usando como estratégia narrativa a condução do leitor a uma temporalidade passada. A ambientação é feita pela descrição factual recheada de desdobramentos com propósito de familiarização com o tema a ser abordado (insurreições em Cuba e no Brasil).

Para além do aspecto estruturante similar, os três excertos ajudam a pensar no agenciamento de sujeitos escravizados na busca de alternativas ao sistema escravagista, ressignificando a noção de liberdade como fator integrante tão somente em um momento formal posterior à emancipação. Embora em momentos históricos distintos (1835 e 1867), o levante dos Malês, denominada por João Reis (1986) como rebelião escrava (adjetivação escrava ao evento rebelião por si só projeta novas dimensões ao movimento) e a conspiração de El Cobre podem ser interpretadas dentro de um modelo de irrisignação escravagista ao longo do século XIX. Destaque também para nomeação dos sujeitos que no curso de suas ações, ajudam a contar a história narrada pelos historiadores.

O próprio João Reis (1995, 1996) discute a questão sobre a ampliação das formas de resiliência de personagens históricos, bem como a renovação das concepções em torno das revoltas e das rebeliões de escravizados(as) em um cenário colonial das Américas, conforme destaque abaixo:

a conjuntura abolicionista o campo político da atuação escrava se ampliaria, potencializando o movimento escravo, emprestando-lhe novos conteúdos, mas não um sentido especificamente novo. Se o sentido de que falamos é o da liberdade, ele esteve presente no passado, tanto no singular, o da alforria geral, como no plural — o das múltiplas perspectivas de liberdade escrava, que objetivavam ampliar o espaço de manobra dentro da escravidão. Isto nos leva a uma discussão importante na historiografia da resistência escrava nas Américas. Como vimos antes, os rebeldes escravos freqüentemente se apropriaram de ideologia liberal e a transformaram em instrumento da liberdade escrava (REIS, 1995, 1996, p. 30)

Os textos cotejados do Quadro 10 também demonstram que a imersão nos detalhes (ótica da micro-história) não significa se desprender de aspectos macroestruturais, de ordem econômica, social e política. Em ambos os eventos narrados, o contexto histórico estabelecia uma ambientação propícia à eclosão dos movimentos, embora se perceba, ao longo das discussões e do transcurso dos acontecimentos, que o

desenvolvimento dos fatos era fomentado pelas condutas humanas, que nas relações constituídas, transformavam ideias e projetos em ações efetivas.

A rebeldia de escravizado(a), portanto, é revisitada pelos referidos historiadores a partir da ótica dos sujeitos, que no exercício coletivo, construiriam significados para se opor à escravidão, que no caso em destaque, se conformou pela articulação de natureza combativa e belicosa.

Todos os quadros, em síntese, tiveram como escopo demonstrar propostas de visualização de sintonias textuais entre textos historiográficos do grupo de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade. Seja pela proximidade da fundamentação teórica, seja pela similitude da estrutura narrativa, existem modos de percepção da construção coletiva da historiografia da escravidão. A similaridade não significa apagamento das individualidades; aliás, cada recorte temporal e temático demonstra por si só que existem peculiaridades em cada texto cotejado. Entretanto, as marcas singulares expressas no texto, própria da trajetória acadêmica de cada historiador(a), não se transformam em óbice intransponível para buscar comunhão de aspectos teóricos, metodológicos e narrativos.

Na seção seguinte, serão abordadas leituras acerca dessa produção historiográfica, tendo como lastro investigativo os quadros cotejados ao longo do trabalho, utilizando o acervo instrumental teórico da operação historiográfica (CERTEAU, 2015 [1975]).

Em conformidade ao mencionado em passagens anteriores, os livros e os artigos do grupo de pesquisa privilegiam a transposição das fontes como sustentáculo direto da composição da narrativa. São transcrições das fontes documentais no fluxo narrativo, servindo não apenas como alegoria ou mesmo reforço argumentativo, mas como instrumento que encadeia o curso das ações. No próximo quadro, apresento dois excertos que demonstram o manuseio da fonte documental como esteio argumentativo.

Esse quadro, em 11, apresenta dois excertos em que as fontes documentais – Correspondência enviadas pelo presidente da província aos ministérios imperiais e Carta Anônima a Rui Barbosa – são transcritas diretamente para o corpo do texto historiográfico, tornando-se elemento componente da história narrada. O uso direto da fonte primária como elo narrativo é uma estratégia constante nos textos historiográficos em estudo, como pode-se verificar no quadro a seguir.

QUADRO 11 – O USO DAS FONTES PRIMÁRIAS

A cinco de maio de 1848, Manuel Messias de Leão, então presidente da província da Bahia, dava ciência a Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, de uma série de acontecimentos que tiveram lugar nas águas da Baía de Todos os Santos por ocasião da entrada da embarcação negreira *Bella Miquellina* [...]

Na tarde daquele mesmo dia, o comandante Tindal foi a terra se encontrar com o cônsul Edmund Porter. Foi ele quem “às 11 horas da noite do dia vinte e nove foi ter com o presidente da província”, em seguimento ao ofício enviado mais cedo, para informá-lo pessoalmente do ataque sofrido e solicitar providências³⁴. [...]

Diante da gravidade dos acontecimentos e “não desejando agravar os embaraços de negociações pendentes com o Governo da Grã-bretanha”, o chefe do Executivo baiano cogitou descumprir a determinação do aviso de 15 de março de 1845, que orientava os presidentes de província a reclamar as embarcações brasileiras presas por suspeita de tráfico em águas nacionais pela marinha inglesa³⁶. (GRADEN; JESUS, 2014, p. 61 e 730).

³⁴ Correspondência enviada pelo presidente da província aos ministérios imperiais, 1847-1875, APEB, maço712.

³⁶ Manoel Messias de Leão a A.P Limpo d'Abreu, APEB, *Correspondência enviada pelo presidente da província aos ministérios imperiais*, 712.

“O massacre do Taboão”: a guarda negra na Bahia.

Às nove horas da manhã do dia 15 de junho de 1889, era indisfarçável a tensão na cidade. Nosso informante havia pouco saído de casa com a firme intenção de convencer os três filhos a retornar o mais cedo possível. Ele queria afastá-los da recepção a Silva Jardim, o mais radical propagandista do Partido Republicano que, vindo da Corte, estava prestes a aportar na Bahia. [...] Ao subir a ladeira do Taboão, uma das vias de ligação entre as partes alta e baixa da cidade, o autor da carta a Rui pôde ouvir uma “gritahada infernal, gemidos, ais e vozes” que diziam “mata, mata republicanos, mata Silva Jardim, viva a Monarquia, viva o coronel Santos Marques, viva o partido liberal”. A partir de então, disse ele, foi o tal “fecha-fecha” e o “apetrucho”, que precisou se abrigar na casa de uns pretos africanos ¹⁰ (ALBUQUERQUE, 2009, p. 141-143).

³⁴ FCRB, CRE (11-1), doc.1, Carta Anônima a Rui Barbosa, 18 de junho de 1889.;

Fontes: Albuquerque (2009) e Graden & Jesus (2014)

Mobilizar fonte histórica para desenvolvimento da narrativa não é uma exclusividade do grupo de pesquisa, embora seja uma estratégia que não só apresenta ao leitor a linguagem expressa na documentação, como também ajuda na condução do tom romanescos alinhavado pelo(a) historiador(a).

Nos eventos dos dois episódios narrados – incidente envolvendo a captura do navio *Bella Miquellina* e a visita de Silva Jardim a Salvador – ganham corpo com a incursão mediada pelo(a) historiador(a) a documentação, fazendo a narrativa ganhar dinamicidade e imprevisibilidade, na medida em que a fonte é desdobrada em várias

passagens, servindo de interessante elo de aspectos importantes para o desenrolar dos fatos. Na passagem do caso envolvendo *Bella Miquellina*, a descritiva contida na correspondência permite os historiadores realizarem a composição do quadro geral do evento, por meio do discurso indireto (a partir de outras fontes) ou mesmo pela transposição direta da documentação, dando voz ao subscritor da correspondência.

No mesmo sentido, na visão de Albuquerque (2009), o desenrolar do episódio envolvendo Silva Jardim não se encontra cronologicamente disposto em uma sequência lógica; é a historiadora que transpõe as documentações para uma linha do tempo, incluindo a transcrição do evento com destaque para as palavras que entende mais precisas no sentido de captação da essência do episódio, de modo a contextualizar o leitor. Para Chartier (2015 [2007], p. 15), essa estrutura narrativa mista teria uma tripla função: “[c]onvocar o passado que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor”.

Para além do manuseio privilegiado das fontes primárias como arrimo da narrativa, as fontes históricas são apresentadas ao leitor, mantendo-o em íntimo contato com aqueles documentos que ajudam a recontar as histórias. É um exercício que transcende a ilustração, na medida em que exerce a formação de um vínculo de transparência com o público.

Outro aspecto interessante a ser analisado na produção historiográfica do grupo de pesquisa diz respeito à constante referencialidade documental, isto é, a argumentação desenvolvida ao longo da narrativa se apresenta em sua maior parte ancorada em fontes históricas, seja por meio da citação direta (que nesse caso a transcrição ganha outros níveis de alcance deixando de ser um lastro do discurso produzido para se tornar parte visceral do texto historiográfico), seja por meios indiretos, em que o documento possui caráter subsidiário, como arrimo argumentativo.

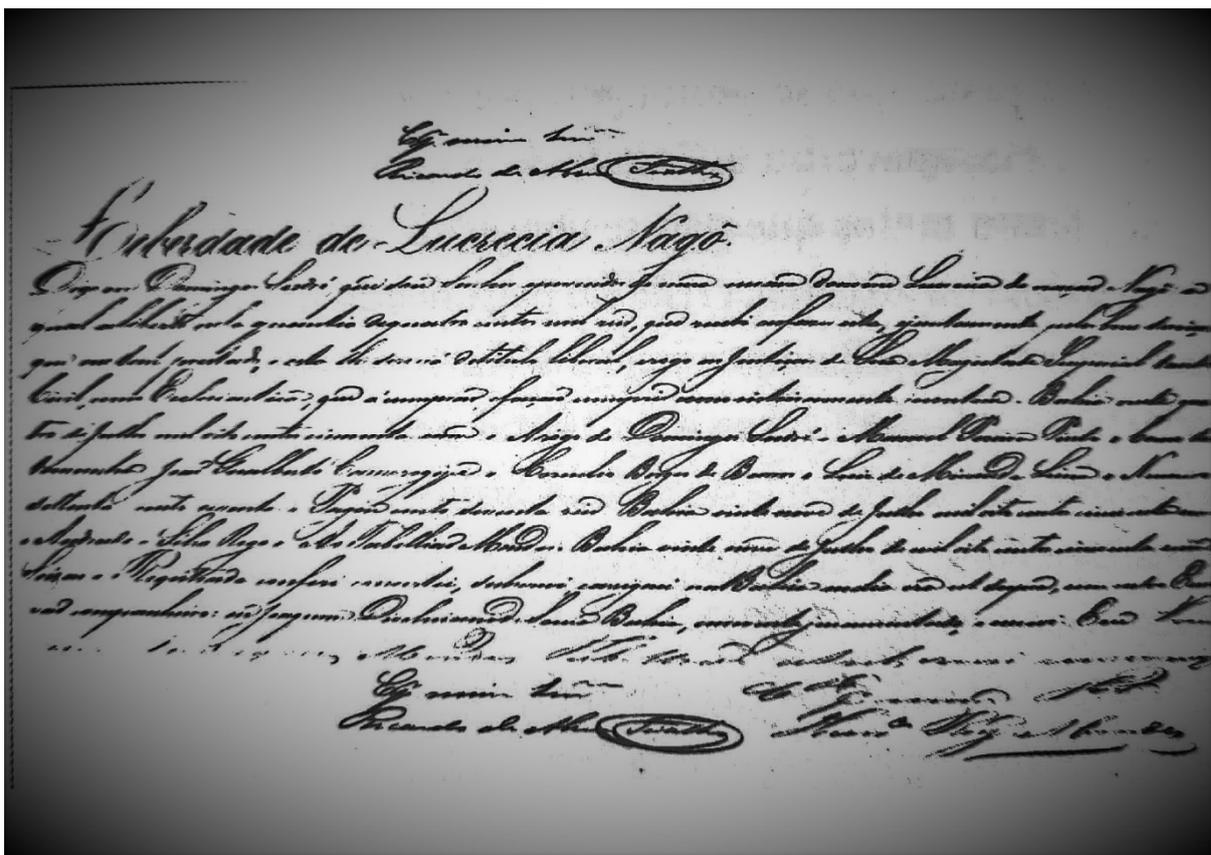
Seja qual for a estratégia manuseada, a fonte documental ganha espaço na narrativa histórica, como carro-chefe que conduz o itinerário argumentativo. Segundo Albuquerque Junior (2019), a figura do artesão serve como um modo idealizado para melhor visualização das conexões intrínsecas ao labor historiográfico. Na tessitura do texto, vários fios são alinhavados, embora as técnicas de modo e de uso do novelo dependam da perspectiva adotada pelo(a) historiador(a). O feixe de relações entrelaçadas no processo de construção da narrativa exercerá, dentre outras questões, a função de convencimento do leitor.

Não quero com tal digressão reduzir a narrativa ao mero exercício de aprovação, apesar desse aspecto não poder ser negligenciado, mas, no caso da historiografia produzida por João Reis e demais membros do grupo, a mobilização da fonte documental exerce uma função precípua de demonstração da empiria como elemento chave das pesquisas em história social da escravidão, em nítido contraponto ao eixo historiográfico dos anos 1950/1960, conforme mencionado na primeira seção. A robustez documental serviria, nesse sentido, como discurso político sobre as novas questões em torno da reconfiguração do olhar dos sujeitos históricos, como também da capacidade de reconstrução de uma história da escravidão que não brutalize as ações humanas dos homens e mulheres escravizados. A complexificação da conjuntura política, econômica e social do período colonial brasileiro e pós-abolição também requer a diversificação e a ampliação dos usos das fontes.

De modo a exemplificar as breves discussões acima, apresento um trecho do livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (REIS, 2008), em que João Reis traz interessante traço da trajetória de Sodré: sua participação no universo da escravidão. Segundo Reis (2008), embora não se possa adjetivar Sodré como um comerciante de escravizados, as documentações da natureza notarial rastreadas apresentam sucessivas aquisições de homens e de mulheres de sua mesma nação nagô, com posterior concessão de alforrias. O autor usa as fontes como esteio interpretativo para refletir sobre o universo do escravagismo, retomando questões já anteriormente ventiladas por Kátia Mattoso (2016 [1978]) sobre os usos e significados que permeiam da alforria, tal como um gesto de fidelidade, construtor de uma rede de afetos de caráter paternalista, “não necessariamente benevolente” (REIS, 2008, p.291).

Em relação à documentação notarial, desejo destacar a aquisição por Sodré da africana Lucrécia e de seu filho, os quais foram posteriormente batizados, com concessão de alforria à Lucrécia (REIS, 2008, p. 290). Para além do manuseio de trechos do acervo documental notarial como lastro da narrativa, incluindo a carta de alforria de Lucrécia, Reis (2008) nos apresenta a imagem da referida documentação, ao modo de um fac-similar (CAMBRAIA, 2005, p. 90), de modo a deixar mais explícita a materialidade da fonte documental que sustenta sua narrativa, conforme se verifica na imagem abaixo:

Figura 1 – Carta de Alforria de Lucrecia



Fonte: Reis (2008)

Como uma narrativa desdobrada, Reis (2008) acresce ao final do livro, anexos. São transcrições da fonte documental, ao modo de uma edição modernizada, em que há atualização linguística (CAMBRAIA, 2005, p. 103). Os anexos podem ser vistos como apêndice que aproxima o leitor da documentação mobilizada ao longo da narrativa, além de convidá-lo a confirmar as questões levantadas ao longo do texto historiográfico.

Nesse ponto, há nítida aproximação entre o labor historiográfico e o exercício filológico. O manuseio de fontes primárias, inclusive destacadas como partes integrantes da narrativa, requerer um olhar atento do(a) pesquisador(a) ao caráter instável, aberto e dinâmico do texto. Enquanto documentos históricos, suas marcações linguísticas e estéticas produzem efeitos de sentido, desaguando em projeção de significados quando lidos e transmitidos. Sobre o assunto, Lara e Fachin (2021) apresentam interessante leitura filológico-histórica do manuscrito “relação das guerras feitas aos Palmares e Pernambuco”, por meio da arrecadação dos diversos testemunhos da referida fonte documental, buscando desenhar e/ou tracejar movimentos textuais intertextos. As nuances entre os documentos cotejados reforçaram a ideia da sociologia dos textos

(MCKENZIE, 2018 [1986]), demonstrando que o edifício historiográfico sobre Palmares foi erigido, sob à égide de apenas uma ramificação testemunhal (LARA; FACHIN, 2021).

Uma das contribuições desse estudo é a percepção da necessidade de comunhão instrumental da filologia e da história, pois seus aportes teóricos ajudam a refletir sobre as variedades das cópias ou das versões de um mesmo documento, cujo enfrentamento só se concretiza pela contextualização histórica de suas elaborações e dos diferentes manuseios pela historiografia especializada. Segue excerto que evidencia o enlace histórico-filológico como desafio para construção de narrativas:

Uma vez escrito, dependendo da qualidade da tinta e do papel ou das condições de reprodução do arquivo digital, um texto parece durar para sempre. Ledo engano. As letras não se desenham nem as canetas e teclas se movimentam sozinhas. Precisam de gente para acioná-las e para decifrar as informações que carregam – e seus sentidos podem mudar com o tempo. [...] Aspectos materiais do suporte e da escrita, bem como a autoria e o contexto que foi produzido, são importantes para seus significados quanto sua circulação e transmissão. (LARA; FACHIN, 2021, p. 51).

Refletindo sobre a relação histórico-filológica lançada por Lara e Fachin (2021), o manuseio pelo grupo de pesquisa das fontes primárias como esteio narrativo, ou mesmo pela sua utilização como elemento estético, ilustrativo e como reforço argumentativo, demonstra o anseio de seus integrantes na instrumentalização dos manuscritos em toda sua extensão, bem como de suas potencialidades.

Nesse sentido, a figura adiante apresenta as quatro camadas envolvendo uma fonte primária: a primeira, no nível da documentação localizada em arquivo (APEB), a segunda, manuseada como elemento de coesão textual por Reis (2008) no curso da narrativa, a terceira, por meio do uso da fonte como esteio estético e/ou ilustrativo e, por último, a transcrição da carta de alforria mediada pelo referido historiador.

Para cada uma dessas etapas, o documento – a carta de alforria de Lucrecia – é operada seguindo um propósito. A seguir, apresento na Figura 2 as quatro possibilidades de manuseio da fonte documental – carta de alforria de Lucrecia.

Figura 2 – Desdobramentos da Carta de alforria de Lucrecia

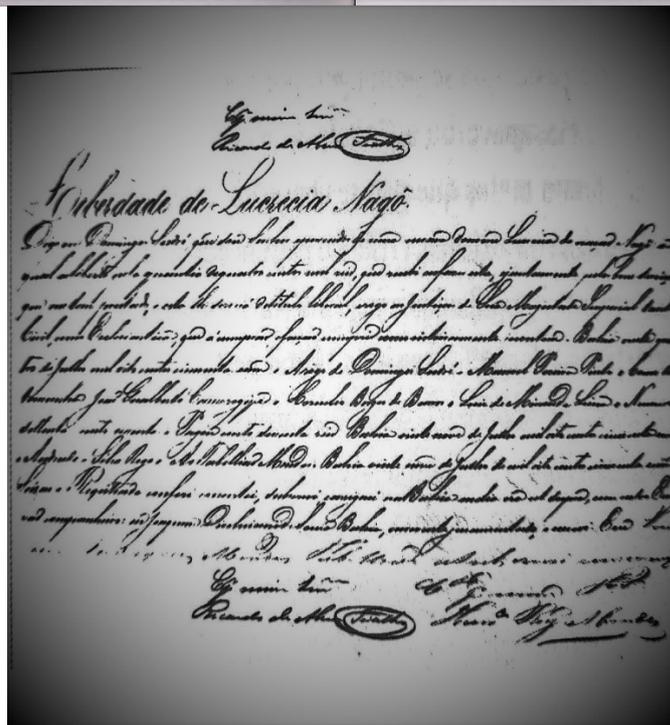
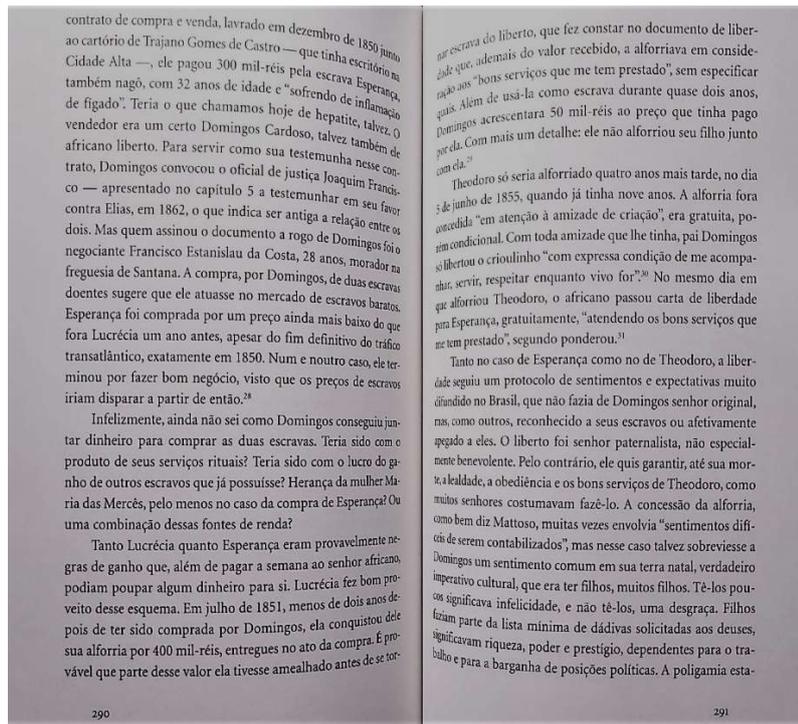
Lucrecia

Liberdade de Lucrecia Nagô

Digo eu Domingos Sudré, que sou Senhor e possuidor de uma escrava de nome Lucrecia de Nação Nagô, a qual liberto pela quantia de quatrocentos mil-réis, que recebi ao fazer esta, e juntamente pelos bons serviços que me tem prestado, e esta lhe servirá de título liberal, e rogo à Justiça de Sua Majestade Imperial, tanto Civil, como Eclesiástica, que a cumpram, e façam cumprir como inteiramente se contém. Bahia vinte quatro de Julho mil oitocentos cinqüenta e um. A rogo de Domingos Sudré — Manoel Pereira Pinto = Como testemunhas — João Gualberto Camorogipe = Cornélio Borges de Barros = Luis de Miranda Lima = Número setenta cento sessenta = Pagou cento sessenta réis. Bahia vinte nove de julho mil oitocentos cinqüenta e um = Andrade = Silva Rego = Ao Tabelião Mendes. Bahia vinte nove de julho de mil oitocentos cinqüenta e um = Seixas = Registrada conferi e concertei, subscrevi e assinei na Bahia no dia era est supra, com outro Escrivão companheiro: eu Joaquim Diocleciano

349

The image shows a handwritten document, likely a copy of the original manumission letter for Lucrecia Nagô. The text is written in a cursive script and matches the typed transcription provided in the adjacent block. The document is aged and shows some wear.



Fonte: REIS (2008) e Arquivo Público do Estado da Bahia- APEBa, Livro de Notas do Tabelaio, VOL. 301, FL. 27

A leitura em conjunto da Figura 2 demonstra os desdobramentos que a fonte documental exerce sobre a construção da narrativa. Em resumo, o uso constante da documentação apresentada por Reis (2018) pode ser lido como um esforço

argumentativo, além de um exercício de demonstração de que a narrativa se lastreia em vasta e prévia pesquisa.

Em acréscimo, ainda sob o plano estético-estratégico, as coletâneas trazem elementos imagéticos como ferramenta capaz de consolidar dados estatísticos, fruto de pesquisa seriada, além de ilustrar uma gama de informações sobre determinado episódio ou mesmo passagem da vida de um sujeito histórico. A seguir, na Figura 3, são apresentadas duas passagens que demonstram o uso de quadros e de tabelas no interior da narrativa, como esteio argumentativo.

Figura 3 – Usos de imagético na narrativa do grupo de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade

Outro instrumento foram as letras de risco, documentos enviados aos portos de destino da viagem comercial. Tinham esse nome porque tanto a mercadoria quanto a letra estavam sujeitas aos riscos da viagem marítima. Representavam o retorno de um financiamento, feito na Bahia, a pequenos comerciantes que precisavam de capital para a realização do comércio transatlântico. Para sua segurança, os mercadores e financistas baianos mantinham procuradores nos portos onde o negócio era realizado.¹²² O financiamento voltava à Bahia através dessas letras, com o principal acrescido de juros previamente acertados. Caso essas letras, por qualquer motivo, não conseguissem ser resgatadas, elas eram transformadas novamente em mercadorias que, uma vez vendidas na Bahia, pagariam o valor do financiamento e seus juros.

Tabela 2 - Valores investidos por F. G. Dantas em empréstimos.

Tipos de crédito	Valores investidos (em contos de réis)	%
Carragações	2: 920\$308	40,78
Créditos	2: 379\$569	33,22
Letras de Risco	1: 862\$743	26,00
Total	7: 162\$620	100

Fonte: APEBa, Seção Judiciária, 04/1614/2083/08, Inventário post-mortem de Francisco Gonçalves Dantas.

Manolo Florentino fala em uma *comunidade de traficantes*, grupo de empresários que "criavam laços de dependência de vários tipos, estando sob seu controle boa parte dos negócios dos pequenos comerciantes de almas. Eram eles que, de fato", conclui o autor, "financiavam e seguravam as expedições".¹²³ A concessão de créditos era uma forma de subordinação do

122 Idem, pp. 10-11.
123 Florentino, *Em costas negras*, pp. 193-4.

Quadro 1 – Gastos com os africanos recém-desembarcados pertencentes a Manoel da Fonseca, 28 de outubro de 1758 – 24 de abril de 1759

Prestador do serviço	Serviço e bens	Valor
Miguel Teixeira dos Anjos	223 Sangrias	13\$380
João Rodrigues Pereira (Licenciado)	Remédios	6\$300
Manoel da Silva Tosca[is] (Cirurgião Licenciado)	Visitas *	24\$000
Antônio Soares da Cruz (Boticário Licenciado)	Visitas *	3\$840
Santa Casa da Misericórdia	Banguê de Félix	\$800
-	3 varas de serapilheira para a Mortalha de Félix ²⁶	\$480
-	Aluguel de casa	23\$040
-	Alimentação "comum"	588\$680
-	Alimentação para doentes	16\$150
-	64,9 metros de arriagem para tangas	110\$800
TOTAL	-	676\$670

* Não consta o número das visitas nos recibos de quitação.
Fonte: Testamento e inventário post-mortem de Manoel da Fonseca (1757). APEB, Seção Judiciária.

Como vimos no desenrolar da última viagem do capitão negro Manoel da Fonseca, sua morte impediu que ele mesmo cuidasse de seus negócios e auferisse os lucros desejados. A espera de mais de um ano e meio para a venda de seus escravos novos, por motivos jurídicos, rendeu à sua testamentaria um escravo morto e muitos gastos. Apesar da morte de Félix, não podemos desconsiderar a elevada taxa de sobrevivência de 96% alcançada pelo testamenteiro, o que lhe garantiu, apesar de imensa demora na venda, não ter prejuízo.²⁷

Fonte: Domingues (2014) e Silva Jr. (2012)

Os trechos em cotejo, do lado esquerdo Domingues (2014), em *Tráfico, tempo e lucro: capitães negreiros e redes comerciais da Bahia setecentista*, e ao lado direito, Silva Junior (2012) *Tráfico, escravidão e comércio em Salvador do século XVIII: a vida de Francisco Gonçalves Dantas (1699-1738)*, evidenciam outros modelos de apresentação da fonte documental, trazendo compilação de dados de biografados,

notadamente a respeito de contabilização valores decorrentes do negócio do tráfico de escravizados⁸⁹.

O formato híbrido e ao mesmo tempo compósito entre o narrar, incluindo passagens que marcam a presença do narrador(a)-historiador(a) parece se ancorar em uma estratégia de contar histórias que se vale da natureza opaca da linguagem para construir formas de eficácia comunicativa. A estratagem não merece ser compreendida apenas pelo seu caráter instrumental, mas, em especial, pelo objetivo de acesso a um passado mediado pelo conjunto de intensa e de extensa pesquisa documental.

Reverberando essas reflexões, destaco outra passagem do livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (REIS, 2008) em que as projeções de sentido sobre a linguagem exercem forte apelo voltado ao reforço argumentativo sobre as hipóteses lançadas por João Reis sobre as nuances históricas em torno dos usos de termos e expressões. Tudo isso serve como caminho para discussão sobre os contornos históricos pautados em hierarquias raciais no século XIX.

A seguir, no quadro 12 abaixo será possível visualizar os usos da linguagem como mais um estratagem na construção da narrativa.

⁸⁹ A imagem ou mesmo o uso da fonte documental não merece ser vista como reflexo, mas como produto de representações, costumes e percepções. Não são, assim, elementos dados e descontextualizados. São objetos, assim como os textos, que circulam e interagem com o contexto em que foram produzidos e lidos. Há, pois, uma relação de negociação, sendo o(a) historiador(a) o veículo que conduz as leituras. Nesse sentido, a mediação da narrativa pelo uso imagético requer a transparência ao leitor em torno da variabilidade de acessos aos documentos, e que cada um desses acessos carrega interesses de pessoas que optaram por recortar a realidade de uma forma específica. Tais afirmações buscam, pois, tensionar o uso de imagens, inclusive das fontes como meros adornos ou ilustrações, na medida em que eles também são um produto forjado historicamente e merecem ser abordados em um viés histórico, isto é, desnudado em seus aspectos que se encontram em disputa. A imagem deve ser vista como representação, entendida aqui como processo e relação, incluindo-se em seu escopo a cultura política, sistema de intercâmbios e transferência de valores, imaginários utópicos e realidades pragmáticas. Para aprofundamento do tema ver em *Lendo e agenciando imagens: O rei, a natureza e seus belos naturais* (SCHWARCZ, 2014).

QUADRO 12 – ATRAVESSAMENTOS SIGNIFICATIVOS NO TEXTO DE REIS

(2008)

<p>Em 1869, o jornal <i>Alabama</i> denunciou o que acontecia na Rua do Sodré:</p> <p>É matéria velha, porém que cada dia toma maiores proporções. Quero falar de uma infinidade de casas, que há na nessa rua [do Sodré], as quais, <i>sendo ocupadas somente por africanos de ambos os sexos são uns verdadeiros quilombos.</i></p> <p>O uso do termo <i>quilombo</i> para definir esses cortiços urbanos sugere um <i>entendimento contemporâneo de seu papel como lugar de resistência africana</i>, à semelhança dos quilombos rurais (2008, p. 101, grifo nosso)</p>	<p>Segundo o relatório do subdelegado Pompílio Manoel de Castro para o chefe de polícia, encontraram-se na casa de Domingos “diversos objetos de <i>feitiçaria</i>, quer de metal, quer de madeira, em porção extraordinária” (...) <i>Essas palavras expõem o embate cultural, que obviamente é também social.</i> No sentido sempre pejorativo usado na documentação policial, feitiçaria é coisa para fazer o mal, e portanto, é a religião do outro. (...) Enfim, <i>candomblé equivalia a feitiçaria na mentalidade ajustada e na ideologia hegemônica da época</i>, e pessoas, negras na sua vasta maioria, eram presas por isso. (2008, p. 107, grifo nosso)</p>
--	---

Fonte: Reis (2008)

A leitura em conjunto dos trechos denuncia que o caráter opaco da linguagem não desconfigura, nem modifica a realidade; ao revés: permite construções de sentido. Os eventos históricos – matéria jornalística descrevendo a habitação nas ruas de Salvador e um relatório policial elencando os objetos apreendidos na casa de Domingos Sodré – estabelece o limite e as possibilidades neste empreendimento. Em outras palavras, as expressões “quilombo” e “feitiçaria” mobilizadas por Reis (2008) demonstram como a língua oferece utensílios sobre os quais o contexto contemporâneo vai conferir uma proposta interpretativa (e historiográfica) válida.

Ao mencionar o caráter de resistência do quilombo, Reis (2008) se reconecta ao passado, conferindo um sentido ao léxico realçado como mote para desenvolver seu entendimento sobre como a sociedade e o Estado escravagistas soteropolitanos lidavam com sujeitos subalternizados. No mesmo modo, o destacamento do substantivo feitiçaria mostra sua percepção do passado, apontando para a visão deletéria dos homens que representavam a força estatal sobre elementos religiosos: “candomblé equivalia a feitiçaria na mentalidade ajustada e na ideologia hegemônica da época, e pessoas, negras na sua vasta maioria, eram presas por isso.” (REIS 2008, p. 107).

A empreitada crítica elaborada gradativamente por Reis (2008) é um exemplo de exercício de historicidade, com apresentação de várias camadas que dão sentido aos

termos acima destacados e, também, constitui um modo de leitura filológico, à luz das proposições de Said (2007 [1993]), na medida em que opera através dos léxicos formas de acesso ao passado, cuja concretização se realiza em destacamento de camadas de historicidade. Sobre o tema, seguem as palavras do referido filólogo:

Uma verdadeira leitura filológica é ativa, implica adentrar no processo de linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter adiante de nós. Nessa visão da linguagem, as palavras não são marcadores ou significantes passivos que representam despretensiosamente uma realidade mais elevada, mas antes uma parte formativa integrante da própria realidade. (SAID, 2007 [1993]), p. 82-83).

O regime de historicidade proposto por Reis (2008) serve de arena comum para entendimentos histórico-filológicos. Ambas as instâncias permitem, pois, construir caminhos interpretativos em direção ao passado, conforme se visualiza na historicização e contextualização de termos do Quadro 12.

Os quadros e as imagens que compõem essa subseção foram instrumentalizados para esquematização das diversas possibilidades interpretativas em torno do compartilhamento de fontes, de estratégias narrativas e de suportes teóricos-metodológicos. Cada passagem buscou demonstrar o modo pelo qual a história social da escravidão vem sendo redesenhada pelos membros do grupo de pesquisa.

Considerando o apanhado geral até então realizado no presente trabalho, o próximo passo é depurar todas as questões levantadas, tendo como lastro teórico a operação historiográfica (CERTEAU [1975] 2015). Em outras palavras, o propósito é visualizar, em conjunto, o produto histórico produzido pelos membros do grupo de pesquisa objeto de análise do presente trabalho.

Para Michel de Certeau ([1975] 2015, p. 46), o texto historiográfico seria fruto de uma operação historiográfica, ou seja, a reunião de um lugar social, de procedimentos práticos analíticos e de uma construção textual, enunciados sobre os quais o discurso não fala. Mesmo silencioso, o discurso produzido não deixa escapar os limites, as funções e o escopo do ato de escrever história. Haveria, assim, um tripé silencioso que sustentaria toda a historiografia.

Partindo desses pressupostos, na seção seguinte, cada um desses aspectos será analisado em subseções.

4. A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A NARRATIVA HISTÓRICA

A última seção destina a estabelecer um balanço dos cotejos realizados ao longo do trabalho, buscando retomar elementos de congruência entre as pesquisas promovidas para, nessa extensão, apresentar um quadro geral de mobilidade textual.

4.1 A HISTÓRIA COMO UMA OPERAÇÃO⁹⁰

A matriz certeautiana é uma ferramenta teórica utilizável com vistas a proposição de leituras construtivas sobre a escrita da história. Assim, por meio dos três elementos que compõem a operação historiográfica – o lugar social, os procedimentos práticos analíticos e a construção textual (CERTEAU 2015 [1975], p. 46)⁹¹ – é possível revelar questões que se encontram tecidas no discurso histórico⁹², produzido pelo(a) historiador(a).

Conforme mencionado na primeira seção, o giro linguístico (RORTY, 1990) retomou o debate em torno do papel e da função da linguagem para o cenário das ciências sociais, isto é, qual seria a função, extensão e alcance dessa habilidade humana na compreensão do mundo circundante e, por consequência, na produção do conhecimento.

Dessa forma, muitos historiadores(as) passaram a encarar o ato de narrar, no âmbito da história, como um problema de ordem epistemológica. Não à toa, Barros (2010) afirma que a história estaria passando por uma *crise dos referentes*, pois a reaproximação com a literatura supostamente retiraria sua singularidade enquanto disciplina.

Nesse cenário de inflexão, o qual se prolongou durante toda segunda metade do século XX, Michel de Certeau⁹³ propôs refletir o produto do conhecimento histórico – o

⁹⁰ Expressão extraída do livro *A escrita da história* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 46): “Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar social* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)”.

⁹¹ Todas as menções referentes à Michel de Certeau nesta seção foram extraídas do capítulo a operação historiográfica (CERTEAU 2015 [1975], p. 46-64). A partir deste momento, de modo a evitar repetições desnecessárias, não será mencionada a referência bibliográfica.

⁹² Discurso histórico constitui a conjugação de elementos que formatam a narrativa história (sucessão temporal arbitrariamente estabelecida dentro de um silogismo (CERTEAU, 2015 [1975], p. 100).

⁹³ Certeau possui como base teórica a psicanálise de Lacan e a filosofia existencialista de Sartre. Tais informações foram extraídas do curso Michel de Certeau: História, Cotidiano e Linguagem, proferido por Durval Muniz de Albuquerque, no Centro de Extensão da Universidade Federal de Campina Grande, entre 24 e 26 de setembro de 2011, vide sítio <https://www.youtube.com/watch?v=2SXmcTMcDnk> (Acesso em 12. fev. 2022). As propostas de Certeau não se resumem à referida operação historiográfica. Embora não seja este o foco de análise do presente trabalho, não se pode desconsiderar a noção de heterologia na história em Certeau, a qual também serve de contributivo para compreensão da própria natureza do conhecimento

texto e o discurso historiográfico – para além de um simples artefato da imaginação traduzido linguisticamente. Sua contribuição teórica seria avaliar a escrita da história sem restringi-la ao aspecto da linguagem e da estética, justamente por se apoiar em questões extratextos, na articulação promovida pelo(a) historiador(a) (mesmo que inconsciente) entre o seu lugar social e as formas teórico-metodológicas utilizadas para concretização da produção textual. Em síntese, a formulação certeautiana é descortinar questões sobre as quais o discurso não fala (lugar social, práticas e uma escrita), cuja decomposição em forma de um tripé revelaria uma operação historiográfica.

Ainda sobre questões de ordem preliminares, parece importante pontuar que a despeito da ausência de um debate direto entre Hayden White e Michel de Certeau, é possível vislumbrar a operação historiográfica como um esforço teórico voltado ao estabelecimento de mitigadores aos elementos prefigurativos propostos pelo primeiro autor. Nesse viés, o quadro teórico certeautiano se contrapõe à qualificação do texto histórico apenas como artefato literário (WHITE, 1994 [1973]). Certeau não perde de vista a noção de verdade⁹⁴ na história, embora ela possa ser encarada como fruto de um enredo construído pelo(a) historiador(a).

Compreender o complexo ato de fazer história como uma operação significa, para Certeau, estabelecer critérios teóricos que delimitem a produção historiográfica. Limites esses, contudo, que não desconsideram o caráter inventivo, transformador e literário do historiador, ao revés, Certeau escancara as influências externas, denuncia as regras que permeiam o ato de escrita e, sobretudo, revela que a narração, mesmo sendo performática, pode ser controlada.

Com efeito, Orellana (2012), ao abordar as propostas de Michel de Certeau sobre a operação historiográfica para o debate no âmbito da filosofia da história, defende que os elementos fulcrais da matriz certeautiana seriam a relação subordinativa ao vínculo

histórico, porquanto é mediante o instrumento da alteridade que se poderá tentar alcançar o passado como poderia ter ocorrido, numa verdadeira *mise en scène* (OHARA, 2012, p.29).

⁹⁴ Trata-se de importante questão de ordem epistemológica que servirá de lastro para compreensão do próprio ofício do historiador, além de permitir a reafirmação do status científico do conhecimento histórico, naquilo que Certeau entende como complexo metódico “que [permita] ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados” (CERTEAU 2015 [1975], p. 47, nota 5). Na atualidade, a questão do princípio da verdade na história perpassa pela reflexão em torno dos propósitos da história e de seus usos (juízo de valor) e o ambiente negacionista. Para maior discussão sobre assunto ver em *Juízo e verdade histórica no discurso historiográfico* (ROLLEMBERG; VAINFAS, 2020). Chartier (2022) também apresenta interesse discussão sobre os contornos da verdade na história ao abordá-la como um produto de um regime de saber específico partilhado e validado pelos pares.

institucional, o caráter construtivo das fontes e a aproximação entre a escrita histórica e a ficção, conforme extrato abaixo destacado:

Resumindo, pode identificar-se quatro pontos-chave na descrição certeuniana da operação historiográfica:

- 1) A relação de dependência na qual esta se encontraria com respeito a uma instituição social, entendida como a comunidade acreditada para a enunciação histórica.
- 2) O procedimento técnico que a caracteriza como um construtivismo do documento. Neste contexto, o documento manifesta simultaneamente um sentido enquanto o interroga e uma ausência ou limite em referência ao passado.
- 3) A história seria um texto escrito que tenta, através do relato narrativo, compreender o passado negando a ausência. Ou seja, pretende reconciliar racionalidade e ficção.
- 4) Precisamente por isto, porque um dos seus elementos configuradores é a ficção, seria um saber ambivalente e instável. Isto significa que o relato reúne significantes e não fatos, dentro de uma referência inesgotável e interminável ao Outro do passado. (ORELLANA, 2012, p. 21-22).

Em acréscimo ao esquema apresentado por Olleana (2012), ponto que todos os enunciados acima estão voltados, em especial, ao discurso do(a) historiador(a), expresso no texto escrito.

Voigt (2014), discorrendo sobre as questões em torno da história enquanto representação, esclarece que a abordagem teórica certeautiana sobre a escrita da história possui como fundamentação o embate teórico entre Barthes e de Benveniste⁹⁵. Para o referido autor, Certeau teria desenvolvido a operação historiográfica no aludido entreteio teórico, com a proposição de que a história estaria voltada para escrita, aqui encarada pelo seu viés narrativo, embora essa análise pressuponha o estudo prévio do lugar social e da forma procedimental que o(a) historiador(a) lida com as fontes e com a própria pesquisa histórica, como exposto abaixo:

Por isso, ao contrário do que poderíamos concluir em um primeiro momento, de Certeau não segue um ou outro autor: na realidade, toma de empréstimo os argumentos de Barthes e de Benveniste e os desloca para confirmar tese da escrita da história como representação, no qual o historiador, seu lugar social e seus procedimentos de análise ocupam um lugar central na construção do texto. (VOIGT, 2014, p. 318).

Mesmo partindo dessas premissas delineadas acima, nada faz sentido caso não seja visualizado o(a) historiador(a) como aspecto central de todo este processo. Afinal, é

⁹⁵ Segundo Voigt (2014) a ideia sobre a escrita da história em Certeau se situa nas contribuições de Benveniste e Barthes. No esquema apresentado pelo referido autor, em Benveniste o discurso histórico se distancia da narrativa histórica porque o primeiro pressupõe a participação ostensiva do interlocutor enquanto o segundo o(a) historiador(a) não aparece no cenário. Barthes, segundo as lições de Voigt (2014), compreenderia a presença do(a) historiador(a) em ambas as formas discursivas.

o seu agir que otimizará a articulação dos três componentes sobre o qual o discurso não fala.

É possível também perceber que as preocupações lançadas por Michel de Certeau ao estabelecer os três elementos componentes da operação historiográfica se lastreiam na tentativa de compreensão da natureza central do complexo processo de elaboração de um texto com conteúdo voltado para o passado. Em outras palavras, o referido autor pretende apresentar mecanismos de construção dos elementos que compõe o ofício do(a) historiador(a).

Nesse cenário, o local institucional em que está imerso o(a) historiador(a) oferece instrumentos e condicionantes para o estudo sobre o passado. Esse aspecto, para Certeau, apesar de *não dito*, integra as decisões do historiador, seja na elaboração da pesquisa, seja na própria escrita.

Já os procedimentos técnicos são os aspectos norteadores da pesquisa acadêmica, os quais ultrapassam a simples escolha metodológica. Certeau encara essa fase como uma criação instrumental do historiador que propiciará, por meio do arcabouço material, subsídios para a narrativa, além de contemplar a própria identidade do pesquisador às funcionalidades da história.

Por fim, vale destacar que o texto historiográfico é fruto da capacidade de o(a) historiador(a) em transitar pelas especificidades que a narrativa histórica pressupõe, conferindo-lhe credibilidade e inteligibilidade, tornando-se, assim, discurso histórico, expresso no texto. A narrativa, aqui considerada como uma sucessão arbitrária de eventos, é metaforicamente desviada por explicações indutivas ou dedutivas, como um silogismo retórico. O(a) historiador(a) utilizaria a verossimilhança como instrumento dessa transmutação de discursos. Esse ato complexo – resultante do discurso histórico – não se faz sem perda de autoridade, a não ser que, conforme preceitua Certeau (2015 [1975] p. 101), seja restabelecida a credibilidade através de uma citação, documental ou por referências de outros(as) historiadores(as). Todo esse percurso textual desencadearia um *deslizamento metafórico*, entendido como “uma passagem de um gênero a outro” (CERTEAU 2015 [1975], p. 100).

Ainda que se considere a questão da narrativa como elemento central para identificação das singularidades de produção do conhecimento histórico, convém aventar que tal aspecto denota, em última instância, uma discussão maior, acerca do próprio ofício do(a) historiador(a). Afinal, o produto histórico possui alguma diferença substancial em relação ao produto literário? A operação historiográfica certeautiana propicia a pista: a

confluência das três dimensões ocultas no discurso histórico servirá de lastro para retomada do caráter científico do conhecimento histórico, sem desconsiderar o caráter ficcional inerente ao discurso produzido (CERTEAU, 2015 [1975], p. 47 e 101).

Sendo assim, as problemáticas derivadas das peculiaridades da narrativa histórica servem como ponte para restringir a dicotomia ainda presente no campo teórico entre tradução da realidade pretérita e mero elemento textual, sendo a matriz de Certeau contributiva no sentido de reconhecer a indissociabilidade do aspecto literário ao discurso histórico, mas mitigado por elementos controláveis (OHARA, 2013). Cientificidade aqui deve ser encarada naquilo que Certeau compreende como complexo metódico “[...] que permitam ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados” (CERTEAU 2015, [1975], p. 47, nota 5), ou seja, a história produz discurso científico na medida em que estabelece um regime de saber compartilhado (CHARTIER 2015, [2007], p. 16).

Aliás, a realização da pesquisa acadêmica ultrapassa a instrumentalização metódica e requer, conforme defende Certeau, uma atuação do(a) agente-historiador(a) que não só medeia o processo de seleção documental, como também age na elaboração de um contexto histórico a subsidiar a futura narrativa. Entretanto, o sujeito articulador desse processo não é essencialmente livre: existem balizas. Nesse sentido, “[o] lugar que se dá [o historiador] à técnica coloca a história do lado da literatura ou da ciência” (CERTEAU, 2015 [1975], p. 65).

Enfim, a caixa de ferramentas denominada operação historiográfica se destina a compreender o complexo jogo de peças que integram a engrenagem da escrita da história. Identifico o conceito tripartido da operação historiográfica como um convite à reflexão sobre a historiografia, o que, em certa medida, pode ser expandido para uma análise conjunta da produção historiográfica do grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, de modo a perceber aspectos que dão sustentabilidade ao discurso construído pelo grupo em sintonia com a historiografia da escravidão pós-1980.

Pretendo, assim, avançar no estudo de tais propostas⁹⁶, buscando extrair, dentro da concepção da operação historiográfica certeautiana, um padrão narrativo integrante nas obras dos membros do grupo de pesquisa supracitado. A intenção é, pois, expandir a

⁹⁶ Outras propostas podem ser extraídas do presente trabalho. Uma delas diz respeito à viabilidade de utilização prática das questões de ordem teórico-metodológicas, de modo a torná-las concretizadas em obras historiográficas. Essa conexão pode tornar não só mais factível a produção do conhecimento como ampliar possibilidades de discussões acadêmicas.

operação historiográfica olhando os objetos de investigação (os textos historiográficos) conjuntamente. Para tanto, valho-me das discussões prévias já realizadas ao longo das seções anteriores para propor uma leitura crítica da escrita da história produzida pelo referido grupo, tendo como bússola os três elementos da operação historiográfica.

4.2 “*UM LUGAR SOCIAL [...] UMA TOPOGRAFIA DE INTERESSES*”⁹⁷

A pesquisa em história, dentro da operação historiografia certeautiana, encontra-se atravessada por vários aspectos relacionados ao ambiente que o(a) historiador(a) encontra-se imerso(a). Esses diversos fatores conferem condições de processabilidade do labor historiográfico (CERTEAU, 2015 [1975], p. 47-64). Em sentido amplo, é o *lugar social* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 47), isto é, o universo econômico social e cultural que tece redes de relações e negociações entre o(a) historiador(a) e o desenvolvimento de sua pesquisa.

Em meio ao conjunto de elementos que compõem o lugar institucional, o(a) historiador(a) tensiona e é tensionado com vistas à produção de um discurso histórico expresso no texto. Sem cair em uma visão geograficamente determinada, Certeau desnuda aspectos que se diluem no curso da investigação historiográfica, embora estejam sempre presentes, em uma dinâmica que propicia (ou tolhe) as escolhas das fontes documentais, do aporte teórico-metodológico e da própria escrita da história.

Nesse ponto, vale ressaltar que a proposta certeautiana se concentra no labor historiográfico individual. Entretanto, não há óbice para utilização da operação historiográfica em formato coletivo, tal como o objeto de investigação deste trabalho.

Segundo Certeau, o lugar social pode ser lido através das vinculações acadêmicas as quais norteiam e conduzem a pesquisa. Desde as escolhas temáticas, passando por objetos de pesquisa até fontes documentais, o lugar social é marca indelével, mesmo que sua onipresença se dê em forma de um não-dito.

Esse lugar consistiria em um ambiente não necessariamente vinculado a um cenário geográfico, o qual é constituído de variados aspectos que estão visceralmente associados ao conteúdo decisório do(a) historiador(a). Assim, no texto historiográfico, embora transpareça uma ideia de objetividade, existiriam, na visão certeautiana, elementos camuflados, que se imiscuem no processo investigativo. Dessa forma, parece

⁹⁷ Trata-se da união do subtítulo do capítulo II do livro *A escrita da História* com a expressão contida no mesmo tópico (CERTEAU 2015 [1975], p. 47).

inevitável associar o discurso histórico com “[...] a instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente” (CERTEAU 2015 [1975], p. 55).

Orellana (2012) traz interessante análise do lugar social ao estabelecê-lo como um jogo interativo entre o contexto e o produto histórico, como abordado abaixo:

A obra da história teria que compreender-se, pelo contrário, como o resultado de um lugar institucional que a sobredetermina em função da sua conexão de fundo com o corpo social, no qual se inscreve o “não dito” do dizer do historiador. Por esse motivo, a produção historiográfica iria vincular-se com um lugar de produção social que introduz determinações, pressões ou privilégios decisivos para a organização dos métodos, dos interesses e dos modos de interrogar os documentos. (ORELLANA, 2012, p. 11).

O produto historiográfico seria, de acordo com as lições de Orellana (2012), subordinado ao ambiente social, acadêmico, cultural, os quais conjugam possibilidades e interjeições na investigação histórica.

A produção historiográfica do referido grupo de pesquisa não escapa dessas questões. A propósito, as relações institucionais pelas quais se conforma o grupo já anunciam o lugar social a que estão vinculados, podendo ser visualizadas como uma *instituição histórica* (CERTEAU 2015 [1975], p. 51-57), ou seja, a vinculação da linha de pesquisa ao PPGH-UFBA serve de liame para entendimentos acerca do universo temático desenvolvido pelo grupo. As filiações institucionais remetem, pois, a uma tradição em pesquisas, com todos os desdobramentos daí advindos (temáticas, ancoragem teórica, abordagens metodológicas, por exemplo).

Como exemplo, o caminho teórico sobre as possibilidades interpretativas em torno das alforria, em destaque no Quadro 8 da segunda seção, sinaliza o percurso de atualização da historiográfica especializada já consolidada. As novas possibilidades de investigação em torno dos sentidos atribuídos à manumissão são diretamente associadas a uma tradição de estudos realizados na Bahia em torno da história social da escravidão.

Buscando traçar uma periodização, elenco como sustentáculos desse legado os estudos de Kátia Mattoso, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Suas contribuições teóricas serviriam como “um ‘prenúncio’ de importantes aspectos, que nos anos seguintes caracterizariam a nova produção historiográfica brasileira sobre a escravidão” (MACEDO, 2017, p. 258), notadamente pela ênfase nas estratégias de sobrevivências dos sujeitos históricos escravizados, inclusive pela alforria, a qual passa a ser lida como resultado de uma negociação/conquista angariada pelo(a) liberto(a), para além de uma benesse senhorial.

A ressignificações acerca da alforria ganha corpo ao longo dos anos 1980 e, mesmo passados mais de 40 anos, o livro *Ser escravo no Brasil* (MATTOSO, 2016 [1978]) é referência constante em quase todos os estudos envolvendo a temática da alforria, promovidos pelos membros do grupo de pesquisa. Assim, a cada nova pesquisa, os dilemas e as questões em torno da manumissão são reelaborados e aperfeiçoados, ganhando novos contornos, a partir das novas leituras sobre novas fontes históricas. Nesse ponto, as seleções das cartas de alforria, embora sejam elementos postos nos textos historiográficos, não podem ser lidos como dados de uma pesquisa; é preciso mitigar a ideia de isenção nessas escolhas, as quais se realizam em interlocução direta às pesquisas prévias sobre o tema da manumissão.

A despeito de João Reis figurar como líder do grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade*, ele também constitui elemento de referência institucional e formador de um ambiente propulsor de liames no desenvolvimento de novas pesquisas (tanto do ponto de vista estético/estilístico, quanto teórico e metodológico). Na seção anterior, destaquei trechos de seus livros de modo a explicitar que o formato narrativo desenvolvido ao longo de sua produção historiográfica proporciona avanços a cada novo estudo publicado pelos demais membros do grupo.

A reunião desses vínculos, dentre tantos outros, sinalizam uma sintonia entre as produções historiográficas investigadas, deixando em evidência o lugar social em que essa escrita da história se constrói. O cotejo, apresentado nos diversos quadros deste trabalho, evidencia um modo próprio de investigação, com sintonia de pensamento e ação traduzidas no compartilhamento de uma linguagem que singulariza o grupo de pesquisa. Embora não haja mera replicação, os postulados da história social são retroalimentados a cada nova pesquisa apresentada, evocando o “nós” (CERTEAU, 2015 [1975], p. 55) como aspecto que potencializa o discurso produzido, além de reforçar a ideia de convenção entre seus membros⁹⁸.

Mesmo que os artigos e os trechos de livros abordados ao longo das seções não sejam construídos na terceira pessoa do plural, tal aspecto não impede a internalização do “nós” como veículo comunicativo eficaz que reforça a ideia de coletividade do grupo

⁹⁸ A ideia do “nós” invocado por Certeau na operação historiográfica é permeada de desconfiança: o entendimento em torno desse aspecto do lugar social evidenciaria a aderência de grupos de pesquisadores(as) como estratégia protetiva. Entretanto, o “nós” poder ser identificado em uma outra perspectiva, mais positiva e construtiva, isto é, como uma garantia de mais uma pesquisa resultado de outras anteriores que lhe dão condições de avanços empíricos.

de pesquisa. As diversas passagens comparadas, em síntese, enunciam a apropriação de um lugar socialmente compartilhado.

Assim, o lugar social pelo viés das relações institucionais é vivenciado pelo grupo de pesquisa por meio de apropriações (CHARTIER, 1998), isto é, o caráter aberto e instável do texto (historiográfico ou não) permite a constante interpretação e ressignificação dos seus elementos. Como reforço das ideias de apropriação constante nos usos partilhados de temas, de objetos de pesquisas, dentre outros, a partir do lugar social, destaco as lições de Ramos (2015):

Desse modo, estudar as apropriações historiográficas é descrever os elementos e suas relações presentes no pensamento de um autor e como esses elementos são usados por outro autor; ou, ainda, a intenção é verificar que elementos são apropriados e em qual relação são inseridos. Isso permite pensar uma multiplicidade de usos de conceitos, métodos, formas de escrita, argumentos etc.; mas sem negligenciar a função que esses cumpriam dentro do pensamento de onde foram retirados. (RAMOS, 2015, p. 17).

Portanto, a apropriação (CHARTIER, 1998) de uma agenda consolidada de pesquisas desenvolvidas em história social produzida na Bahia pelo grupo de pesquisa não resulta em assentimento acrítico, mas significa o respeito aos caminhos teórico-metodológicos anteriormente construídos. O uso ratificado das fontes pelo grupo – tal como Antão Texeira estrategicamente movimentado como personagem histórico em três estudos em pesquisas diversas, conforme mencionado na seção 2 – aponta, por exemplo, para o processo de apropriação de estudos anteriores, sem perda da capacidade de avanços teóricos pelo manuseio articulado de outras fontes. Destarte, como mencionado anteriormente, apesar das pesquisas desenvolvidas pelo grupo possuírem uma gama variada de temáticas, existiriam denominadores comuns, um núcleo duro que representaria a apropriação aos moldes discutidos por Chartier (1998).

Ainda sobre a estreita relação entre os textos historiográficos do grupo e do contexto de sua produção, Certeau alerta que a escrita da história não deve ser compreendida apenas como um sintoma do lugar social, mas, em especial, como resposta interativa com esse lugar. Haveria, assim, um binômio *o que permite e o que proíbe* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 63), cuja negociação resulta nas escolhas (e desistências) de temas, objetos de pesquisa e, por que não, de estratégias de narrativa. O cenário atual da historiografia e do ambiente acadêmico em que a produção é realizada, por exemplo, “[...] torna *possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras *impossíveis*” (CERTEAU, 2015 [1975], p. 63).

A pesquisa em história emerge, pois, de uma dualidade entre a *permissão* e a *interdição* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 63), ou seja, a realização do labor historiográfico não é um ato voluntário e despido de condicionamentos, mas componente de uma conquista acadêmica. Em outras palavras, a acidez certeautiana desmitifica o ideal de objetividade das pesquisas em história, justamente por associar seu desenvolvimento às tensões subjacentes.

Trazendo as reflexões acima para a produção historiográfica do grupo de pesquisa, não é demasiado afirmar que a vertente da história social da escravidão pós-1980, da qual os integrantes fazem parte, se apresenta de forma consolidada, bem como de maneira dominante no cenário historiográfico brasileiro atual. O predomínio de estudos ao longo dos anos 1990, que enfatizam o aspecto factual de forma processual, as experiências e as práticas culturais (e suas reelaborações) de sujeitos escravizados em articulação com o cenário mais amplo e macroestrutural, não implica, entretanto, afirmar unanimidade, tampouco ausência de divergências.

Assim, de um lado, os textos cotejados ao longo deste trabalho podem ser lidos como resultado de um processo de amadurecimento da historiografia pós-1980, por meio da intensificação do uso quantitativo de fontes primárias e da mobilização teórico-metodológica voltada à análise pormenorizada de ações de sujeitos em articulação com o cenário econômico, político e social escravagista. Por outro lado, os estudos analisados merecem ser visualizados pela perspectiva de fortalecimento de um ambiente acadêmico que privilegia o ativismo político do cientista social, sem descurar de uma postura transparente, honesta e ética no labor historiográfico.

Segundo Ramos (2015), os estudos em história social durante os anos 1980 e 1990 são uma radiografia das inflexões que a história como disciplina sofreu, afastando-se do apego ao formalismo de viés positivista. Ramos (2015) apresenta, pois, o cenário de dualidade e de contraposição em que emerge a nova historiografia brasileira, durante os anos 1980, incluindo a da escravidão, de acordo com trecho em destaque abaixo:

Nos anos 1960/1970 predominou entre os intelectuais brasileiros a noção de que eram os únicos capazes de escapar das “ideologias” e compreenderem cientificamente a sociedade brasileira, os vícios e virtudes de seus inúmeros agentes; postura que denominei intelectual vanguardista. Ao contrário, na década de 1980 começa a predominar a noção de que os intelectuais são apenas mais um agente da sociedade, sua função é compreender os significados das ações e formas de pensar dos outros agentes, resgatá-las, divulgá-las e não julgá-las a partir de um critério universal. Em geral, esses historiadores tomaram partido dos agentes subordinados ou dominados (escravos, operários, miseráveis, mulheres etc.), denominei essa postura intelectual militante de base. Esta última foi alimentada teoricamente pela noção de “intelectual

específico” de Foucault e pela crítica de Thompson ao marxismo “formalista” dos althusserianos e de parte da Nova Esquerda inglesa. (RAMOS, 2015, p. 562).

Em acréscimo, não se pode perder de vista as reformulações vividas pela sociedade brasileira com o processo de transição democrática no referido decênio. Historiadores(as) também reverberam o movimento de redemocratização do país, com o questionamento pela inclusão, bem como pela pluralização dos sujeitos e de temas históricos na história do Brasil, além de revisitação do passado com vistas a resgatar questões traumáticas, que ainda ressoam nos dilemas atuais do país. Nesse caminho, historiadores(as) tornaram suas pesquisas palco para o debate público de aspectos tradicionalmente negligenciados pela historiografia tradicional.

Ainda sobre o enquadramento histórico que constitui a movimentação da historiografia brasileira nos anos 1980, Sousa (2017), a partir de livros e teses produzidos por historiadores vinculados à Universidade de São Paulo (USP), defende que a complexidade da conjuntura política brasileira, em perspectiva com o cenário internacional, tornava aquele momento histórico peculiar, tendo a historiografia se permitido enveredar pelos desafios postos, ainda que de forma vacilante:

Num contexto amplo, é possível pensar a década de 1980 e a redemocratização como parte de uma “experiência abismal”, que quer dizer: aparente perda de horizonte de inteligibilidade. Ou seja, o futuro que se imaginava até o fim da URSS era um, depois do fim da Guerra Fria ele teve de ser reconstruído [...] de forma esquemática, na luta contra os regimes militares o elogio à democracia se tornou uma demanda, o que implicava rever conceitos como *democracia burguesa* e, até mesmo, *classe*. Nas escritas da história, por sua vez, o marxismo como saber também sofria mudanças que pretendiam, falando de forma ampla, dar voz e lugar a “novos sujeitos históricos”. A historiografia estava em diálogo com a verdade, com a prática, mas mantinha uma autonomia que, por caminhos diferentes dos deste ensaio, já foi alvo de pesquisa. (SOUSA, 2017, p. 162).

As ambiguidades delineadas por Sousa (2017), que contextualiza os acervos de livros vinculados à USP, podem ser estendidas para a historiografia brasileira. Afinal, o cenário político (nacional e internacional) se abria para toda sociedade brasileira: a emergência interna de movimentos populares voltados à conquista de direitos, tais como a pluralização de questões como a redefinição das bases do Estado brasileiro, associado ao movimento das Diretas-Já com os debates da Constituinte de 1987; e, no âmbito mundial, a conjuntura da guerra fria com a redefinição da militância de esquerda pelo mundo. Esses aspectos reunidos provocaram a historiografia a refletir sobre outras frentes de análise histórica.

Mesmo diante desse ambiente de indeterminações projetadas por Sousa (2017), a historiografia da escravidão vivenciou, conforme defende Ramos (2015), a recepção e a apropriação da base teórica thompsoniana como ferramenta capaz de satisfazer novos olhares sobre as propostas de pesquisas associando-a à sua história social:

O essencial é que na transição para os anos 1980 se atrelaram as mudanças que ocorriam e as possibilidades de melhoria da sociedade brasileira a uma necessidade de se estabelecer outras práticas historiográficas, distintas daquelas predominantes na década de 1960/1970 (RAMOS, 2015, p. 562).

Nesse sentido, trazendo essa conjuntura para a historiografia da escravidão, os usos do marxismo aos moldes thompsoniano talvez evidenciem de forma mais intensa as profundas modificações que os pressupostos da teoria da história vinham passando desde os anos 1980. Em especial, para o âmbito dos estudos da escravidão, o curso das mudanças, embora transpareça uma ideia atual de dominância, não é isenta de dissensos.

Macedo (2017) realiza uma radiografia das produções historiográficas da UNICAMP demonstrando, no que diz respeito à historiografia da escravidão, a existência de divergências quanto aos usos das bases teóricas thompsoniana. Marquese (2013) também tece críticas ao contexto historiográfico atual, notadamente em relação à ausência de operacionalização conceitual sobre a formação do capitalismo brasileiro como chave interpretativa para entendimentos sobre o processo histórico de conformação da sociedade brasileira.

Esse breve contraponto revela que o modo com qual se desenvolveu o grupo de pesquisa em estudo é diretamente afetado pelas críticas em torno da fragmentariedade em que as pesquisas são realizadas, considerando a ênfase da perspectiva da micro-história, privilegiando trajetórias de personagens históricos.

Em acréscimo, o lugar social em que emerge o grupo de pesquisa deve ser analisado pelas assimetrias geopolíticas que divisam a historiografia brasileira. Primeiramente, cabe salientar que a formação do grupo é, por essência, de pesquisadores(as) baianos(as)⁹⁹, e a produção historiográfica do grupo foi construída pela editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA).

Aliás, a expressão historiografia brasileira merece ser relativizada, na medida em que não exprimia, até meados dos anos 1990, a reunião de pesquisas produzidas no país, mas era resultado de uma hipertrofia centrada no eixo sudeste, mais precisamente por

⁹⁹ Na primeira seção foi exposto que a composição do grupo não é apenas endógena. Existem pesquisadores autônomos e vinculados a outras instituições de pesquisa, fora do estado da Bahia e do país.

meio de três instituições - USP, UNICAMP e UFF (SANTOS, 2018). Sobre o assunto, destaco o questionamento de Santos (2018) que denuncia as omissões na conjuntura da historiografia dita brasileira:

Advogo que antes de 1980 só é possível falar em historiografias e disputas de campo muito restritas a planos locais e/ou regionais que se arvoravam falar em e ocupar o lugar do nacional. Havia um campo do saber histórico paulista, monopolizado pelos historiadores e pela historiografia produzida na USP até mais ou menos meados dos anos 1980 e que pretendia falar em nome do e se dizer nacional, espaço este que vai ser disputado a partir daquela década também pelos historiadores estabelecidos no PPGH da UNICAMP [...] No entanto, nas páginas da RBH até o final dos anos 1990 toda esta historiografia e sua produção vai ser silenciada institucionalmente pelos editores da Revista da ANPUH, assim como a produção historiadora de programas e instituições das regiões Norte e Nordeste, a exemplo dos programas da UFPE, um dos mais antigos do país, da UFBA e da UFC, para ficarmos nos mais tradicionais (SANTOS, 2018, p. 22).

A radiografia tracejada por Santos (2018), em relação à Revista Brasileira de História (RHB), serve de bússola para idealização do ambiente formativo do grupo de pesquisa *Escavidão e Invenção da Liberdade*, em meio às desigualdades regionais e às disputas inerentes ao campo da historiografia. Importante salientar, contudo, que as divergências inerentes à produção acadêmica resultam em rede de relações instrucionais, não necessariamente formalizadas.

Em verdade, as provocações de Santos (2018) servem de movimento metonímico para mensuração das disparidades regionais na produção e no consumo das pesquisas historiográficas. Em diálogo com Connell (2012), essa dinâmica assimétrica na formação e na divulgação do conhecimento (e aqui acresço histórico) é resultado de confluência de fatores da economia política e da divisão social do trabalho no seio acadêmico¹⁰⁰. Haveria, assim, uma geopolítica do conhecimento dividida entre centro e periferia (a qual pode ser tanto em nível global ou local, quanto em caráter relacional) que, na prática, expõem os desequilíbrios nos diversos centros de pesquisa, mantendo, por via de consequência, desníveis de publicações e de consumo.

Mobilizando Connell (2012), o cenário historiográfico da *escavidão* não destoa das relações de dependência na produção intelectual. As clivagens entre a produção e a recepção historiográfica do eixo produtivo do Sudeste são visivelmente preponderantes em relação aos centros de pesquisas nordestinos. A propósito, os estudos de história da

¹⁰⁰ A lógica capitalista encontra ressonância no ambiente acadêmico, resultando em cisão entre produtores e reprodutores de conhecimento. Uma outra possibilidade de visualização do fracionamento do trabalho acadêmico é a mensuração por critérios de produtividade, cuja dimensão disfarça as relações de subalternidade.

historiografia da escravidão são exemplares, ao ocultarem a produção historiográfica nordestina do *corpus* de análise¹⁰¹.

Ademais, a construção do grupo de pesquisa remete aos anos 1980/1990. Devido ao incipiente ambiente para formação acadêmica no período para área de história, alguns dos atuais membros (que são atuais formadores de recursos humanos) fizeram sua trajetória acadêmica fora do Estado da Bahia. Esse intercâmbio acadêmico também contribui para entendimentos em torno do lugar social sobre o qual emerge o grupo de pesquisa, em meio à necessidade de deslocamento e de estabelecimento de conexões acadêmicas, visando à continuidade das pesquisas historiográficas.

Utilizando teses, dissertações e livros vinculados à UNICAMP, Ramos (2015) e Macedo (2017) rastreiam convergências teórico-metodológicas associadas à historiografia da escravidão, com levantamento de dados sobre referências à Thompson, em grande parte mobilizadas em produções discentes na UNICAMP em relação às da USP. Segundo Macedo (2017), a dinâmica interna docente no âmbito da referida instituição de ensino incorporou positivamente as renovações historiográficas, ao longo dos anos 1980, em oposição à USP.

O mapeamento acima ajuda a compreender as afinidades teórico-metodológicas entre a UFBA (notadamente a linha de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade do PPGH-UBA) e a UNICAMP, considerando as trajetórias acadêmicas de alguns dos membros do grupo de pesquisa em referência, que realizaram o doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. A aproximação, mesmo que não formalizada, expõe uma correlação entre as referidas instituições.

Ainda sobre o lugar social, cabe também destacar como os membros do grupo de pesquisa tensionam esses aspectos não-ditos, mas que desafiam a escrita da história produzida. A propósito, a trajetória acadêmica dos membros do grupo em vista das relações geograficamente desfavoráveis demonstra que “[...] a relação da produção historiográfica com o seu lugar deve ser pensada também considerando sua função sociopolítica” (RAMOS, 2015, p. 83).

Seguindo essa linha de raciocínio, a conjuntura de avanços mínimos do Estado brasileiro em redes de financiamentos estimulados por instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Conselho Nacional de

¹⁰¹ Os estudos histográficos de Ramos (2015), Macedo (2017), Palermo (2017) e Vitorino (2013) são exemplificativos da quase total ausência de menção às pesquisas sobre escravidão fora do eixo Sudeste. Uma das raras exceções é a menção às primeiras investigações sobre rebeliões escravas de João Reis.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a tímida ampliação dos Programas de Pós-Graduação (FICO; POLITO, 1996), no final dos 1990, associado a estrutura excludente das Universidades Públicas no país em momento pré-cotas raciais, serve de pano de fundo contextual para as questões envolvendo o processo de formação do referido grupo.

Partindo de dados estatísticos mais concretos, por meio da apuração do número de citações de pesquisadores da UNICAMP e da UFBA¹⁰², fica evidenciado um desequilíbrio (fator H)¹⁰³ entre eles. Por exemplo, observando o fator H de João Reis e Silva Lara (ambos pesquisadores de Produtividade e Pesquisa do CNPq- nível 1A) existe uma disparidade no número de citações. Essa apuração indica que as pesquisas desenvolvidas por Silva Lara provavelmente têm uma projeção mais robusta do que a de João Reis, uma vez que o número de trabalhos que mencionam a autora é superior às que referenciam João Reis (Lara, índice h23 e Reis, índice h6)¹⁰⁴.

Interpretando essa estatística socialmente, a partir das leituras de Connell (2012), os trabalhos desenvolvidos na UNICAMP possuem um alcance acadêmico e social mais amplo do que os da UFBA, que aparentemente se apresenta mais local. Esse apanhado qualitativo acerca da abrangência e peso desses estudos entre pesquisadores vinculados à UFBA e UNICAMP são pertinentes para visualização da desproporção entre o alcance das pesquisas no âmbito da historiografia da escravidão. Embora João Reis seja um expoente e um referencial na área em que atua, por exemplo, ainda assim a geopolítica do conhecimento com suas assimetrias se impõe.

Com efeito, é nesse ambiente desarmônico que se situam os atuais membros do grupo, cujo exercício de desenvolvimento das pesquisas precisa lidar com a teia de relações institucionais que nem sempre são pautadas em critérios objetivos e transparentes.

¹⁰² Vale ressaltar que do ponto de vista das agências de fomento do país, a produtividade de alguns dos integrantes do grupo de pesquisa é equivalente. No entanto, o alcance de seus produtos é desproporcional, considerando o critério fator H.

¹⁰³ Fator H é “[u]m indicador proposto para quantificar o número de citações dos artigos mais citados de cada cientista e pesquisador, avaliando sua produtividade e seu impacto. Atualmente, é adotado para avaliar, além dos pesquisadores, universidades, grupos de pesquisa e revistas científicas”. <https://www.ufmg.br/periodicos/voce-sabe-o-que-e-indice-h-a-gente-te-conta/>

¹⁰⁴ Em acréscimo, Chalhoub e Albuquerque são pesquisadores de Produtividade e Pesquisa do CNPq- nível 2, sendo que o primeiro possui índice H 21 e a segunda 12.

Até esse momento, as questões contextuais abordadas ao longo dessa subseção buscaram desvelar as disputas que se encontram espalhadas no labor historiográfico, as quais delimitam o lugar social no qual se encontra envolvido(a) o historiador(a).

Entretanto, conforme anuncia Barbosa Pereira (2018), o *locus* em que emerge a produção historiográfica deve ser expandida e lida também como um *lugar epistêmico*, isto é, o reposicionamento geopolítico do sujeito que produz historiografia, a partir um compromisso ético-político, dentro de marcadores que tenham por escopo romper com lógicas de subalternidade e universalidade (PEREIRA, 2018, p. 95). Pensar sobre o lugar epistêmico (PEREIRA, 2018) na operação historiográfica é enaltecer enfaticamente a participação do(a) historiador(a) como operador(a) capaz de estabelecer a rede de relações que promovam fissuras ao discurso historiográfico hegemônico, tais como crítica aos cânones e aos pressupostos teóricos pautados em universalidades.

É dentro de ambiente dialético, em sentido epistêmico, que irei entrecruzar as vinculações institucionais, bem como o multifacetado cenário político, econômico e cultural com as redes de relações que forjam o(a) pesquisador(a) integrante do grupo de pesquisa em estudo. A intenção, nesse viés, é esboçar proativas contribuições de alguns membros do grupo para consolidação do próprio grupo e, por via de consequência, da historiografia a qual se vinculam, de modo a oxigenar o lugar social certeautiano.

Nessa toada, historiadores que atualmente integram o grupo de pesquisa, nomeadamente Luciana Britto¹⁰⁵, Wlamyra Albuquerque¹⁰⁶, Carlos Francisco da Silva Junior e Valter Fraga Filho¹⁰⁷, tiveram sua formação acadêmica construídas em sintonia com o movimento negro na cidade de Salvador/BA, fazendo, por meio desse contato, uma ponte de diálogo entre as inquietações/demandas sociais e as reflexões teóricas no âmbito da história. Pensar o lugar social desse grupo de pesquisa é, também, pensar o conjunto de experiências de seus integrantes, os quais estabelecem suas pesquisas rasurando essa homogeneidade da historiografia brasileira.

¹⁰⁵ Para visualizar a trajetória de Brito ver depoimento em entrevista no canal CULTNE - Histórias do Pós-Abolição: <https://www.youtube.com/watch?v=DfN0AapypHI> (acesso em 12 fev. 2022).

¹⁰⁶ O contexto da formação acadêmica de Albuquerque ver em Bittencourt (2017).

¹⁰⁷ Fraga relata em entrevista questões que norteiam sua pesquisa, apresentando ao mesmo tempo, sua trajetória acadêmica no canal Saberes Abertos - Encruzilhadas da Liberdade: <https://www.youtube.com/watch?v=UJEZxmSueOM&list=PLg5UR16gMs1hbh3V1weeX7piZi3y8w9UV> (acesso em 12 fev.2022).

Sobre o assunto, Wlamyra Albuquerque (2018) afirma que as contribuições dessa nova historiografia, composta por corpos e por experiências dissidentes, busca tensionar problemas, teorias e memórias da história do Brasil, como exposto a seguir:

Eu prefiro contar essa história pensando de como nós, historiadores negros, somos levados a pensar sobre questões raciais [...] eu acho que isso sempre começa sempre pela militância também, mas por um certo desconforto dentro da universidade. Como aluno de graduação você começa a se dar conta que tem alguma coisa que não está, que não me enxerga, que não me vê, e esse desconforto que funciona a gente pensar a questão nacional [...] eu gosto de pensar a minha trajetória pensando sobre esse lugar, sobre o incômodo desse lugar e que só descobri muito depois que isso tem a ver com a questão racial. Eu não tenho dúvida que esse conjunto de trabalhos que estão sendo discutidos aqui hoje, eles enriquecem a historiografia brasileira. Eu acho que o que a gente tem feito não é só garantir um lugar pra nós mesmos é garantir que a historiografia brasileira se qualifique [...] é uma colaboração fundamental para que haja um salto de qualidade e um salto que garanta uma diversidade na historiografia brasileira [...] não é nenhum tipo de benesse, o que estamos fazendo é que nos cabe, sendo historiadores contribuindo com o nosso lugar, com as nossas experiências, para que a historiografia melhore. (ALBUQUERQUE, 2018)¹⁰⁸.

Durante a conformação do grupo de pesquisa, conquistas no campo legislativo fomentaram a pluralização do debate acadêmico, tais como a Lei nº 12.711/2012 (sistema de cotas raciais) e Lei nº 10639/03 (que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para inserir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana), além do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), conforme Decreto Presidencial 6.096/07. As mudanças legislativas representam conquistas sociais, tornando o universo acadêmico mais plural e inclusivo¹⁰⁹.

Os avanços na efetivação de direitos fundamentais garantidos na Constituição de 1988 são resultado de lutas na busca de reparações históricas, em especial pelo combate ao racismo que estrutura a sociedade brasileira. A historiografia da escravidão é mais um instrumento de reconstrução de uma narrativa que lide com a diversidade racial do país, passando pelo combate ao mito da democracia racial. Todas essas discussões, portanto, decorrem diretamente dos anseios da sociedade civil organizada que exigiu uma postura proativa do Estado brasileiro. Notório que o lugar epistêmico (PEREIRA, 2018) dos

108

https://www.youtube.com/watch?v=x7AkfXi6dp4&list=PL0VHJF9eK9zTiyi40hQbghcD_i2YdepSf&index=16 (acesso em 20 fev. 2022).

¹⁰⁹ Os atuais estudantes de pós-graduação que atuam no grupo de pesquisa (em nível de doutorado e mestrado) se encontram em discussões acadêmicas após os avanços acima.

membros do grupo de pesquisa influencia o modo com o qual os estudos sobre passado escravagistas são lidos e interpretados.

Durante o século XX, o movimento negro no Brasil é participante ativo desse itinerário em prol da reconfiguração da posição da população negra na conformação do Estado brasileiro. As reivindicações passavam, pois, conforme assegura Pereira (2011), pela releitura do passado e pela construção de instrumentos que garantissem uma formação educacional mais inclusiva da sociedade brasileira:

Uma característica importante do movimento negro contemporâneo, articulada diretamente à questão da importância da educação para a população negra, vista aqui como uma continuidade ao longo do processo de constituição do movimento ao longo do século XX, é a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, contida na “Carta de princípios” do MNU. [...] A contínua luta dos militantes negros ao longo do século passado, tanto no que diz respeito à importância da educação quanto à luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, possibilitou a construção de resultados visíveis para o conjunto da população brasileira nos anos recentes, como por exemplo a criação e aprovação da Lei 10.639 em 9 de janeiro de 2003. A referida lei incluiu no currículo oficial das redes de ensino da Educação Básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileiras”, e desde então tem trazido oportunidades para a transformação de nossa sociedade em uma sociedade mais democrática de fato (PEREIRA, 2011, p. 13).

Ainda reverberando essas questões dos avanços sociais, os integrantes do grupo Wlamyra Albuquerque e Valter Fraga Filho publicaram o livro *Uma história do negro no Brasil* (2006), fruto da parceria da Fundação Palmares/Ministério da Cultura com o CEAO. O livro didático é mais um avanço rumo à efetivação de um Estado de direito democrático, fundamentado em políticas públicas voltadas ao combate ao racismo, além de expandir a historiografia que vem sendo produzida desde os anos 1980, cuja escrita o grupo de pesquisa, como é sabido, faz parte.

Em *Os dilemas de dois autores frente a Uma história do negro no Brasil* (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2012), nos é apresentado esquematicamente as diversas abordagens do livro didático em meio ao contexto histórico da sua produção, o íntimo diálogo com os movimentos sociais (tal como MNU) e o objetivo de publicização dos estudos consolidados pelas novas abordagens sobre escravidão pós-1980, denominadas pelos autores de *historiografia engajada*, notadamente pela oxigenação da narrativa histórica que gravita em torno do escravagismo brasileiro, bem como das questões pós-abolição. Em síntese, “[...]essa renovação editorial foi impulsionada por

reformulações curriculares, alimentadas pelo engajamento acadêmico e por demandas dos movimentos sociais” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2012, p. 47)¹¹⁰.

Em acréscimo, é importante salientar que Wlamyra Albuquerque, no âmbito local, foi componente do comitê para ampliação das ações afirmativas na Universidade pública no âmbito da Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia¹¹¹, além de ser a primeira presidente da Comissão Permanente de Heteroidentificação Complementar à Autodeclaração de pessoas negras para os processos seletivos na UFBA¹¹².

Para além das contribuições diretas ao contexto social atual, os componentes do grupo de pesquisa também fomentam outras formas de debate público visando alcance social amplo. O projeto denominado *Salvador escravista*¹¹³, criado por historiadores vinculados a diversas instituições de ensino superior do país – incluindo alguns dos integrantes do grupo de pesquisa¹¹⁴ –, tem por escopo de discussão a difusão dos usos de memórias públicas, mediante mapeamento de figuras históricas na cidade de Salvador controversamente homenageadas, além de outros personagens e de lugares históricos esquecidos.

Nesse *site* são utilizados verbetes como mecanismo de divulgação da histografia produzida, tendo como ponto de acesso lugares, figuras históricas, esquecidas ou controvertidas. O objetivo é expor as disputas de poder que confluem para construção de algumas memórias e, também, para esquecimento de outras: “Um dos propósitos do *site Salvador escravista*¹¹⁵ é oferecer subsídios históricos que possibilitem uma melhor compreensão sobre o papel desses indivíduos no desenvolvimento de uma sociedade marcada pela desigualdade e pelo racismo”¹¹⁶.

¹¹⁰ Em 2009, os referidos historiadores publicaram um livro paradigmático, intitulado o livro *Uma História da Cultura Afro-Brasileira*, tendo recebido o Prêmio Jabuti 2010, na categoria Didático e Paradidático.

¹¹¹ BRASIL. Portaria nº 132/2016, de 27 de setembro de 2016. Elaboração de proposta de política de Ações Afirmativas para a Pós-Graduação da UFBA. **Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Bahia**. Palácio da Reitoria, Salvador, 27 de setembro de 2016.

¹¹² Vide documentos https://ingresso.ufba.br/sites/ingresso.ufba.br/files/comunicado_cpha.pdf e https://ihac.ufba.br/download/ensino/pos-graduacao/stricto_sensu/eisu/processos_seletivos/alunos_regulares_2021.2/Resultado-da-Banca-de-Heteroidentificacao-Processo-Seletivo-de-Alunos-Regulares-2021.2-PPGEISU.pdf (acesso em 20 fev.2022).

¹¹³ Ver site <https://www.salvadorescravista.com/mapa> acessado em 12 fev.2022).

¹¹⁴ Integram a equipe do projeto os seguintes membros do grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade*: Antonio Luigi Negro, Cândido Domingues, Carlos da Silva Jr, Iacy Maia Mata, João José Reis, Luciana Brito, Elciene Azevedo, Lisa Earl Castillo e Robério S. Souza.

¹¹⁵ Ver site <https://www.salvadorescravista.com/mapa>. Acessado em 12 fev.2022.

¹¹⁶ Vide <https://www.salvadorescravista.com/sobre-o-projeto/equipe> (acesso em 22.fev.2022.).

Portanto, o lugar de produção do grupo de pesquisa é, a um só tempo, tributário e agente do contexto social sobre o qual emerge sua produção historiográfica, congregando diversos fatores, tal como uma *topografia de interesses* (CERTEAU 2015 [1975], p. 47). Sua decomposição revela as respostas e as articulações promovidas pelos integrantes do grupo de pesquisa frente às renovações teóricas desenvolvidas pela historiografia atual especializada, além envolver e dialogar com um conjunto de aspectos individuais, sociais e/ou institucionais. No conjunto, ajudam a desenhar o lugar epistêmico (PEREIRA, 2018) em que tais pesquisadores se encontram e interagem, revelando a repercussão da historiografia produzida para além do debate acadêmico, se projetando para efetivação de novas conquistas sociais.

4.3 O TRABALHO SOBRE O LIMITE¹¹⁷

No desenvolvimento da pesquisa, a escrita da história se constrói visando a concretização das hipóteses investigativas. Para Certeau, esse caminho constitui “uma prática” (CERTEAU 2015 [1975], p. 64), ou seja, um percurso metodologicamente concatenado e fomentado durante a pesquisa. Assim, as práticas dessa mobilização constituem não só um acervo instrumental a serviço da pesquisa, como também representam os valores atribuídos pelo sujeito pesquisador.

A técnica, enquanto prática, não se traduz apenas pela descrição de métodos interpretativos, porquanto a agência do(a) historiador(a) sobre os procedimentos empíricos adotados constitui elemento primordial para conferir densidade à pesquisa. Por essa razão, o processo criativo, na concepção certeautiana, é o elemento promotor da mudança entre um fato em acontecimento histórico. A mudança de postura, sobre as práticas em história proposta por Certeau, acaba por se distanciar da ideia da criação de metodologias centradas em funções extrativistas, como se a decomposição arqueológica sobre as fontes históricas pudesse revelar, por si só, a história.

Essa forma de encarar as práticas exercidas pelo(a) historiador(a) modifica todo pensamento em torno do que venha ser entendido como procedimentos de investigação. Com tal afirmação, Certeau não descarta a técnica como elemento divisor do labor historiográfico; apenas revela que os procedimentos não isentos do olhar daquele que promove a investigação.

¹¹⁷ O trabalho sobre o limite (CERTEAU 2015 [1975], p. 79) é sintetização das reformulações que a pesquisa em história vem apresentando, cujo conteúdo refunda a forma e o modo pelo qual se acessa e se dialoga com o passado.

Não à toa, no curso processual das práticas, as diversas atividades envolvidas, desde a seleção das fontes, passando pelo crivo da crítica documental, são operacionalizadas pelo sujeito pesquisador, cujo desenvolvimento, vale lembrar, se relaciona intimamente com o lugar social sobre o qual se encontra. Nesse itinerário, a pesquisa em história realiza a *articulação natureza-cultura* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 67) ao transformar, no plano da linguagem, as questões postas na fonte documental, em fatos e, no conjunto, em narrativas históricas. Esse movimento, importante salientar, se faz ao lado de metodologias, a exemplo da heurística. Logo, a ênfase sobre o caráter criativo no curso da pesquisa não significa total liberdade, pois existem balizadores que o mitigam, os quais são construídos pela própria teoria da história.

O acervo das fontes (oral, documental, imagético, dentre outros) não constitui um dado a ser observado pelo(a) historiador(a) de modo a extrair informações ou mesmo o encadeamento dos eventos. Um acontecimento ou um ato da vida cotidiana somente é visto como um evento histórico, quando contextualizado a partir do olhar e da perspectiva do(a) historiador(a) que efetiva o *estabelecimento das fontes ou a redistribuição do espaço* (CERTEAU 2015 [1975], p. 67). Assim sendo, cabe ao(a) pesquisador(a), no âmbito das práticas desenvolvidas no curso da pesquisa em história, conjugar um conjunto de fatos, interligando-os mediante organização e classificação causal tornando uma narrativa inteligível.

Se o artifício e a criação são elementos intrínsecos no processo de experimentação e da pesquisa, parece mais clara a noção de que estilo e forma aos moldes delineados por White (2001 [1978]) não são colaterais na construção das narrativas; pelo contrário, o aspecto imaginativo subordina a pesquisa, além de nortear a construção da narrativa¹¹⁸. Inevitavelmente, conecto esse debate teórico à estrutura narrativa produzida pelo grupo de pesquisa: a ênfase no diálogo honesto e direto com o leitor, acerca da natureza lacunar das fontes históricas; a condução entre um caso específico para o contexto histórico no qual se insere determinado fato; o uso de passagens episódicas em vários sentidos e direções, mobilizando um fluxo não necessariamente cronológico dos personagens.

¹¹⁸ Sobre este assunto, há quem advogue que os devaneios negacionistas de Robert Faurisson sobre o Holocausto sejam tributários das proposições de Hayden White, como se este autor não reconhecesse as particularidades e a importância do labor historiográfico. A rejeição das fontes históricas não constitui revisitação do passado; o revisionismo, nesses termos, representa uma prática que macula a História, porque, no limite, busca deslegitimá-la. Essa visão demonizada da matriz whiteana em nada contribui para avanços teóricos; ao revés, retroalimenta uma desconfiança sobre o que faz o(a) historiador(a) quando narra o passado.

O Quadro 8 – Cotejo entre as narrativas de REIS (2008), Albuquerque (2009) e Nascimento (2014) – destacado na seção 2, é emblemático nos usos das questões acima elencadas: os casos concretos (as relações interpessoais de Domingos Sodré, o incidente diplomático envolvendo o desembarque de dezesseis africanos e carta de alforria de Maria) servem de chave interpretativa para entendimentos sobre o curso das relações raciais na Bahia do século XIX. Ouso afirmar que as articulações em diversos níveis e em variadas orientações apresentadas no cotejo do Quadro 8 apontam para uma espécie de conciliação entre o formato tradicional de historiografia tradicional dos anos 1950/1960 com os novos rumos da escrita da história desenvolvidos ao longo dos anos 1980. Em certo sentido, a história social construída pelo grupo de pesquisa acena para os debates macroeconômicos que marcam a Escola Sociológica da USP.

Esse ambiente aberto serve de ponte convidativa para enveredarmos no percurso empírico capitaneado pelos(as) historiadores(as). Nesse ponto, parece importante reconhecer que muito dessa descrença decorre do próprio *modus operandi* praticado pelo(a) historiador(a), que não acompanhou as ampliações criativas de outros campos, incluindo, o literário. O texto historiográfico, amarrado por esquematizações burocráticas, somente contribui para ampliação do descrédito do discurso historiográfico.

Em contraponto, as ponderações de Farge (2009) são elucidativas a respeito da fronteira entre o caráter reinterpretativo inerente à pesquisa histórica e a subversão dos fatos, típica do negacionismo. A materialidade, localizada sobretudo nos arquivos, impõe limitações ao processo de reconstrução do passado, cabendo a(o) pesquisador(a) ter a transparência máxima possível para demonstrar, em uma busca incessante pelo convencimento racional, como a ordenação das fontes exercida conduziu à determinada interpretação do passado.

As narrativas construídas pelo grupo de pesquisa refletem esse amadurecimento teórico quando, nos trechos analisados, há esclarecimento das lacunas documentais e a demonstração do que se tem denominado de imaginação histórica, ou seja, o exercício de apresentação de um percurso histórico possível e/ou plausível, a partir do acervo documental direto ou correlato.

As práticas mobilizadas pelo(a) historiador(a) constituem não só um acervo instrumental a serviço da pesquisa, como também representam os valores atribuídos pelo sujeito pesquisador. Assim, a técnica, enquanto prática, não se traduz apenas pela descrição de métodos interpretativos, considerando a intrínseca agência do(a) historiador(a) nos procedimentos empíricos adotados. O processo criativo, na concepção

certeautiana, serve de intermédio na produção de objetos de investigação em fatos históricos. A metodologia, nesse viés, não pode ser visualizada por uma função extrativista, mas como veículo transformador.

Essa transformação se opera para além da linguagem, isto é, como modelo modificador de estilo, realizando a transmutação do plano documental para a narrativa. Esse modo peculiar de enxergar a pesquisa em história, produz um frescor ao tecnicismo imposto sobre as metodologias, permitindo que o(a) pesquisador(a) se apresente também no desenvolvimento processual de seleção, descarte e conjugação das fontes. A postura e a perspectiva adotada estarão impressas em cada fase procedimental, conforme alerta Ohara (2012):

Tomar a prática histórica como lugar de um questionamento, como já disse, implica em desnaturalizar aquilo que nós, historiadores, fazemos. Trata-se de tirar desses procedimentos o estatuto meramente técnico e de reintroduzi-los na lógica da historicidade, e assim pensá-los como produtos de um campo profissional delimitado. (OHARA, 2012, p. 198).

No curso processual da prática, toda atividade, desde a seleção das fontes, passando pelo crivo da crítica documental e dos procedimentos adotados nas leituras a serem empreendidas sobre o acervo escolhido, é operacionalizado pelo sujeito pesquisador, cujo desenvolvimento se relaciona intimamente com o lugar social em que se encontra.

Além disso, umas das questões levantadas por Certeau diz respeito às reformulações que a inovação tecnológica trouxe, repercutindo no modo pelo qual o(a) historiador(a) lida com as fontes no processo de pesquisa. Segundo o referido autor, a pesquisa em história tradicionalmente partia da reunião de vestígios, cujo agrupamento era exercido pelo(a) historiador(a) com vistas a conferir coesão, em caráter sintético e sincrético, transporto em formato de narrativa. Por outro lado, a introdução do computador alterou substancialmente a ordenação da pesquisa: a coesão final, resultado da coleta das fontes, agora se apresenta como ponto de partida.

Essa inversão procedimental traz como consequência a(ao) historiadora(o) a lógica de que “trabalha nas margens” (CERTEAU 2015 [1975], p. 78), isto é, prática investigativa se afasta de uma concepção totalitária para buscar aspectos pontuais e, nessa extensão, questionar, refletir sobre questões historiográficas periféricas. Há, assim, uma ênfase dos estudos sobre aspectos marginais, embora se parta da totalidade para inseri-las.

Para exemplificar as reflexões sobre as práticas investigativas, destaco, no quadro a seguir, trechos do artigo *Tráfico, tempo e lucro: capitães negreiros e redes comerciais da Bahia setecentista* (DOMINGUES, 2014, p. 21-57) e *Centenas de pessoas de diversas nações: os trabalhadores livres, libertos e escravos da Bahia e San Francisco Railway Company* (SOUZA, 2014, p. 253-280).

QUADRO 13 – AS PRÁTICAS DO GRUPO DE PESQUISA ESCRAVIDÃO E INVENÇÃO DA LIBERDADE

<p>Aos 25 de junho de 1756 o capitão Manoel da Fonseca escrevia seu testamento colocando sua ‘alma no caminho da Salvação’ e arrumando os caminhos terrenos para que seus negócios fossem conhecidos por seu futuro testamenteiro quando do seu falecimento.</p> <p>[...]</p> <p>Ao chegar a Salvador, na última semana de setembro de 1757, a carga humana d’<i>O Sueco</i> pode ter permanecido embarcada por alguns dias, ou talvez apenas os africanos doentes tenham permanecido a bordo, até sararem. Esse período de espera era denominado quarentena.</p> <p>[...]</p> <p>O capitão Manoel da Fonseca desembarcou doente. Talvez a demora da viagem não tenha lhe feito bem. Poucas semanas após o desembarque veio a falecer.</p> <p>[...]</p> <p>Junto com o capitão Manoel da Fonseca desembarcaram 284 africanos dos 316 embarcados na Costa da Mina. Uma mortalidade de 10,12% (32 pessoas). Não há notícias de que <i>O Sueco</i> tenha sido acometido por alguma epidemia em alto mar, ou sofrido algum contratempo, como uma calmária. Podemos imaginar que tais mortes tenham sido causadas por algumas das muitas ‘doenças originadas todas dos navios, que vem das conq[uis]tas, como negócios de escravos’⁶³</p> <p>[...]</p> <p>A história da viagem negreira de Manoel da Fonseca resume muito da vida e da importância dos capitães negreiros para o tráfico atlântico de escravos. (DOMINGUES, 2014, p. 21-57).</p> <p>⁶³. Carta de 18 de fevereiro de 1750, APEB, Seção Colonial e provincial. Correspondência pelo governo da Bahia/Sergipe da Câmara (1733-1750), maco198.</p>	<p>Em 1858, a Lei Eusébio de Queirós, completava oito anos. Com ela, o Brasil começou a coibir, de fato, a importação de obra escrava para o país e instaurou, segundo discursos oficiais do período, a chamada crise de braços. Nesse ano, na importante cidade do Salvador, a capital da província da Bahia tinha início a construção da primeira estrada de ferro baiana, obra pública do Império, responsável pelo recrutamento de centenas de trabalhadores e estrangeiros.</p> <p>[...]</p> <p>Em termos gerais, esses 1.025 eram procedentes basicamente de portos localizados na Itália, Inglaterra e Bélgica. A maior parte, 88,3% vinham de Genova e desembarcou em 1859, ano que coincide com o auge do tumultuado processo de unificação da Península Itálica.</p> <p>[...]</p> <p>Ao longo de toda segunda metade do século XIX, diversos outros caminhos levaram o mundo da escravidão para os postos de trabalho e serviços de operação de ferroviárias brasileiras. [...] nesse sentido, algumas histórias de lutas de escravos pela liberdade entrecruzavam-se com experiência de instalação, expansão e funcionamento de empreendimentos ferroviários no Brasil, particularmente na Bahia.</p> <p>Em um desses casos, evidenciando o diversificado campo das estratégias escravas, por volta de novembro de 1880, o escravo Manoel, preto, 38 anos de idade, ‘ausentou-se’ de sua senhora, d. Auta Elisa de Figueiredo, para trabalhar na construção da estrada de ferro de São Félix, no Recôncavo.</p> <p>[...]</p> <p>A construção da primeira estrada de ferro da Bahia, no início da segunda metade do século XIX, nos parece emblemática, por reunir, de uma só vez, uma multidão de homens de diferentes condições jurídicas e de diversas origens étnicas.</p> <p>[...] O compartilhamento de experiências, expresso muitas vezes sob forma de coesão e conflito, resultou em muitas histórias, muitas vezes surpreendentes. Mas isso é um tema para outro momento (SOUZA, 2014, p. 253-280).</p>
---	---

Fonte: Souza (2014)

Nos trechos do quadro acima, a história do capitão negreiro Manoel da Fonseca é contada a partir de seu testamento. A trajetória de sua última viagem ajuda a empreender leituras sobre a pujança dos negócios referentes ao tráfico de escravizados, envolvendo uma rede de sociabilidade intimamente associada ao desenvolvimento da própria

economia colonial, na cidade de Salvador e, por via de consequência do Império português. O estudo biográfico, proposto por Domingues (2014), não tem pretensões totalizantes, no sentido de realização de um estudo completo e integral sobre o tráfico transatlântico, bem como do sistema escravista brasileiro. A narrativa em torno da viagem do navio *O Sueco* e do capitão negreiro Manoel da Fonseca ajuda o leitor a enveredar no universo comercial transatlântico.

Assim sendo, dentro da lógica certeautiana, a pesquisa desenvolvida por Domingues (2014) pode ser lida como mais um estudo específico em torno do mundo atlântico (relações comerciais entre capitães de navios negreiros) envolvendo a temática do tráfico de escravizados, identificando-se como marginal, no sentido de servir como elemento contributivo para novas reflexões da historiografia especializada.

Na mesma toada, segue o trabalho promovido por Souza (2014), em que a pesquisa quantitativa sobre trabalhadores europeus na construção da estrada de ferro na Bahia é entrecruzada com histórias de homens escravizados, como a de Manoel, apontando para um debate historiográfico que aproxima o universo escravagista com as relações de trabalho no século XIX. No curso da narrativa, Souza (2014) demonstra o uso de procedimentos seriados e quantitativos em sintonia com histórias individualizadas. A apresentação final do texto, embora transpareça a ideia de um produto decorrente de uma arrecadação documental, o acervo eleito pelo(a) historiador(a) como instrumento de análise é mais um contributivo da historiografia sobre o trabalho no Brasil, promovendo aproximação com a historiografia social da escravidão.

A apresentação provocativa de Manoel da Fonseca (embora pudesse ser a de qualquer outro sujeito narrado pelo grupo) instrumentaliza novos entendimentos historiográficos, sem rompimento integral: a própria biografia assume um papel de uma distância e de uma margem proporcionadas às construções globais' (CERTEAU 2015 [1975], p. 78).

As discussões apresentadas por Domingues (2014), sob a ótica certeautiana, podem ser compreendidas pelo seu caráter tangencial à temática sobre o tráfico negreiro e sua economia, contribuindo, a partir da apresentação de novos personagens, com outras formas de entendimento sobre o cenário geral da economia colonial na Salvador dos setecentos.

Essa mudança funcional da história, proposta por Certeau, também a reposiciona como instância catalizadora de experimentação de modelos interpelativos de outras disciplinas, nomeado como *trabalho sobre o limite* (CERTEAU 2015 [1975], p. 79). Para

melhor visualização, Certeau explicita duas perspectivas: uma, relativa ao retorno aos fatos, por meio do caráter revisionista, buscando as diferenças, mediante cruzamento de outras informações; e outra, pelo emprego de modelos de outras disciplinas afins, aplicando categorias não-históricas, por meio de sua historicização.

Os pressupostos acima reclamariam, assim, um novo estatuto para a história, com refundação de postulados e procedimentos no âmbito da pesquisa. Um deles se refere à mudança sobre a visão teleológica dos acontecimentos para encará-los sob outra perspectiva, que inclusive negam essa orientação finalística. Em outros termos, a história serviria para medir os desvios, não para formação de um dever-ser.

As proposições de Certeau podem ser visualizadas nos diversos trechos cotejados ao longo deste trabalho. Sob a luz de seus pressupostos, a narração de determinado sujeito histórico merece ser lida para além de sua individualidade, considerando que a abordagem de determinado personagem, por si só, já representa o *limite do pensável* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 87). Em outras palavras, a apresentação de indivíduos em suas trajetórias de vida, ainda que parciais, somente podem ser pensados individualmente, porque integram e interagem em redes de sociabilidade em um determinado contexto histórico.

Analisando de forma transversal, as narrativas produzidas pelos membros do grupo, tendo como marco interpretativo as questões acima delineadas, vislumbro como congruente pensar os personagens (apresentados ao longo da segunda seção) Domingos Sodré, Antão Teixeira, Francisco Goncalves Dantas, Alufá Rufino, Maria Crioula, como janelas investigativas para contextualização e redesenho histórico do ambiente em que viviam. Aliás, suas atitudes, expectativas, angústias, silêncios, enfim, suas experiências só podem ser compreendidas à luz do cenário histórico do qual fazem parte. As identidades e as estratégias de sobrevivência também ajudam a moldar esse mesmo cenário, que conforme observado ao longo dos trechos cotejados, não é estático, muito menos determinista.

Por essas razões, Certeau confere à história uma função desviante, porquanto as especificidades do agir humano, transposto para narrativa pelo(a) historiador(a), que se alcança o diálogo com questões macroestruturais. Assim, o detalhamento do sujeito biografado é estrategicamente posicionado pelo(a) pesquisador(a) como operador conectivo do quadro geral econômico, social, cultural ou político. Esse viés microscópico também provoca rasuras historiográficas, na medida em que os pormenores alinhavados pelo(a) historiador(a) se tornam mais um elemento provocativo e convidativo às novas reflexões. A pesquisa desenvolvida pelo(a) historiador(a) não parte de um lugar de recusa

visceral à historiografia consolidada sobre o assunto abordado, mas busca outras ponderações históricas, através das releituras de fontes documentais, a exemplo das discussões de figuras públicas já conhecidas publicamente, ou por meio de apresentação de personagens até então desconhecidos.

Sintetizando as questões acima apresentadas, trago trecho em que Certeau evidencia a *posição do particular como limite do pensável* (CERTEAU 2015 [1975], p. 86):

Se a ‘compreensão’ histórica não se fecha na tautologia da lenda ou se refugia no ideológico, terá como característica, não primordialmente, tornar pensáveis séries de dados triados [...], mas não renunciar nunca à relação que essas regularidades mantêm com ‘particularidades’ que lhe escapam (CERTEAU, 2015 [1975], p. 87).

Assim, a história passa a ser encarada como forma de investigação em que se exerce, na pesquisa, o estudo das particularidades no limiar das questões gerais que lhe sustentam e que também exerce influência. Sob essa ótica, os(as) historiadores(as) do grupo de pesquisa buscam refletir sobre o episódio narrado, através do diálogo com o contexto em que se encontra imerso. Seria, nesse sentido, um entre caminho do particular para o geral como se chega às fronteiras, com participação efetiva do(a) historiador(a) na promoção de inteligibilidades.

Refletindo as ponderações acima sobre as produções historiográficas do grupo, fica claro que a pesquisa desenvolvida, dentro das renovações da historiografia pós-1980, não tem pretensões desconstrutivistas em relação aos estudos sobre a escravidão e pós-abolição. Ao projetarem sujeitos históricos em relação ao contexto vivido, o objetivo é *produzir algo de negativo* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 87). O escopo, então, se desenvolve em função de aperfeiçoamentos, instigando o debate historiográfico dos anos 1950/1960, mediante releitura de fontes e/ou apresentação de outras¹¹⁹.

¹¹⁹ O posicionamento sobre o fazer historiográfico certeautiano não é isento de críticas. O suposto abandono da totalidade na história é vista como elemento de enfraquecimento do discurso histórico produzido. A propósito, trazendo esse debate para historiografia da escravidão, existem autores que defendem a necessidade de maior congruência entre os objetos de investigação com as questões estruturais da sociedade. Nesse sentido, segue a análise de Berman (2002, p. 26): “[o] problema destas novas abordagens não reside no fato de tomarem a subjetividade do escravo como objeto de estudos, mas no caráter unilateral de seus postulados. Cultura e economia, subjetividade e determinação aparecem como termos excludentes, perdendo-se de vista a interação entre estas esferas da vida social, que não são vividas ou experimentadas como instâncias separadas. Ao abrir mão de analisar as relações entre as partes e ao pretender estabelecer objetos de estudo isolados e fechados em si mesmos, estes historiadores abandonam o propósito da produção de uma explicação histórica”.

É nesse sentido, inclusive, que a abordagem negociada desses sujeitos históricos não implica rejeição da concepção historiográfica tradicional acerca da brutalidade do sistema escravagista. Entretanto, ao resgatar histórias cotidianas, o grupo oxigena a história tradicionalmente aceita, permitindo novos olhares sobre as relações senhoriais, no tocante à economia, bem como acerca da política do período monárquico e do republicano brasileiro. Ademais, os contrapontos historiográficos trazidos pelo grupo, com apresentação de subjetividades complexificam as redes de relações e o próprio contexto histórico, servindo também de mote para diversificação do debate historiográfico.

Sobre os novos postulados da história, Certeau registra a figura *ambivalente do passado e do futuro* (CERTEAU 2015 [1975], p. 86), em que a pesquisa ao retomar o passado para o presente, “[...] presentifica uma situação vivida” (CERTEAU 2015 [1975], p. 88). Nesse ponto, o exercício de aproximação do presente em relação ao que se passou associa os poderes da filologia, mencionados por Gumbrecht (2021), à ideia de historicização mencionada por Certeau. À medida que o filólogo, tal como anuncia Gumbrecht (2021), se apropria do passado como objeto de desejo, ele também promove leituras do passado tendo como baliza as questões/demandas atuais.

Sobre as intersecções entre o poder filológico da historicização e o modo com o qual a pesquisa em história vedo sendo construída, destaco as lições de Gumbrecht (2021):

[a] historicidade é algo produzido em nossas mentes contra uma inércia considerável, e não algo inerente a certos objetos de referência. Ao suspender, pelo menos em alguns casos, o pressuposto primário de que sabemos lidar com os objetos que encontramos, destacamos os objetos em questão, os envolvemos com uma aura e, enfatizando seu afastamento, os transformamos em objetos de desejo. Uma vez que os qualificamos como ‘objetos cercados por uma aura’ e ‘objetos de desejo’, não estamos longe do significado original da palavra *sacer* e dizer que esses objetos são “sagrados” (GUMBRECHT, 2021, p. 111-112).

A leitura filológica, portanto, é também histórica, na medida em que se destina à sacralização de objetos de pesquisa, não no sentido estritamente religioso do termo, conforme anuncia Gumbrecht (2021), mas enquanto elemento de enaltecimento proposto pelo(a) historiador(a)/filólogo(a), cujo conteúdo se torna histórico e/ou filológico a partir daquele que lhe confere essa rede de significados. Os desejos da presença emergem, portanto, como elemento indissociável do labor filológico e histórico.

Seguindo a linha de raciocínio acima, Certeau acresce que historicizar é não só retomar o passado pelas inquietações do presente, mas, em especial, pela dimensão propositiva do(a) historiador(a) em relação ao futuro. Ao buscar respostas no passado a partir de particularidades narradas, o(a) historiador(a) expõe uma carência, ou seja, pretende encontrar respostas, que, na concepção certeautiana, se bifurca de formato ambivalente, orientada por um caráter conservador ou utópico.

Sobre o assunto, Campos (2010) traz interessante junção das práticas com o lugar social do(a) historiador(a) no processo elaborativo da pesquisa:

Em linhas gerais caberia à prática do historiador a articulação entre o natural e o cultural e a seleção de suas fontes com as quais ele pretende trabalhar. Contudo, é importante pensar que o próprio recorte da documentação está sujeito às ações do lugar social onde o indivíduo está inserido (CAMPOS, 2010, p. 213).

No caso da produção historiográfica do grupo, a própria composição do lugar social e epistêmico, do qual suas narrativas emergem, denuncia a postura sobre o passado tendo como expectativa a reconfiguração da historiografia especializada, respondendo e servindo de canal de interlocução com as demandas da sociedade civil organizada.

Historicizar, segundo Certeau, é a retomada do passado por meio das inquietações do presente tendo como horizonte a dimensão propositiva do(a) historiador(a). A importância sobre o passado dimensiona as propostas investigativas do(a) historiador(a) em projeção ao futuro. Para Certeau, a busca por respostas (a carência) se apresenta de forma ambivalente, por se orientar por um tom mais conservador ou utópico.

Do ponto de vista coletivo, os temas escolhidos, como também o formato com o qual a historiografia é acionada e tangenciada, revelam o intuito propositivo do grupo de pesquisa. A complexificação das relações sociais com a apresentação de novos sujeitos históricos, que constroem formas de convivência social em um contexto opressivo, também busca refletir sobre outras formas de entendimento a respeito do passado, em íntima ligação com as inquietações do presente. Não se trata apenas de uma revisão do passado, mas um mecanismo de instrumentalização da história para busca de respostas aos problemas estruturais do presente.

Parece evidente, pois, que o modo com o qual a revisão do passado pelos(as) historiadores do grupo é realizada em sintonia com os debates atuais que reivindicam uma postura proativa do Estado brasileiro, em relação à concretização de direitos garantidos constitucionalmente na atual Carta de 1988.

4.4 A MISE EN SCENE LITERÁRIA

A escrita, última etapa da operação historiográfica, constitui, segundo Certeau, uma encenação literária, entendida como um protótipo figurativo do passado. Esse tom provocativo em apresentar a natureza da escrita da história pelo viés literário desde logo anuncia seu posicionamento em torno da importância desse aspecto para compreensão do que vem a ser o produto historiográfico construído pelo(a) historiador(a), expresso em um discurso histórico.

Entretanto, sob outro ângulo, Certeau abre a perspectiva em torno da hibridez do texto histórico, o qual somente pode ser identificado como tal, quando seu conteúdo se entrelaça com os demais elementos da operação historiográfica (o lugar social e as práticas):

[a] representação - *mise en scene* literária – não é “ histórica” senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando instrucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos. Não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição do saber (CERTEAU 2015 [1975], p. 89).

Para além do debate em torno da epistemologia sobre o produto historiográfico entre o artefato literário (WHITE, 1994 [1973]) e a noção de verdade histórica diante das *coisas em si* (GINZBURG, 2006, p. 211-133)¹²⁰, a defesa certeautiana busca conciliar essas visões antagônicas aparentemente inconciliáveis entre si ao oferecer como proposição teórica os contornos do discurso histórico, enquanto representação do passado, permeado de aspectos literários, embora metodologicamente controlável.

De partida, ao aproximar a história da literatura, sob as vestes da escrita da história, Certeau não negligencia o papel do(a) historiador(a) no processo construtivo do texto historiográfico, nem desconsidera as redes institucionais as quais se encontra vinculado. Nesse transcurso, a escrita da história se transforma em resultado das pesquisas, embora de forma invertida, isto é, o início da primeira corresponde ao

¹²⁰ As coisas em si seriam, na visão de Ginzburg (2006), os acontecimentos que se materializam no empoce no espaço, os quais, por mais que já possuam desvios de sentido, tendo em vista a inevitável intermediação humana, são fatos que se exteriorizam no mundo e, portanto, produzem efeitos, materialisticamente falando. Em síntese, a proposta de Ginzburg “reside em desnaturalizar e problematizar, ou seja, admitir enquanto problema e discutir o acesso à verdade, a narratividade da história e a validade de múltiplas perspectivas, sem, contudo, abrir mão da existência do real e da verdade possível, ainda que lacunar, segundo as provas permitidas pelos documentos” (VIEIRA, 2012, p. 6).

momento finalizado (e não final) da segunda, tal como um reflexo no espelho, nomeado por Certeau como a *inversão escriturária* (CERTEAU 2015 [1975], p. 90).

Certeau também alerta para o caráter ativo do(a) pesquisador(a) nessa dinâmica: o manuseio e posterior estabelecimento das fontes em sequenciamento não representam um ato reflexivo. A linearidade exposta cronologicamente é falseada, na medida em que é resultado direto da atividade do(a) historiador(a) que ordena, combina, seleciona (e rejeita) as diversas fontes colhidas, tudo visando tornar inteligível o emaranhado de documentos dispersos e reunidos no processo de pesquisa. Esse processo, na visão certeautiana, tem conteúdo decisório arbitrário, no sentido de voluntariedade inerente em todo itinerário da operação historiográfica.

Tal assertiva sugere que a ordenação fática, com estabelecimento de nexos de causalidade entre eventos não são um dado empírico; mas trata-se de um produto do(a) historiador(a), fruto de um empreendimento crítico e ético, que diversifica fontes e sujeitos históricos, mediante mobilização de aporte teórico-metodológico que atenda aos anseios da pesquisa. Nessa extensão, o intuito é apresentar uma narrativa histórica. Dito de outra maneira, a construção da narrativa decorre de um esforço argumentativo pautado em níveis de criticidade, alinhavados pela reunião de pesquisas anteriores, as quais lhe conferem confiabilidade e credibilidade.

Dessa forma, a escrita, apesar de refletir a pesquisa, não pode ser lida como um resumo sintético ou catálogo procedimental, considerando o efetivo exercício intermediador do(a) historiador(a) na apresentação do discurso pretendido. Aliás, é o discurso que denuncia todo processo de construção textual.

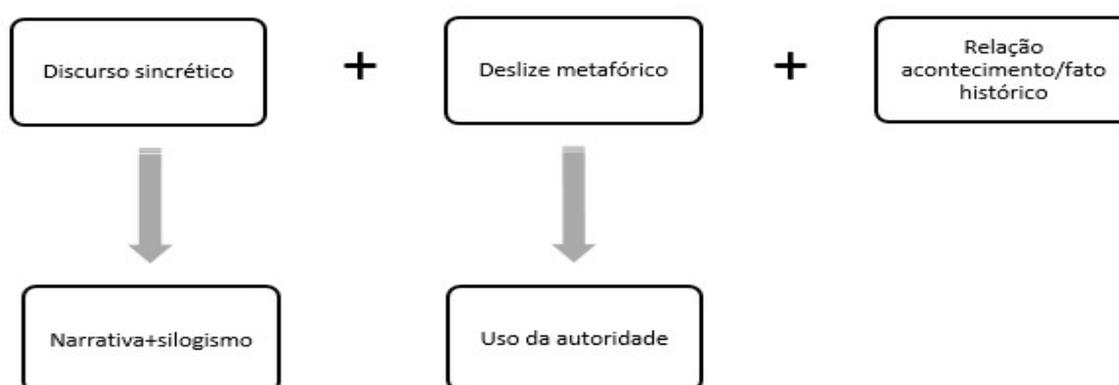
Refletindo sobre essas questões, para o cenário da escrita da história produzida pelo grupo de pesquisa, as diversas passagens apresentadas ao longo do trabalho demonstram que os percursos de constituição narrativa são expostos de forma ostensiva (transparecendo o caráter ético das pesquisas), tornando-se texto argumentativo ancorado em prévia e robusta pesquisa documental, baseado em diálogo com historiografia especializada.

A transparência da pesquisa também é evidenciada com a exposição das lacunas documentais, sendo a narrativa esclarecedora de que determinados momentos da história contada são inferências suscitadas pelo(a) historiador(a), lastreadas em outras pesquisas correlatas. Esse vínculo firmado com o leitor é construído ao longo do desenvolvimento da narrativa, como um *contrato enunciativo* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 103).

Outro aspecto que auxilia no entendimento em torno do discurso histórico, bem como ajuda a dimensionar de forma panorâmica o processo de construção desse discurso pelos membros do grupo de pesquisa, é a característica da *construção desdobrada* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 99). Assim, é compreende o discurso histórico como o sincretismo de uma sucessividade temporal, aliado a métodos de dedução e de indução, permeados de discursos de autoridade, de forma a alçar um simples evento à categoria de fato histórico. A discursividade projetada no texto historiográfico, portanto, configura a conjugação de várias segmentações desdobradas.

Para melhor visualização dos contornos da construção desdobrada certeautiana, apresento a figura abaixo, que esquematiza os seus diversos componentes:

Figura 4 – A construção desdobrada completa



Fonte: Bittencourt (2017, p. 92)

A construção desdobrada sintetiza a hibridez do discurso histórico: o encadeamento de ações no tempo e no espaço são conjugados a eventos em formato silogístico (indutivo e dedutivo), mediante qualificação de acontecimentos (fruto do recorte temporal), em fatos históricos (qualificação que abre caminhos para sustentação da narrativa). Nesse procedimento, elementos de coesão conferem plausibilidade, cujo conteúdo se perfaz por meio de reforços de credibilidade, tal como citações diretas no texto, dando validade a explicação histórica.

A historiografia do grupo de pesquisa também contempla sua discursividade, cuja decomposição, sob a perspectiva certeautiana, ajuda a refletir sobre as proposições

investigativas, os artifícios estéticos mobilizados e o instrumental teórico-metodológico manuseado pelos seus integrantes.

Assim, concentrando o olhar sobre a historiografia do grupo, é possível esquadrihar o discurso promovido pela coletividade, através da construção desdobrada certeautiana. As diversas esferas que compõem o discurso ajudariam a responder o questionamento sobre a natureza da narrativa construída coletivamente pelo grupo quando analisados os textos dentro de um quadro geral em que todos conversam e promovem novas conexões, como também intertextualidades. A análise depurada do discurso produzido seria uma sinalização ao questionamento “[...] o que é que o historiador *fabrica* quando se torna *escritor*? Seu próprio discurso deve revelá-lo” (CERTEAU, 2015 [1975], p. 93)

O uso do léxico *fabricar* bem delinea o caráter fabril em que a operação historiográfica emerge. Os traços operativos componentes do tripé sobre o qual o discurso não fala seriam considerados, na visão certeautiana, como peças de uma engrenagem. Essas peças seriam canais investigativos para depurar o discurso histórico. Todavia, existe um viés performático que revelaria nuances criativas no processo da escrita.

Esse movimento, de perfil objetivo e subjetivo, também pode ser visualizado coletivamente. Em conformidade, ao já explicitado ao longo das duas anteriores seções, existe uma congruência entre os textos historiográficos produzidos pelo grupo de pesquisa, notadamente em relação ao traço narrativo, cuja sustentação pode ser identificada pelos aspectos que circundam a construção desdobrada.

Simbolizando todos os cotejos realizados ao longo deste trabalho, apresento o artigo *De cria a dona: trajetória de uma liberta no sertão baiano no século XIX* (FERREIRA, 2012), o qual serve de guia para visualização da construção desdobrada. O artigo conta a história de Laura da Rocha Cesar, alforriada e reconhecida de forma voluntária como filha de João da Rocha Cesar. Os diversos episódios de sua vida são estabelecidos, por Ferreira (2012), como mote para discussões e para entendimentos acerca da sociedade sertaneja, calcada no escravagismo em que se encontrava inserida.

O Quadro 14 abaixo apresenta três trechos do referido artigo, os quais foram desmembrados para melhor acompanhamento do modo com o qual o grupo de pesquisa (ao qual o referido historiador se integra) edifica a narrativa histórica e, por via de consequência, produz discursos históricos.

**QUADRO 14 – A CONSTRUÇÃO DESDOBRADA DO GRUPO DE PESQUISA:
ACONTECIMENTO E FATO HISTÓRICO**

De cria a dona: trajetória de uma liberta no sertão baiano no século XIX

[...]

A referência mais antiga que encontrei sobre a região de Morro do Chapéu está em Memórias históricas da Província da Bahia, de Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. Em nota, ele se referiu à existência de correspondências encaminhadas ao rei, datadas de 23 de outubro de 1703 e 7 de maio de 1704, dando notícia da existência de minas e fabricas de salitre no local.

[...]

O objetivo deste texto é apresentar sua trajetória, e a partir dela tentar compreender alguns aspectos da escravidão, da liberdade e da produção de dependentes no sertão baiano no século XIX⁷

[...]

Foi nessa região que nasceu dona Laura da Rocha Cesar, personagem principal deste capítulo. Laura era filha de uma escrava com um homem livre e membro de uma das mais poderosas famílias morenses.

[...]

⁷ Para me aproximar do que teria sido a experiência dessa liberta, contei com os métodos da micro-história e da biografia histórica, sem me ater a um modelo.

**Acontecimento/
Fato histórico**

Fonte: Ferreira (2012)

A passagem expressa no Quadro 14 contextualiza o leitor sobre o espaço e a temporalidade em que a narrativa se desenvolverá (meados do século XIX, no sertão baiano). A breve ambientação situa o leitor, como também serve de caminho para acesso à historiografia que será invocada ao longo do trabalho. O trecho revela que, na construção da narrativa, existe um recorte temporal realizado pelo historiador, cuja decisão condicionará toda a organização discursiva. Nesse sentido, o momento histórico, apresentado por Ferreira (2012), anuncia a narração da vida da personagem Laura (a qual será apresentada em seguida) delimitando os aportes teóricos e a historiografia manuseados.

Esse suporte temporal e espacial decotado por Ferreira é o acontecimento, aqui entendido como chave interpretativa que permite o desenvolvimento da narração. No caso, a trajetória de Laura serve de canal condutor para as discussões instigadas por Ferreira (2012). Em outras palavras, o acontecimento é o “[...] meio pelo qual se passa da desordem à ordem. Ele não explica, permite uma integibilidade” (CERTEAU, 2015 [1975], p. 104)

De outro lado, o fato histórico, seguindo a construção desdobrada cerateauiana, seria o elemento atribuidor de sentidos, que na passagem acima pode ser entendida como as questões que permeiam a perfilhação de Laura.

Ainda seguindo as questões sobre a construção desdobrada certereutiana nos textos historiográficos do grupo, segue mais um quadro em que se analisa os deslizos metafóricos, elementos componentes do referido instituto.

**QUADRO 15 – A CONSTRUÇÃO DESDOBRADA DO GRUPO DE PESQUISA:
DISCURSO SINCRÉTICO E DESLIZE METAFÓRICO**

Meu primeiro contato com Laura ocorreu quando investigava os livros de notas que estão sob os cuidados do Fórum Clériston Andrade, na cidade do Morro do Chapéu. Na ocasião, pretendia analisar a escravidão por meio de aspectos relacionados à compra e venda de escravos. Foi quando me deparei com um registro de perfilhação feito por um cidadão de nome Joao da Rocha Cesar, assumindo a paternidade da menor Laura, de 4 anos, iberta, filha da escrava Ponciana, pertencente a seu tio, o coronel Quintino Soares da Rocha.

[...]

Como já afirmei, creio que Laura residiu boa parte de sua vida na Gurgalha, sede do poder do coronel Quintino. A escassez de fontes não me permite afirmar se habitou a casa do coronel, ou com sua mãe em outra residência.

[...]

A Gurgalha era a residência do coronel, das quais dividia a posse com diversos parentes por herança, inclusive com a própria Laura, como veremos¹⁸.

[...]

Entre a perfilhação, o casamento e a morte do genitor de Laura, passaram-se apenas três meses e seis dias. De posse dessa informação, volto a questionar, agora de forma mais direta: o que teria feito Joao assumir oficialmente a filha que teve com a escrava e seu tio? A resposta mais imediata que encontro é que ele poderia estar doente e quis garantir que Laura fosse legitimada, inclusive com direito de herdar bens seus. Neste caso, a perfilhação de Laura ganha um tom de arrependimento, comum a muitos que estavam à beira da morte.²⁶

¹⁸ Registro de Batismo de Laura, 24/06/1856, Arquivo da Igreja Matriz de N. S^a da Graça do Morro do Chapéu (doravante AINSGMC), *Livro de Batismo 1837-1860*, fl.131v.

²⁶ João Joé Reis. *A morte é uma festa: ritos, fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 1991.

**Discurso
sincrético**

**Deslize
metafórico**

Fonte: Ferreira (2012)

Nessa passagem, a narrativa é construída por meio da ordenação de situações cronologicamente atribuídas pelo historiador, em uma sucessividade não necessariamente lógica. A narração em torno da vida de Laura se dá, portanto, pela formação de um discurso sincrético ou *sistema heteróclito* (CERTEAU 2015 [1975], p. 100), englobando o discurso histórico permeado de silogismos (discurso lógico).

No plano textual, Ferreira descreve uma série de eventos (nascimento, vida adulta e morte) em torno da personagem Laura, tornando inteligível, além de cronologicamente viáveis entre si, o desenvolvimento de sua biografia. Nesse processo, a autora traz para o mesmo momento narrativo situações não uniformes. Há, aqui a ideia de um *tempo discursivo* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 99), que cria uma uniformidade temporal e espacial.

Na passagem da narração para o discurso histórico, há um movimento de adequação ou coesão textual, tornando plausível os enunciados, de modo a conferir clareza no silogismo sugerido em meio à sucessividade artificialmente estabelecida. Essa movimentação envolve mudança de discursividade, em um *deslize metafórico* (CERTEAU, 2015 [1975], p. 99). Sua eficácia dependeria, pois, de reforços de credibilidade, mediante invocação de citações das fontes primárias e de referenciais historiográficos.

O trecho em destaque revela as nuances do deslize metafórico ao transpor para o plano da narrativa uma correlação de eventos da vida de Laura com aspectos políticos e culturais da cidade de Morro do Chapéu. Essa ordenação, em linha não temporal (as passagens acima não estão dispostas em sequência cronológica como estratégia textual), é harmonicamente engendrada por uso da documentação notarial, envolvendo a vida de Laura em conjugação com entendimentos historiográficos sobre o assunto exposto, mobilizando debates anteriores como exercício de confirmação e de reforço.

No exemplo acima, Ferreira (2012) conclui sua linha de raciocínio sobre as razões pelas quais Laura foi reconhecida filha, em momento próximo do óbito de João da Rocha Cesar, através do reforço argumentativo dos entendimentos sobre o universo cultural partilhado pela sociedade novecentista baiana nos momentos pré-morte, discutidos por João Reis em *A morte é uma festa: ritos, fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (1991).

A seguir, exemplifico com mais um trecho a construção desdobrada, agora sob a perspectiva do discurso histórico produzido:

QUADRO 16 – A CONSTRUÇÃO DESDOBRADA: DISCURSO HISTÓRICO

Nossa personagem nasceu escrava, foi libertada aos dois meses e oticamente reconhecida filha quatro anos depois. Esse ato lhe inseriu em uma das mais importantes famílias da região, possibilitando o ingresso nas partilhas de bens e nas benesses do prestígio dos Soares da Rocha e Rocha Cesar. Casou-se em um claro arranjo familiar. Teve filhos e perdeu um deles ainda criança. Recebeu proteção de um dos líderes locais, o coronel Quintino Soares da Rocha. Alguns simplesmente dirão que ela teve muita sorte na vida. Acredito que sim. Mas reduzir tudo isso ao mero acaso não traduz o que a sua experiência naquela sociedade.

[...]

Temos apenas algumas peças do quebra-cabeças chamado Laura. Mesmo assim, acredito que a documentação permite não apenas visualizá-la, mas também a partir dela, outros homens e mulheres, enfim, um quadro da sociedade morrense. À parte de Laura Rocha Cesar, tentei mostrar as estratégias e artimanhas tanto dos poderosos locais para manter seu poder, quanto dos dependentes para obter certas “vantagens” em condições pouco favoráveis. Tudo isso em uma região pouco estudada pela historiografia (FERREIRA, 2012, p. 226).

Fonte: Ferreira (2012)

O discurso histórico, resultado de uma simbiose entre silogismo e narração em meio a um deslize metafórico, exige do(a) historiador(a) um exercício de persuasão junto ao leitor. O convencimento é processualmente construído pelo uso de todos os elementos que compõem a construção desdobrada, tornando viável um contrato enunciativo e, assim, produzir um conhecimento histórico. Nesse sentido, Certeau esclarece que o discurso espreado na narrativa histórica realiza um produto historiográfico:

Organizando o espaço textual, estabelece um contrato e organiza também o espaço social. Desse ponto de vista, o discurso faz o que diz. É performativo. Os artificios da historiografia consistem em criar um discurso performativo falsificado, no qual o constativo aparente não é senão o significante do ato da palavra como ato de autoridade. (CERTEAU, 2015 [1975], p. 103).

A propriedade performativa do discurso histórico se materializa pela reputação criada ao longo da narração. Para efetivação dessa ascendência, reputo como indispensável a conexão entre o manuseio de recursos estilísticos/estéticos e as propostas investigativas como mecanismos eficientes para aproximação, bem como para o diálogo entre o interlocutor e o leitor.

O artigo destacado no Quadro 14 exprime e simboliza algumas das diversas estratégias instrumentalizadas pelo grupo de pesquisa, visando a produção de um discurso que articule, em um mesmo contexto, o diálogo com a historiografia da escravidão e acessibilidade ao público leitor não especializado. O artigo apresenta um personagem histórico não conhecido e o fomenta para discussão historiográfica sobre os usos da alforria:

A carta de alforria de Laura possui duas informações relevantes para pensar aspectos da escravidão em Morro do Chapéu no século XIX. A primeira é no tocante ao preço da liberdade [...] os valores encontrados nos mesmos livros de notas confirmam os estudos sobre alforria vem mostrando: o preço dos escravos para segunda metade do século XIX subiu a partir do fim do tráfico atlântico. [...] O segundo ponto importante foi o fato de o coronel Quintino afirmar que concedia a liberdade de sua 'livre vontade'. Mais do que uma simples fórmula, esta expressão é bastante reveladora em alguns aspectos e já foi interpretada pela historiografia [...] o paternalismo era uma via de mão dupla, como estratégias elaboradas e postas em execução pelos senhores, escravos e demais agentes sociais envolvidos com a escravidão (FERREIRA, 2012, p. 197).

Essas habilidades se traduzem como formas de abordagem dos sujeitos históricos que, apesar de sinalizarem uma relação de verossimilhança com o passado, não deixam escapar as incongruências, o caráter indeterminado dos acontecimentos, tampouco escamoteia o sujeito-pesquisador da narrativa. Essa relação próxima ao público-alvo é estrategicamente utilizada pela configuração romanesca da narrativa, servindo de convite para ingresso nos meandros historiográficos sem perder de vista a tonalidade acadêmica, um dos objetivos da tipologia textual (escrita da história).

A trama (VEYNE, 1998 [1971]) costurada pelos(as) historiadores(as) possui uma dinamicidade própria, isto é, o curso dos acontecimentos é ritmado pelo manuseio constante de intervalos da narrativa principal como expediente voltado a introduzir novos personagens ou mesmo contextualizar historicamente a história contada.

Os elementos estéticos/estilísticos que atravessam a narrativa do grupo de pesquisa dizem respeito ao posicionamento onipresente do(a) narrador(a) pesquisador(a). Ao longo da narração, o sujeito pesquisador aparece, declinando as razões pelas quais foram feitas escolhas documentais, desenvolvendo linhas de raciocínio sem ocultar-se do texto. O uso da imaginação histórica, conforme já mencionado na segunda seção, também concretiza o desiderato discursivo por apresentar de forma transparente e ética as lacunas documentais, como também os momentos de elocubração, lastreada em referenciais historiográficos prévios que sustentam a hipótese investigativa.

Seguindo a linha de raciocínio certeutiana, o discurso histórico, construído por várias peças componentes da narrativa histórica, é sustentado pelas diversas pesquisas na área da historiografia da escravidão e do pós-abolição. Nesse ambiente, novas tipologias de fontes são utilizadas como instrumento para escuta dar voz àqueles sujeitos que somente eram apresentados na historiografia como coadjuvantes do processo histórico.

Nesse discurso histórico, o grupo de pesquisa configura um modo próprio de narrar os eventos históricos utilizando a ótica de sujeitos (ex)escravizados, demonstrando

a conjugação de experiências da vida, seja do ponto de vista cultural, seja sob a perspectiva étnico-religiosa ao âmbito do cativo, resignificando identidades culturais como mote para restabelecimento de formas de resistência cotidiana. Nesse sentido, o discurso histórico, fruto da construção desdobrada, pode ser visualizado como mais uma ferramenta voltada à ampliação do debate sobre o racismo estrutural de nossa sociedade.

Do ponto de vista coletivo, os diversos livros e artigos comparados nesse trabalho revelam uma comunhão narrativa, sendo a produção historiográfica de João Reis um referencial divulgado, ampliado e resignificado pelos demais membros. Nesse viés, embora as discussões promovidas pelo grupo em reuniões quinzenais revelem um tom colaborativo na construção da historiografia do grupo, cabe ressaltar o próprio caráter heterogêneo do grupo de pesquisa, com professores em diversos estágios de suas carreiras acadêmicas, pesquisadores autônomos e estudantes (em nível de graduação e Pós-Graduação). A pluralidade, embora ajude no processo de coesão textual da historiografia do grupo de pesquisa, também ajuda a entender que as redes de relações, de caráter subjetivo e institucional, também movimentam a dinâmica do próprio grupo e, por via de consequência, do texto historiográfico produzido.

Assim, a escrita da história, mesmo em um ambiente coletivo como o presente objeto de investigação, também é marcada pelos níveis de relacionamentos entre os pesquisadores. Conforme demonstrado ao longo da segunda seção, a centralidade e autoridade da historiografia de João Reis é evidenciada pela constante retroalimentação promovida pelos demais membros do grupo.

Espero ter demonstrado satisfatoriamente a existência de uma íntima relação entre os textos historiográficos produzidos pelo grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade* do Programa de Pós-Graduação da UFBA. A condução da leitura em cotejo permitiu a visualização de uma interessante dinâmica entre os textos estudados. Não se trata de simples replicação de esquemas estratégicos para composição de narrativas; a metáfora da teia bem ilustra a mutualidade entre os textos estudados, vez que não perde de vista as relações e os vínculos institucionais entre os membros, que, como visto, não se traduz exatamente nos mesmos níveis de horizontalidade. A teia também anuncia um lugar em que redes de conexões se (re)estabelecem constantemente. No todo, embora transpareça uma unidade harmônica, existe aspectos internos com dinâmicas próprias.

As abordagens temáticas – tráfico de escravos, alforrias, rebeliões e populares, religiosidade, família escravizada, escravagismo urbano e rural, resistências cotidianas e judicializadas à (re)escravização, movimentos abolicionistas – se articulam com as

múltiplas fontes, a exemplo de passaportes, inventários, testamentos, processos criminais, lista de batismos, alforrias, cartas e diários de viajantes. Embora esse perfil heterogêneo da tipologia documental não seja uma exclusividade do grupo de pesquisa, o manuseio desta composição como mola propulsora para construção de trajetórias até então silenciadas pela historiografia tradicional merece destaque: são mulheres alforriadas que resistem às práticas de reescravizações, escravizados(as) de ganho que promovem movimentos políticos em contraposição aos poderes imperiais na Bahia oitocentista, trabalhadores(as) e indivíduos marginalizados sob vigilância policial pelas práticas religiosas não oficiais, como candomblé, além de traficantes de escravizados.

Se a pesquisa é desenvolvida com ampla variedade documental, seu manuseio também é diversificado: tanto em nível quantitativa (seriado), quanto em nível qualitativa (rastreamento documental em torno de um personagem histórico), orientado pela análise histórica, enfatizando sujeitos escravizados e/ou libertos em um ambiente escravagista e nos períodos pós-abolição.

O suporte teórico também se destaca: o confronto entre excertos evidencia a escolha do itinerário de personagens em uma escala diminuta como trampolim investigativo, dando azo à discussão do contexto histórico em que esses sujeitos viveram. O caráter fragmentário, decorrente da esparsa documentação, é estrategicamente alinhavado de modo a permitir um apanhado geral do período pesquisado. Há, nesse sentido, uso diversificado de aportes teóricos-metodológicos, embora possa traçar como ênfase o uso da micro-história aos moldes apresentados por Ginzburg (1989) e da história vista de baixo, utilizando o termo de E. Thompson (2012), para circunscrever a escola marxista-britânica.

Em comum, o estilo narrativo sem apego aos formalismos academicistas traz dinamismo ao ato de contar eventos do passado. A postura dos(as) historiadores(as) no estabelecimento de um diálogo com o leitor é um convite à construção de experiências vividas pelos sujeitos históricos. O tom menos hermético da escrita, todavia, não afasta o apelo ao lado empírico das pesquisas realizadas. Aliás, as fontes primárias são constantemente manuseadas no próprio corpo do texto, por meio de citações diretas que ajudam a compor a narrativa, aproximando o leitor do universo documental previamente levantado pelo(a) pesquisador(a).

Ainda sobre o plano narrativo, a presença do(a) historiador(a), no processo de construção das histórias, é uma marca evidenciada ao longo dos cotejos, o que reflete no uso da imaginação histórica como um elemento de coesão, respeito e transparência ao

leitor, nos momentos em que a documentação sobre determinado tema pesquisado foge do curso investigativo.

No plano das ações e do encadeamento dos eventos, há invariavelmente introdução da ambientação do episódio a ser contado como estratégia de contextualização e desenvolvimento do tema e/ou personagem escolhido. O ritmo da narrativa ora é intensificado, ora é pausado para ingresso de interpretações e arremate de referenciais historiográficos sobre o tema, incluindo o exercício da imaginação histórica, acima referido. Essa mescla de elementos revela a ênfase de aspectos romanescos¹²¹ na narrativa proposta pelos integrantes do grupo.

Os três eixos evidenciados acima, juntos, projetam o que denomino de *padrão narrativo*, ou seja, o modo peculiar de mobilização de variada tipologia documental, amparada em vertentes teóricas marxistas e, por fim, na adoção, do ponto de vista estético e discursivo, de um olhar que privilegia os sujeitos históricos e suas ações no plano da narrativa. A ideia da padronização não se encontra atrelada a uma concepção massificada, mas, sim, pelo viés do parâmetro ou do modelo.

O padrão narrativo enfatiza, portanto, o reconhecimento do grupo de pesquisa, enquanto organização coletiva, que reforça os usos colaborativos dos elementos da escrita da história, a partir de um lugar teórico-metodológico comum. O entrelaçamento dessas questões se projeta harmonicamente no texto historiográfico.

A definição do conceito de parâmetro narrativo aqui proposta se fundamenta nas redes de relações estabelecidas e fomentadas pelos membros do grupo de pesquisa. São tais aspectos que, em conjunto, ajudam a circunscrever uma constância em processos de escolha de tipologia documental, conformação do texto historiográfico e manuseio e aportes teóricos.

Nesse sentido, a frequência demonstrada nos quadros dispersos ao longo deste trabalho, em especial, na segunda seção, serve como elemento sintomático de uma historicidade própria que confere condições de apresentação de uma sintonia discursiva, expressa nas narrativas produzidas pelo referido grupo.

¹²¹ O tom romanesco mencionado remete à discussão sobre a natureza do ato de narrar, já abordado na primeira seção. Em acréscimo ao debate, Jablonka (2017) desconstrói a narrativa histórica sob uma perspectiva literária, mediante análise, extensão e limites do raciocínio histórico. Sua proposta central é conciliar a literatura das demais ciências sociais, incluindo a história, pelo denominador comum da ficção: [...] podemos dizer que o romancista escreve sobre o que não é real, ao passo que o pesquisador é o não-escritor do real. Eu proponho, por outro lado, escrever o real (JABLONKA, 2017, p. 17).

A ideia de uma continuidade nos processos de conformação narrativa, bem como do cenário que confere possibilidades desses arranjos sistematizados se aproxima da concepção foucaultiana de regularidade discursiva (FOUCAULT, 2008 [1969]), cujo conteúdo remete às questões sociais, históricas e culturais que permitem ou criam condições de emergência do plano discursivo, em caráter regular. Sobre o assunto, segue linha de raciocínio foucaultiana:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". Chamaremos de *regras de deformação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008 [1969], p.48).

O excerto acima anuncia que a regularidade discursiva não advém do objeto de investigação em si mesmo, sendo resultado do processo de construção dos enunciados que permitem a emergência do plano discursivo. Assim, para além dos desdobramentos que as propostas de Foucault fomentaram no âmbito discursivo, o que interessa ao presente trabalho são as suas contribuições para concentração do estudo nas regras que dão sustentabilidade e condições de processabilidade dos objetos que transparecerem a regularidade discursiva. No caso presente, a operação historiográfica ceautiana expõe de forma sistemáticas esses sustentáculos à conformação do parâmetro narrativo proposto.

Em outras palavras, são as relações intertextuais, associada a uma geopolítica do conhecimento, em especial, o tripé da operação historiográfica, os elementos balizadores da referida coesão textual. A composição do padrão narrativo reforça e fortalece o pertencimento do grupo de pesquisa, dialogando diretamente com a historiografia da escravidão pós-1980.

Qualificar como padrão o produto histórico de pesquisadores não implica unificar as narrativas; ao revés, demonstra a existência de um processo coletivo e ativo que

favorece a coesão entre pesquisas, formatando um ideário acerca da história social da escravidão e do pós-abolição, o qual se torna possível mediante compartilhamento de concepções teóricas, instrumentos metodológicos e, por que não, de discursos históricos e políticos.

O mapeamento dos movimentos intertextuais demonstra que o padrão narrativo é substrato do modo com o qual o grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade* interage em redes de sociabilidade (produção, circulação e recepção de obras historiográficas) na (re)elaboração de uma história social da Escravidão. Esse processo é visualizado pelos gestos de leitura (TADASHI, 2015; CHARTIER, 1988) empreendidos pelos(as) historiadores(as) mediante manuseio ampliado de um determinado tipo de fonte documental, algumas delas de mesma categoria e conteúdo; pela interação em redes de sociabilidades que se projetam na resignificação e difusão da narrativa que vem sendo construída por João Reis.

Avançando sobre os bastidores de criação das narrativas analisadas, todas foram objeto de prévia discussão nas reuniões quinzenais realizadas pelo grupo. Como dito anteriormente, os textos são submetidos a discussões coletivas entre seus membros, reforçando a ideia de sintonia e de circularidade na elaboração das narrativas e na atualização da vida de diversos sujeitos históricos. O percurso coletivo de elaboração textual, portanto, é transposto para o plano da narrativa, ajudando a consolidar e a ampliar a historiografia da escravidão e do pós-abolição.

Os desafios e os dilemas postos à história estão diretamente relacionados com o formato da escrita produzida pelo grupo. O discurso histórico, em conjunto, reforma, revisita o passado, visando o resgate de narrativas, pluralizando o debate historiográfico e, em especial, conferindo protagonismo de sujeitos. A mensagem política constitui, pois, uma das marcas discursivas do grupo de pesquisa: a ênfase na narrativa pela perspectiva de homens negros e de mulheres negras que foram forjados em um sistema escravagista, que construíram modos e estratégias de sobrevivência e de exercício da liberdade, além do modo como tais movimentos ajudam a fomentar novas conquistas em busca de uma sociedade mais igualitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da escravidão, muito além de um conjunto arbitrário de eventos e de situações ocorridas no passado, é um construto socialmente determinado no espaço e no tempo, cujo sentido é ofertado pelo exercício da narrativa. Tal processo, calcado em prévia e constante pesquisa, se predispõe a uma equalização entre o que se passou e a atualidade. Entretanto, justamente pela história não ser um dado, muito menos ser desprovida de disputa subjacente, é que o exercício de narrar sempre se apresenta em aberta a novas conclusões.

No ambiente histórico, o texto, em que repousa a narrativa, possui relevância e proeminência, considerando sua representatividade no contexto histórico em que se encontra imerso. Ademais, a dimensão textual é resultado de um feixe de relações socioculturais que lhe confere sentidos. Por tais razões, seu estudo se projeta não só como espaço de reflexão sobre questões do passado, como também permite retratar sua historicidade intrínseca.

Assim, o estudo do texto, incluindo o historiográfico, reclama um olhar crítico, que leve em consideração a dinamicidade que lhe é própria. Para essa empreitada, o enlace histórico-filológico se apresenta como esquadrinho teórico propício para promoção de novos entendimentos acerca dos movimentos textuais.

Levando em consideração as premissas acima, utilizei o objeto de investigação do presente trabalho, a historiografia coletivamente construída pelo grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, como laboratório para ensaios e para proposições acerca do processo de mobilidade textual desenvolvido pelos seus membros.

Durante as três seções do presente trabalho busquei responder de que forma se constrói a historiografia da escravidão pelos integrantes do grupo, tendo como ponto de partida as pesquisas históricas produzidas especialmente em coletâneas. Nesse itinerário, apontei como caminho interpretativo o processo de (re)laboração de uma estrutura narrativa, tendo como mote a produção historiográfica de João Reis, incluindo estratégias de abordagem, manuseio de uma tipologia documental e mobilização de acervo teórico-metodológico.

Considerando o escopo para estabelecer um diálogo disciplinar entre filologia e história, o acervo teórico das instâncias foi utilizado visando caminhos de convergência. O texto, em que a narrativa se realiza, se apresentou como terreno fértil para o enlace entre os referidos saberes.

Para atingir esse objetivo de conagração, situei primeiramente o debate historiográfico sobre a escravidão mediante à apresentação de alguns dos pesquisadores integrantes do grupo, de modo a contextualizá-lo historicamente. A perspectiva adotada teve o propósito de esboçar a rede de relações as redes de relações institucionais, teórico-metodológicas e epistêmicas que os constitui, sendo costurado pelas reflexões em torno da natureza da narrativa, como também pela crítica filológica que desestabiliza a centralidade do texto.

Desde logo, para explorar o itinerário de conformação do grupo, lancei mão de um modo de análise comparativa, aos moldes da crítica textual moderna, mediante arrecadação e cotejo de excertos de estudos produzidos pelos(as) historiadores(as) componentes do grupo. Como alinhavo inicial, trouxe em paralelo o debate teórico histórico-filológico, a fim de contribuir para novos entendimentos sobre a mobilidade textual apresentada nos diversos quadros que integram o trabalho.

Nesse sentido, a narrativa histórica, expressa no texto historiográfico, serviu de palco para deflagração do debate entre as disciplinas. Assim, o conceito de apropriação aos moldes da nova história cultural foi decisivo para entendimentos em torno da ampliação da historiografia da escravidão. Em paralelo, as reformulações desconstrutivistas que pautam a relação entre o intérprete-filólogo e o texto também nortearam as discussões sobre o modo, a transparência e o caráter inclusivo nos processos investigativos sobre o passado.

Em um segundo momento, circunscrevi a historiografia produzida por João Reis por meio da apresentação de suas contribuições teóricas, metodológicas e de estrutura narrativa. O desenho delineado tinha como a finalidade congregar as convergências e a retroalimentação dos referidos aspectos promovidos pelos membros do grupo, mediante destacamento de novos quadros comparativos entre trechos de artigos que integram as duas coletâneas publicadas. No curso da investigação, trouxe à discussão três frentes: abordagens temáticas, estratégias narrativas e mobilização teórico-metodológica. Em conjunto, busquei demonstrar que havia gestos de leitura expressos ao longo das publicações, cuja apropriação era atualizada a cada nova pesquisa na área especializada.

O último momento foi utilizado como um balanço das questões até então levantadas, mediante manuseio do tripé constitutivo da operação historiográfica certeautiana. A proposta se operou em termos amplificados, a fim de amalgamar a historiografia construída coletivamente pelo grupo de pesquisa. O panorama serviu para engendrar o que denominei de padrão narrativo, cujo conteúdo reflete a dinâmica de

ressignificação da historiografia da escravidão por meio da atualização dos três aspectos acima referidos.

Importante pontuar que de modo geral, ao longo do trabalho, algumas frestas investigativas se abriram, embora não tenha sido possível aprofundá-las, devido à extensão do labor, somada à natureza dessa pesquisa, cujo tempo era exímio.

Por fim, reforço que os estudos acerca da escravidão, do qual o grupo de pesquisa integra, merecem ser visualizados como uma encruzilhada historiográfica, considerando que a revisitação do passado demanda do(a) pesquisador(a) a pluralização do debate historiográfico, contribuindo para novos entendimentos de quem somos e o que podemos realizar diante dessa renovada versão da história do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. As Articulações Discursivas no Processo de Ressignificação do Escravo na Historiografia Brasileira a partir dos Anos 1980. **Revista Expedições- Teoria e História da historiografia**, Morrinhos/GO, v. 8, n. 3, set./dez., p. 1-28, 2017.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. O ensaio como forma. In: **Notas de Literatura**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p. 15-46.
- AGUIAR MEDEIROS, Maria Alice. **O elogio da dominação**: relendo Casa Grande e Senzala. Editora Achiamé. Rio de Janeiro: 1984.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. O civismo festivo dos baianos: comemorações da independência na Bahia (1889-1923). 1997. **Dissertação** (Mestrado em História Social) 137 f. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da Dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Depoimento**. Entrevista concedida a Rômulo Gonçalves Bittencourt em Salvador, 7 de out. 2016.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Entrevista**. Bahia com História. Revista Eletrônica da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, nº 3, 2016.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Histórias do Pós-Abolição** - Wlamyra Ribeiro de Albuquerque – UFBA. 11 de jun. de 2018. Disponível em :< https://www.youtube.com/watch?v=x7AkfXi6dp4&list=PL0VHJF9eK9zTiyi40hQbghcD_i2YdepSf&index=16>. Acesso em: 20 fev.2022.
- ALBUQUERQUE JUNIOR., Durval Muniz. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX, de João José Reis. **Revista Brasileira de História**, v. 29, n. 57, 2009, p. 211-217.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da história. São Paulo, Intermeios, 2019.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador, Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALBUQUERQUE; Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história da cultura afro-brasileira**. São Paulo: Moderna, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Wlateral. Os dilemas de dois autores frente a uma história do negro no Brasil. **Revista História**. Hoje, v. 1, nº 1, 2012, p. 45-60.

ALMEIDA, Isabela Santos de. **A crítica filológica nas tessituras digitais**: arquivo hipertextual e edição de textos teatrais de Jurema Penna. 2014. 321 f. 2 v. (um volume em site). **Tese** (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Os múltiplos significados da alforria em uma área mineradora periférica da América portuguesa: Rio de Contas, Bahia - século XVIII. **Revista de História**, [S. l.], n. 171, 2014, p. 111-140.

AMED, Fernando. Das possibilidades do conhecimento histórico quando aproximado do ceticismo radical. **história da historiografia**, Ouro Preto, número 04, março/2010, p. 163-177.

AMIM, Valéria; REIS, Lismar Lucas dos Santos. Resistência, conflitos e costumes na Bahia escravista sob olhar da história social. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano XIII, nº XXIII, abril, 2020, p. 104-120.

ARAUJO, Nilton de Almeida. Questões de teoria e metodologia num itinerário entre duas historiadoras: Kátia Mattoso e Adeline Daumard. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**. vol. 3, 2009, p. 90-101.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**. n. 12, ago. 2013, p. 34-44.

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0**: Como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana, MG: Editora SBTHH, 2018.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Imaginação histórica e pensamento mediado na obra de R. G. Collingwood. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.

ARRUTI, José Maurício. John Monteiro e o projeto ampliado de história indígena: Apresentação do Dossiê História e Índios. *Revista História Social*, n. 25, 2013, p. 7-17.

BARCELOS, Luís Cláudio. Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica, **Afro-Ásia**, n. 17, Salvador, 1996, p. 187-210.

BARREIROS, Patrício Nunes. Por uma abordagem da História Cultural das práticas de escrita na edição de textos. **ALEA**, Rio de Janeiro, vol. 19/2, maio-ago. 2017, p. 389-414.

BARROS, José D'Assunção. História e Literatura- novas relações para novos tempos. **Revista Contemporâneos**, n.6, maio/out., 2010.

BARROS, José D'Assunção. A história Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005, p. 125-141.

BERMAN, Diana. Da sociedade escravista ao ser escravo. **Trabajos y Comunicaciones**, n. 28-29, 2002, p. 2-29.

BITTENCOURT, Rômulo. As regras por detrás do jogo: a operação historiográfica de Michel de Certeau na obra de Wlamyra R. Albuquerque. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 10, n. 23, 2017, p.78-96.

BOURDÉ, Guy. As filosofias da História. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas Históricas**. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 91-114.

BORGES, Rosa. Texto e Memória. Edição e Estudo de Textos Teatrais. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, vol. XI, n° 06, 2008, p. 88-102.

BORGES, Rosa. Edição e estudo do texto teatral censurado: uma visão panorâmica da crítica filológica. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, vol. XIX, n° 05, 2015, p. 107-124.

BORGES, Rosa. Experiências e descentramentos epistemológicos na prática filológica. In: SOUZA, Risonete Batista de. [et al.]. **Filologia em diálogo: descentramentos culturais e epistemológicos**. Salvador: Memória & arte, 2020, p. 15-47.

BORGES, Rosa; ALMEIDA, Isabela Santos de. Edição e crítica filológica do texto teatral censurado. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.3, jan./fev./mar./abr. 2017, p. 19-49.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de; MATOS, Eduardo Silva Dantas de; ALMEIDA, Isabela Santos de. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012.

BRASIL. Portaria nº 132/2016, de 27 de setembro de 2016. **Elaboração de proposta de política de Ações Afirmativas para a Pós-Graduação da UFBA**. Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Bahia. Palácio da Reitoria, Salvador, 27 de setembro de 2016.

BRITO, Luciana da Cruz. Sob o Rigor da Lei: africanos e africanas nas leis baianas (1830-1841). Campinas, 2009. Dissertação - 144 f. **Dissertação** (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

BRITO, Luciana da Cruz. Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista. São Paulo, 2014. **Tese** (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

BURKE, Peter. **O Renascimento**. Texto e Grafia, Lisboa, 2008 [1987].

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMPOS, C. E. da C. Michel de Certeau. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 3, n. 6, 2010, p. 1-4.

CANDIDO, Antônio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed., São Paulo. Companhia das letras, 2000, p. 09 - 23.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Escravidão e abolição no Brasil**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Introdução: história e paradigmas rivais”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-23

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1963].

CASTILLO, Lisa Earl. ENTRE MEMÓRIA, MITO E HISTÓRIA: viajantes, transatlânticos da Casa Branca. In: REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Orgs.) **Escravidão e suas sombras**. Salvador: Ed. UFBA, 2012, p. 65-110.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015 [1975].

CHALOUB, Sidney. Gorender põe etiquetas nos historiadores. **Folha de São Paulo**, 24/11/1990, Caderno Letras, p. H-7

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. 5ª reimpressão. São Paulo, Companhia das letras, 2003 [1990].

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, F.T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80. **Cadernos AEL**, 14 (26), 2009, p. 13-47.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. (Org.) **Práticas de leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Ed. Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [2007].

CHARTIER, Roger. Verdade e prova: história, retórica, literatura e memória. **Revista história**. São Paulo, n. 181, 2022, p. 1-22.

COLLINGWOOD, Robin George. **A Ideia de História**. 5 ed., Lisboa: Editorial Presença, 1981 [1946].

CONNEL, Raewn. A iminente Revolução na Teoria Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, 2012, p. 9-20

CORREIA, Fabiana Prudente. **Filologia e Humanidades digitais no estudo da dramaturgia censurada de Roberto Athayde**: Acervo e edição de *os desinibidos*. 2018. Tese 362 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação Programa de Pós- Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo, Fundação Editora da Unesp: Editora Difel, 1998 [1966].

COSTA, Lidiana Emídio Justo da. Reflexões sobre a gente negra daqui e d' além mar: trajetórias, conexões e possibilidade nos estudos africanos e afro-brasileiros. **Revista Diálogos**, v. 12, n. 1, p. 91-107, jan.-jun. 2018, p. 91-107.

CROCE, Benedetto. **História, pensamento e ação**. Tradução de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

DERRIDA, Jaques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. In: DERRIDA, Jaques. **A escritura e a diferença**. São Paulo, Perspectiva, 2009 [1971].

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, v. 12, n. 23, Niterói, 2007, p. 100-122.

DOMINGUES, Cândido. TRÁFICO, TEMPO E LUCRO: capitães negreiros e redes comerciais da Bahia setecentista. In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; CASTILLO, Lisa. Earl.; ALBUQUERQUE, Wlamyra. (Orgs.). **Barganhas e Querelas da Escravidão**: tráfico, alforria e liberdade, séculos XVIII e XIX. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 21-59.

DUARTE, Fagundes. **Os Palácios da Memória**: Ensaios de Crítica Textual. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

DWORKIN, Dennis. E. P. Thompson: historiador militante e militante historiador. **História e Perspectivas**, Uberlândia, jan./jun., 2014, p. 91-113.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1996].

SAMPAIO, Gabriela dos Reis; CASTILLO, Lisa. Earl.; ALBUQUERQUE, Wlamyra. (Org.). **Barganhas e Querelas da Escravidão**: tráfico, alforria e liberdade, séculos XVIII e XIX. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, v. 1. São Paulo: Globo, 2008 [1 ed., Dominus Editora, São Paulo 1965].

FERREIRA, Jackson. De cria a dona: trajetória de uma liberta no sertão baiano no século XIX. In: REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Orgs.). **Escravidão e suas sombras**. Salvador: Ed. UFBA, 2012, p. 187-232.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil** (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1992.

FRENCH, Jonh D. A abolição da miséria: desafios do século XIX no século XXI. **E-legis**, Brasília, n. 24, p. 88-100, set/dez 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006 [1933].

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

GALLIE, Walter B. Narrativa e Compreensão histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). **História e narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 137 -152.

GENETTE, Gérard. Palimpsestos. **A literatura de segunda mão**. Trad. Cibele Braga et al. Belo horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1987].

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 34, julho-dezembro 2004, p. 157-186.

GOMES, Flávio. **Negros e política** (1888-1937). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, Flávio. História e Historiadores: ensino e pesquisa em História da escravidão e pós-emancipação. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, nov. 2015 – fev. 2016, p. 296-315.

GORENDER, Jacob. Como era bom ser escravo no Brasil. **Folha de São Paulo**, 15/12/1990, Caderno Letras.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo, Editora Ática, 1998 [1978].

GRADEN, Dale T.; JESUS, Paulo Cesar Oliveira; BELLA MIQUELLINA: Tráfico de africanos, tensões, medos e lutas por liberdade nas águas da Bahia de Todos os Santos em 1848. In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; CASTILLO, Lisa. Earl.; ALBUQUERQUE, Wlamyra. (Orgs.). **Barganhas e Querelas da Escravidão: tráfico, alforria e liberdade, séculos XVIII e XIX**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 31, Número 1, janeiro/abril 2016, p. 25-69.

GRINBERG, Keila, **O fiador dos brasileiros- cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila. (Org.). **As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **A Filologia e o presente**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Os Poderes da Filologia**. Dinâmica de conhecimento textual. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2021.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. LIV, Sovik (Org). Belo Horizonte, ed. UFMG, 2003.

HASEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. **Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII**, v. 5. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luis Camargo. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JENKINS, Keith. **A História Refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014 [2003].

JABLONKA, Ivan. O terceiro continente. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 19, n. 35, jul-dez, 2017, p. 9-17.

KANTOR, Iris. A morte é uma festa, de João José Reis. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 2, 1992, p.173-176.

KLEIN, Daniel da Silva. João José Reis e seus métodos: leituras possíveis de algumas explicações sobre populações negras da Salvador do século XIX. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, 13(25), 2021, p. 395–419.

KLEIN, Daniel da Silva. João José Reis e seus métodos: leituras possíveis de algumas explicações sobre populações negras da Salvador do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 25, 2021, p. 1-25.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1962].

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988

LARA, Silvia Hunold. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. **Revista de História**. Mariana, 1992, p. 215-244.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história social do trabalho no Brasil. **Revista Projeto História**, São Paulo, nº16, 1998, p. 25-38.

LARA, Silvia Hunold. Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.). **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005, p. 12-50.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). **Direitos e justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

LARA, Silvia Hunold. Fragmentos setecentistas. **Escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARA, Silva Hunold; FACHIN, Pablo Roberto Martins. **Guerra contra Palmares**: o manuscrito de 1678. São Paulo, Chão Editora, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.], Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 2005, p.289-32.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson Cesar de. Tempo presente: entre operações e tramas. **História da Historiografia**. v. 10, n. 24, 31 out. 2017, p. 97-113.

MACEDO, Francisco Barbosa. O (re)fazer-se da historiografia: E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação de História da UNICAMP (1982-2002). 527 f. **Tese** (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

MADRAGÓN, Rafael. Nuestra Filología, entre silencios (notas sobre la historia del saber filológico latinomaricano y la responsabilidad ciudadana). In: ETTE, Ottmar;

QUINTANA, Sérgio Ugalde. **La filología como ciencia de la vida**. México: Universidad Iberoamericana, 2015.

MALERBA, Jurandir. Teoria e historia da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.) **A história escrita** -Teoria e história da historiografia, 2 ed. Curitiba, Prismas, 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**. São Paulo, n. 169, julho/dezembro, 2013, p. 223-253.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: ALVES, Fernanda Mota et al. (Org.). **Filologia, memória e esquecimento**. Lisboa, Húmus, 2010, p. 355-367.

MATA, Iacy Maria. Escravidão, liberdade e tensões raciais: a insurreição de 1867 em Santiago de Cuba. In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; CASTILLO, Lisa. Earl.; ALBUQUERQUE, Wlamyra. (Orgs.). **Barganhas e Querelas da Escravidão: tráfico, alforria e liberdade, séculos XVIII e XIX**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 315-356.

MATA, Iacy Maia. Os “treze de maio”: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889). 129f. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo, Corrupio, 1988.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX. Petrópolis, RJ, Vozes, 2016 [1978]).

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografia e a Sociologia dos textos**. Tradução: Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2018 [1986].

MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. **O elogio da dominação: relendo Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: 1984.

MEGILL, Allan. Historiologia/filosofia da escrita da histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MELO, Sabrina Fernandes. Um Alufá, o tráfico, a escravidão e a liberdade no Atlântico Negro. **Sankofa**, São Paulo, nº 6, 2013, p.160-165.

MIYASHIRO, Rafael Tadashi. Gestos da Escrita. 2015. 206 f. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Histórias cruzadas: uma prosopografia dos fundadores da Revista Brasiliense (São Paulo, 1955). **Revista História** (São Paulo), n. 36, 2017, p.1-28.

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. 233f. **Tese** (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas,

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000343676>>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversa com historiadores brasileiros**, São Paulo: Ed. 34, 2002.

MOREIRA, Marcello. **Critica textualis in caelum revocata?** Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a história**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009 [1997].

NASCIMENTO, Flaviane. Viver por si: Histórias de Liberdade no Agreste Baiano Oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888). 2012. 201 f. **Dissertação** (Mestrado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

NASCIMENTO, Flaviane R. O horizonte da liberdade ea força da escravidão: últimas décadas do século XIX. In: SAMPAIO, G. R.; CASTILLO, L. E. (Org.); ALBUQUERQUE, W. (Org.). **Barganhas e Querelas da Escravidão**: tráfico, alforria e liberdade, séculos XVIII e XIX. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Historiografia sobre o Negro, a Escravidão e a Herança Cultural Africana na Bahia. **POLITEIA: História e Sociedade**. Vitória da Conquista, 2010, p. 151-171.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura**: Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro, FGV, 2018.

RODRIGUES, Nina R. **Os africanos no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2004 [1904].

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, São Paulo, Editora Hucitec, 2010 [1979].

OLIVEIRA, Sheila Elias de; JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. **Línguas e instrumentos linguísticos** n° 23/24, Campinas, 2008, p.123-129. Resenha da obra: ZANCARINI, Jean-Claude; FOURNEL, Jean-Louis; DESCENDRE, Romain. Estudos sobre a língua Política na Florença do Século XVI. Campinas: RG Editora/Cáceres: Editora da UNEMAT, 2008.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **A história como heterologia**: do conceito de História em Michel de Certeau. 81f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina, 2013.

ORELLANA, Rodrigo Castro. Michel De Certeau: História e ficção. **Princípios**. Revista de Filosofia. v. 19, n. 31, 2012, p. 5-27.

PALERMO, Luís Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. **Dimensões**, v. 39, jul-dez. 2017, p. 324-347.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre**: um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

PAZ, Octavio. Revolução. Eros. Metaironis. In: PAZ, Octavio. **Os filhos do Barro**. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosacnaify. Fondo de Cultura Económica, 2013.
p. 107-166.

PEREIRA, Almicar Araujo. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, julho 2011, p.1-15.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, 2018, p. 88 – 114.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Sertões da Bahia nos tempos da escravidão. Salvador, **Afro-Ásia**, nº49, 2014, p. 331-337.

PRADO JUNIOR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000 [1ed., São Paulo: Martins, 1942].

QUADROS, Carlos Fernando de. XXVI Simpósio Nacional de História. **ANPUH: 50 anos**, São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), 2011, p. 1129-1141.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Rebeldia Escrava e Historiografia. **Estudo Econômicos**. São Paulo, v.17, número especial, 1987, p. 7-35.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

RABELO, Danilo. **História Revista**, jan/jul, p. 167-170, 1997. Resenha da obra: FRAGA FILHO, Walter. Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX. Salvador, EDFUBA, 1996.

RAGO, Margareth. A “nova historiografia” brasileira. **Anos 90**. Porto Alegre, nº 11, jul.1999, p.73-96.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 0 [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888. 2007. 305p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2007.

REIS, Joao José Rebelião Escrava no Brasil. **A História do Levante dos Malês - 1835**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

REIS, João Jose. (Org). **Escravidão e Invenção da Liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. Editora Brasiliense, 1988

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

REIS, João José. Quilombos e Revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, nº 28, 1995/1996, p. 14-39.

REIS, João José. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e outras frestas**: ensaios de história social da cultura. Campinas, Ed. Unicamp; Cecult, 2002.

REIS, João José. **Domingos Pereira Sodré**: um sacerdote africano na Bahia oitocentista. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, 2006, p. 237-313.

REIS, João José. **Domingos Sodré**. Um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Org.). **Escravidão e suas sombras**. Salvador: Ed. UFBA, 2012.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. **O Alufá Rufino**: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. Tambores e temores: a gente negra na Bahia do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (Org.). **Carnavais e outras festas**: ensaios de história social da cultura. Campinas, Ed. Campinas, 2002, p. 101-155.

REIS, João José; SOUZA. Evergton Sales; MATTOSO, Katia Mytilineou Q. (Volos, 1931- Paris, 2011). **Revista Afro-Ásia**, 48, 2013, p. 363-381.

RIBEIRO, Raimundo Nonato Prado. O cotidiano e o extraordinário em *uma Morte é uma festa*. **Prof. História**, nº 10, 1991, p. b171-174.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 7ª edição, 1988, [1932].

ROLLEMBERG, Denise; VAINFAS, Ronaldo. Juízo e verdade histórica no discurso historiográfico. **Revista de Teoria da História**. v. 23, n. 01, jul/2020, p.13-44.

RORTY, Richard. **El giro lingüístico**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.

RUSEN, Jorn. Narração histórica: fundações, tipos, razão. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **História e narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes,

2006.

SACRAMENTO DE SOUZA, Arivaldo. **Nas tramas de Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá: crítica filológica e estudo de sexualidades**. 2014. Tese 358 f. + DVD. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SACRAMENTO DE SOUZA, Arivaldo; SANTOS, Lucas. A filologia como ética de leitura. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2, jan./fev./mar./abr. 2017, p. 129-168.

SAID, Edward. **Humanismo e Crítica Democrática**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1993].

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, [1993].

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Conexões Rio-Bahia Identidades e dinâmica cultural entre trabalhadores, 1850-1888. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, jan/jun 2009, p. 67-84.

SAMPAIO, G. D. R. Conexões Rio-Bahia: identidades e dinâmica cultural entre trabalhadores, 1850-1888. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, p. 67-84, jan/jun 2009, p. 67-86.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis; CASTILLO, Lisa Earl.; ALBUQUERQUE, Wlamyra. (Org.). **Barganhas e Querelas da Escravidão: tráfico, alforria e liberdade, séculos XVIII e XIX**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, José Antônio. História e Cultura afro-brasileira e movimento negro. **Momento**, v. 22, n. 2, jul./dez. 2013, p. 39-64.

SANTOS, Rosa Borges (Org.). **Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia: a Filologia em diálogo com a Literatura, a História e o Teatro**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)**. 2018. 438f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia&antropologia**, Rio de janeiro, v.04, outubro, 2014, p.391– 431.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA JR., Carlos. TRÁFICO, ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO EM SALVADOR DO SÉCULO XVIII: a vida de Francisco Gonçalves Dantas (1699-1738). In: REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Orgs.) **Escravidão e suas sombras**. Salvador: Ed. UFBA, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUSA, Francisco Gouvea de. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 46, dez. 2017, p. 159-181.

SOUZA, Daniele Santos de. Entre o “serviço de casa e o “ganho”: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII. 159 f. **Dissertação** (Mestrado em História Social) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.

SOUZA, Marcos Cezar Botelho de. Edward Said/Erich Auerbach: humanismo mundano e fenomenologia do exílio. **Revista a Cor das Letras**. Feira de Santana, v. 18, n. 1, janeiro-abril 2017, p. 79-96.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual**. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>> Acesso em 29 jan. 2022.

TELLES, Céila Marques; LOSE, Alícia Duhá. Qual edição e o que editar. **Revista Cor das Letras**. Feira de Santana, v. 18, n. 2, p.271-293, maio-agosto 2017, p. 271-293.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 337-345.

VASCONCELOS, José Antonio. Edward P. Thompson: ativismo político e produção historiográfica. In: LOKOI, Zilda Márcia (Org.) **A escrita do historiador: cosmovisões em conflito**. São Paulo, Ed.UNESP, 2018.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998 [1971].

VIEIRA, Beatriz de Moraes. Um “giro linguístico” em torno de Carlo Ginzburg, Hayden White e Eric Auerbach. Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – **O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

VITORINO, Artur José Renda. Escravidão e Capitalismo: notas de leitura do modelo Sistema Colonial nos anos 1970. **Revista Angelus Novus**, Ano IV, n. 6, 2013, p. 37-56.

VOIGT, A. F. História e Representação: a abordagem de Jacques Rancière. **Revista de Teoria da História**, v. 11, p. 308-336, 2014.

WHELING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v.46, n.93, 1973. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131940>. Acesso em 10 de abril de 2022.

WHITE, Hayden. **Meta-história**. A imaginação histórica do século XIX. Tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1994 [1973].

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2 ed. São Paulo, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 [1978].

ANEXO C - REPORTAGEM FOLHA SÃO PAULO

F-2 Letras Sábado, 15 de dezembro de 1990

FOLHA DE SÃO PAULO

RÉPLICAS E TRÉPLICAS

"Como era bom ser escravo no Brasil"

JACOB GORENDER

Especial para a Folha

Existem indivíduos que cospem para cima. Um deles é Sidney Chalhoub. Não me deterei nas suas baixeiras, uma vez que não me atingem. Sujaram a cara do próprio cuspidor. Em respeito ao leitor, vamos ao que tem significação no meu livro "A Escravidão Reabilitada", recentemente lançado.

15 anos atrás, em "O Escravidismo Colonial", estudei a contradição inerente ao escravo entre ser coisa e ser pessoa. Para o Direito dos regimes escravistas nas Américas, o escravo era mercadoria e mercadoria é coisa. Podia ser objeto de todas as variantes das operações mercantis: compra, venda, aluguel, sequestro, empréstimo, depósito, fiança, transmissão de propriedade por herança etc. Mas, se a sociedade fazia dele mercadoria-coisa, isso eliminava do escravo a subjetividade própria do ser humano? Perderia ele o ser humano ao se tornar propriedade, ao ser coisificado? É com esta pergunta que inicio a seção "Coisa e Pessoa" do capítulo 2 de "O Escravidismo Colonial". E ali respondo: "(...) a contradição inerente ao escravo, entre ser coisa e ser homem, não se manifestou e desenvolveu primordialmente na cultura, nas ideologias. Primordialmente, a contradição foi manifestada e desenvolvida pelos próprios escravos, enquanto indivíduos concretos, porque, se a sociedade os coisificou, nunca pôde suprimir neles ao menos o resíduo último de pessoa humana. Antes que os costumes, a moral, o direito e a filosofia reconhecessem a contradição e se preocupassem com resolvê-la de modo positivo, em favor da legitimação da instituição servil, conciliando os termos coisa e pessoa, antes disso os próprios escravos exteriorizaram sua condição antagonista, na medida em que reagiram ao tratamento de coisas." (ed. Ática, 5ª edição, pág. 49).

O cuspidor escamoteou essa afirmação de abertura de seção e que constitui a sùmula da argumentação. Eu não precisava repeti-la quando, duas páginas adiante, escrevi que o escravo transcendia a condição de coisa possuída, no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral, antes de tudo, pelo ato criminoso, sendo o primeiro ato humano do escravo o crime (em grifo no texto original).

Aquela altura, tinha em vista o fato de que a legislação escravocrata se viu obrigada a qualificar os escravos como pessoas ao lhes atribuir responsabilidade penal. Um boi que matava um homem não se sentava no banco dos réus. Mas o escravo — visto como besta semovente, igual ao boi, no processo do trabalho — era levado a julgamento, quando cometia crimes. Reconhecia-se nele uma responsabilidade subjetiva própria somente de seres humanos.

Dito isso, considero definitivamente liquidada a inédita acusação de haver falseado citações de minha obra. (Nunca me apontaram deturpações de obras alheias ou de documentos históricos). E se esclarece que jamais aceitei a coisificação subjetiva do escravo como fato geral.

Em 1975, não tinha em vista teses então inimagináveis e inacreditáveis. Para correntes historiográficas fortalecidas nas universidades de São Paulo e de outros Estados do país, coisificação se tornou palavão comum, grafado entre aspas pejorativas. Joga-se no mesmo balaio a coisificação subjetiva do escravo — caso-limite, conforme escrevi — e a coisificação social, imposta a todos os escravizados.

Em contraposição, pinta-se um quadro da escravidão brasileira diante do qual empalidecem as cores do patriarcalismo de Gilberto Freyre. Não só porque a violência coatora aparece minimizada e até acéta pelos escravos

como "castigo justo", igual ao aplicado às crianças. Mas, principalmente, porque o cativo, além de desfrutar do paternalismo do senhor, estava protegido por leis equitativas, que os juízes supostamente cumpriam ao pé-da-letra. Leis que permitiam ao cativo "negociar" com o senhor e se acomodar à condição servil em termos satisfatórios para ambos, configurando uma situação de coexistência pacífica.

Tão pacífica que o processo da abolição teria sido conduzido de maneira "lenta, gradual e segura" pelos estadistas do Império escravocrata, com relevo para o visconde do Rio Branco e o senador Nabuco de Araújo. Os próprios cativos teriam dado seu consentimento à política de hegemonia dos escravistas, condensada na célebre fórmula do presidente Geisel com antecipação do um século.

Não foi por outra razão que, ao estudar as tendências acadêmicas que desenharam semelhante perfil histórico mistificador, dei ao meu recente livro o título de "A Escravidão Reabilitada". Compeço este perfil outros traços característicos imaginários, aos quais, aqui, faço apenas referência: o trabalho regrado, os incentivos à produtividade e à poupança em benefício do escravo (tornado equivalente ao camponês ou ao assalariado), a frequência de famílias estáveis, a ausência do preconceito racista, a alforria razoavelmente acessível.

Na lixa-fantasia das Bermudas, o personagem de "A Tempestade" de Shakespeare se deixou arrebutar pelo enlevo do "admirável mundo novo". Hoje, se acreditasse nas teses universitárias da historiografia pretensamente avançada, decerto poderia exclamar: "Admirável mundo velho! Como era bom ser escravo no Brasil!"

JACOB GORENDER é historiador, membro da Academia Brasileira de Letras.

RÉPLICAS & TRÉPLICAS

Gorender escraviza história

SILVIA H. LARA

Especial para a Folha

Ao ler os artigos de Sidney Chalhoub e Jacob Gorender (*Letras* de 24/11/90 e 15/12/90) fiquei me perguntando se um leitor afastado dos atuais debates sobre a escravidão no Brasil perceberia por que dois estudiosos passam tantas linhas a discutir se os escravos eram, afinal, "coisas" ou sujeitos de sua própria história?

No trabalho de Gorender, deixando de lado questões técnicas, o que interessa evidenciar aqui é que há algo oculto nessa discussão, que diz respeito à política. Não um debate entre direita e esquerda, como Gorender quer fazer crer ao longo de "A Escravidão Reabilitada". Mas um debate no interior das esquerdas. O próprio título do livro de Gorender é significativo: reabilitação é uma palavra carregada de sentidos no vocabulário da militância. Para ficar no jargão stalinista poderia simplesmente dizer que se Gorender acusa vários historiadores de "reabilitarem" a escravidão, ele nada mais faz que "renegar" a história. Mas é preciso ir além: recusar o jargão e com ele seus pressupostos e procedimentos.

De início, isso significa recusar os anátemas, que só podem ter origem em tribunais nos quais a certeza da "linha justa" é inabalável. O que não é próprio de historiadores, a não ser aqueles pertencentes a uma certa tradição marxista, para a qual a "Grande Teoria" obscurece qualquer relação com a multiplicidade da experiência social. É bem verdade que Gorender, em "O Escravidão Colonial" fez algumas críticas a esta tradição —mas até que ponto? Seu conceito de modo de produção e todas as suas "leis" são construídos a partir de reflexões teóricas e críticas bibliográficas.

O que não é próprio de historiadores, a não ser aqueles pertencentes a uma certa tradição marxista, para a qual a "Grande Teoria" obscurece qualquer relação com a multiplicidade da experiência social. É bem verdade que Gorender, em "O Escravidão Colonial" fez algumas críticas a esta tradição —mas até que ponto? Seu conceito de modo de produção e todas as suas "leis" são construídos a partir de reflexões teóricas e críticas bibliográficas. Gorender julga-se no direito de apontar erros e acertos da produção historiográfica baseando-se na velha crença de que uma boa "teoria geral" substitui com vantagens o diálogo com as evidências. Foi justamente contra concepções desta natureza que Thompson (acusado por Gorender do pecado de "frouxidão estrutural") e vários historiadores marxistas britânicos do PC inglês se insurgiram nos anos 60 logo após o 20º Congresso do PC:US.

Isto significa também recusar a noção, tão arraigada em parte da esquerda, de que os intelectuais —possuidores da "boa teoria"— detêm o poder de juízes. Sidney Chalhoub, eu e tantos outros abrimos mão dessa arrogância. Não nos preocupamos em saber se os escravos agiam ou não segundo as leis de um bem construído conceito de modo de produção ou qualquer outra modalidade teórica disponível no mercado. Ao estudar a escravidão no Brasil procuramos encontrar e ouvir os escravos: não conceitos abstratos, nem arquétipos de heróis ou vítimas. Em nossos textos, os escravos, fugitivos e libertos, têm nomes. Suas histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos —diferentes daqueles de seus senhores— e lutaram por eles enquanto escravos. Construíram alternativas de vida, lutaram de diversas formas e conquistaram "direitos", transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Suas ações e

valores só podem ser compreendidos no interior e através das relações sociais tecidas por eles e seus senhores. Deixar de lado noções anacrônicas de violência e liberdade significa apenas dar voz para esses homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras.

Podemos aprender com eles que liberdade não significa vender sua força de trabalho, mas sim ter o direito de ir e vir, ter acesso à terra, manter linhagens e laços de solidariedade arduamente construídos: a luta pela liberdade empreendida por eles pode ter sido derrotada pelos abolicionistas imigrantistas e golpeada definitivamente pela República, mas quem dirá que ela não renasce a cada dia, no movimento negro ou nas lutas pela reforma agrária? Por outro lado, muitos ex-escravos eram monarquistas nos primeiros anos da República e isso não os transforma em "reacionários", "neopatriarcalistas" ou "antimarxistas".

A história é bem mais contraditória do que supõe a vã teoria. Vivemos em um país no qual milhões de pessoas passam fome e, no entanto, foram os "descamisados" que elegeram um presidente capaz de gerar mais fome e miséria. Talvez a fé de grande parte das esquerdas em posturas tão surdas às vezes da experiência social tenham contribuído para que isso acontecesse. Junto com o velho muro, a "Grande Teoria" foi também demolida —mas não a perspectiva de "transformar o mundo", como propunha nosso velho sábio do século 19. É isto que faz com que muitas vezes Gorender e nós possamos assinar os mesmos manifestos ou votar nos mesmos candidatos. Apesar disso, não gostaria de concluir como na conhecida piada sobre o stalinismo: "Camarada, vou fazer sua auto-crítica". Na história e na política aprendemos, há algum tempo, a respeitar as diferenças.

SILVIA HUNOLD LARA, 35, é professora do Depto. de História da Unicamp e autora de "Campos da Violência" (Paz e Terra, 1988)